

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ENTRE O CAPA VERDE E A REDENÇÃO:
A CULTURA DO TRABALHO COM O AGAVE NOS CARIRIS
VELHOS (1937-1966, PARAÍBA)**

MARIÂNGELA DE VASCONCELOS NUNES

Brasília, 2006

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ENTRE O CAPA VERDE E A REDENÇÃO:
A CULTURA DO TRABALHO COM O AGAVE NOS CARIRIS
VELHOS (1937-1966, PARAÍBA)**

MARIÂNGELA DE VASCONCELOS NUNES

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação de História: Discurso, Imaginário e Cotidiano, da Universidade de Brasília, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em História sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria Tereza Negrão.

Brasília, 2006

Nunes, Mariângela de Vasconcelos

Entre o Capa Verde e a Redenção: A cultura do trabalho com o agave nos Cariris Velhos (1937-1966, Paraíba).

291 p.

Tese – Unviersidade de Brasília – UnB Programa de Pós-Graduação em História – PPGHis, Brasília, 2006.

Área de concentração: Discurso, Imaginário e Cotidiano
Orientadora: Dr^a Maria Tereza Begrão de Mello

1. Questão Agrária 2. Cultura do Trabalho

AGRADECIMENTOS

À mamãe e papai, pelas diferentes histórias que, de formas diferentes, me ensinaram, aprendizado por toda a vida.

À Chris, por sua arte de tecer coragem e ternura sutilmente. Nós nos encontraríamos mesmo se não fôssemos irmãs.

À Alômia, pelo incentivo carinhoso. A Socorro Cipriano, pelas críticas perspicazes e norteadoras; À Elisa Mariana (amiga recente), pelas conversas que iluminaram minhas idéias. A todas, por partilharem o saber e o ofício de historiadora, por me fazer rir tantas vezes, rir de mim mesma.

À Joedna, Thelma e Ana Glória, pela compreensão deste momento e a todos os meus colegas da UEPB, Campus III.

À Carmem, Edna, Maurina, Belo, Serí, D. Geralda e Mariza pela escuta, a troca de conhecimentos e experiências.

À Aparecida pelo auxílio fundamental para a digitação e impressão deste trabalho.

Aos meus alunos, pelos novos descobrimentos juntos.

À prof^a Dr^a Cléria Botelho, pelas contribuições, para este texto.

À prof^a Dr^a Rosa Godoy, pela generosidade em acompanhar atenciosamente a construção deste trabalho: lendo, relendo, apontando caminhos, todas as vezes que foi preciso.

À prof^a Dr^a Maria Tereza Negrão, pela acolhida, o carinho e atenção com que acompanhou este trabalho.

Quero agradecer nominalmente a todos os meus narradores, são eles: sr. Agenor Cassimiro de Oliveira, sr. Benedito Faustino da Costa, sr. Francisco Roque da Silva, sr. Geraldo da Silva, sr. Gentil Venâncio Palmeira, sr. Jacinto Pereira dos Santos, sr. José Alves dos Santos, sr. Jorge Chavier de Almeida, sr. José Medeiros Dantas, sra. Mariana Alves dos Santos, sra. Maria do Carmo Dantas, sr. José Marques, sr. Manoel Roque dos Santos, sr. Manoel Roque da Silva, sr. Manoel Soledade dos Santos, sr. Odom Cirilo Nunes, sr. Sales Roque Dantas, sr. Sales Roque da Silva, sr. Severino Felix de Souza, sr. Severino Batista de Oliveira, sr. Severino Pereira da Silva, sr. Severino Roque da Silvas e o sr. Sebastião Simplício dos Santos, pelas histórias que me contaram, imagens que aguçaram a minha imaginação de contadora de história.

Ainda sou grata a muitas outras pessoas que me estimularam, apoiaram e encorajaram nesta aventura.

E por fim ao CNPq, que viabilizou financeiramente o desenvolvimento da pesquisa, que resultou nesta Tese.

*A Tiago, sutil inventor e linda invenção
do século XX.*

*Só se pode estudar aquilo com que
primeiro se sonhou.*

*Bachelard, "A psicanálise
do fogo".*

RESUMO

Neste estudo analiso os significados que os trabalhadores do agave conferiram as suas experiências no trabalho com a planta agave, nos Cariris Velhos da Paraíba, no período de 1937 a 1966. Busco entender como o estabelecimento da mecanização na agavicultura transformou o cotidiano dos lavradores, desorganizando e ameaçando seu mundo cultural. Estes sujeitos históricos desenvolveram uma resistência contínua à nova racionalidade que lhes fora imposta. Indignados, os trabalhadores reagiram por meio do absenteísmo, dos atrasos e de outras táticas e também, de forma mais sutil, através das imagens que construíram sobre a planta: demonizando-a, relendo-a, inspirados em uma antiga profecia que fez parte da sua cultura oral e, também, das suas experiências árduas no trabalho mecanizado do agave. Ambas as formas de resistência explicitavam todo o mal-estar provocado na vida dos trabalhadores rurais.

Palavras-chaves: agave, Cariris Velhos, cultura do trabalho, imaginário, Paraíba, resistência.

ABSTRACT

This study analyse the meanings the "agave woorkers" gave to their experiences by working with agave in the Old Cariris Paraíba (Brazil) between 1937 to 1966. It aims to understand how the settlement of mechanisation in the cultivation of agave changed the workers' all day life disorganizing and threatening their cultural world. In this way these historical subjects developed a continuous resistance through absenteeism, delays and other means. It includes also images they carved on it plant: demonizing the plant, rereading it with inspiration in an old prophecy that belongs to their oral culture and also through their hard experiences in the mechanized work with agave. These forms of resistance showed illness caused in the rural workers.

Key-words: agave, Old Cariris, culture of the work, imaginary, Paraíba, resitance.

LISTA DE MAPAS, QUADROS E TABELAS

MAPA 1	Mapa Atual da Paraíba	16
MAPA 2	Mapa da Divisão Fisiográfica – 1945	31
MAPA 3	Mapa da Paraíba – 1862 (Segundo Irineo Joffily)	33
QUADRO 1	Distribuição de Bulbilhos (1º Semestre – 1940)	123
QUADRO 2	Distribuição de Mudas (1º Semestre – 1940)	123
QUADRO 3	Número de Campos de Demonstração e Hectares Cultivadas por Lavoura na Paraíba (1938-1939)	125
QUADRO 4	Número de Estabelecimentos Agrícolas e Hectares (Paraíba – 1950-1970)	139
QUADRO 5	Campos de Cooperação por Hectares (Paraíba – 1945-1949)	148
QUADRO 6	Os 21 Municípios Grandes Plantadores de Agave do Nordeste (1954-1955)	160
QUADRO 7	Agave: Plantios em Nível de Corte na Paraíba (1953)	168
QUADRO 8	Estabelecimento por Área Plantada com Agave na Paraíba (1960)	170
TABELA 1	A Estrutura Agrária no Brasil (1920-1940)	36
TABELA 2	A Estrutura Agrária no Brasil (1920-1940) – Índice de Crescimento do Número de Estabelecimento e Área (ha)	37
TABELA 3	Salário dos Trabalhadores Rurais Nordestinos (1920-1930)	42
TABELA 4	Tipos de Máquinas Agrícolas da Diretoria de Produção da Paraíba (1940)	116

LISTA DE SIGLAS

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

COOPERSISAL – Cooperativa de Sisal

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EAN – Escola Agrônômica do Nordeste

GTDN – Grupo de Trabalho e Desenvolvimento do Nordeste

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

SANBRA – Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro

SAPPP – Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE MAPAS, QUADROS E TABELAS

LISTA DE SIGLAS

INTRODUÇÃO 14

**CAPÍTULO I – OS CARIRIS VELHOS NA MEMÓRIA DOS ANTIGOS
TRABALHADORES DE AGAVE** 30

1.1 Senhores de Terras e Homens Sem-terra: Inscrevendo Solidariedade e Tensões 30

1.2 “O Desparecimento da Vida”: O Roçado como Prática de Liberdade 56

1.2.1 “O tempo não mecânico”: um tempo mais autônomo 63

1.2.2 O destocamento dos roçados 66

1.2.3 A obtenção das sementes 68

1.2.4 Feijão, milho e algodão: “uma invenção de Deus” 70

1.2.5 Plantando feijão, milho e algodão entre esperanças e receios 75

1.2.6 Um adjutório: partilhando o trabalho e tecendo narrativas 79

1.2.7 As colheitas das farturas 82

1.2.8 Debulhando e “lucrando” longe das feiras 87

1.2.9 Entre rezas e brincadeiras 92

**CAPÍTULO II – NOVOS SABERES INSTITUINDO NOVAS PRÁTICAS: O
DISCURSO AGRONÔMICO E A AGAVICULTURA** 97

2.1 Superando a Monocultura: “Anda-se Melhor com duas Pernas” 97

2.2 Campos de Demonstração: Espaços da Modernização Agrícola 109

2.3 Os Campos de Demonstração de Agave na Paraíba: Incentivos Oficiais e Propaganda 119

2.4 A Agavicultura: a Reiteração do Monopólio da Terra 133

2.5 Cultivadores: Histórias de Resistências, Conquistas e Astúcias de “Homens
Inteligentes” 146

2.6 O Brejo: de Celeiro ao “Pirão do Agave”	155
2.7 Territorializando um Imaginário: os Cariris, o Agave e a “Redenção do Semi-árido”...	162
2.8 O Agave: “a Salvação dos Cariris e dos Cariririseiros”	175
2.9 Fibras de Agave: Cordas do Progresso	184
CAPÍTULO III – OS TRABALHADORES DO AGAVE: ENTRE A SUJEIÇÃO E A ESISTÊNCIA	191
3.1 O Desfibramento do Agave	191
3.1.1 Os desfibradores autônomos e a máquina de mão	191
3.1.2 A mecanização do trabalho: do “prazer à penitência”	196
3.2 “A Boca da Máquina” e a Disciplina Inscrita nos Trabalhadores	204
3.3 O Virador: “O Caba num Pode ser Bom”	218
3.4 Donos de Motor: “Patrões Empregados”	224
3.5 O Cotidiano dos Trabalhadores no Motor de Agave	228
3.6 Os Mutilados do Agave	235
3.7 Uma Cultura da Esperteza: Histórias de Ócios, Táticas e Astúcias no Ofício do Agave	241
3.7.1 “O dia de São Gaxite” e outras astúcias	241
3.7.2 As profecias do fim do mundo e o “capa verde”	259
CONSIDERAÇÕES FINAIS	274
CORPUS DOCUMENTAL	277
BIBLIOGRAFIA	280
GLOSSÁRIO	290

INTRODUÇÃO

Estudar o agave é reativar lembranças, sonhos, reencontrar lugares, árvores, pessoas e casas, que eu jamais esqueci. Reinventar o meu passado, uma vez que, sou paraibana e morei nos Cariris Velhos, área em estudo, durante toda minha infância e parte da minha adolescência. Então cresci correndo nos agaviais, estes eram os meus campos favoritos.¹

Desde criança, achava o agave uma planta muito bonita, era, sobretudo, o “verde agave” que me seduzia, quebrando a rotina da paisagem local marcada por vegetais acinzentados e retorcidos.² Ao chegar aos agaviais, eu ficava admirando as plantas com os seus pendões, hastes longas que nascem no centro deste vegetal e podem medir até cinco metros, embora eu os olhasse como se fossem quilométricos, e, imediatamente, imaginava que um dia emendaria uns nos outros e rasgaria os céus, desvelando, assim, o que estava por trás das nuvens; era lá que Deus morava?

Todavia, outra questão me impressionava: a forma como os trabalhadores rurais se referiam a esta planta: ao contrário de mim, eles não ficavam encantados diante dela. Algumas vezes, pude ouvir as reclamações dos lavradores em relação ao agave e, também,

¹ As áreas estudadas nesta pesquisa foram o município de Cuité, e seus antigos distritos de Barra de Santa Rosa e Nova Floresta; e o município de Picuí, notadamente os distritos de Cubati e Pedra Lavrada. Conforme a categorização do IBGE de 1950, as duas comarcas de Cuité e Picuí estavam localizadas em micro-regiões diferentes, respectivamente Agreste-Caatinga Central e Médio Sertão dos Cariris Velhos. Menos de uma década depois, Picuí e seus distritos, já emancipados, foram englobados na zona da Borborema Oriental, enquanto Cuité compunha a Borborema Central. A Borborema Oriental e a Borborema Central, juntas, formavam a parte norte do planalto da Borborema. Optei, entretanto, por utilizar a expressão Cariris Velhos para designar todos os municípios, das áreas analisadas, na pesquisa de campo. Tal fato se legitima, primeiro, pela homogeneidade histórica que apresentam os espaços estudados. Segundo, pelo recorte espacial imaginário presente em grande parte dos entrevistados, que se autodefiniram como “caririseiros”, notadamente os habitantes do Médio Sertão do Cariris Velhos. Terceiro, pela própria classificação do IBGE que, pelo menos até os anos 50, reconhecia grande parte da região estudada como o Médio Sertão dos Cariris Velhos. Tais municípios, atualmente, estão enquadrados nas micro-regiões do Seridó Oriental e Curimataú Ocidental ou Cuité.

² Agave é uma planta pertencente à família das *amarelidáceas*. Este gênero abrange um vasto grupo de espécies vegetais, aproximadamente 300. As agaves são plantas típicas de regiões quentes, sendo originárias da América Central. Os povos da península de Yucatan, no México, atribuíram a esta planta várias finalidades, entre as quais a fabricação de têxteis, medicamentos, bebidas. Um dos tipos de agaves mais conhecidos nesta península era designado pelo nome de *yaxci*, sobre isto ver por exemplo, Júlio César Medina. *O Sisal*. Secretaria da Agricultura/Diretoria de Publicidade Agrícola, (sem data). Esta mesma espécie fora denominada comercialmente de sisal ou agave sisalina perrine. O nome sisal é de origem mexicana, derivado da erva *Zisal-Xiu*, este nome batizou um povoado e o porto por onde eram exportadas as fibras. Assim, a planta ficou conhecida no mundo inteiro como sisal. Na Paraíba, esta agavacea é popularmente chamada de sisal ou agave. Sobre as informações aqui contidas ver: Nonato Marques. *O Sisal na Bahia*. V Convenção Regional do Sisal, Salvador-Bahia, 1989. Gramaticalmente, o substantivo agave pertence ao gênero feminino. Esta era a forma comumente usada pelos letrados, como agrônomos, escritores e jornalistas, entre outros. Todavia, popularmente, esta palavra foi masculinizada; os produtores, e, sobretudo, os trabalhadores rurais falavam "o agave" e nunca "a agave". Por esta razão, resolvi adotar a nomenclatura popular.

algumas discussões entre meu pai, que era produtor, e os trabalhadores do agave, estes se maldiziam do “ofício nefasto”.

Eu não entendia porque os trabalhadores rurais não gostavam do agave, afinal, ele era bonito, verde de inverno a verão, não era atacado pelas lagartas, como eram o milho, o feijão, a roça e o algodão; tinha melhores preços que as lavouras de subsistência. Então, por que os lavradores repudiavam o agave?

Quando cresci, fui estudar em Campina Grande. Nesta época, a economia agavieira já começava a declinar. Desta forma, pensei que havia achado o motivo para a insatisfação dos trabalhadores rurais e agora a do meu pai; eles haviam se dedicado a uma lavoura decadente. Apesar de meus questionamentos, passei a me convencer de que o “agave era amaldiçoado”, devido ao seu declínio e a suas constantes oscilações de preços.

Quando já adulta e cursando especialização em História, em João Pessoa, na UFPB, Campus I, resolvi entender melhor estas questões que me preocuparam no passado. Entretanto, não foi fácil encontrar um orientador, entre os professores de História; finalmente, consegui que um professor do Departamento de Economia me aceitasse como orientanda. Na ocasião, decidi estudar o agave desde seu marco zero na Paraíba, isto é, no final dos anos 30, quando o Estado passou a apoiar oficialmente esta lavoura. No mestrado, retomei esta pesquisa, inicialmente acreditando que o agave era amaldiçoado porque havia declinado nos anos 60 e 70. Entretanto, o trabalho de campo, para minha surpresa, apontou para uma leitura diferente, envolta na ambigüidade da bênção e da maldição, tema que persigo até o momento. Assim, atualmente busco entender os significados que os trabalhadores rurais, a partir das suas experiências no processo de trabalho, teceram sobre a planta.

Além do meu interesse pessoal por este tema, percebo, ainda, a sua importância para a historiografia local, pois existem poucos textos sobre este assunto na Paraíba. Tais trabalhos, comumente, foram produzidos por economistas, a exemplo da dissertação da prof^a Ivony Lúcia Saraiva Monteiro, cuja preocupação foi a de estudar a formação das cooperativas de agave na Paraíba e, muito particularmente, o surgimento da Coopersisal-Cooperativa de Sisal - em 1974.³ Na sua leitura, Ivony Saraiva mostrara a participação de uma elite produtora de agave nos cargos centrais da cooperativa e as suas artimanhas para se inserir no setor de industrialização e exportação das fibras.

³ Ivony Lúcia Moneiro Saraiva. **Cooperativa do Sisal**: Sociedade Anônima. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Economia Rural da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Campina Grande, 1981.

Mapa de Localização do Estado da Paraíba

Outra análise que se destacou no mundo acadêmico foi a da economista Martha Lúcia de Souza, que relatou as relações de exploração na agavicultura, no município de Cuité.⁴ Cito, ainda, a pesquisa de Elbio Troccoli Parkman, sobre a introdução do agave desde seus primórdios na Paraíba.⁵ Estes trabalhos inspiravam outros estudos, entre os quais a minha monografia de especialização e minha dissertação de mestrado.⁶ Embora este último já buscasse um diálogo com a história social, percebo que, de um modo geral, estas abordagens enfatizavam mais os aspectos produtivos, não priorizando itens relacionados à cultura dos trabalhadores, às suas experiências cotidianas, enfim, aos seus fazeres. “Uma história de baixo para cima”, como escreveu Eric Hobsbawm.⁷ Ressaltando a trajetória dos sujeitos ocultos, como a sra. Maria do Carmo Dantas, o sr. Francisco Roque da Silva, entre tantas outras pessoas, cujas histórias não aparecem apenas como fragmentos de vidas em si mesmas mas em uma trama ampla: as histórias dos homens e mulheres interligadas às cordas do agave e ao grande emaranhado da História da Paraíba e do Brasil.

Para entender esta problemática dos diversos sentidos que os lavradores atribuíram ao agave, parto da compreensão de que o agave não tem um significado meramente botânico, mas ganha sentidos diversificados em diferentes épocas, nas diferentes culturas; ou seja, os diferentes sentidos e significados da planta são, histórica e culturalmente, construídos. Nestes termos, a sua difusão na Paraíba, além de redefinir as relações sociais, também produzira uma expressão discursiva que entrecruzava elementos culturais: cotidiano, crenças, lendas, dentre outros. O agave não era apenas um gênero de planta desgarrado do contexto no qual estava incrustado.

Agave é uma palavra de origem grega, seu sentido original estava ligado à beleza. Na Grécia antiga, era sinônimo de bela, admirável; era nome de mulher, uma bacante que, conforme a mitologia grega, protagonizara uma tragédia em Tebas. Conta a lenda que esta grega, possuída pela inveja, instigara sua irmã Sêmele, grávida de Zeus, a pedir-lhe que este aparecesse a ela em toda sua plenitude. Agindo desta forma, Sêmele provaria a todos que o seu amante era um Deus. Entretanto, ela não suportou a presença epifânica da imortalidade,

⁴ Martha Lúcia de Souza. **A produção do sisal na Paraíba**: Município de Cuité (um estudo de caso). Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Economia Rural da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Campina Grande, 1987.

⁵ Elbio Troccoli Parkman. **O Surgimento de Economia Sisaleira na Paraíba**: Dos primórdios à virada de 1938 e ao início do Boom (Texto mimeo).

⁶ Mariângela de Vasconcelos Nunes. **A Cultura Sisaleira Paraibana nos anos 40** – Estado, Acumulação e Miséria. Monografia do Curso de Especialização em História Econômica e Social do Nordeste Contemporâneo na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, 1992, e **Maldição e Bênção**: Histórias do Sisal da Paraíba – (1937-1953). Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Universidade de Brasília – UnB, 1996.

⁷ Erick Hobsbawm. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 216.

sucumbindo carbonizada. Graças à ação de Zeus, das cinzas de Sêmele surgira Dionísio, que prometera se vingar da tia, responsável pela morte da sua mãe. Muitos anos depois, Dionísio, disfarçado, entrou em Tebas, atraindo as mulheres e Penteu, filho de Agave. Todos foram cultuar o filho de Zeus no monte Édipo. Agave, acometida pela possessão báquica, não reconheceu Penteu e o estrangulou juntamente com outras bacantes. Ao recuperar a razão, fugiu atordoada para a Ilíria, onde se casou e cometeu outro desatino ao matar seu marido, o rei Licotenses. Assim, na Antiguidade grega, Agave tinha um sentido ambíguo, associando beleza e tragédia.⁸

No século XVIII, o botânico Karl Linneu classificou um amplo grupo de vegetais da família das *amarelydáceas* pelo nome de agaves, atribuindo às plantas desta espécie o sentido de bela, maravilhosa, ressignificando-o esteticamente.

Na Península de Yucatan, no México, muito provavelmente naquele século, o agave começou a ser explorado comercialmente e adquiriu um sentido de positividade junto aos fazendeiros. Desde então, estes buscaram associar a planta à figura de um sacerdote, Zamná, que, para os yucatecas, simbolizava conhecimento e sabedoria. Porém, para os grupos subalternos, a planta estava ligada à sujeição do trabalho realizado pelos nativos. Assim, o agave era apresentado pelos grandes proprietários envolto em uma dicotomia: a dor, seguida da felicidade que triunfaria. Desta forma, os plantadores conferiram uma dimensão mágica à planta, responsabilizando-a pela descoberta da vida. Esta imagem era usada para legitimar o sofrimento dos nativos que labutavam nas atividades agavieiras.⁹

Busquei entender como os trabalhadores rurais interpretavam suas práticas de trabalho. Por que os lavradores teriam visto o agave como o capa verde, ou seja, o diabo? Como a inserção da mecanização no cultivo do agave desmontou o universo cultural dos trabalhadores? Como eles se conformaram e ou resistiram às inovações no trabalho com o agave? Enfim, quais os significados sociais que os trabalhadores rurais atribuíram às suas experiências de trabalho com o agave?

Assim, localizo meus objetivos dentro de uma perspectiva cultural da história social. Nesta questão muito ampla, sinto a necessidade de apontar algumas referências teóricas e alguns caminhos que me auxiliaram no desenvolvimento desta investigação. Peter Burke, ao falar sobre cultura, resume que a história cultural não tem essência e só pode ser definida em

⁸ Conforme Junite de Souza Brandão. **Dicionário Mítico e Etimológico de Mitologia Grega**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991. vol.1, p. 40.

⁹ José Gabriel Berdugo. **Oro Verde y la Civilizacion dorada**-Cambios productivos y Transformacions en Productores de Sisal de México y Brasil (el). Tese apresentada ao Curso de Antropologia da Universidade de Brasília - UNB, Brasília, 1996.

termos da nossa própria cultura.¹⁰ O fato é que o conceito de cultura vem mudando ao longo do tempo. Para os historiadores, o termo cultura, no século XIX, estava ligado à arte, à literatura, às idéias e aos sentimentos. Tratava-se de uma definição extremamente elitista desta categoria. Neste sentido, apenas alguns grupos sociais, de determinadas sociedades, teriam cultura, enquanto outras sociedades ou categorias sociais seriam desprovidas de tal atributo. Portanto, a idéia de cultura era extremamente restrita e baseada na noção de alta cultura, assim, sendo desprezada a cultura dos grupos subalternos.

Todavia, esta corrente sofreu severas críticas, pois ela não só ignorava a produção cultural dos segmentos sócio-economicamente mais frágeis como também não dialogava com a cena econômica-política-social na qual estava inserida a cultura. Os historiadores Raymond Williams e Edward Thompson, no século passado, apresentaram outro conceito de cultura. Ambos a definiram como um conjunto de ações que constituem o cotidiano, as experiências dos sujeitos sociais, ressaltando o seu papel na história, as suas vivências. Neste sentido, acredito que as experiências dos trabalhadores rurais, na lida com o agave, foram fundamentais, firmando-se como um componente articulador entre as diversas temporalidades: o ontem, o hoje e o amanhã.¹¹

Nas últimas décadas do século XX, uma nova dimensão de história cultural fora consolidado e ficou conhecido como “nova história cultural”, cujo objetivo é compreender o sentido que os homens, em diferentes momentos atribuíram, ao mundo, como disse o historiador Roger Chartier: “*A História Cultural, tal como a entendemos, tem como principal objeto identificar no mundo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler*”.¹² Esta vertente se aproximava da antropologia. Tal aliança baseou-se na incorporação, por parte dos historiadores, da dimensão simbólica.

Como os antropólogos, os historiadores começaram a se referir à cultura no plural, atacando a noção de hierarquização cultural. Ademais, o contato com aqueles possibilitou uma redefinição do significado de cultura, que passou a ser entendida de uma forma mais ampla, como disse Peter Burke:

Em outras palavras, estendeu-se o sentido do termo para abranger uma variedade muito mais ampla de atitudes do que antes não apenas

¹⁰ Peter Burke. **Variedades da História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 13.

¹¹ Sobre isto, ver Raymond Williams. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000 e Edward P. Thomson. **Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**: Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar / Paz e Terra, 1981.

¹² Roger Chartier. **A História Cultural**, Entre Práticas e Representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1982.

*a arte mas a cultura material, não apenas a escrita, mas o oral, não apenas o drama mas o ritual, não apenas a filosofia mas as mentalidades das pessoas comuns.*¹³

Graças a este diálogo, os historiadores também aprenderam a valorizar o uso da memória como interpretação do passado, sobre o que falou Terezinha Bernardes:

*Esse recurso metodológico permite, talvez melhor que qualquer outro, não apenas lidar com a dimensão subjetiva do vivido, como também com as teias de significação que urdem as vidas dos sujeitos.*¹⁴

O recurso da memória ainda nos permite ultrapassar as fronteiras do individual, adentrando assim num território mais amplo, como destacou o sociólogo Maurice Halbwachs:

*É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou noções comuns que se encontrem tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente destes para aqueles e reciprocamente, o que só é possível se fizerem e continuarem a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim, podemos compreender que uma lembrança passa a ser, ao mesmo tempo, reconhecida e reconstruída.*¹⁵

Nesta compreensão, foi possível, a partir das memórias individuais, entender como os trabalhadores rurais se organizavam cotidianamente, como se comunicavam com Deus, qual o seu conhecimento sobre as técnicas agrícolas, como viviam suas frustrações, alegrias, enfim, se integravam às rodas da história.

Memórias que, ouvidas e interpretadas por mim, foram recontadas e recriadas, mais uma vez, e enlaçadas pelo meu lugar de historiadora, e pela minha imaginação como sugere a historiadora Natalie Zemon Davies: “*A pesquisa histórica envolve algum trabalho de imaginação e a escrita da história exige uma habilidade que é em parte imaginativa*”.¹⁶

Para recontar as histórias que me foram narradas, me inspirei também nos trabalhos do filósofo Michel Foucault, notadamente no que diz respeito à forma como ele concebeu o poder, vendo-o como uma relação, como fluido e móvel, um exercício que compõe uma rede cobrindo todo o social. Neste quadro de entendimento, as relações entre os trabalhadores sem-terra e os senhores de terras se expressavam dentro de um campo de forças perpassado por relações assimétricas de poder.

¹³ Peter Burke. **Variedades da História Cultural**. op.cit. pp. 246 e 247.

¹⁴ Terezinha Bernardes. **Memória em Branco e Negro**: olhares sobre São Paulo. São Paulo: UNESP; 1988. pp. 29 e 30.

¹⁵ Maurice Halbwachs. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. p. 34.

¹⁶ Natalie Zemon Davis In: Maria Lúcia Pallares-Burka. **As muitas faces da história** - nove entrevistas. São Paulo: UNESP, 2000. p. 108.

No desejo de compreender como se construía historicamente estas relações, acionei inter-textos teóricos que me permitiram visualizar a criatividade humana, a anti-disciplina, as astúcias dos “mais fracos”, para fazer eco às palavras do historiador Michel de Certeau. Este “não autorizado”, acionado pelos vários sujeitos históricos, produz conflitos que negam o poder totalitário modificando-o, tatuando-o, ao mesmo tempo, com as marcas do poder e os traços da resistência.

Para estudar os significados que os trabalhadores rurais atribuíram às suas experiências no trabalho com agave, utilizei fontes impressas e orais. Com relação aos documentos escritos, consultei as coleções de vários jornais e revistas, sistematizando os textos que falavam sobre o objeto do estudo. Assim, procurei acompanhar as notícias sobre a agricultura da Paraíba, incluindo as políticas agrárias e agrícolas, as tentativas de modernização no campo, dados referentes às safras, aos preços, entre outros.

Estive atenta aos escritos que abordavam o êxodo rural no país e às questões relativas ao abastecimento dos gêneros alimentícios nas cidades, além das discussões sobre a industrialização no Nordeste e, fundamentalmente, as informações pertinentes à cultura do agave. Iniciei a busca no Jornal A UNIÃO, impresso em João Pessoa periódico do governo do Estado da Paraíba, fundado em 1893, pesquisando os anos de 1935 a 1973. Este veículo de comunicação impressa registrou discussões calorosas dos agrônomos em relação ao cultivo de agave na Paraíba. Em regra geral, estes homens ocupavam cargos nos órgãos governamentais, como na Secretaria de Agricultura, no Departamento de Fomento da Produção e na Escola Agrônômica do Nordeste. Usavam o jornal para a difusão do agave no estado. Inicialmente, defenderam esta cultura para todas as áreas do estado, posteriormente, alguns agrônomos mostraram-se contrários à sua expansão no Brejo. Fato que gerou querelas entre os agrônomos e entre alguns destes e os produtores brejeiros. Nas linhas deste jornal, apareceram algumas letras denunciando os momentos de tensões deste conflito.

Estes homens da ciência, unanimemente, passaram a conceber um novo olhar para o semi-árido do estado. Esta terra, até então vista como imprestável, poderia tornar-se rica e fértil desde que explorasse a cultura do agave. Os agrônomos exibiam os avanços da ciência agrônômica que se contrapunham a uma “*mentalidade avoenga*” dos caririseiros, que resistiam ao agave e insistiam em plantar milho e feijão.

Notei que as palavras impressas no jornal decantavam as possibilidades positivas do agave e ecoavam nelas as vozes das elites políticas, científicas e agrárias. Nestas falas, em raros momentos, os trabalhadores rurais foram mencionados. Quando estes figuravam nas páginas do periódico, eram usados pelos discursantes para barganhar em conquistas para

aqueles que falavam, que escreviam. Nestes discursos o agave tinha uma honrosa missão: prover empregos no semi-árido. Assim, sob este argumento, os “detentores da palavra escrita” usavam os trabalhadores do agave para solicitar empréstimos, políticas de preços mínimos, entre outros pleitos.

Investiguei, também, o jornal A IMPRENSA, localizado em João Pessoa, órgão católico e doutrinário que foi fundado em 1897, tendo sido publicado até 1968. Foi interdito pelo Departamento de Propaganda e Informação – DPI em 1942, só sendo reaberto em 1946. Além deste fato, a coleção deste jornal estava incompleta. Nele, estudei os períodos de 1937 a 1942 e de 1946 a 1966, observando que eram freqüentes as denúncias sobre as injustiças sociais no campo. Assim, os textos clamavam por melhores condições de vida para os lavradores como: casas, escolas para seus filhos e terras onde eles pudessem plantar seus roçados. As páginas dos editoriais pintavam as cores trágicas do êxodo rural, tanto para os lavradores como para a agricultura paraibana e, conseqüentemente, para toda a sociedade.

Por esta razão, em alguns momentos tais escritos alertavam para o perigo da monocultura do agave, associando-a à expulsão dos homens do campo. Porém, não foram contra o cultivo da planta, desde que esta fosse “racionalizada”. Os principais colaboradores deste jornal eram jornalistas, deputados, poetas e alguns membros das elites agrárias, além dos clérigos.

Foi ainda pesquisado o jornal O SÉCULO, da cidade de Areia nos anos de 1946 a 1948. Este jornal semanal foi fundado em 1946 e seu último número, editado em 1949. Nas suas páginas, lidas em todo o estado, circulou o célebre debate: “Café, Açúcar e Agave.” Os principais contendores deste conflito foram, de um lado, o agrônomo Adelmo Machado, da Escola Agrônômica do Nordeste, situada em Areia, que, utilizando as teorias científicas agrônômicas, buscava explicar as doenças que dizimaram a cultura do açúcar e do café no Brejo; e, do outro, o produtor José Rufino de Almeida, que atacava grosseiramente a ciência agrônômica, resumindo suas pesquisas ao orgulho e à vaidade dos agrônomos. Tal querela iniciou-se em janeiro de 1948 e prolongou-se até setembro do mesmo ano. Escreviam neste jornal literatos, jornalistas, agrônomos e produtores como o sr. José Rufino de Almeida que, inclusive, era um dos financiadores deste veículo de comunicação.

Investiguei dois exemplares do jornal O MUNICÍPIO, de Guarabira, referentes aos anos de 1938 e 1939, estes apoiavam a agricultura racional, associando-a à expansão do agave, em algumas áreas do estado.

Também foram relevantes para a pesquisa revistas da época. Destaco a revista mensal “Paraíba Agrícola”, impressa de 1922 a 1957. Foram localizados poucos exemplares desta

publicação que, comumente, era dirigida por agrônomos, sendo estes os seus principais colaboradores, entre eles: Pimental Gomes, Adelmo Machado e Orlando Romero. Esta revista, que noticiava sobre o agave, também tratava de assuntos ligados ao comércio e à indústria, e é uma importante fonte sobre a história agrária paraibana. Eram publicados textos sobre safra, produção, além dos ensinamentos botânicos, veterinários e agronômicos da época.

Encontrei, ainda, raríssimos números da revista “Boletim de Publicidade Agrícola” (1937), ligada à Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas. Nela escreviam agrônomos, como Pimentel Gomes e Leônidas Machado Magalhães. Em suas páginas, foi citada a força dos fios têxteis das fibras nordestinas como o agave. Pesquisei, também, em alguns números da Revista Brasileira de Geografia e Estatística – IBGE, que noticiava sobre assuntos diversos: plantas, climas, populações, entre outros.

Foi importante, para esta pesquisa, a “descoberta” do arquivo particular do agrônomo Lauro Pires Xavier, na Fundação Casa José Américo, contendo vários escritos mimeografados e rabiscados pelo agrônomo. Parte deste material referia-se ao agave. Nestes textos, o autor defendia, incondicionalmente, a cultura desta planta no estado, os seus produtores, os seus comerciantes e a indústria local. Ademais, apresentava o agave como uma solução agronômica para as terras “desgastadas do Brejo” e para as áreas secas dos Cariris Velhos. Muitos destes escritos foram impressos nos grandes jornais do estado, como A UNIÃO e CORREIO DA PARAÍBA.

Ressalto, aqui, o trabalho dos jornalistas José Leal e Rafael Mororó, uma verdadeira epopéia do agave na Paraíba, intitulada “A civilização Dourada”. Esta obra não menciona devidamente as suas fontes. Contudo, a sua importância reside na sensibilidade dos autores terem captado o espírito otimista das elites técnicas, agronômicas e produtoras, que enxergaram na planta um “messias” capaz de redimir as terras secas do planalto da Borborema. Foram analisados documentos oficiais como relatórios agrícolas, sinopses estatísticas do IBGE, revistas publicadas por este órgão, anais para o desenvolvimento do Nordeste, estudos técnicos e econômicos do Banco do Nordeste do Brasil, entre outros.¹⁷

No que diz respeito às fontes orais, reanalisei com outro olhar nove entrevistas realizadas por mim em 1995, são elas: sr. Benedito Faustino da Costa; sr. Francisco Roque da Silva; sr. José Chavier de Almeida; sr. José Marques; sr. Gentil Venâncio Palmeira; sr. Manuel Soledade dos Santos; sr. Odon Cirilo Nunes, sr. Sales Roque Dantas e o sr. Severino Belo da Silva.

¹⁷ José Leal & Rafael Mororó. **A Civilização Dourada**. Guanabara: Pongetti, 1968.

Em 2002, escutei uma mulher de ex-puxador, D.Mariana Alves dos Santos, e a escolhi, porque, ao falar com seu marido, percebi que ela se mostrava interessada no nosso diálogo e gostava de participar opinando e “puxando pela memória do seu esposo,” o sr. José Alves dos Santos (sr. Zuza). Neste momento da pesquisa, comecei a fazer as histórias de vida com este narrador, e também dos senhores Odon Cirilo Nunes, José de Medeiros Dantas, Severino Pereira da Silva, Gaxite, Geraldo da Silva e Francisco Roque da Silva.

Em 2003, voltei a ouvir alguns destes narradores: o sr. José Alves dos Santos, sr. Geraldo da Silva, e outros personagens não entrevistados antes: Sr. Agenor Cassiano de Oliveira, sr. Manoel Roque da Silva (sr. José João), sr. Severino Batista de Oliveira, sra. Maria do Carmo Dantas, sr. Sérvio Félix de Souza. No mesmo ano, conversei com um “virador de motor”, que não quis ter sua conversa gravada, alegando ficar emocionado quando falava ao microfone e também temendo uma punição jurídica visto que, no passado, nas “atribuições do seu cargo”, agredira fisicamente um trabalhador. Todavia, considerei importantes alguns aspectos revelados por ele, por isto anotei atentamente, em meu diário, trechos da sua fala que priorizei, entretanto me comprometi com este “narrador” em não mencionar o seu nome no trabalho. Ademais, em outras situações, a exemplo das “espertezas” praticadas por patrões ou empregados, como os pequenos furtos, não publicizei o nome dos autores de tais feitos.

Em 2005, ouvi, mais uma vez, o sr. Odon Cirilo Nunes e dois novos e importantes sujeitos históricos para este trabalho: o sr. Jacinto Pereira dos Santos e o sr. Sebastião Simplício dos Santos.

Embora achasse necessário entrevistar trabalhadores que tivessem ocupado funções diversas no “motor de agave”, constatei na pesquisa que a maioria dos trabalhadores focava suas lembranças em uma ocupação: a da puxada. Assim, mesmo quando os trabalhadores haviam exercido outra tarefa no desfibramento do agave, falavam sobre estas experiências rapidamente. Desta forma, observei que, comumente, no motor de agave, os trabalhadores ingressavam em funções consideradas “mais baixas”: o corte, o cambito, o bagaço, ou a fibra, só posteriormente conquistando a puxada, portanto, os trabalhadores tinham vergonha de assumir que haviam sido cortadores, cambiteiros, bagaceiros ou fibreiros.

Na região, circulavam algumas histórias destes personagens: trabalhadores de motor, inclusive, sobre os puxadores, que os depreciavam. Entretanto, os cambiteiros e bagaceiros eram os mais rebaixados: os primeiros eram vistos pelos colegas como homens amaldiçoados, visto que estavam sempre surrando e blasfemando os jumentos, que transportavam as folhas do agave do campo para o local do desfibramento. Tais animais eram considerados

abençoados por Deus, uma vez que, para os lavradores, eles haviam auxiliado na fuga de Nossa Senhora e do Menino Jesus para fora de Jerusalém. Os segundos, isto é, os bagaceiros, eram vistos como os mais sebosos da equipe: estavam sempre sujos com o bagaço das folhas. Por isto, quando arranjavam uma namorada, diziam a ela que trabalhavam da caixa para o banco. De fato, moviam-se, diariamente, entre a caixa do motor, o cavuco, e o banco onde depositavam as folhas, usavam esta metáfora para ocultar a profissão que renegavam.

Por um lado, não era fácil encontrar um antigo cambiteiro ou bagaceiro disposto a falar sobre o seu degrado, notadamente porque, quase todos, se tornaram puxadores e desviavam-se sempre para as suas experiências nesta função, seja porque era a mais perigosa a que mais marcara a sua memória, a que mais lhes exigira atenção ou porque era a que tinha mais “*status*” entre os trabalhadores e produtores ou, provavelmente, por todos estes aspectos. Por outro lado, os trabalhadores entrevistados por mim tinham mais de 65 anos, muitos não possuíam mais a dentição completa. Assim, para minha surpresa, algumas entrevistas ficaram intranscritíveis, a exemplo da bela narrativa do sr. Sérvio Félix de Souza. Ao constatar a impossibilidade de degravar a nossa conversa, o entrevistei de novo, porém, o resultado foi o mesmo. Este também foi o caso do sr. Francisco Roque da Silva, já escutado por mim em 1995.

Durante a fase final da elaboração do texto, contei, ainda, com o que designei de “serviço de assessória” prestado por três informantes: o sr. Sebastião Simplício dos Santos, o sr. Jacinto Pereira dos Santos e o sr. Odom Cirilo Nunes. O primeiro, era um lavrador que morou durante muitos anos em um distrito de Picuí, e que por coincidência, atualmente reside próximo a minha casa, em João Pessoa. O meu “segundo assessor”, o sr. Jacinto, antigo morador de Cubati, infelizmente já falecido. E por fim, meu pai, o sr. Odom, um ex-produtor de agave, pertencente a uma família de proprietários de terras e agavicultores nos municípios de Cubati e Pedra Lavrada. Ele não só conhecia as tramas do mundo do patrão, como também confiava em mim, inspirado neste sentimento o sr. Odom ficou muito a vontade, fazendo, assim várias revelações. Estes sujeitos foram entrevistados por mim, todavia, foram importantes outros contatos para um melhor esclarecimento acerca das minhas dúvidas, neste caso, me apropriei dos conteúdos, mas não os transcrevi para os textos e só fiz quando os extraía dos depoimentos gravados.

Para todas as entrevistas, selecionei pessoas que vivenciaram o contexto da chegada do agave na área em estudo. Assim, escolhi pessoas com mais de 65 anos, algumas das quais compuseram a primeira geração de trabalhadores do agave. Outras, nos anos de 1940 e 1950, eram crianças que acompanharam a chegada das primeiras máquinas, viram crescer os

primeiros agaviais e ouviram as primeiras apropriações sobre a planta e, ao se tornarem adultos, integraram-se ao trabalho no agave.

Antes de iniciar as entrevistas, busquei informações com alguns conhecidos sobre as pessoas que deveria procurar, ou seja, aquelas que tivessem experiências no trabalho com a fibra; em seguida, me aproximava das pessoas indicadas para uma conversa informal, sem o uso do gravador, então explicava a natureza do meu trabalho e indagava sobre a possibilidade de gravarmos uma entrevista.

Ao realizar as entrevistas, não segui nenhum roteiro preestabelecido. Embora tivesse algumas perguntas determinadas, tentei deixar os depoentes livres, pois surgiam constantemente fatos inesperados que enredavam novos rumos. Todavia, não abdiquei dos meus objetivos, isto é, desvendar como os trabalhadores rurais interpretaram as suas experiências de trabalho com o agave. Entretanto, não os interrompia, quando eles fugiam das questões sobre as quais eram indagados, pelo contrário explorava a memória dos contadores, pois surgiam histórias inusitadas e que dizima muito sobre suas vidas. Todavia, durante os diálogos eu insistia nas perguntas que haviam sido secundarizados pelos depoentes, muitas vezes reformulando-as, usando expressões mais peculiares dos lavradores.

Ao meu ver, outro aspecto importante para o desenvolvimento deste trabalho fora a minha relação com os entrevistados, pois, apesar de várias diferenças partilho da mesma identidade territorial dos protagonistas desta história. Ademais, conhecia alguns dos narradores, desde a minha infância, a exemplo de D.Maria que me contava histórias de trancoso. Desta forma, eu e vários dos narradores tínhamos uma relação não só de respeito e cordialidade, mas permeada pela afetividade.

Ainda considero relevante para a realização das entrevistas o deslizamento da minha antiga posição da filha de dono de terras, visto que, atualmente o meu pai não possui mais terras, não tendo também o prestígio político que desfrutava no passado. Assim eu não era mais a filha do proprietário ou “chefe político” e nem tão pouco a estranha pesquisadora recém chegada na região. Penso que este território de historiadora “engajada afetivamente” e afastada dos interesses econômicos e das relações de poder local me proporcionou algumas credenciais relevantes para coleta das histórias devidas.

Os depoimentos ocorreram nas casas dos entrevistados, localizadas nas sedes dos municípios ou nos sítios onde ainda vivem alguns antigos trabalhadores de agave. As conversas aconteceram na presença de vários membros da família, que participavam ouvindo e falando. Estas pessoas se mostraram receptivas às entrevistas, sorriam, brincavam comigo e se mostravam felizes em fazer os seus relatos e gentilmente indicavam colegas que poderiam

falar sobre o agave. Nas conversas, os depoentes faziam questão de não parecer ingênuos, por isto, quando eu os indagava acerca da “profecia do capa verde”, eles imediatamente diziam que não ficavam mais temerosos em relação ao vaticínio e que, atualmente, são pessoas informadas: “*Agora a gente tem rádio, televisão e tá aqui conversando com você*”¹⁸, disse o sr. Zuza, mencionado anteriormente.

Após esta fase da coleta das entrevistas, escutei as fitas gravadas e as transcrevi, com ajuda de um colega que trabalha com fontes orais, cultura popular e memória, de modo a registrar todas as palavras ditas durante as gravações. Foi importante no trabalho de campo o uso de um “diário de campo”, onde anotei aspectos por mim considerados importantes, como: olhares que os entrevistados trocavam durante as conversas, sorrisos, enfim, gestos que também revelavam a forma como aquelas pessoas pensavam e agiam.

Usei os registros orais porque os considero fundamentais para a elaboração do discurso historiográfico. Heródoto, considerado o pai da história, já reconhecia a importância de ouvir as pessoas que vivenciaram os fatos narrados. Contudo, este procedimento gerou críticas mesmo entre os historiadores gregos e, no mundo moderno, os positivistas denunciavam a subjetividade na construção do conhecimento.

Tal problemática – objetividade/subjetividade – continua presente nas discussões acadêmicas. A pretensa vontade de traduzir o passado para o presente, realimentada no mundo moderno pelo mito da razão e da comprovação, possibilitou que as fontes orais fossem desqualificadas enquanto documentos. Assim, delimitaram-se as fronteiras e se estabeleceram as dicotomias: objetividade/subjetividade, verdade/mentira, ficção/realidade.

Foi a partir dos *Annales* que a noção tradicional de documento passou a ser questionada, apontando para a inexistência de hierarquias entre as fontes, sejam escritas ou orais, o que permitiu que a história oral readquirisse o *status* de documento no discurso historiográfico. O revigoramento da história oral foi marcado por um importante trunfo, como ressaltou o historiador François Bédarida:

*O reconhecimento de que a subjetividade é inerente à elaboração de todo e qualquer componente do passado, tal como nos chega através dos seus vestígios documentais, e o espírito do historiador que o reconstrói, buscando conferir inteligibilidade.*¹⁹

¹⁸ José Alves dos Santos, 74 anos, casado com D. Marina, com quem tem duas filhas. Herdou do pai alguns poucos hectares de terra, trabalhou como “puxador” de agave para vários patrões no município de Cubati e próximo a este. Este antigo trabalhador de agave é conhecido na região onde vive por sr. Zuza, tratamento que adoto neste texto. Entrevistado em Cubati, em novembro de 2002.

¹⁹ François Bédarida. Tempo presente e presença da história. In Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira (Orgs). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 222.

A questão da subjetividade, uma das críticas mais contundentes feita à história oral, perpassaria todo o discurso historiográfico, como assinalou Regina Dalgastáene: “*não se pode exigir do discurso histórico uma objetividade que não lhe é inerente. Os acontecimentos não estão estagnados no tempo; e é impossível recortá-los, e extrai-los do seu contexto para uma análise fria*”.²⁰

Para apreender os múltiplos significados que os trabalhadores rurais atribuíram ao trabalho com o agave, utilizei também a literatura de cordel. Alguns entrevistados colocaram a minha disposição suas pequenas bibliotecas, ou melhor, seus baús, onde estavam guardados documentos pessoais e os livros de cordel.

Conversei, também, com cantadores e cordelistas, alguns dos quais conheciam este e outros temas, como os poetas Francisco Sena e José Alves Sobrinho. Muitos cordéis foram encontrados por mim no arquivo do professor Atila Almeida, na biblioteca da Universidade Estadual da Paraíba, UEPB, em Campina Grande. Também consultei os setores da literatura de cordel na Fundação Joaquim Nabuco, em Recife; na Fundação José Américo e na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, ambas em João Pessoa e na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, além de alguns fragmentos de cordéis, sobre o agave, que foram publicados em jornais consultados.

A literatura de cordel é um dos poucos registros impressos que tratam do agave em uma perspectiva mais próxima da visão dos lavradores. Isto não quer dizer que o cordel seja uma visão exclusiva dos homens economicamente pobres da zona rural; embora tais documentos revelem a forma pela qual os lavradores liam e decodificavam o mundo, todavia, penso que não existem fronteiras sociais fixas demarcando a cultura dos grupos dominantes e subalternos, como lembrou Maria Ângela de Faria Grilo, ao referir-se aos cordéis: “*nenhum cordel traz em si uma expressão cultural pura ou realmente autêntica pelo fato de seu autor pertencer a algum grupo ou região isolada*”.²¹ Assim, como os trabalhadores do agave interiorizaram elementos provenientes do olhar dos patrões, estes também introjetaram componentes próprios da cultura dos grupos populares. Porém, penso que estes segmentos sociais atribuíram sentidos diferentes aos cordéis. Mais uma vez, retomo à estudiosa mencionada acima: “*... O texto do cordel pode possuir variados e diferentes significados para o seu autor, seus ouvintes e leitores*”.²²

²⁰ Regina Dalgastáene. **O Espaço da Dor**. Brasília: UNB, 1996. p. 47.

²¹ Maria Ângela de Faria Grillo. A Literatura de Cordel na Sala de Aula. In Martha Abreu e Rachel Soihet (Orgs). **Ensino de História**: Conceitos, Temáticas e Metodologia, op. cit. p. 120.

²² Idem, *ibidem*, p. 120.

Proponho-me a analisar a forma como os trabalhadores rurais dos Cariris Velhos vivenciaram as suas experiências em uma nova cultura do trabalho, baseando-me na leitura dos demais textos: orais e escritos, vendo-os como documentos que sofreram a influência do contexto em que foram produzidos, das posições das pessoas que os emitiram e, ao mesmo tempo, compreendendo que a minha leitura, embora balizada em um trabalho de investigação, em um quadro nocional e na minha imaginação, é apenas mais uma maneira de contar as histórias dos trabalhadores do agave, dos seus sonhos, das suas duras experiências, enfim, do seu cotidiano. Histórias de inclusão, de novos atores sociais, parafraseando Michel Foucault, homens e mulheres “comuns” que teceram astuciosamente os fios da história. Mas também história de exclusão de personagens e temas.

Este trabalho consta de três capítulos.

No primeiro, estudei a vida dos trabalhadores rurais nos Cariris Velhos, antes da introdução do agave, mostrando como viviam os lavradores, como organizavam seu trabalho e seu cotidiano, fornecendo assim, ao leitor, após ter fornecido a mim, paisagens históricas da região dos Cariris Velhos, que serviram para iluminar a compreensão dos capítulos seguintes.

No segundo capítulo, tratei dos discursos dos agrônomos, dos produtores e políticos em relação ao agave, desvelando, também, a forma como esta agricultura estimulava o monopólio da terra, expondo o momento em que os órgãos oficiais instituíram a ligação desta planta com o semi-árido paraibano, quando foram forjadas as imagens positivas das regiões secas, graças à sua integração aos fios dourados da civilização, tecidas com as fibras de agave, quando fora reforçada a identidade da planta constituindo-se como profilaxia contra as secas.

No terceiro capítulo, trabalhei como o impacto da agavicultura desorganizava culturalmente a vida dos trabalhadores, disciplinando-os e transformando o seu cotidiano, levando-os a empreender táticas de resistência à situação que lhes era imposta.

Delimitei como marco temporal o período compreendido entre 1937 e 1966: escolhi 1937 porque, neste período, o governo paraibano lançou uma campanha em favor desta agricultura, que, logo em seguida, passou a ser desenvolvida, ainda que timidamente, na área estudada. 1966 foi um ano de crise para as exportações do agave em todo o mundo. Nos países centrais do capitalismo, como os Estados Unidos e a Alemanha, surgiram novas alternativas têxteis, como o polipropileno e o polietileno, ambos derivados do petróleo. Estes fios sintéticos, por serem mais baratos que as fibras de agave, passaram a substituí-las no mercado externo. Esta conjuntura internacional afetou o contexto agavieiro paraibano.

CAPÍTULO I - OS CARIRIS VELHOS NA MEMÓRIA DOS ANTIGOS TRABALHADORES DE AGAVE

Neste capítulo, enfoco os significados que os lavradores atribuíram a categorias como agricultura, lucros, trabalho e roçado, bem como a sua noção de tempo.²³ Procuo fazer tais reconstituições considerando as experiências que estes atores sociais vivenciaram nas suas atividades agrícolas, antes da chegada do agave na região, ou seja antes dos anos 40 do século passado, destacando, também, as suas formas de lazer.

1.1 Senhores de Terras e Homens Sem-terra: Inscrevendo Solidariedade e Tensões

A região dos Cariris Velhos era definida pelos agrônomos como Planalto da Borborema, ou Chapada da Borborema, ou, ainda, Chapadão. Ela fora dividida em duas zonas: o Curimataú e os Cariris. O Norte deste planalto era também denominado de Curimataú ou Cariri, enquanto o sul era chamado de Cariris Velhos.

De um modo geral, esta área fora habitada pelos índios cariris, ou kiriris, muitos dos quais, ao serem pressionados pelos portugueses, no século XVI, fugiram em direção à Serra do Araripe, no Ceará. Assim, conforme o agrônomo Pimentel Gomes, existem dois Cariris: o mais antigo, que são os Cariris Paraibanos, inicialmente habitado, e outro que fica no Ceará. *“Há, assim, dois Cariris: um grampado na Borborema interessando principalmente à Paraíba, outro no sopé da Chapada do Araripe.”*²⁴

²³ Chamo de lavradores ou agricultores todos os segmentos sociais dependentes dos médios e grandes proprietários. Portanto, são: pequenos proprietários moradores, parceiros, que cultivavam a terra, juntamente com sua família, objetivando seu auto-abastecimento e a venda do pequeno excedente, e que não contavam com o apoio das instituições financeiras e não dispunham de técnicas mais modernas para realizar seu trabalho. Preferi evitar o termo camponês para designar os agricultores, mesmo entendendo que esta categoria guarda uma carga histórica, e até mesmo teórica, que remete à noção de resistência, presente nos meus entrevistados. Percebo, ainda, que alguns componentes culturais configuram o que comumente é definido como camponês no Brasil, a exemplo da cultura de trabalho, das crenças religiosas, entre outros. Porém, adotei uma expressão com a qual os sujeitos históricos, por mim escutados, se autoidentificavam, pois definiram-se como agricultores, moradores ou lavradores.

²⁴ Pimentel Gomes. “Cariri Velho, Um exemplo.” In Jornal A UNIÃO, 5ª feira, 04 jul. 1957. p. 5.

Mapa da Divisão Fisiográfica - 1945

Os Cariris Velhos formam um planalto de 400 a 700 metros. Apresentavam um regime de chuvas extremamente irregular e escasso. Este espaço constitui-se em uma das regiões mais áridas da Paraíba.²⁵

Este cenário é uma caatinga formada, em sua maior parte, por plantas espinhentas e lenhosas, como o gravatá-assú, o gravatá de lageiro, macambira, quixabeira, juazeiro. Algumas destas árvores eram também, na imaginação popular, esconderijos para as lendárias botijas. Histórias que se espalhavam, “corriam de boca em boca”. Uma menina sonhou que a botija estava guardada no tronco do juazeiro, em frente a sua casa. Histórias que inter cruzam mito e realidade e deslizam nas cordas do tempo.

Plantas e árvores acordavam, quase sempre, sob o calor de um sol escaldante, pois, mesmo na estação chuvosa, quando o inverno era regular, o sol se mostrava incansável, preguiçoso num dia, combativo no outro, lançando-se como um cobertor em chamas nas terras cascabulhentas dos Cariris, reinventando o mapa do tempo. Em certas tardes, sol e chuva disputavam a primazia dos céus. “Era o casamento da raposa,” dizia a lenda, que brindava os convidados com um arco-íris.

Neste vasto bosque, quando o sol adormecia, restavam os lageiros, bafejando febre, até serem vencidos pela brisa da noite e a umidade gotejada em orvalho. Então, sob o silêncio da lua, era possível ouvir o murmúrio dos rios e riachos distantes, enquanto o movimento ininterrupto dos homens e das mulheres, tecendo os fios da história, ressoava sob a lua e o sol.

Entendo que estes fatores da natureza estavam relacionados com a forma como estas pessoas organizavam suas vidas, mas não as determinavam, pois os sujeitos, na sua luta diária, se transformam e transformam a natureza, dialeticamente. E esta relação, este intercâmbio homem/natureza, é fundamental para a construção da história, como nos ensinou Marx:

*O primeiro pressuposto de toda a história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro estado de coisas a se constatar é portanto a organização corporal destes indivíduos e a relação com a natureza restante que aquela lhes dá.*²⁶

²⁵ Em alguns trechos, a pluviosidade média registra índices que vão de 637 – 850 mm; em outras, a precipitação oscila entre 225 e 300 mm. As chuvas não têm mês certo para começar e terminar. A temperatura média varia entre 20 e 26°C, sendo os meses de dezembro, janeiro e fevereiro os mais quentes do ano, quando a temperatura pode atingir 31°C, enquanto, no período de junho a agosto, a temperatura cai, podendo chegar até 17°C.

²⁶ Karl.Marx e Frederick Engels. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: HUCITEC, 1984. p. 17.

Mapa da Distribuição da Flora da Paraíba - 1892

Assim, nas terras áridas e escaldantes dos Cariris Velhos, homens e mulheres registraram e registram suas pegadas lançando-se às rodas da história. São estas pessoas, notadamente, aquelas que pertencem aos extratos econômicos mais pobres, que procuro mostrar na história que contarei. Para iniciá-la, apresentarei rapidamente D.Maria do Carmo Dantas, nascida em 08 de agosto de 1924, filha de pais órfãos, ambos adotados por uma mesma família, de grandes proprietários de terra. D.Maria casou-se aos 14 anos, com sr. Evaristo, e, como muitas mulheres parideiras do sertão nordestino, deu à luz 22 crianças.

Entretanto, para além desta partilha com outras mulheres, a história de vida desta narradora aponta outras identidades que ultrapassaram a fronteira do gênero e mostraram-se comuns a todo um grupo social, como aflora no texto abaixo, narrado por D.Maria, sobre seu passado e dos seus pais:

Era nas terras dos pais de criação deles. Num era deles. Eles não tiveram pais. Foram criados órfãos, foram tomados pelo Juiz de menor. Moramos lá até quando saímos pra Campina Grande, fomos tudo pra Campina, mas eu caí na sorte de voltar pra aqui. Aqui me casei e vim sofrer de novo. E fiquei até a data de hoje, sofrendo muito nessa terra, e me acostumei a sofrer, acho bom. Adoro meu torrão de terra. Fico braba quando uma pessoa fala daqui de nós. E hoje tô na idade que tô, trabalhando numa terra dum filho meu, que é de José, Isso aqui num é mais lá, lá ficou lá é Cubati, aqui nós já tamo em Pedra Lavrada. Foi o tempo que fiquei, meus avós morreram, nós fiquemo lutando com seu avô, era Mané Cirilo, ele ficou como administrador, e veio comprando de lá pra cá, quando seu avô morreu nós tava morando aqui nas terra dele. Aí ficaram naquela agonia, vai ser inventariado, pra donde vocês vai, eu digo, enquanto quiser nós aqui nós tamos, nós inda tivemo sorte grande, que a terra que pegou, esse trecho aqui pegou seu João Cirilo, seu João tava no Rio num tava aqui. Ele veio depois quando Mané Cirilo tinha morrido com dois anos, foi que ele chegou aqui e veio bater onde ta nós aí conversou 'disse o que é que Evaristo eu vou fazer por você eu não quero isso que eu não preciso disso eu vim vender e quero vender a você aí eu disse: eu não posso comprar não que eu não tenho condição de comprar, não aqui os inverno é pouco eu num faço nada você sabe mais do que eu. Aí ele disse: 'se eu morasse perto de você, eu ajudava muito, mas eu moro longe num posso ajudar toda hora na hora da precisão.' Aí ele disse: 'e o José que ta morando em Curitiba num pode comprar isso não eu digo ele falou de comprar uma casa pra Evaristo na rua aí eu num sei se ele compra. Ele disse que quero o endereço de José', aí eu fui e dei o endereço de José de Curitiba dei o telefone ele comprou. José comprou isso aqui a seu João por telefone seu João mandou a procuração.²⁷

²⁷ Maria do Carmo Dantas, 79 anos, nasceu no município de Pedra Lavrada, onde os seus pais viviam, morando em terras de terceiros, com quem mantinham relações de moradia. A idade que consta neste texto, tanto para esta

Esta narrativa apresenta vários temas da vida de D.Maria como, por exemplo, o apego à terra onde nasceu, viveu e mora até hoje. Fala, também, da luta cotidiana pela sobrevivência. Mas chamarei a atenção para um fator que era comum a um grande número de lavradores e lavradoras: trata-se da falta de terra e a dependência destes atores sociais aos grandes e médios proprietários da região estudada. Como seus pais, que moraram, até emigrarem para Campina Grande, em terras de terceiros: “padrinhos-patrões”, configurando a relação de apadrinhamento no interior do Nordeste e da Paraíba, D.Maria também tinha seus patrões, o que tornava sua vida imprevisível e a deixava mais vulnerável diante deles: “*enquanto quiser nós aqui, nos tamos*”.

Assim, a decisão de morar em uma casa, em um lugar, não lhes cabia inteiramente. A qualquer momento, esta narradora poderia deixar o seu torrão natal, a terra de que ela tanto gostava e rumar para outro lugar, tendo que reorganizar toda a sua vida. Não acredito que esta submissão, que parece transparecer na fala desta informante, fosse vivenciada passivamente, pois parto da compreensão de que as relações entre patrões e trabalhadores são práticas constantes que têm como lastro um tecido ambíguo, marcado pelo conformismo e resistência, pelos deslocamentos, pelos conflitos, pois são relações de poder.²⁸ Todavia, na figura do proprietário de terra, concentrava-se mais poder, como configurou o historiador Durval Muniz:

*O homem é o dono da terra, é proprietário da terra, por isso ele é o pólo dominante na relação do poder que se estabelece entre eles e os sem terra, e esta subordinação faz com que o poder se concentre cada vez mais no outro pólo da relação.*²⁹

Esta relação desigual denunciava o perfil distributivo da terra no Brasil, que se baseava na formação dos grandes latifúndios orientados para a monocultura. Este modelo agrário teve sua formação no período colonial, a partir da concessão de grandes sesmarias, e continua até hoje.

Em 1850, a Lei de Terras reafirmara a tendência de concentração da propriedade fundiária. Tal norma determinava que a aquisição da propriedade da terra só ocorresse mediante compra. As terras devolutas pertencentes ao Estado seriam vendidas em hasta pública. Sobre isto, o sociólogo José de Souza Martins disse:

narradora como para os demais entrevistados, corresponde à idade que estes tinham quando foi gravada a entrevista. Entrevistada no município de Pedra Lavrada, em setembro de 2003.

²⁸ Sobre as relações de poder, ver Michel Foucault. **A microfísica do poder**. op. cit.

²⁹ Durval Muniz de Albuquerque Júnior. “A fome tira o juízo, seca e conflitos sociais”. In **O grão**, ano I, nº 4 – set./out. 1985. p. 69.

Em 1850, a Lei de Terras instituiu um novo regime de propriedade em nosso país, que é o que tem vigência até hoje, embora as condições sociais e históricas tenham mudado muito desde então. Ao contrário do que se deu nas zonas pioneiras americanas, a Lei de Terras instituiu no Brasil o cativo da terra – aqui as terras não eram e não são livres mas cativas. A Lei 601 estabeleceu em termos absolutos que a terra não seria obtida por outro meio que não fosse o da compra. Extinguia, assim, completamente a viabilidade da posse liberada no interregno de 1822 a 1850.³⁰

As terras devolutas foram transformadas em monopólio do Estado. Com esta medida, os homens mais próximos da estrutura do poder adquiriram áreas em condições favoráveis, como enfatizou Manuel Correia de Andrade: “Grandes áreas foram muitas vezes, vendidas a preços simbólicos conforme a maior ou menor influência do pretendente.”³¹

Desta forma, no século XX, a estrutura fundiária do país apresentava-se extremamente concentrada, como mostra a tabela abaixo:

TABELA 1 - A Estrutura Agrária no Brasil – (1920–1940)

GRUPOS DE ÁREA	NÚMEROS ABSOLUTOS			
	Número de Estabelecimentos	Área (ha)	Número de Estabelecimentos	Área (ha)
Menos de 10 hectares	-	-	654.557	2.893.439
De 10 a menos de 100 hectares	463.879	15.708.314	975.438	33.112.160
De 100 a menos de 1.000 hectares	157.959	48.415.737	243.818	66.184.999
De 1.000 a menos de 10.000 hectares	24.647	65.487.928	26.539	62.024.817
De 10.000 hectares e mais	1.668	45.492.696	1.273	33.504.832
Sem declaração	-	-	2.964	-
TOTAL	648.153	175.104.675	1.904.589	197.720.247

Fonte: IBGE Brasil. Séries Estatísticas Retrospectivas, Rio de Janeiro: V.I, 1970, p.85

Com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, observo que, entre os anos de 1920 e 1940, a estrutura fundiária continuou concentrada, com poucas propriedades de terras possuindo largas faixas territoriais, enquanto as demais apresentavam-se pequenas, em regra geral eram insuficientes para assegurar a subsistência familiar e autonomia dos pequenos proprietários em relação aos grandes e médios proprietários.

³⁰ José de Sousa Martins. **Expropriação & violência**: A questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 71.

³¹ Manoel Correia de Andrade. **O Nordeste**: A Reforma Agrária Ainda é Necessária. Recife: Guararapes, 1981. p. 47.

Todavia, fora registrado um crescimento do número de estabelecimentos e de área nas faixas de 10 a menos de 100 hectares e nos lotes com 100 a 1.000 hectares. Ainda é possível perceber uma diminuição da área que apresentava extensão entre 1.000 hectares a menos de 10.000 hectares.

Os índices de crescimento da Tabela 1 podem ser verificados pelos números abaixo:

TABELA 2 – A Estrutura Agrária no Brasil (1920-1940) e Índice de Crescimento do Número de Estabelecimento e Área (ha)

	Estabelecimento		Área (ha)	
	1920	1940	1920	1940
10 a menos 100	100	210,27	100	210,79 (+)
100 a menos 1.000	100	154,35	100	136,70 (+)
1.000 a menos 10.000	100	107,67	100	94,72 (-)
10.000 e mais	100	76,31	100	73,64 (-)

Obs.: Tabela elaborada a partir da Tabela I

Além deste grande número de pequenos proprietários, existia uma vasta população composta por homens sem-terra. Todavia, este monopólio da terra, apesar do poder das oligarquias rurais, estava sendo questionado nas primeiras décadas do século XX, através do manifesto do clube de 3 de outubro, como escreveu a historiadora Aspasia Camargo: *“reduzir ao mínimo possível todas as formas de latifúndio especialmente nas faixas de território próximo ao litoral e às vias de comunicação”*.³²

Estas propostas, em parte, inspiravam o movimento revolucionário de 30. Todavia, os vencedores lutavam por objetivos bastante diferentes: os tenentes buscavam algumas reformas sociais; as classes médias e urbanas queriam um Estado mais liberal, e as oligarquias fundiárias estavam desejosas de ampliar sua rede de influência no âmbito federal. Neste contexto, as forças oligárquicas nordestinas conservaram inatingível o seu “bem maior”, isto é, o monopólio da terra.

Os trabalhos realizados na Assembléia Constituinte Nacional, em 1934, mencionavam alguns aspectos relacionados à propriedade da terra, notadamente no que diz respeito a sua função social, que não poderia ser exercida contra os interesses coletivos. Porém, o direito à

³² Aspásia de Alcântara Camargo. A Questão Agrária. In. Boris Fausto (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano; Sociedade e política (1930-1964)** Tomo III, v. 3. São Paulo: DIFEL. 1977. p. 134.

propriedade foi garantido, salvo em casos de desapropriação por interesse social e mediante indenização em dinheiro. Neste momento, também fora institucionalizado o direito de usucapião. Todavia, esta Lei, segundo o economista Francisco Varela, teve uma duração extremamente curta, não justificando sequer a sua regulamentação.³³

Na Paraíba, em 1935, na Assembléia Legislativa, ocorreram várias contendas sobre a terra, envolvendo os deputados situacionistas e aqueles que, à época, eram considerados progressistas. Na ocasião, o deputado Fernando Pessoa apresentara uma proposta sobre a divisão e demarcação das terras do estado. Esta emenda, inicialmente, fora rejeitada pelos deputados situacionistas. Osias Gomes, ex-assessor de João Pessoa, relatara a postura intolerante dos deputados.³⁴ Pois estes alegaram que “*a emenda era atentatória ao direito da propriedade privada e que a divisão proposta aniquilava o regime de condomínio econômico*”.³⁵ Desiludido com os rumos da política social, denunciara, também, o afastamento dos ideais de 1930:

Não se deram conta os nobres deputados paraibanos, de que a divisão, em vez de aniquilar o condomínio, o fortalece sob bases mais sólidas, dada a existência da cooperação agrícola.

Quanto à defesa do latifúndio, para que ele se conserve como o intangível fator de pauperismo, estiolando as populações agrárias, entrave maior ao desabrochar das nossas implícitas possibilidades econômicas – o episódio nos faz recuar melancolicamente uns cinqüenta anos, pelo menos, ao sombrio passado.

*É incrível que esse espantinho da moderna estrutura econômica ainda seja erguido como totem da salvação coletiva, quando fora a própria revolução que se comprometera combatê-lo num dos seus pontos programáticos.*³⁶

Desta forma, a concentração da propriedade nas mãos de poucos proprietários continuara sendo um traço fundamental da situação agrária da Paraíba, como de resto em todo o Brasil, dos anos 1930. Os homens com pequenas porções de terras ou totalmente destituídos delas compunham uma categoria numericamente superior aos senhores de terra.

Assim, na área em estudo, dos Cariris Velhos da Paraíba, D.Maria, mencionada acima, e muitos outros atores sociais, estavam privados da propriedade da terra, e, em certa medida, subjugados aos sujeitos que a detinham. Portanto, os homens sem-terra deveriam trabalhar e morar em terras alheias, enquanto aqueles que possuíam pequenas faixas de terras

³³ Francisco Varela. **A Questão Agrária Nacional e Assentamentos Rurais na Paraíba**. João Pessoa: Idéia, 2002. p. 59.

³⁴ Importante político paraibano, que governou a Paraíba entre os anos de 1928 e 1930.

³⁵ Cit Martha Maria Falcão de Carvalho e Morais Santana. **Poder e Intervenção Estatal – Paraíba (1930-1940)**. João Pessoa: UFPB, 1999. p. 214.

³⁶ Idem. p. 215

apresentavam-se também dependentes de grandes e médios proprietários. São estes homens e mulheres sem-terra ou micro proprietários que, a partir dos anos 40 do século passado, passaram a compor as primeiras gerações de trabalhadores no desfibramento do agave.

Todavia, no palco da região estudada, iam sendo fiadas as dessemelhanças e identidades entre os seus moradores. Pois esta região, inicialmente, fora habitada por índios que se espalharam por esta vasta área, desenvolvendo uma economia comunitária, cultivando a agricultura de subsistência: o milho, a mandioca e o algodão, e praticando a caça e a pesca, como apresentou o geógrafo Belarmino Neto:

A economia desses grupos era pautada na agricultura do feijão, milho e jerimum, além da caça e pesca. Os Carnoiós habitavam o sul do Planalto da Borborema, no vale do Paraíba, nas áreas hoje denominadas de Boqueirão e Cabaceiras, os Sucuru estavam na mesma área, só que mais ao ocidente, entre os rios São Miguel, Sucuru e do Meio, formadores do rio Paraíba. Outras tribos dos Sucuru foram encontradas ao norte do Planalto da Borborema, no Vale do Curimataú, os Tarairiú eram nômades (Panati, Pega, Ariú, Canindé, Jenipapo) espalhavam-se por diferentes áreas do sertão paraibano e de outros estados como o Rio Grande do Norte e Ceará.³⁷

A conquista deste planalto, pelos colonizadores, começara a ocorrer no século XVII. Desde então, a região passou por um processo de pecuarização, secundarizando a agricultura de subsistência, que se destinava ao abastecimento das fazendas. O criatório permitiu o aumento da população branca no interior e a diminuição dos habitantes nativos, como descreveu o sociólogo Ramilton Marinho Costa:

Além do extermínio e aldeamento das tribos, a guerra dos bárbaros (1673-1704) trouxe também o aumento da povoação no interior. Esta povoação se fez pela força do gado penetrando as terras em criação – ultras -extensivas – atividade que se manteria predominantemente até o fim do século XIX. Foi, portanto, o início do século XVIII, que marcou a consolidação dos fazendeiros no Sertão e a adoção de Sesmarias no Curimataú, como por exemplo a de Picuí e Cuité (1704). As fazendas do Curimataú vieram posteriormente.³⁸

Desde então, fora sendo tecida uma cultura peculiar que misturava as diversas visões de mundo formadas por negros, brancos e índios. O processo de interculturalidade, daí decorrente, redimensionava a própria fé, fazendo surgir representações lendárias, tais como as casas mal-assombradas, as benzedeadas e as temidas catimbozeiras. Este multiculturalismo

³⁷ Belarmino Mariano Neto. **Ecologia e Imaginário: Memória Cultural, Natureza e Submundialização**. João Pessoa: CT/UFPB, 2001. p. 44.

³⁸ Ramilton Marinho Costa. **Perfil geo-sócio-econômico dos municípios de AMCUP**. (mimeografado), p. 8.

coexistia com as capelas, que constituíram, basicamente, o marco inicial dos povoados, a exemplo do que ocorreu no município de Pedra Lavrada, quando, em 1750, fora instalada a primeira fazenda, de propriedade dos Gomes Barreto. Cerca de dez anos depois, em 1760, fora solicitada ao Bispo de Pernambuco, D. Tomaz da Encarnação Costa, a construção de uma capela para a fundação do povoado.³⁹

Neste cenário, destacava-se a figura do vaqueiro com sua habilidade que, embora cultivasse a lavoura de subsistência, possuía mais prestígio do que os lavradores e os escravos. Ao refletir sobre esta relação no contexto brasileiro, a historiadora Mary Del Priore e seu co-autor disseram: *“um quarto de bezerros pertencia ao vaqueiro. O tamanho dos currais variava de acordo com o rebanho e o número anual de bezerros, chegando até um quilômetro quadrado”*.⁴⁰

Na região em estudo, este processo também ocorreu de forma muito semelhante, não só no que diz respeito à repartição dos animais, como também aos significados que os demais membros da sociedade atribuíam às funções do vaqueiro, pois este não era escravo e tinha mais recursos materiais do que os moradores. Ademais, os vaqueiros não eram privados do cultivo da terra. Assim, ocupavam uma posição ligeiramente superior em relação aos outros trabalhadores rurais. Este lugar de destaque ainda prevalecia no período focado neste trabalho.

Até meados do século XIX, a criação de gado convivia, também, com a agricultura de subsistência. Esta lavoura era praticada pelos escravos, “moradores de condição”, posseiros, meeiros e os índios. Assim, plantava-se mandioca, milho, feijão e algodão. Mas esta sociedade permaneceu mais voltada para o pastoril.

Todavia, a partir do século XIX, este cenário se modificara no âmbito da macro economia, pois o algodão passou a ser valorizado no mercado externo, sobretudo em Londres. Neste momento, as exportações do algodão aumentaram a exploração dos agricultores, que foram submetidos a ritmos mais intensos de trabalho para que se realizasse a produção da lavoura de exportação. Este processo acarretou algumas mudanças na vida dos agricultores, como observou Durval Muniz Jr.: *“O capital trazido por estes comerciantes vai interessar ao dono da terra, que muitas vezes é o próprio comerciante. Por isso ele vai exigir uma maior produção do seu agregado, do pequeno produtor, e a exploração sobre este é ampliada”*.⁴¹

³⁹ Idem. p. 40.

⁴⁰ Mary Del Priore e Renato Pinto Venâncio. **O livro de ouro da História do Brasil**. Rio Janeiro: Ed.Ouro, 2001. p. 95.

⁴¹ Durval Muniz de Albuquerque Júnior. “A Fome Retira o Juízo” seca e conflitos sociais. op. cit. p. 73.

Assim, os pequenos roçados, que até então eram concedidos aos lavradores pelos médios e grandes proprietários, tornaram-se cada vez mais alvo da cobiça destes segmentos. Todavia, tais grupos continuaram entregando suas terras para serem cultivadas pelos trabalhadores rurais, pois os contratos de parceria, de meia e moradia, que vigoravam antes da expansão algodoeira, foram mantidos.

Desta forma, na área em estudo, os trabalhadores sem-terra não ficaram privados dos seus roçados, uma vez que as práticas tradicionais do uso da terra, baseados em relações de moradia, parceria, arrendamento e em tipo de relação denominada de conga, estavam sendo reescritas com a expansão da lavoura algodoeira.

No caso das relações de moradia, o morador residia com sua família no interior da fazenda de um grande ou médio proprietário e devia zelar pelas terras do fazendeiro e cultivá-las com algodão, milho ou feijão, sendo uma parte da produção obtida no próprio roçado e destinada ao proprietário, ao qual cabia metade do algodão e um terço ou a meia do milho e feijão. Além disto, o morador trabalhava cerca de dois ou três dias por semana para o patrão, geralmente consertando cercas, fazendo desmatamentos, e outras atividades, recebendo pelo seu serviço uma baixa remuneração.

Sobre as obrigações na propriedade dos patrões, retomo o depoimento de D.Maria:

Trabalhava no meu roçado, no roçado de casa e merecia obrigação de quando o proprietário tinha um serviço, fosse morador tinha que fazer. Nós não tinha nem direito de dizer assim eu vou trabalhar acolá, não, se o fulano tem serviço, nós é quem faz. ...Recebia um pouco, mas recebia.⁴²

A fala de D.Maria demarca o lugar de poder dos patrões. Pois estes se arrogavam o direito de exigir que seus agregados priorizassem o serviço na “fazenda grande”, interditando-lhes que escolhessem livremente o lugar onde queriam trabalhar. Morar em terras alheias significa, para os moradores, obediência aos seus patrões e renúncia a propostas de trabalhos mais compensadoras e que os remunerassem um pouco melhor.

Trabalhando para os seus patrões ou para outros proprietários, os lavradores eram mal remunerados. Conforme Orris Barbosa, a média de salários dos trabalhadores rurais do Nordeste, entre 1926 e 1930, era a seguinte: “para os homens, a média do salário a seco tem sido entre 2\$500 e 4\$0000 por dia, e entre 1\$000 e 2\$000 para os meninos e mulheres que são empregados no plantio e limpa de cana, colheita e limpa de algodão e cereais”. Como mostra a Tabela a seguir.

⁴² Maria do Carmo Dantas, entrevistada em Pedra Lavrada, em setembro de 2003.

TABELA 3 - Salário dos Trabalhadores Rurais Nordestinos – (1920-1930)

ESTADOS	1926		1927		1928		1929		1930	
	Min.	Máx.								
Piauí	2\$500	3\$500	2\$000	3\$000	2\$500	3\$000	2\$500	3\$500	2\$000	3\$000
Ceará	1\$600	2\$500	2\$000	3\$000	2\$500	3\$000	2\$000	3\$500	2\$000	3\$500
R.G. Norte	1\$500	5\$000	2\$000	3\$000	2\$500	3\$500	2\$000	3\$000	2\$000	3\$500
Paraíba	1\$501	5\$000	2\$000	5\$000	1\$500	3\$500	2\$000	5\$000	1\$500	3\$500
Pernambuco	2\$000	4\$000	2\$000	5\$000	2\$000	3\$500	2\$500	5\$000	2\$000	3\$500
Alagoas	2\$000	4\$000	2\$000	5\$000	2\$000	3\$500	2\$000	5\$000	1\$500	3\$500
Sergipe	1\$000	8\$000	2\$000	6\$000	3\$500	4\$000	2\$000	4\$000	1\$500	3\$000

Fonte: Orris Barbosa. Seca de 32. Rio Grande do Norte: Edição Mossoroense, 1998, p.48.

No Brasil do início do século XX, os lavradores não estavam protegidos por uma legislação, como disse José Américo de Almeida, em 1932: “*O esquecimento em que jaz o trabalhador rural. O da cidade consegue concessões sobre concessões, mas o do campo continua escravo pior do que o preto antigamente*”.⁴³ Embora, concorde que os trabalhadores do campo haviam sido secundarizados pela legislação trabalhista, não compartilho da idéia de “esquecimento do trabalhador rural”, sobretudo para os anos de 1930, quando o Governo Federal buscava integrar estes sujeitos históricos por meio da expansão da fronteira agrícola, e também promovendo uma incorporação imaginária do lavrador ao construir uma imagem que positivava o seu trabalho, como fez Cassiano Ricardo:

*A tua mão é dura como casca de árvore.
Ríspida e grossa como um cacto.
Mão aumentada pela santidade do trabalho.
Suja de terra e enorme, mas principalmente enorme.
Como estar sempre num primeiro plano.
Na sucessão das coisas – frutos, árvores, lavouras –
que saem dela ao fim de cada ano.*⁴⁴

Desta forma, de acordo com o discurso oficial, o homem do campo, com suas mãos calejadas e com o seu trabalho, construía esta nação. Esta nova visão, projetada pelo Estado Novo, para este grupo social, o tirava da invisibilidade, mas não o contemplava com os mesmos benefícios que os trabalhadores urbanos haviam conquistado na mesma época. Tal

⁴³ José Américo de Almeida. Entrevista concedida ao Jornal O Globo, Rio de Janeiro, apud Jornal A UNIÃO, João Pessoa: 19 out. 1932. pp.1 e 3.

⁴⁴ Cassiano Ricardo apud Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva. **A Terra Prometida: Uma História da Questão Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 119.

exclusão dos trabalhadores do campo, do amparo da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT evitara um confronto entre Vargas e as oligarquias rurais, que temiam a extensão do salário mínimo para o campo. Os esclarecimentos do Presidente da Comissão de Salário Mínimo da Paraíba dimensionam o medo dos proprietários de terra em relação à CLT : “*As Leis que instituíram o salário mínimo e o fixaram não alteram as modalidades de trabalho. Assim sendo, nenhuma lei social existe, que eu saiba, proibindo o regime de trabalho de ‘meia’, tão comum nas fazendas do sertão nordestino*”.⁴⁵

Assim, em regiões como o Nordeste, os “senhores de engenho” do litoral e os coronéis pecuaristas do Sertão e do Agreste constituíam, ainda, uma forte rede de poder, pois se sentiam capazes de arbitrar as questões que envolviam seus trabalhadores, sem a intermediação da legislação, como disse Fernando Antônio Azevedo:

*...As relações de trabalho não eram regulamentadas pelo Estado, nem amparadas por nenhum tipo de legislação, estando tanto o trabalhador rural quanto o campesinato à margem dos direitos sindicais ou de associação e sem acesso aos benefícios da previdência social. Assim, os contratos de trabalho, bem como de arrendamento ou parceria, eram negociados diretamente com o grande proprietário da terra e rompidos arbitrariamente, quando este último assim o quisesse. A lei do salário mínimo, férias ou 13º salário também não vigoravam no campo, bem como a aposentadoria e outras prerrogativas e direitos sociais já conquistados pelo assalariado urbano.*⁴⁶

Todavia, não se deve generalizar o desamparo dos trabalhadores rurais. Na região do Sudeste brasileiro. Maria Yedda Linhares, por exemplo, flagrou várias situações em que os proprietários foram acionados juridicamente pelos seus moradores, meeiros e algumas destas causas foram julgadas em favor dos reclamantes.⁴⁷

Entretanto, acredito que, pelo menos até meados do século XX, atitudes mais reivindicativas aconteciam apenas em lugares em que a CLT exercia um papel de destaque no imaginário dos trabalhadores, isto é, nas regiões cujo processo de industrialização e urbanização era mais intenso que no Nordeste, e, sobretudo, na Paraíba, e em especial na área de estudo, em grande parte composta por distritos, relativamente longe das comarcas municipais, de rádios e outros meios de comunicação que pudessem esclarecer, ou ao menos apontar, a existência de uma legislação que, teoricamente, visava proteger os trabalhadores.

⁴⁵ “Informações Agrícolas”. In A União Agrícola, 5ª feira, 14 nov. 1940. p. 1, (2ª secção).

⁴⁶ Fernando Antônio Azevedo. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 38.

⁴⁷ Sobre isto, ver Maria Yedda Linhares e Francisco C. Teixeira. **A Terra Prometida**: Uma questão agrária no Brasil, op. cit. pp. 161 e 162.

Para Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira existiam contradições na CLT, pois, esta legislação excluía os trabalhadores rurais de quaisquer benefícios e, ao mesmo tempo, impunha algumas exigências semelhantes para os patrões do campo e da cidade:

*Entretanto, no Título II, artigo 13, estabelecia a obrigatoriedade da carteira de trabalho para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural e ainda que em caráter temporário. O parágrafo 1º do mesmo artigo cita claramente o proprietário rural e mesmo aqueles que trabalham em regime de economia familiar. Criava-se, assim, uma clara tensão no texto.*⁴⁸

Na área em estudo, os trabalhadores estavam totalmente à margem da CLT, sendo conservadas as relações tradicionais. Neste contexto, proprietários e agregados mantiveram as antigas práticas, uma das quais se caracterizando pelos empréstimos que os primeiros faziam aos segundos. Assim, aqueles cediam aos lavradores uma quantia em dinheiro, que era usada nas suas despesas semanais e de sua família, tais como café, sal, querosene e outros produtos não cultivados na lavoura e obtidos nas feiras locais.

O sr. Severino Batista de Oliveira de Josete, 76 anos, falou sobre os empréstimos contraídos junto aos fazendeiros e algumas das suas finalidades:

*Comprava, comprava farinha. Mais o patrão arrumava dinheiro, ele arrumava o dinheiro. Eu morei dezesseis ano mais, dezesseis ano num é dezesseis dia. Aí toda semana a mulher ia pra rua e eu ficava no roçado no Sábó. Ia pra feira e eu ficava no roçado trabalhando eu e uma menina que eu tinha uma moça eu nunca vi uma mulher que trabalhar dentro daquela qualidade ela, hoje, mora em João Pessoa...*⁴⁹

O trecho mencionado acima aponta um jogo recíproco marcado por obrigações e deveres entre senhores de terra e homens sem-terra, como o sr. Severino, por isto este lavrador achava “natural” que o seu patrão, para quem ele havia trabalhado vários anos, lhe financiasse empréstimos que eram usados nas suas despesas básicas, “*Afinal de contas, dezesseis ano num é dezesseis dias*”, resmungava o depoente. Quantas vezes, durante todo este tempo, sr. Severino não havia abandonado o seu próprio roçado ou renunciado a outros afazeres do seu interesse, para servir ao seu patrão? Nesta ótica, era justo, portanto, que esse o apoiasse na hora da sua necessidade, quando o narrador precisasse dos seus empréstimos para

⁴⁸ Idem. p. 128.

⁴⁹ Severino Batista de Oliveira, nascido no município de Araruna, na Paraíba, onde morou até os 17 anos com os avós, em terras da família. Posteriormente, morou em vários lugarejos da Paraíba e até mesmo no Piauí. Depois passou a viver maritalmente com a senhora Josete, sendo conhecido, pelos amigos, como Severino de Josete. Usarei apenas o nome Severino para me referir a este narrador. Entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

fazer frente às suas despesas semanais. Esta prática expressava o reconhecimento do proprietário pela dedicação do trabalhador esmerado. Neste sentido, favor e dívida não se encontravam em pólos opostos, representados pelos proprietários e os agricultores, respectivamente, mas se “complementam”, pois “uma mão lava a outra”, como diz o adágio popular, constituindo-se, assim, um campo de tensão.

Percebo que estas relações de reciprocidade eram também fundamentais para a hegemonia dos proprietários em relação aos trabalhadores sem-terra. Neste sentido, entendo que as relações de poder não se encontram localizadas em nenhum ponto específico da sociedade, estando, portanto, pulverizadas entre os demais grupos sociais, e dentro destes. Michel Foucault, ao formular suas considerações teóricas sobre o poder, destacou que este não emana do Estado, dos poderes individuais, ele se constitui na relação social. Roberto Machado, ao discutir tais inferências teóricas, diz: “*o poder não existe, existe sim práticas ou relações de poder, o que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona*”.⁵⁰

Outro tipo de relação de trabalho, na área estudada, era a parceria. Os agricultores parceiros não moravam nas terras dos proprietários, muitas vezes eram minifundiários, e a extensão de suas terras era insuficiente para prover o seu sustento; assim, eram também muito dependentes dos grandes e médios proprietários, que recebiam dos seus agregados uma renda pelo uso da terra, geralmente, o equivalente a 50% da produção de algodão.

Conforme os dados obtidos na pesquisa de campo, a produção, tanto dos meeiros como dos moradores, era comumente pesada em instrumentos extremamente rudes, pelo menos, até os anos de 1960. Estes equipamentos eram de tábuas e confeccionados pelos carpinteiros locais, enquanto os pesos eram representados por pedras, medidas nas balanças romanas que existiam nas cidades ou vilas próximas das fazendas. A pesagem dos grãos e das fibras de algodão poderia ocorrer nos alpendres das fazendas ou nas casas dos lavradores. Neste caso, os patrões ordenavam que estas balanças se deslocassem em carros de bois até os locais onde estavam depositados os produtos, pois pouquíssimos lavradores possuíam tais geringonças.

O momento da pesagem era sempre um momento de tensão entre patrões e lavradores, fossem moradores ou meeiros, visto que as balanças e os pesos eram muito questionáveis. Muitas vezes, uma pedra que equivalia a uma arroba, isto é, 16 quilos, poderia pesar um pouco mais, chegando até a 18 ou 20 quilos, “*mais só valia por 16 quilos*”, como relatou um

⁵⁰ Roberto Machado, “Apresentação.” In. Michel Foucault. **A Microfísica do Poder**. op. cit., p.XIV.

produtor da região, confessando, também, que tal prática era uma conduta comum, acrescentado que quando as fibras de algodão eram recolhidas dos roçados, apresentavam um peso inferior ao que equivalia. Isto era constatado no momento em que as fibras eram pesadas em outras balanças, notadamente, nas firmas exportadoras.⁵¹

Acredito que casos de fraudes deste tipo ocorreram com muita frequência na Paraíba, pois, além das fontes orais, outros documentos impressos também se referem à existência de balanças desreguladas, que sempre favoreciam os fazendeiros, como escreveu o cronista Ademar Vidal:

*E o algodão vendido ao dono da propriedade, sujeito a uma balança louca e os critérios do senhor nem sempre orientado no respeito ao direito alheio; e o dono da propriedade posteriormente faz o descarçamento, faz a ensacagem e o transporta para o exportador; este por sua vez: comprando um produto por um preço convenientemente, vende-o por um tanto mais alto. Até que embarca a sua carga em Cabedelo.*⁵²

O sr. Severino, que tinha um roçado de meia com o seu patrão, lembrou os conflitos em relação à pesagem das suas safras:

*Dr. Pedro Galvão disse 'vamo botar um roçadim' trabalhei mais de oito mês sai de lá que o administrador dele num prestava me roubou que só a molesta, roubou meu algodão todinho, roubou meu calvão que eu fazia robava tudo. ...Era de meia eu ficava com a metade outro ficava com a metade aí Doutor Pedro Galvão morava no Rio, no Rio de Janeiro doutor Pedro Galvão. Agora Zé de Melo era o ministrador aí pediu algodão botei quinhentos e oitenta quilo de algodão pesei na balança lá em casa e entreguei a ele ele pegou e levou botei quatrocento e oitenta saco de calvão. Quando Dr. Pedro chegou deu conta de duzentos quilo de algodão, cem saco de calvão. Eu chamei tudo de ladrão você, doutor Pedro, e seu empresaro. Ele matava porco de doutor Pedro dizendo era um cachorro pra comer os porco, era, comia os bode os carneiro de doutor Pedro Galvão tudim era Zé de Melo matava e enterrava os couro no estrume do curral eu digo porque sei quando eu e os capanga fumo limpar o curral um dia achemo mais de cem couro enterrado era.*⁵³

As relações descritas pelo sr. Severino evidenciam o precário equilíbrio que permeavam as relações paternalistas, denunciando que estas não eram tecidas apenas por solidariedade, mas também por conflitos. No sertão nordestino, na área em estudo, como em

⁵¹ A conversa em que o proprietário assumiu tal postura, não foi gravada e o próprio informante pediu para não ter seu nome mencionado.

⁵² Ademar Vidal. "O Algodão", In *A União Agrícola*, dom., 20 jul. 1941, p.3.

⁵³ Palavras de Severino Batista de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

várias partes do país, era muito freqüente que os homens despossuídos de terra, “homens fracos”, buscassem terra para cultivar e deste modo ganhassem um patrão, que tinha vastas áreas de terras. Assim, em um pólo, encontrava-se o segmento do proprietário e, no outro, sujeitos destituídos da terra que tentavam garantir o acesso à mesma, configurando, assim, uma relação de sujeição.

O vínculo entre os diferentes grupos locais se estabelecia em torno do uso da terra, pois os proprietários, para concederem “favores”, isto é, roçados e proteção aos moradores, lhes impunham condições, entre as quais a defesa dos interesses daqueles, embora esta fosse percebida pelos dependentes como a defesa deles próprios: “da sua terra”, da sua morada, do seu roçado, enfim, da sua sobrevivência. Este aspecto alimentava o coronelismo. Sobre isto, escreveu Durval Muniz:

O agregado vai votar no candidato do dono da terra, porque ele não arriscará perder a terra em que trabalha, somente para votar em outro homem que vai ocupar um cargo que muitas vezes ele não sabe nem o nome nem para que serve; mas ele sabe a serventia de seu pedaço de terra, ele conhece o nome fome e o seu fantasma é muito mais presente do que o distante parlamento, que ele nem sabe onde fica.⁵⁴

Estas relações também inspiravam, nos trabalhadores rurais, sentimentos como respeito, medo e admiração pelo outro, autor de tantos “benefícios”. Construía as imagens dos seus patrões como “senhores magníficos”: “Deus no céu e o patrão na terra”, homem de bom coração que lhes dava a terra para morar, remédios para tratar de suas famílias e parteiras para colocarem no mundo seus rebentos. Penso que estas representações que os lavradores faziam dos proprietários, estavam alicerçadas no sentido do que a terra expressava para aqueles homens. A terra era a forma de sobrevivência econômica e era acompanhada de simbolização cultural: a manutenção de suas identidades de trabalhadores rurais, do local que os viu nascer e crescer, onde muitos deles edificaram suas famílias. Enfim, onde estava cravada a sua memória.

Por isto, era muito comum os agregados tomarem para padrinhos dos seus filhos os seus patrões proprietários, uma espécie de reconhecimento à “benevolência” destes últimos. Esta situação não delatava apenas um gesto de submissão e gratidão dos lavradores para com os proprietários, mas também uma tática de sobrevivência: uma forma de agradecer, de prestigiar os mais poderosos e, em troca, receberem ou assegurarem seus supostos favores.

⁵⁴ Durval Muniz de Albuquerque Júnior. “A Fome Retira o Juízo: secas e conflitos sociais,” op.cit., p. 70.

Esta relação de encantamento também tinha seu reverso: o momento em que o agregado descobria que o seu patrão/compadre/padrinho, quase um pai, não era tão bom assim quanto ele pensava, que poderia abandoná-lo à “própria sorte”, como pensa Durval Muniz, ao afirmar que os gestos de revoltas, acertos de contas entre oprimidos e opressores, tornavam-se mais explosivos nos períodos de longas estiagens, quando os proprietários deixavam as suas terras e os seus protegidos, indo instalar-se nas áreas menos afetadas por tal fenômeno. Assim, o distanciamento, e o desprezo, em um momento de extrema necessidade do agregado, faziam cair as representações que haviam construído, substituindo-as por sentimentos de revolta.⁵⁵

Nas relações cotidianas também podiam aflorar ressentimentos mais sutis, notadamente quando os lavradores se sentiam injustiçados, a exemplo do proprietário, de quem o lavrador esperava ajuda, trapacear em lugar de apoiá-lo, roubando parte do que lhe sobrava da sua suada colheita. Neste momento, “o patrão, homem abençoado” também poderia se transformar em um ladrão, como afirmou sr. Severino, anteriormente, ao referir-se a seus patrões: “*eu chamei tudo de ladrão*”, externalizando, assim, sua revolta, taticamente fora do domínio da propriedade: “em Rocha”, espaço mais seguro e, ao mesmo tempo, menos privado, com testemunhos que podiam ouvir também as ofensas dirigidas ao patrão, palavras que denegriam a sua imagem de proprietário, doutor, homem sabido, que morava na cidade. Lendo o texto de sr. Severino sob uma perspectiva geertziana, isto é, desvelando os sentidos que o informante atribuía a suas práticas, entendo que a denúncia sobre os crimes secretos do administrador fazia parte de uma vingança, uma forma de expô-lo publicamente, e de fazer os seus delitos chegarem até os ouvidos do patrão, que também era enganado pelo gerente e tinha poder para puni-lo. Esta também era uma forma do sr. Severino se sentir reparado das injustiças de que fora vítima.⁵⁶

Assim, o cotidiano relacional dos lavradores e proprietários era marcado por conflitos expressos em atitudes, olhares e até insultos, piadas e desacatos, enfim, um arsenal quase “imperceptível” e fincado no universo cultural dos trabalhadores, arquitetado socialmente.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Clifford Geertz. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. O impacto do trabalho produzido por Geertz evidenciou-se nas análises culturais realizadas na historiografia ocidental. Dentre os historiadores inspirados por este antropólogo, destaco aqui o nome de Robert Darnton. Em um de seus livros: “O grande Massacre de Gatos e outros Episódios da História Cultural Francesa”, Darnton buscou entender o sentido que as pessoas comuns atribuíam ao seu mundo; e como o captavam em seus pensamentos. Tal afirmação pode ser percebida quando o historiador esboça o objeto da história antropológica: “O historiador etnográfico estuda a maneira como as pessoas comuns entendem o mundo. Tenta descobrir sua cosmologia, mostra como organizavam a realidade em suas mentes e a expressavam em seu comportamento”. Robert Darnton. op. cit. p XIV. Neste sentido, cabe ao historiador desvendar os significados inscritos pelos contemporâneos; isto é, o que tais acontecimentos representaram para os sujeitos que os viveram.

Além das relações sociais baseados no sistema de meia, de morada e de arrendamentos, era muito freqüente o uso do conga, prática comum nas terras produtoras de mandioca. Os trabalhadores pagavam um “conga” para a utilização da casa de farinha dos proprietários, isto equivalia a um litro por cuia deste produto. Sobre a experiência do “conga”, na Serra de Cuité, o sociólogo Dilmar de Miranda Santos disse:

*Toda vez que um trabalhador arrenda uma casa de farinha, ele paga um litro por cuia de farinha produzida, ao proprietário da casa. Uma cuia possui 10 litros. É comum ainda, o sistema de meia de farinha quando a terra encontra-se arrendada.*⁵⁷

Existia, também, o “trabalho alugado”, em que os trabalhadores tinham que seguir horários determinados pelos patrões, como lembrou D.Maria “*Agora você indo trabalhar no pilantra lá de fora, tem que pisar. Uma vez Zé de Gino apanhou bosta com a mão, porque chegou no roçado era sete hora*”.⁵⁸

Seu depoimento mostra que não era o excesso de trabalho que mais a incomodava, mas o uso do tempo, ou a posse deste tempo, pois, no trabalho alugado, o tempo não mais lhe pertencia e sim ao “pilantra lá de fora” que, ao “alugar o trabalhador”, lhe determinava regras rígidas, evidenciando, também, a hierarquização das sociedades agrícolas gestadas no interior paraibano, pois, no momento em que o trabalhador desrespeitava as regras impostas pelo grande proprietário, também chefe político, muitas vezes, um homem que sabia ler e escrever, este se arrogava o poder de puni-lo, “mostrando-lhe quem manda”. Esta prática antidemocrática e arbitrária, vivenciada na área em estudo, rompe com mitos, que, por exemplo, atribuem às sociedades mais afastadas do litoral, relações sociais menos estratificadas, construindo representações do Sertão como um território onde fazendeiros e agregados trabalhavam juntos e estavam unidos por grandes laços de solidariedade, negando-se, desta forma, os conflitos e tensões envolvendo os diversos grupos sociais.

Ao se empregarem temporariamente nas grandes fazendas, os lavradores trabalhavam em atividades ligadas à terra nas quais usavam instrumentos que lhes eram familiares como o machado, a chibanca, a enxada, entre outros que lhes pertenciam. Em muitos casos, os trabalhadores rurais, geralmente homens, eram contratados para fazerem a “broca”, que consistia na retirada das árvores, dos matos e dos tocos, de forma a proporcionar a limpeza da área. Depois, amontoavam-nos em um recanto do terreno, isolando-os dos demais vegetais,

⁵⁷ Dilmar Miranda dos Santos. Relatório Preliminar do Desenvolvimento Integrado do Município de Cuité-PB, Projeto RONDON XI, fev. 1972. p. 32.

⁵⁸ Maria do Carmo Dantas, entrevistada em Pedra Lavrada, em setembro de 2003.

que não deveriam ser destruídos, e ateavam-lhes fogo, isto é, encoivaravam.⁵⁹ Cabia aos trabalhadores atizar constantemente o fogo e, ao mesmo tempo, evitar que ele se propagasse atingindo outros espaços. Quando as chamas eram apagadas, juntava-se o material que resistira à incineração e, mais uma vez, era queimado.

Depois de brocados, os terrenos estavam prontos para a instalação dos roçados, que ficavam a cargo dos moradores ou poderiam pertencer aos donos das terras. Todavia, a broca era uma atividade que ficava, quase sempre, sob responsabilidade dos proprietários, que receavam entregar suas terras, ainda virgens, aos moradores e meeiros, temendo que estes reclamassem a posse delas, como disse o sr. Odon Cirilo Nunes, antigo proprietário da região:

*O proprietário não entregava a terra bruta, inclusive porque nos proprietários tinha medo de perder, porque o morador depois que desmatasse, poderia se sentir dono da terra. Eu lembro que quando eu era menino pai botava muita broca pra o morador.*⁶⁰

Entendo que este receio dos proprietários se originara de antigas tradições que circulavam na região até o início do século XX, quando a terra não era exclusivamente uma mercadoria, uma terra de negócio, pois os homens sem-terra tinham acesso às mesmas sem necessariamente comprá-las, como flagrou Ramilton Costa, ao entrevistar um antigo morador da região: “*Eu conheci terra solta, de sair de Barra de Santa Roza até chegar em Picuí – terra solta – chegava um, fazia um roçado, fazia uma casa e ali ia viver*”.⁶¹

A partir deste relato, compreendo que terra solta era terra de ninguém e terra de todos, ao mesmo tempo. De todos que quisessem trabalhar, construir uma casa, fazer um roçado. Na perspectiva dos lavradores, o que caracterizava a posse da terra, era o trabalho que nela haviam incrustado, transformando-a, tornando-a agricultável. Neste sentido, para estes sujeitos, o desmatamento representava, simbolicamente, a escritura, o título de posse de terra. No imaginário deles, a desmata era um ato simbólico que conferia propriedade à terra.

Desta forma, percebo que o desmatamento era um dos códigos definidores para o apossamento da terra. Assim, os proprietários legais, temendo o peso das tradições culturais, já instituídas na região, preferiam entregá-las a seus agregados devidamente desmatadas.

⁵⁹ O sistema de coivara era uma prática comumente usada pelos indígenas e ainda era o método mais empregado para o preparo das terras virgens, na área em estudo, no início do século XX.

⁶⁰ Odon Cirilo Nunes, 66 anos, entrevistado em três momentos diferentes, julho de 1995, novembro de 2002 e julho de 2005. Ele é filho de um dos primeiros produtores de agave dos municípios de Cubati e Pedra Lavrada, onde também nasceu. O sr. Odon é casado, pai de sete filhos provenientes de três casamentos. Este narrador, nos anos de 1960 e 1970, tornou-se um político influente no município de Pedra Lavrada, onde também produzia agave. Conf. entrevista realizada em João pessoa, em março de 2005.

⁶¹ Ramilton Marinho Costa. O Capa Verde: Transformações Econômicas e Interesses de Classes no Curimataú. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia Rural da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Campina Grande, 1989. p. 34.

Todavia, conforme a pesquisa de campo, até os anos de 1950, muitos lavradores ainda recebiam, dos proprietários, terras virgens para plantar seus roçados. Assim, penso que a prática dos proprietários desmatarem as terras só se generalizou nos anos de 1960, período em que o governo brasileiro avançava em direção à reforma agrária, e quando Celso Furtado elaborara as bases do Plano Trienal que, segundo Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira continha quatro propostas, uma das quais garantia:

*A imunidade de pagamento de renda sobre a terra economicamente utilizada para o trabalhador que, durante um ciclo agrícola completo, tivesse ocupado terras virgens e nela permanecido sem contestação.*⁶²

De tal sorte, as terras que fossem desmatadas pelos lavradores, estariam isentas de qualquer tributação, mesmo aquela paga com uma parte da produção dos lavradores, como acontecia em todo o Nordeste. O receio provocado por estas propostas causou várias reações nos proprietários de todo o país, resultando em expulsões dos moradores de suas terras e, o temor de que as terras virgens viessem a ser tomadas pelos trabalhadores rurais. As medidas cogitadas ressoaram nos ouvidos dos proprietários da região, sobretudo daqueles menos precavidos, isto é: aqueles que ainda davam terras virgens aos lavradores, fazendo-os rever suas condutas.

Muitos lavradores também recebiam diárias para trabalhos nos roçados dos patrões, como o plantio, a limpa e a colheita do feijão, milho e algodão. Estes fazeres eram semelhantes aos que estavam habituados a realizar em seus roçados. Todavia, nos roçados dos patrões, os trabalhadores tinham uma rotina de horários que deveria ser seguida, como conta D.Maria.

*6 hora da manhã, nós já tava todo mundo no roçado até 11, nós começava a trabalhar de 6 horas, 11 hora nós parava, e ia almoçava, quem tinha um cafezinho tomava 9, quem não tinha não tomava, tomava porque os outros dava, era das 6 às 11, quando era de 11 nós largava, quando era de doze e meia nós pegava, para ter o direito de largar às 5 hora.*⁶³

Este trecho mostra a rotina de trabalho dos lavradores assalariados. Todavia, a pesquisa revelou que muitos trabalhadores, comumente, faziam as principais refeições em suas casas. Com raras exceções, e em curtos períodos de tempo, almoçavam na casa dos patrões, sobre o que falarei posteriormente.

⁶² Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira. **A Terra Prometida: Uma História de Questão Agrária no Brasil.** op.cit. p. 176.

⁶³ Maria do Carmo Dantas, entrevistada em Pedra Lavrada, em setembro de 2003.

A fala de D.Maria desvela a importante participação das mulheres lavradoras, não apenas auxiliando seus maridos, na manutenção das famílias, ao realizarem tarefas leves. Mas, também, capazes de assumirem, de forma indistinta, todo o serviço dos roçados dos patrões: plantando, limpando e colhendo. Este aspecto rompe com estereótipos que conferem às mulheres as funções de mãe, donas de casas, voltadas apenas para os cuidados domésticos e a educação dos filhos, ou, ainda, que atribuem às mulheres atividades meramente complementares àquelas executadas pelos maridos.⁶⁴ D.Maria, além de sua jornada no roçado, também desempenhava outras funções no âmbito doméstico, como contou:

Eu chegava em casa de 6 hora nós jantava e eu ia arrumar a casa fazer o serviço orientar como fazia como ficava o almoço pro outro dia que eu ia levava uns comerzinho feito numa lata. No roçado pra gente comer porque a gente levava aquele lanchezinho a gente ficava mais forte pra tirar de 6 horas pra 11 hora os meninos não agüentava não. O lanche nós levava bem cedo. Que era pra fazer um cafezinho de 9 hora a gente tomar força e nós estirava pra 11 horas, mas os meninos não agüentava eles dizia eu tô morrendo de fome e eu num vou trabalhar mais e porque vira e porque mexe, nós tinha que levar. Tica dizia: 'Lá em casa pra esses meu não tem é nada' eu digo o que que eu faço, boto num lata e nós traz pra cá. Nem garrafa de café sequer nesse tempo se existia a gente não sabia se existisse a gente não sabia o que era'.⁶⁵

Ao relatar seu cotidiano, esta depoente testemunha a multiplicidade das tarefas desempenhadas pelas lavradoras e, ao mesmo tempo, desvelava o dia-a-dia nos roçados, longo e árduo, mas também composto por momentos de solidariedade, notadamente entre as mulheres, que dividiam os seus lanches com suas colegas e seus filhos. Práticas que lembravam, ainda, o trabalho em seus próprios roçados com os membros das suas famílias, ou seja, elementos simbólicos de uma cultura de trabalho comunitário, compartilhado por membros da família.

Alguns trabalhadores, além da diária, recebiam também o almoço, era o “trabalho com mesa”, como eles chamavam. Esta prática ocorria em todo o serviço do roçado dos patrões. Muitos lavradores almoçavam na casa da sede da propriedade, por certo período, apenas enquanto realizavam a atividade para a qual haviam sido contratados. Dentre os serviços executados nos roçados dos patrões, a “apanha do algodão” se notabilizara mais na memória

⁶⁴ Sobre o trabalho feminino na lavoura familiar, ver Auri Donato da Costa Cunha. **Terra para quem nela vive e trabalha**: Relações de Gênero na Organização do Trabalho Familiar Camponês. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa, 1993.

⁶⁵ Maria do Carmo Dantas, entrevistada em Pedra Lavrada, em setembro de 2003.

dos trabalhadores rurais, porque era mais freqüente no seu cotidiano. Sobre a “apanha do algodão”, vamos ouvir D.Maria:

Trabalhamos, nós trabalhava nós era do roçado quando nada na apanha do algodão era uma festa pra gente. Porque se ajuntava o povo todinho pra apanhar algodão. Era um serviço era mais de mulher de que de homem apanha de algodão, hoje, num preferia homem era só mulher, menina entonce aquele povo mulher tudo preferia apanha do algodão era um serviço maneiro e bom de fazer. Porque tavam em outro serviço: um pesado, um serviço de machado, um serviço de foice, na enxada limpando mato e naquela época se dizia um serviço bom um serviço maneiro que toda mulher faz no fim caía homem dentro também quando era muito algodão no seu pai mesmo aí quando construiu vivia nessa fazenda daí o algodão saía de dentro de lá numa carroça ou num carro de boi pra tirar porque nós não levava o que nós apanhava nós num levava na cabeça. Quando eu comecei eu nem gosto de fazer esta entrevista com vergonha, tô com vergonha que quando eu me casei eu tinha quatorze anos aí acho que com quinze, foi com quinze, com quinze anos completo nasceu o primeiro filho aí eu enfrentei uma luta tão pesada um aperreio um arrependimento uma agonia de eu ter saído da casa dos meus pais casei direita de véu, capela a gente quando é novo tudo vê os outro fazer quer fazer também. Quando eu dei fê tava casada arrodada de filho e agora? O que eu vou fazer? Nada levantar a mão mãe num disse assim invente história de casamento não isso num é pra você não você é muito nova, num pense nisso não, tire da cabeça mas eu num tirei eu botei peguei uma boca grande, minha filha, ôi grande mesmo só num passei... final de semana eu tava conversando aqui dizendo só num cheguei a passar fome e nem pedir esmola mas quando criei muito menino, nasceu vinte e dois filhos, tudo aumentou dentro de casa eu tive que ir pro eito mais os maiorzinho.⁶⁶

Nas palavras de D.Maria aflora uma experiência da divisão de trabalho baseada no sexo, mas também balizada pelo calendário agrícola dos lavradores, pois os últimos meses do ano eram um período em que a maioria dos homens se deslocava para os serviços da “broca”, ou “destocamento”. Esta atividade exigia grande força física e habilidade com instrumentos pesados como o machado, foice. Por isto, comumente, as mulheres eram dispensadas para outros serviços, como a “apanha do algodão” nas terras do patrão. Emergem, também, na memória desta informante, nesgas de lembranças recorrentes aos trabalhos sobre “a apanha do algodão.” Pois a coleta deste, para ela e para os outros lavradores, mesmo sendo uma forma de trabalho na diária, era ainda “uma festa”. Neste sentido, esta atividade estava ligada à alegria, à descontração, ao reencontro com os colegas, que eram recrutados nos pequenos

⁶⁶ Maria do Carmo Dantas, entrevistada em Pedra Lavrada, em setembro de 2003.

sítios vizinhos e até mesmo em municípios mais distantes, como Areia e Esperança, tal como contou um informante, do município de Pedra Lavrada, a Ramilton Costa:

Na época do algodão contratavam-se mulheres brejeiras (de Esperança, Areia, etc), que vinham apanhar algodão, chegavam 5 ou 6 de uma vez, não tinham despesas e passavam, mais ou menos, um mês, dependendo do trabalho.⁶⁷

Estas pessoas, mencionadas pelo depoente, não tinham gastos porque, temporariamente, se instalavam nas sedes das propriedades, tendo suas despesas pagas pelos grandes e médios proprietários. Assim, conheciam novos trabalhadores, se solidarizavam e o trabalho se tornava prazeroso.

Quase sempre, o almoço era servido a todos os trabalhadores rurais nas casas dos patrões. Nestes casos, os moradores e meeiros também almoçavam temporariamente fora dos seus espaços domésticos. Entretanto, acredito que esta prática não representou grandes transtornos para os trabalhadores rurais, por duas razões: primeiro, significava uma suspensão momentânea no cotidiano destes sujeitos; segundo, as refeições ocorriam nas casas dos proprietários, comumente nos alpendres ou em outras áreas cobertas, onde os trabalhadores poderiam sentar-se ao longo de uma mesa e alimentar-se de uma comida que, além de familiar - feijão macassa, cozido com carne de charque ou carne de gado, jerimum, farinha, rapadura -, era relativamente bem feita, isto é, temperada com sal, pimenta, óleo. Muitas vezes, este cardápio era preparado pela mulher do proprietário ou sob seu olhar, sempre atento às atividades da cozinha. Assim, o hábito dos trabalhadores almoçarem fora de suas casas só seria instaurado com a agavicultura, pautada em condições diversas. O almoço dos trabalhadores com suas mesas gigantes, espalhadas pelos alpendres, constituía-se também em um espaço de reencontro, e de reunião deles, em um espaço que se alargava, sobretudo, nos finais de semanas quando, juntos, “os apanhadores de algodão” se deslocavam até as feiras locais para comprarem um metro de bico, um calçado, ou, ainda, saborearem um delicioso doce de leite, ou outras guloseimas. Esta descontração também invadia os terreiros das casas dos lavradores levando brincadeiras, alegrias e conversas.

A “apanha de algodão” representava, ainda, uma possibilidade de remuneração extra para estes atores sociais, como disse D.Maria:

...De todo modo nós arrumava um troco se nós trabalhava no roçado da gente, a gente tava fazendo o que comer e se a gente trabalhava fora aquele dinheirinho que a gente arrumava enquanto trabalhava

⁶⁷ Citado em Ramilton M. Costa. **O Perfil Geo-sócio-econômico dos municípios de AMCUP**. op. cit. p. 17.

*ali em Odon aquele dinheirinho de quinze em quinze dias a gente arrumava e ia pra rua comprava uma chinela pra um comprava um vestido pra outro uma roupinha, a gente tinha que comprar uma roupinha.*⁶⁸

Assim, o dinheiro proporcionado pela coleta do algodão, na grande propriedade, permitia que os trabalhadores realizassem pequenos desejos de consumo, num momento delicado do seu calendário, pois suas reservas estavam se esgotando, uma vez que, os ganhos com o algodão ocorriam nos últimos meses do ano, próximos às festas de Natal e de Ano Novo, época, portanto, de comprar um vestido, uma chinela, entre outras coisas.

Para Ramilton Costa, o trabalho na “apanha de algodão” não deve ser considerado uma atividade meramente assalariada: *“Estes trabalhadores não eram assalariados puros pois tinham direito a moradia passageira e alimentação fornecida pelos fazendeiros. O trabalho incluía a refeição e era chamado o trabalho com mesa”*.⁶⁹

Concordo com este autor, não apenas porque não existisse a compra formal da força de trabalho, embora os trabalhadores, neste serviço, já estivessem privados da sua “sonhada autonomia” e dos frutos do seu trabalho. Mas, também, porque existiam ainda componentes simbólicos do trabalho em seus próprios roçados, fiando, assim, elementos emblemáticos do trabalho comunitário, pois ainda podiam tecer laços de amizade, longe da competição que caracteriza o trabalho na sociedade moderna e, ao mesmo tempo, emaranhar os fios do trabalho ao lazer.

Como nos seus roçados, os agricultores repartiam entre si as ruas com os pés de algodão, o que ocorria, geralmente, sem a interferência de terceiros, e formavam pequenos grupos que ficavam responsáveis por arrancarem os capuchos dos pés de algodão e os depositarem em bisacos, bolsas de saco, confeccionadas pelos próprios lavradores, e usadas a tiracolo. Quando estes sacos se enchiam, eram esvaziados e o algodão, recolhido das plantas durante o dia, era transportado em carroças ou carros de boi para os armazéns localizados nas grandes fazendas.

Desta forma, os trabalhadores não estavam expropriados dos seus saberes técnicos, pois, nas primeiras décadas do século XX, na “apanha do algodão,” não existia nenhuma inovação técnica e muito menos o uso de novas máquinas que pudessem alterar os conhecimentos tradicionais dos lavradores. O “velho bisaco” era o único recurso que os trabalhadores usavam para coletar o algodão, tanto nos seus campos como nos dos patrões, além, é claro, do seu empenho físico e experiência.

⁶⁸ Palavras de Maria do Carmo Dantas, entrevistada em Pedra Lavrada, em setembro de 2003.

⁶⁹ Ramilton Marinho Costa. **O perfil Geo-sócio-econômico dos municípios de AMCUP**. op.cit. p. 17.

1.2 “O Despairecimento da Vida”: O Roçado como Prática de Liberdade

Os roçados dos meeiros e moradores, usualmente, eram pequenos e mediam de 5 a 10 hectares de extensão. Por isto, os lavradores estavam sempre buscando aumentá-los, como disse o sr. Zuza:

*Pra aumentar assim, mais ou menos um hectare, ou mais um pouco, isso foi a maior luta do mundo. Sem ele querer deixar. Porque, na época ele criava, num sabe? Ele só pensava em criar mesmo. E ele criava gado. Aí ele achava, se a gente, o roçado, da gente aumentasse, diminuía a forragem pro gado. Eu acho que era aquilo que ele pensava. Então, isso aquilo dali era de ração, assim, soltando bem de pouquinho assim, e você ficando só. Aí ele fazia isso, mas no outro lado, ele num dava manutenção do caba. Ele num cobria mais nada não.*⁷⁰

A narrativa acima aponta para um campo de forças configurado, nas palavras do sr. Zuza, como a “maior luta do mundo”, entre homens com noções distintas de mundo que concebiam a terra a partir de óticas diferentes: de um lado, senhores de terras, do outro, homens sem-terra. Os primeiros preferiam usar as terras com vistas, sobretudo, ao mercado ligado à criação de gado e, a partir dos anos de 1940, à produção de fibras de agave. O segundo grupo não concebia a terra dentro de uma perspectiva capitalista, mas a interpretava como um lugar de acolhimento e de onde se tirava o sustento, um local de cultura. Nesta leitura, a terra era usada para prover os alimentos, era segurança e espaço onde desenvolviam sua cultura. Nesta compreensão, o tamanho dos roçados era um ponto de conflito entre os dois segmentos sociais, nem sendo uma imposição unilateral dos proprietários de terras nem tampouco uma determinação dos moradores e meeiros, mas um espaço forçado de negociação, que ocorria dentro de uma perspectiva de poder bastante assimétrica, pois favorecia os patrões, mas também onde os lavradores poderiam ser vitoriosos, como no caso do sr. Zuza que expandira seu roçado em “*mais ou menos um hectare ou mais um pouco*”.

Nestes roçados, vigoravam direitos costumeiros, baseados em acordos verbais que reduziam a liberdade dos trabalhadores, mas não a anulavam. Entretanto, alguns estudiosos, como a socióloga Lia Pandolfi, questionam a autonomia dos lavradores:

A idealização da pequena produção como atividade autônoma que permeia o discurso sobre a sujeição reflete, assim, a percepção de uma realidade localizada, em que não se questiona a pequena produção no contexto de um modelo de desenvolvimento econômico

⁷⁰ José Alves dos Santos, entrevistado em Cubatí, em setembro de 2003.

*que tende a favorecer as grandes unidades produtoras, à produção em grande escala. Assim, a “autonomia” referida revela-se extremamente restrita, consistindo, na verdade, em pequenas decisões quanto ao tipo de cultura ou quanto ao horário de trabalho, havendo uma ênfase acentuada com relação a este último aspecto.*⁷¹

Assim, para esta autora, a grande propriedade, conectada à economia mais ampla, sufocava a autonomia dos pequenos estabelecimentos. Concordo que, de fato, a produção dos roçados favorecia o desenvolvimento dos grandes e médios proprietários. Mas, fundamentada na pesquisa de campo, entendo o roçado como um tapete ambíguo, tramado por interdições em que se entrelaçavam os fios de “liberdade”, que podem ser evidenciados na fala do sr. Zuza:

*Naquele tantin, era eu quem mandava ali. Mas que, é a mesma coisa de hoje. Hoje, coisa pouca num dá. Nesse tempo era do mesmo jeito. As coisas era barata, mas também num dava do mesmo jeito. Era uma chance boa que a gente tinha. Era uma coisa até boa que a gente tinha, porque pelo menos aquilo ali só quem mandava é a gente mesmo, a pessoa. Num tinha outro ali. Já em termo de dizer assim não, eu vou me enlarguecer, vou fazer, não. Num tinha vez não.*⁷²

Este “tantinho de terra” era redimensionado, adquirindo novos contornos, invadindo as fronteiras de uma geografia imaginária que transformara o roçado em um “espaço de liberdade”. Penso que esta imagem, do roçado como “território livre”, estava balizada por dois aspectos: primeiro, entendo que o sr. Zuza e os demais entrevistados, ao viajarem nas cordas do tempo, reencenavam astuciosamente o seu passado, dialogando constantemente com o seu presente. Assim, interpreto a memória como um lugar movediço, metamorfoseado pelo ato de lembrar. Sobre isto, Elizabeth Fernandes Ferreira disse:

*O que a memória realiza é a reinvenção de um passado em comum, o qual fornece os fundamentos para que os homens interpretem o presente, o modifiquem ou preservem, e projetem o futuro. Esse processo é sempre desenvolvido num campo sócio-político historicamente datado, o que confere especificidade e provisoriedade à rememoração das representações e dos fatos pregressos.*⁷³

⁷¹ Maria Lia Pandolfi. O trabalho Sertanejo e a “Sujeição”. In. **Cadernos de Estudos Sociais**. v.3, nº1, jun./jul., 1987. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. p. 127.

⁷² José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003

⁷³ Elizabeth Fernandes Xavier Ferreira. **Mulheres, Militâncias e Memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 71.

Nesta perspectiva, as fronteiras do tempo se entrelaçavam e se invadiam freqüentemente. Os tempos emergiam imbricados, o que era passado para o historiador era, ao mesmo tempo, passado e presente do narrador. O território da memória é o espaço, por excelência, de recriação de “*lugares mistos híbridos e mutantes*”, como disse Pierre Nora.⁷⁴

Assim, o sr. Zuza, ao lembrar do seu cotidiano no roçado, intercambiava vivências de diferentes momentos de sua vida, confronto do ontem e do hoje. Embora nem sempre assumido ou percebido, emergia freqüentemente na forma de pensar dos narradores. Neste sentido, concordo com o historiador Carlo Ginzburg quando enfatiza que, de um modo geral, o processo de organização mental funciona em termos comparativos: “*nossa mente funciona comparativamente, e a interferência do passado e das recordações no dia-a-dia revela que sempre existe uma comparação implícita*”.⁷⁵

Neste quadro de entendimento, compreendo que o outrora no roçado vinha à tona inspirado, também, em outras experiências de trabalho inscritas, a partir da década de 40, do século passado, nos corpos e nas mentes dos lavradores, e que estavam, sobretudo, marcadas pela tirania do relógio e o sistema de policiamento. Desta forma, a imagem do roçado como território da liberdade era também fruto do cruzamento dos tempos, tecida por uma cultura do trabalho atravessada por outra racionalidade, que determinava aos trabalhadores rurais novas regras e novas disciplinas.

Segundo, é preciso entender o contexto no qual o roçado fora tramado como “território de liberdade”, em um espaço mais amplo, marcado, por um lado, pela falta de oportunidade dos lavradores. Por isto, o roçado era, como afirma o sr. Zuza, “*uma chance boa*”, visto que, em muitos casos, ele representava a única alternativa dos agricultores. Neste caso, os libertava da fuga, da fome e também da morte. E, por outro lado, entendo que o roçado, enquanto território livre, eclodira em um mundo extremamente autoritário, onde os proprietários rurais buscavam tolher os direitos mais inalienáveis dos lavradores, como afirmou Celso Furtado, ao referir-se aos trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco:

...O status de morador é quase incompatível com o do cidadão. Todos os atos de sua vida são atos de um agregado, de um elemento cuja existência, em todos os seus aspectos, integra a grande unidade econômico-social que é a plantação de cana. Esses homens pouca ou nenhuma consciência têm de integrar um município ou um distrito,

⁷⁴ Pierre Nora. “Entre Memória e História”: A problemática dos lugares. In. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História e Departamento da História da Puc. São Paulo - Brasil, 1981. p.26.

⁷⁵ Carlo Ginzburg. In Maria Lúcia Pallares Borke. **As Muitas Faces da História**: Nove Entrevistas. op.cit., p. 202.

*que são a forma mais rudimentar de organização política; mesmo quando suas habitações estejam grupadas em aldeia, esta encontra-se implantada dentro de uma “propriedade”, razão pela qual a vinculação impessoal com uma autoridade pública perde nitidez, em face da presença ofuscante da autoridade privada.*⁷⁶

Mesmo considerando que os agricultores resistiam e redefinem tal situação, acho que as reflexões de Furtado são pertinentes para todo o Nordeste, no período estudado, pois era inegável a ampla dominação que os proprietários de terras exerciam em seus domínios.⁷⁷ Tal poder era visibilizado pelos lavradores, como disse o sr. Zuza:

*É. Agora, é como eu disse a você: naquele tempo, você num tinha destino pra nada. Ninguém. Ninguém, na época, num tinha não. Era só se fosse um perdido. Talvez num desse nem dez por cento do povo. O povo era pouco também, e todo mundo num era sobre si. Todo mundo tinha um chefão ali, pra guiar ele. Dizer “não, você num faz assim, do jeito que você quer não, aqui é do jeito que eu quero”.*⁷⁸

Nesta narrativa, emerge no topo do poder a figura dos proprietários como chefões que, segundo o entrevistado, decidiam o “destino” da maioria deles, lhes concedendo trabalho, lhes impondo “o certo,” lhes proibindo o “errado”, lhes apontando seus candidatos, entre outras intervenções pessoais na vida dos seus agregados.

Então, fora neste cenário, cerrado por porteiras, que o roçado, aquele “tantinho” de terra, referido anteriormente pelo sr. Zuza, se transformara num latifúndio de liberdade. Uma liberdade entendida pelos lavradores como uma prática cotidiana de decisão sobre suas vidas, notadamente seus fazeres diários, como, por exemplo, determinarem, no caso dos homens, o trabalho de cada membro da família, a escolha das lavouras como milho, feijão, jerimum, fava e até mesmo o algodão que, embora fosse uma condição dos proprietários de terra, não soava

⁷⁶ Celso Furtado apud Fernando Antônio Azevedo. **As Ligas Camponesas**. op. cit. p. 39.

⁷⁷ É evidente a dominação das oligarquias nordestinas, após 1930. Estas, mediante uma aliança com a burguesia industrial do Sudeste, firmaram uma política de compromissos, legitimada pelo Estado. Esta cena política, alicerçada na aliança, dos grupos dominantes agrários e não agrários, implementou uma modernização conservadora. Desde então este jogo de poder abrigava novos atores sociais ligados à burguesia industrial, e conservou seus antigos protagonistas. Na prática, esta conciliação permitiu o desenvolvimento industrial e, ao mesmo tempo, preservou os interesses agro-exportadores. Neste contexto, o monopólio da terra e as relações sociais de produção no meio rural nordestino e entre outras regiões, com exceção do Sudeste, não sofreram, basicamente, grandes alterações, permanecendo semelhantes ao que vigorava antes de 1930, como observara a historiadora Sônia Regina Mendonça: “É importante destacar o quanto a dinâmica de acumulação capitalista no Brasil baseou-se na recriação de relações de produção não capitalistas, o que é de todo coerente com a composição de forças representadas no novo Estado. Por essa via, não apenas o capital privado industrial era beneficiado, como se preservava intocada a própria estrutura agrária, no que concerne às formas de propriedade e aos regimes de organização do trabalho tradicionalmente vigentes”. Sônia Regina de Mendonça. “As Bases do Desenvolvimento Capitalista Dependente: Da Industrialização restringida à internacionalização”. In. Maria Yedda Linhares (Org.) **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996. p. 271.

⁷⁸ José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

para os agricultores como uma imposição, visto que esta lavoura não anulava a produção de alimentos dos lavradores, que também optavam pelas técnicas de plantio como o espaçamento entre as lavouras.

Ademais, estes personagens estabeleciam seus horários de trabalho. Assim, o “tantinho” de terra estava basicamente isento das intervenções cotidianas dos patrões, das suas disciplinas e outras regras inscritas por estes atores sociais. Desta forma, os lavradores instituíaam a sua própria racionalidade, produzindo, sobretudo, para sua subsistência. Era em seus roçados que o sr. Zuza e outros lavradores podiam se sentir em paz, vislumbrar um pouco de autonomia, fazer as coisas do seu jeito, em um “mundo” que insistia em lhes dizer o que fazer. Podiam, enfim, ser “senhores de si”, e até dizer não aos seus “senhores”, pois, nos roçados, os lavradores estavam mais à vontade para contestar os seus patrões, fazendo valer os acordos preestabelecidos, como disse o sr. Bastim:

O negócio era de terça no milho e no feijão. Agora eu toda vida, o primeiro milho quebrava pra levar pro patrão. Ai quando foi um dia eu chamei ele pra nos conversar. Eu digo não esse negócio eu não faço não! A gente, eu quando quebrava pro senhor pei, pei, pei e pra mim a mesma coisa, quando for no fim a gente parte. Se quiser é assim, bem, se não quiser eu saio! Ele queria que eu separasse as carreiras e o feijão também era pro carreira. Eu digo: eu não aceito este negócio não! é porque era um negócio sem futuro eu achava que era.⁷⁹

Este depoimento mostra como o “conformismo e a resistência” brotavam nos campos paraibanos, pois, nesta fala, o morador expressa sua submissão, obediência e zelo ao patrão, quando afirma que “sempre quebrava o primeiro milho para o patrão”. Posteriormente, protesta quando ele propõe a terça, ao invés da meia. Este fato indignara o trabalhador: “pois o negócio era de meia”. Contrariado, o sr. Bastim foi taxativo e ameaçou abandonar a fazenda. Neste caso, a sua retirada tinha dois sentidos: primeiro, delatava a insatisfação com o seu patrão, visto que este pretendia mudar as regras do jogo preestabelecidas, intervindo no espaço do lavrador, rompendo, assim, com o pacto entre senhores e homens sem-terra, já abordado neste trabalho. Segundo, a ameaça de sair da fazenda era, também, uma cartada extrema, uma tática política, capaz de fazer os proprietários repensarem suas práticas em

⁷⁹ Sebastião Simplicio dos Santos, casado com D. Rita, pai de 17 filhos, morou, até os anos de 1960, na área estudada, mantendo relações de moradia com vários proprietários. Sr. Bastim, como é conhecido, nome que também usarei para designá-lo, jamais trabalhou no desfibramento do agave, ocupando-se sempre da agricultura tradicional: milho, feijão e algodão, ou ainda trabalhando como vaqueiro. Este narrador é também um excelente rezador, arte que aprendeu com sua mãe, que também curava através da fé. Assim, fui rezada por ele várias vezes, sendo o meu trabalho abençoado. Entrevistado em João Pessoa, em fevereiro de 2005.

relação aos seus trabalhadores, pois a fuga, a perda dos trabalhadores, tornou-se dramática para as oligarquias fundiárias paraibanas, notadamente, a partir de 1930. Os documentos consultados na pesquisa mostraram que, neste momento, as elites políticas, fundiárias e técnicas começaram a pensar em estratégias para fixar o homem ao campo. Estas discussões visavam, sobretudo, promover a qualidade de vida dos trabalhadores rurais, sobre o que falarei posteriormente.

Desta forma, entendo que o roçado era um dos únicos espaços onde os lavradores exercitavam um direito mínimo à cidadania, onde podiam tomar “pequenas decisões”, onde suas vozes, enquanto sujeitos da história, eram menos desrespeitadas, onde eles podiam negociar com os patrões. Relembro aqui o sr. Zuza, que travou “a maior luta do mundo” com o proprietário para aumentar seu “tantinho” de terra e foi vitorioso; e também o sr. Bastim, que recusou a proposta do dono da terra, ao final, fazendo prevalecer a sua opinião.

Assim, os roçados verdejantes eram o palco de uma paisagem mágica que representava liberdade e a manutenção da vida dos lavradores, como disse o sr. Agenor:

*Assim digamos assim ter aquele amor de trabalhar, de desaparecer a vida muitos ah mais você num tem condição mais de trabalhar home pelo amor de Deus, num diz isso não ôi o roçado é uma coisa é um despairecimento de vida que a gente tem a gente chega no roçado tem o feijão, tem o milho aqui pra gente é o maior prazer que a gente pode ter.*⁸⁰

Penso que, longe dos patrões e próximos dos seus alimentos, os trabalhadores imprimiram a suas atividades na roça carinho e dedicação. Acredito que esta satisfação estava relacionada ao fato de produzirem para si, ou melhor, produzirem “parcialmente para si”, notadamente os meeiros e moradores, pois dividiam a sua produção com os proprietários da terra onde moravam ou plantavam. Não obstante a relação de exploração, os lavradores se sentiam mais satisfeitos em produzirem os seus principais meios de vida: “*a gente chega no roçado, tem o feijão, tem o milho, aqui pra gente é o maior prazer que a gente pode ter*”. Ver as lavouras crescendo, o fruto do seu trabalho brotando, era extremamente gratificante para os agricultores.

Por esta razão, o sr. Severino comparou o roçado a um patrão bom: “*do roçado eu queria saber, toda vida eu precisei de um roçado, porque o roçado é o que me dá de comer, o roçado é o patrão melhor que o caba tem, porque você tira tudo, o roçado é o patrão*

⁸⁰ Agenor Cassimiro de Oliveira, casado com D. Angelina, nascido na região do Brejo. Aos 11 anos, foi morar com os pais no atual município de Cubati. Desde então, juntamente com a sua família, passou a trabalhar em terras alheias. Entre os anos 50 e 60 do século passado, passou a exercer a função de “virador” de motor de agave. Entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

melhor".⁸¹ Percebo que, ao fazer este trocadilho: roçado/patrão, emanava na memória do narrador a imagem de um patrão bondoso, que se deriva da noção paternalista, na qual o conceito de patrão remete à noção moral de patrocínio caracterizada pela presença e proteção de um senhor que ampara o seu agregado, que lhe estende a mão na hora de suas necessidades, um "patrão pai", que não o abandona e, ao mesmo tempo, oferece a sua sobrevivência, pois, como este patrão benevolente, o roçado era também um território de segurança, espaço de onde os lavradores retiravam o seu sustento e garantiam sua própria vida. Por estas razões, roçado e "patrão bom" eram comparáveis, porém não se igualavam, pois não existe patrão melhor do que roçado.

Entendo que a superação ou o equilíbrio entre o patrão bom e o roçado não se completavam, pois as relações entre trabalhadores e patrões eram permeadas por conflitos de diferente intensidade. Em muitos momentos, o patrão deixava de ser percebido como o homem magnânimo e generoso que acolhia o agregado. Todavia, o roçado nunca os traía, nem mesmo durante as estiagens, pois estas, no discurso dos lavradores, são vistas como desorganizações da própria natureza, que destrói toda a vida no Sertão e no Agreste, como mostram os versos do cordelista Apolônio Alves dos Santos:

*Secaram todos os riachos
Os córregos e os ribeiros
Aqueles pés de coqueiros
Nunca botaram mais cachos do milho todos "penachos"
Estão caídos no chão nem abóbora, nem melão
Nem coco, nem melancia resta somente agonia
Quando há seca no Sertão.*⁸²

Assim, a seca era a grande vilã, causadora de todo o mal que esvazia os rios, os riachos, mata as plantas e destrói os animais. Neste sentido, a lavoura, o milho, e o feijão, enfim, o roçado, tal como os lavradores, e os animais, seriam todos vítimas da natureza ingrata.

⁸¹ Severino Batista de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

⁸² Apolônio Alves dos Santos, apud Durval Muniz de Albuquerque Júnior. **Falas de Astúcia e de Angústia**. A Seca no Imaginário Nordestino de Problema à Solução (1877-1922). Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História da UNICAMP, Campinas, São Paulo, 1997, p. 97.

1.2.1 “O tempo não mecânico”: um tempo mais autônomo

A vida nos roçados, embora, construída, no presente, como extremamente prazerosa, não era fácil. Os trabalhos ocorriam durante todo o dia e se iniciavam por volta de 6 horas da manhã, entretanto, os horários eram relativamente flexíveis, como disse D.Maria:

O roçado da gente, a gente trabalha, a gente trabalha, aí eu tô trabalhando aqui no meu roçado, o roçado é meu eu trabalho a gente diz assim vou tomar um café de 9 horas. Aí eu tô no meu roçado, vou tomar café em casa chega, a gente toma avexado se a gente tiver vamo logo, vamo logo, pra acabar logo. A gente toma aquele café, nós come ali uma batata, um pedaço de rapadura. Volta pra trás quando é de 11 hora, almoça aí ela, eu tô no meu, vou deixar dar 1 hora. Vem de onze e meia mais tarde. Tem gente que num vem, larga de 11 hora. 11 hora pra onze e meia a gente chega quando é de doze e meia a gente chega, quando é de doze e meia, a gente diz agora pronto, pra nós largar mais cedo, aí já a gente já volta porque é do roçado da gente, o horário quem dá é a gente.⁸³

Na fala desta narradora, emergem vários aspectos importantes. Quando trabalhavam em seus roçados, os lavradores faziam todas as refeições em suas casas, inclusive os lanches entre o desjejum e o almoço. Era um momento importante, sobretudo para as mulheres, que tinham filhos pequenos, pois, ao retornarem rapidamente a suas casas, elas aproveitavam para observar os filhos, saber como estavam, o que faziam, e ainda mais, podiam, por exemplo, experimentar o sal, a comida do almoço, entre outros afazeres que faziam parte de sua rotina de mães e donas de casa. O almoço também era realizado no espaço doméstico, quando pais e filhos sentavam à mesa para conversar, ainda que apressadamente, e discutir seus problemas, falar dos seus planos, enfim, do seu próprio cotidiano.

Na voz de D.Maria, aflora a responsabilidade que os lavradores atribuíam a suas lidas, pois, mesmo não estando pressionados pelos relógios, estabeleciam metas que buscavam atingir. Por isto, sobretudo na hora do lanche, quando “dava uma carrerinha em sua casa”, ela procurava ser ágil e rápida para não se atrasar nas tarefas do roçado, e assim se sentia no direito de largar o serviço no final da tarde. Um direito que ela e os demais agricultores reassimilaram de seus pais e de seus avós, que era fruto de toda uma concepção de trabalho vinculada aos seus costumes, suas tradições, partilhadas de uma geração para outra. Alguns destes hábitos ainda estavam muito próximos da natureza, notadamente aqueles relacionados

⁸³ Maria do Carmo Dantas, entrevistada em Pedra Lavrada, em setembro de 2003.

aos seus horários, como contou D.Maria, que deitava logo após o jantar, servido próximo das 18 horas e ensinava a seus filhos algumas orações:

Eu rezava nem toda noite com eles porque tinha noite que eu procurava eles que eu saía da cozinha eles já dormiam mas eu gostava de rezar sempre ensinava o Pai Nosso, a Ave Maria todos tinham que aprender. Tinha noite que eles não tomavam banho só lavava os pé, eu brigava será que vocês têm coragem de saltar dentro d'uma rede com os pés desse jeito, minha gente? Por caridade, num vão mais tomar banho, 'não tá fazendo frio' eu vou tomar meu banho aí eles dizia 'oh mãe, num quero não', pro desenfado tem que tomar um banho pra poder dormir. Num tinha este negócio de dizer uma televisão para olhar a gente não tinha. Um rádio pra escutar a gente não tinha num tinha nada. Num tinha pra onde a gente ir tinha antes do comerzinho, quando a gente acabava acolá, era rezar ali um Padre Nosso, ou uma Ave Maria umas noite eu rezava muitas e muitas noites eu acordei assentada na cama rezando, rezava e pegava no sono quando eu acordava eu dizia assim meu Deus eu fui feliz, eu fui muito feliz.⁸⁴

Assim, sem rádio, televisão ou outras formas de entretenimentos, os agricultores costumavam dormir muito cedo, logo ao escurecer, no início da noite, entre as 19h e 20h e acordavam com os primeiros raios solares, perto das 4 horas da manhã. Conforme os dados colhidos na pesquisa, homens e mulheres despertaram com o clássico canto dos galos, que começava após a 0 hora e se acentuava às 4 horas da manhã. Os burros também relinchavam logo ao amanhecer. Esta sinfonia produzida pelos animais era, para os lavradores, seu despertador.

A natureza era mesmo um território de domínio dos agricultores, pois eles aprendiam a medir as horas através das suas observações, sobre o livro do tempo, lendo vários sinais escritos pela natureza, interpretando as vozes dos animais, e o sistema de floração das plantas. Assim, estavam atentos a determinadas flores, como por exemplo, a “flor das 9 horas” e a “flor das 11 horas”, que desabrochavam nestas horas, sugerindo aos trabalhadores rurais que era momento de refeições como o lanche e o almoço.

As horas eram, também, comumente identificadas conforme a posição em que o sol se encontrava. Desta forma, para lê-las, os caririseiros olhavam em direção ao céu: se o sol estivesse mais próximo da terra, era cedo; no entanto, se ele tivesse mais distante, passava do meio dia, isto é, já era tarde, e quando ele estava perto do poente, caminhava para o anoitecer, era a “boca da noite”.

⁸⁴ Maria do Carmo Dantas, entrevistada em Pedra Lavrada, em setembro de 2003.

Este tempo não pautado no relógio era extremamente valorizado pelos trabalhadores rurais, que, muitas vezes, viram suas atividades, no passado, como ocasionais, executadas apenas nos finais de semana, como disse o sr. Zuza: “*Hoje é sexta-feira. Aí você dizia: ‘vou apanhar algodão pra fazer a feira amanhã e aí não tinha que ficar ali debaixo de ordem’*”.⁸⁵ Não acredito que os lavradores trabalhassem ocasionalmente ou apenas nas sextas-feiras à tarde. Mas acho que o fato de trabalharem livremente, de organizarem seus próprios horários, fazia com que vissem suas atividades como espontâneas, um esparecimento, um entretenimento, como expressa o sr. Agenor:

*No meu roçado eu às vez chegava cedo demais às vez chegava tarde demais passava era o dia no roçado chegava tarde fora de hora o roçado é muito bom é um desparecimento muito grande que a gente tem é tratar dum roçado.*⁸⁶

O cronograma das atividades diárias não estava apenas balizado pelo ritmo biológico e da natureza sendo, sobretudo, legitimado pelas experiências cotidianas dos lavradores relacionados a uma vida social pacata; e à própria racionalidade de trabalho, que imprimia, também, um sentido ao tempo. Sobre isto, o sr. Agenor falou:

*Quando a gente trabalhava por conta da gente, às vez a gente sempre facilitava, pegava de 6 hora, pegava de 7 hora, largava de 4, largava de 5, de 6, na nossa época num tinha horário pra trabalhar, não. Eu trabalhava 8 trabalhava 10 porque a gente só trabalhava marcando hora quando a gente trabalhava pra ganhar o dinheiro, aí era marcada a hora, a hora de pegar, a hora de largar, a hora de tomar o café aí eles marcava aquela hora mas quando era por conta da gente aí a gente num tinha hora marcada, não.*⁸⁷

O fato é que, em seus roçados, os agricultores não precisavam ler as horas com precisão, pois, além de mal equipados para isto, visto não possuírem relógios mecânicos, não achavam necessário tal recurso, pois trabalhavam para si mesmos. Assim, tanto podiam esticar as horas, isto é aumentar o seu dia de serviço ou encolhê-lo, atrasando-se um pouco para a sua lida no roçado, como disse o sr. Agenor: “*a gente sempre facilitava*”, isto é: adaptava os horários a suas necessidades que, ocasionalmente, variavam como, por exemplo, no caso do nascimento de um filho, ou uma doença em suas famílias. E também podiam ouvir melhor o seu corpo: um dia mais cansado, outro dia, mais disposto, enfim, respeitavam mais os sinais da natureza biológica e das necessidades sociais.

⁸⁵ José Alves dos Santos. Entrevistado em Cubati, em novembro de 2002.

⁸⁶ Agenor Cassimiro de Oliveira. Entrevistado em Cubati, em novembro de 2003.

⁸⁷ Agenor Cassimiro de Oliveira. Entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

Assim, os lavradores se sentiam donos do seu tempo, pois, “na nossa época”, como disse o entrevistado, “*nós não tinha horário para trabalhar*”. A época a que o sr. Agenor se refere é um tempo em que o trabalhador rural trabalhava em seu roçado, não batendo ponto no relógio, em que apesar de trabalhar de sol a sol, fazia o seu tempo, um tempo em que os homens não precisavam vender o seu trabalho, por isto, não havia necessidade de medi-lo, era um tempo que não era vendido, e não cronometrado rigorosamente.

1.2.2 O destocamento dos roçados

O trabalho dos lavradores, em seus roçados, começava em alguns casos, com o desmatamento das terras. Sobre esta atividade, o sr. Bastim, que, em 1951, desmatara as terras onde fez o seu roçado, disse:

*A gente limpava de enxada, as vez o patrão mandava passar o trator e ele pagava. As vez ele já dava desmatado, as vez era. Eu limpei o meu roçado mais os meninos, mais José e Expedito que era mais velho, que desde menino eu botava eles para trabalhar desde pequenininho tudo era trabalhador. Num instante fazia o roçado, botava homem e mulher tudo para trabalhar. Eu tinha família, por que ia pagar?*⁸⁸

Assim, o destocamento era uma atividade árdua, quando todos os membros da família eram requisitados, inclusive mulheres e crianças podiam ajudar a “botar a broca”, a recolher o material a ser incinerado. Era comum, ainda, a contratação de uma força de trabalho extra para este serviço. Nestes casos, os moradores e meeiros conseguiam o dinheiro, para remunerar seus trabalhadores, com os proprietários das terras onde trabalhavam, pagando-lhes com a safra do algodão. Porém, para a sorte dos lavradores, em muitas situações, os proprietários já entregavam as terras desmatadas, sobre o que falei anteriormente, sendo preciso apenas fazer o destocamento, o que ocorria anualmente, em geral, entre outubro e novembro, e consistia na retirada dos tocos, dos vegetais como catingueiras e marmeleiros e outros matos que infestavam o terreno e eram arrancados pelos homens, sobretudo, porque, muitas vezes, as mulheres estavam realizando a “apanha do algodão”, que ocorria no mesmo período. Esta atividade era realizada com instrumentos pessoais, como a enxada e o enxadeco e outros. Sobre suas ferramentas, o sr. Agenor disse:

⁸⁸ Sebastião Simplicio dos Santos, entrevistado em João Pessoa, em fevereiro de 2005.

*Pra limpar mato era uma enxada pra cortar madeira era um machado e uma foice, pra arrancar toco era uma chibanca, e daí por diante, dependia do serviço e a ferramenta que a gente usava. ...Tinha que alimar tinha, tinha que ajeitar a ferramenta que a gente trabalhava.*⁸⁹

O sr. Agenor relata habilidades, definindo a função de cada instrumento. Limpar, cavar, cortar, arrancar, entre outras. Estas práticas estavam sempre relacionadas à produção dos alimentos, ao amanho da terra. Tais ferramentas representavam, para os lavradores, a possibilidade de sua intervenção prática na plantação dos seus roçados.

Estes instrumentos eram compreendidos pelos lavradores como seus aliados. As palavras do poeta Rodolfo Cavalcante dimensionam esta afirmação, ao expressarem o significado que os trabalhadores rurais conferiam aos instrumentos que lhes possibilitavam a realização dos seus fazeres agrícolas:

*O pobre do sertanejo
Leva a vida aperreada
A lavoura é sua amiga
Sua mão é a enxada
O facão é seu padrinho
A picareta é seu sobrinho
A foice a sua camarada”.*⁹⁰

Como se percebe no trecho citado, os instrumentos de trabalho dos lavradores eram tão íntimos e caros que lhes fora atribuído, pelo poeta, sentido de parentesco, de amizade de familiaridade. Se a mãe era a enxada; a lavoura era a amiga; o facão, o padrinho; a picareta, o sobrinho; e assim foi o poeta reconstruindo as relações de parentesco de forma ampliada, peculiar à cultura dos homens do campo.

Os utensílios acima mencionados, comumente, pertenciam aos lavradores, como disse o sr. Severino: “*E minha enxada, quem comprava era eu, e minha foice, meu machado, ainda hoje tem lá em casa, machado, foice, comprado há muito tempo. Trabalhava e comprava com suor*”⁹¹. Entendo, ainda, que estas ferramentas representavam para homens como este depoente não apenas uma forma de intervir na natureza para dela extrair os alimentos, mas, também, significava liberdade e autonomia em relação aos seus padrões. Assim, eram comprados com muito esforço e empenho para não se depender dos outros, sentindo-se mais

⁸⁹ Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

⁹⁰ Rodolfo Cavalcante, apud Durval Muniz de Albuquerque Júnior. **Falas de Astúcia e de Angústias: A Seca no Imaginário Nordestino, Problema à Solução (1877-1922)**. op.cit. p. 126.

⁹¹ Severino Batista de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

livres para acertar o preço das suas diárias, com os seus empregadores. Pois, neste caso, além da sua força de trabalho, carregavam os próprios instrumentos.

1.2.3 A obtenção das sementes

Em regra geral, os roçados dos lavradores eram plantados com a lavoura de “combinação sertaneja”, que se constituía, invariavelmente, do feijão, milho e algodão. Este consórcio agrícola ficou conhecido na região estudada como “lavoura consorciada”, pois estas sementes eram plantadas no mesmo terreno, e também seguindo o mesmo ciclo agrícola, como disse o sr. Bastim:

No meio do milho plantava o feijão. E o algodão, era no meio da carreira do milho. A carreira do milho era uma aqui desse lado e outra desse outro e o algodão era aqui no meio. O algodão era no meio. Agora o feijão o camarada plantava no salto do milho, com bem, uma cova pequena aqui, outra ali, ai a gente cavava a cova aqui no meio e plantava o feijão. A gente quando plantava o milho e o feijão depois é que ia cavar a carreira de plantar o algodão. Plantava o milho todinho pra poder depois plantar o algodão.⁹²

Ao narrar as técnicas de plantio, o sr. Bastim demonstrara a importância que atribuía aos alimentos, inclusive em detrimento do próprio algodão, pois ele, e grande parte dos lavradores costumavam plantar as filas com milho e algodão e, no salto, isto é, na distância de um salto, a lavoura comercial. A técnica de consorciamento englobava a lavoura comercial e as lavouras alimentares, lavouras diferentes e complementares que asseguravam a sobrevivência deles e de seus familiares.

As sementes do milho e feijão, destinadas à germinação dos roçados, poderiam ser guardadas pelos agricultores, exclusivamente, quando estes tinham a propriedade da terra. Esta categoria composta por minifundiários reunia toda a sua safra de milho e feijão em dois diferentes paióis, pequenas montanhas formadas por estes grãos, depositados no interior de suas casas, no canto da parede. Para evitarem que os caroços se estragassem, os agricultores revestiam o espaço com areia, em seguida, colocavam o milho ou o feijão e prosseguiam alternando uma destas sementes com a areia, que, invariavelmente, formava a última camada. Só, a partir dos anos de 1960, alguns dos lavradores passaram a depositar suas safras de milho e feijão em utensílios de alumínio, chamados de silos.

⁹² Sebastião Simplicio dos Santos, entrevistado em João Pessoa, em fevereiro de 2005.

Também construíam seus pequenos paíois com os grãos reservados para a sua alimentação. Para os meeiros e moradores, os grãos para os plantios eram repassados por seus patrões, que, geralmente, só o faziam na época das chuvas, depois que estes lavradores já haviam preparado seus roçados, como relatou o sr. Jacinto Pereira dos Santos:

Na época das chuvas o proprietário distribuía o milho e o feijão. O proprietário tinha obrigação de dá a semente, quando chovia. Ele tinha mais esta precaução não entregava antes da chuva, porque se o tempo apertasse o cara comia. Se ele precisasse de mais o proprietário dava, mas só quando chovia o caboco ia buscar.⁹³

Os termos utilizados pelo sr. Jacinto apontam para a questão da carência dos alimentos, como um aspecto constante no cotidiano dos lavradores da área em estudo. Tal fato se repetia freqüentemente, por esta razão, os senhores de terra desconfiavam e impediam que os lavradores fossem os guardiães dos grãos para a plantação em seus próprios roçados, pois poderiam desviar as sementes de milho e feijão para seu consumo alimentar, notadamente quando as suas safras se tornassem escassas. Isto mostra, por exemplo, que os desequilíbrios sociais, como a fome, tão presente nas sociedades do interior nordestino, não são produzidos unicamente pelas secas, embora por elas agravados, uma vez que são as relações entre os homens, marcadas pelo monopólio de terra, que agudizam tais fenômenos.

A renovação dos campos de algodão nem sempre ocorria anualmente, visto que, em alguns casos, a planta permanecia viva sendo necessário apenas podá-la, ou “decotá-la”, como disseram os moradores e meeiros, que conseguiam os caroços com os proprietários. Quanto aos pequenos proprietários, estes compravam as sementes, sobre o que escreveu, em certa ocasião, o cronista Ademar Vidal:

⁹³ Jacinto Pereira dos Santos, nascido em 03 de julho de 1928, no atual município de Cubati, estando na época da entrevista com 77 anos. Os pais deste entrevistado eram proprietários e possuíam menos de 100 hectares de terra. O sr. Jacinto trabalhou na agricultura, na terra de seus pais. Quando adulto, casou-se com D. Rita com quem teve nove filhos. Morou também na cidade de Cubati onde em 1968, fora eleito vice-prefeito. Nos anos de 1970, foi para Campina Grande, com toda sua família e, cerca de uma década depois, imigrou para Brasília, onde faleceu em 13 de outubro de 2005. Dedico em especial a minha gratidão a ele, pelo que representou em uma das fases singulares de minha vida me ensinando várias lições, algumas das quais quando eu era adolescente. Pois, na época, vivíamos em Cubati e como lá não existia escolas diferenciadas para jovens e adultos, dividi com ele a mesma sala de aula no Colégio Municipal Padre Simão Fileto. Desde então, ele me contava histórias fabulosas, uma delas é que o padre que dava nome ao nosso colégio, amaldiçoava até a quinta geração dos Vasconcelos, família à qual pertencem. Brincávamos com esta história e eu atribuía o meu fraco desempenho nas atividades estudantis a tal maldição. Todavia, embora ele fosse extremamente católico, não acreditava nas palavras do padre, chamando-me atenção para a prepotência de alguns membros da igreja católica. Sr. Jacinto, apesar de mais velho do que eu e a maioria dos meus colegas, era um excelente negociador de experiências e culturas. Desta forma, participava de muitas das nossas travessuras partilhando algumas brincadeiras e, ao mesmo tempo, buscando ponderar outras de nossas práticas. Assim, agradeço ternamente as lições de 1973, 1974 e 1975 quando juntos cursamos da 1ª à 3ª série ginasial e as aulas que vieram depois; algumas inscritas neste trabalho e outras tantas na minha memória. Entrevistado em João Pessoa, em fevereiro de 2005.

*O lavrador compra o caroço. Planta-o depois de preparar a terra, e quando já se encontra em ponto de merecer atenção, faz a limpa que se repete por várias vezes, sendo necessário empregar desde o início um grande número de pessoas nesse serviço. A lagarta mete-se no meio da história e faz ordinariamente um verdadeiro arrazo.*⁹⁴

O documento mencionado acima circulou em um dos jornais da capital, tendo o momento de sua publicação coincidido com a campanha de modernização agrícola da Paraíba, iniciada no final de 1930, e analisada no capítulo seguinte. Esta chamada “modernização”, entre outras políticas, buscava assistir os lavradores com medidas como a distribuição de sementes selecionadas, por meio dos campos de demonstração municipais, espalhados por todo o estado. Todavia, acredito que, mesmo no auge da chamada “Revolução Agrícola”, as sementes de algodão não eram repassadas em larga escala para os pequenos proprietários, já que muitos destes tinham que comprá-las.

Os dados da pesquisa também revelaram que os proprietários recebiam tais sementes quando comercializavam suas safras, diretamente nos locais de beneficiamentos situados próximos às cidades produtoras, como relatou o sr. Jacinto:

*Vou te dizer como era o sistema, em Cubati tinha duas máquinas de beneficiamento. O proprietário vendia o algodão na condição de pegar o caroço de algodão para plantar no próximo ano. Eu vendo meu algodão e recebo meu caroço do plantio, já descontado no preço do algodão, já estava embutido o preço do caroço.*⁹⁵

1.2.4 Feijão, milho e algodão: “uma invenção de Deus”

Estas lavouras cultivadas pelos lavradores já faziam parte da sua cultura agrícola. O algodão era conhecido dos indígenas e, conforme o historiador Celso Mariz, no mínimo, desde o século XVII já existiam notícias de plantações regulares desta agricultura na Paraíba.⁹⁶ A partir de meados do século XIX, o algodão se difundiu entre os lavradores, visto que podiam cultivá-lo facilmente junto com o milho e o feijão. Este consorciamento possibilitou o ingresso de homens sem-terra e pequenos proprietários nas atividades relacionadas a cotonicultura, conforme descreveu o geógrafo Manoel Correia de Andrade, ao referir-se ao Nordeste:

⁹⁴ Ademar Vidal. “O Algodão”. In. União Agrícola, dom., 20 jul. 1941, p.3.

⁹⁵ Jacinto Pereira dos Santos, entrevista realizada em João Pessoa, em fevereiro de 2005.

⁹⁶ Sobre isto, ver Marly de Almeida Vianna In **Grão**: Ano I N.3, jul./ ago.1985. Campina Grande. p. 17.

*Não só os grandes proprietários que se lançaram à cultura do algodão; aos poucos pequenos proprietários e moradores, passaram logo a semeá-lo nos pedaços de terras, de que dispunham, associado ao milho e feijão, a fim de colher no mesmo roçado o produto de subsistência e da venda.*⁹⁷

Entendo que a adesão ao algodão, entre os diversos segmentos sociais, ocorreu por razões diferentes. Para os grandes proprietários, o cultivo do algodão, baseado no sistema de meia e morada, reduzia os custos de produção neste ramo agrícola, visto que os grandes e médios proprietários se livravam de assalariar os trabalhadores para a cotonicultura. Estes últimos sobreviviam graças ao consorciamento do algodão com as demais lavouras alimentares, pois, basicamente, não recebiam nenhuma remuneração. Neste contexto, era conveniente para os proprietários manterem em suas terras grandes espaços com o “algodão consorciado”.

Para os lavradores, esta lavoura mostrava-se compensadora, pois, de um modo geral, era graças ao seu cultivo que muitas famílias tinham acesso à terra e também ao mercado. O dinheiro obtido nas safras algodoeiras permitia que lavradores e lavradoras visitassem as feiras, consumindo, minimamente, o que lhes era indispensável, como algumas vestimentas, e organizassem enxovais para o casamento e a chegada dos bebês, entre outras necessidades. A venda das safras proporcionava, também, o equilíbrio nas contas com os patrões e credores, que financiavam algumas despesas dos agricultores durante todo o ano.

Assim, na área em estudo, não penso que a expansão dos algodoais, verificada no século XIX, estimulada pela guerra de Secessão nos E.U.A., tenha provocado mudanças drásticas na vida dos trabalhadores. Embora historiadores como Durval Muniz, ao falarem sobre o aumento das exportações do algodão nordestino, no final do século XIX, afirmem que tal processo afetou profundamente o cotidiano dos trabalhadores rurais, notadamente, no que diz respeito ao aumento do trabalho dos lavradores e à diminuição dos roçados.⁹⁸ Com base nas entrevistas, entendo que, na região investigada, com a invasão dos algodoais, os lavradores foram submetidos a um ritmo de trabalho mais intenso e, conseqüentemente, a uma maior exploração. Entretanto, não acredito que houve redução dos roçados, pois os agricultores os mantiveram, graças ao consórcio agrícola, preservando ainda uma relativa autonomia sobre eles. Assim, vejo que o desenvolvimento da cultura algodoeira não representou grandes transtornos na vida dos agricultores, o que, ao meu ver, só ocorrerá com

⁹⁷ Manoel Correia de Andrade. **A Terra e o Homem no Nordeste**: Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. São Paulo: Atlas, 1986. p. 128.

⁹⁸ Sobre isto, ver Durval Muniz de Albuquerque Júnior. **Falas de Astúcia e de Angústias**: A Seca no Imaginário Nordestino de Problema à Solução (1877-1922). op.cit.

o desenvolvimento da agavicultura, introduzida nos anos 40 do século XX, como discutirei depois.

Por ser uma agricultura de acesso relativamente fácil aos lavradores, vários intelectuais interpretaram o algodão como uma lavoura democrática, como alguns autores gostavam de se referir, a exemplo de Manuel Correia de Andrade:

*Não só a possibilidade de poder fazer cultura associada, como também o fato de ser a mesma de ciclo vegetativo curto e de não ter o agricultor necessidade de industrializar o produto faziam com que o algodão, mais democrático que a cana, se tornasse cultura de ricos e de pobres.*⁹⁹

A designação de “algodão democrático” fora construída, inicialmente, em oposição a outra lavoura, isto é, a cana-de-açúcar, que apresentava um longo ciclo vegetativo. Este fato limitava a concessão de terras para os roçados, ao contrário do que acontecia no algodão. Ademais, a cana-de-açúcar demandava um complexo processo de transformação, extremamente oneroso para os lavradores. Posteriormente, a partir de 1940, esta idéia do “algodão democrático” reacendia, sobretudo, na área em estudo, com o desenvolvimento da agavicultura, mais inacessível aos homens sem-terra, como será apontado adiante.

Todavia, na Paraíba, estudiosos, como a historiadora Irene Rodrigues Fernandes, questionam o caráter democrático da lavoura algodoeira, apontando as relações desiguais existentes entre proprietários e lavradores, mostrando que os benefícios proporcionados pelo “algodão democrático” não eram revertidos para a maioria dos agricultores, concentrando-se entre os grandes e médios proprietários.¹⁰⁰

Concordo com as observações apresentadas pela autora acima, pois percebo que as relações entre proprietários e homens sem-terra eram polarizadas e o avanço do cultivo algodoeiro contribuíra, ainda mais, para acirrar as diferenças, privilegiando sempre os primeiros. Entretanto, interpreto que o caráter democrático do algodão deve ser buscado em um âmbito mais vasto, incluindo aspectos relacionados à cultura dos lavradores, visto que o algodão poderia ser cultivado por toda a família dentro dos seus roçados, sem atrapalhar o florescimento dos seus alimentos, representado pelo milho e feijão, sem lhes exigir novos conhecimentos técnicos e grandes investimentos econômicos. E, sobretudo, sem lhes roubar a sua “valorizada autonomia”. Enfim, o trabalho era feito pela família, o que significava que

⁹⁹ Manuel Correia de Andrade. **A terra e o homem do Nordeste**: Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. op. cit, p. 128.

¹⁰⁰ Irene Rodrigues da Silva Fernandes. **Comércio e Subordinação**: A Associação Comercial da Paraíba no Processo Histórico Regional (1889-1930). João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1999. p. 74.

conversavam, cantavam durante a colheita do algodão, traços que não somente tornavam os afazeres menos árduos, como estimulavam a solidariedade entre os trabalhadores. Para cultivá-lo, dependiam somente da sua força de trabalho e de instrumentos rudimentares, como o facão, a enxada, o bisaco, além de suas experiências.

Neste quadro de compreensão, o algodão era lido pelos lavradores como uma “lavoura de pobre”, uma lavoura popular, que não requisitava sofisticação, uma aliada em sua luta contra as secas, a miséria, e a falta de terras, pois, graças ao seu cultivo, os lavradores conseguiam instalar roçados nas grandes e médias propriedades.

Numa primeira análise, pensei que o algodão ocupava um lugar de destaque na vida dos trabalhadores, apenas pelas razões mencionadas acima. Todavia, olhando mais atentamente as fontes orais, foi possível indagar sobre outros significados que os lavradores atribuíram a esta lavoura. A importância da planta resumia-se apenas ao fato destes agricultores extraírem deste vegetal parte fundamental da sua sobrevivência? Ou seria porque eles o cultivavam associado aos seus principais alimentos? Certamente estes aspectos não devem ser descartados. Porém, outro sentido era atribuído ao algodão, como aflorou no depoimento do sr. Bastim:

Quando começou o mundo já existia algodão e o agave apareceu depois. O milho e o feijão também foi tudo Deus quem criou. Agora, o algodão você sabe de uma coisa, o pessoal antigamente plantava o algodão, as mulheres eram que faziam a roupa do povo de algodão, elas fiavam e elas mesmo torciam e faziam aquelas roupas de algodão pra vestir a camisa. Era assim no tempo antigo, no tempo de Jesus, de Maria Santíssima, todas as mulheres eram quem fazia. O algodão não cai nunca, porque você repare qual, vou dá o significado do algodão. O algodão, o caroço do algodão é alimento, a fibra é a cobertura do corpo. E de todo jeito o algodão tem mais valor do que o agave até propriamente o caroço do algodão dá alimentos pros animais, sabe disto? Os animais se alimentam com a pasta, até propriamente o farelo do algodão é o alimento. E ele dá mais a cobertura do corpo.¹⁰¹

Percebo, nas palavras deste narrador, que, para os lavradores, o algodão tinha uma força oculta, ele não era uma lavoura qualquer, ele era uma criação de Deus, que, na sua infinita sabedoria, não o inventara aleatoriamente. Assim, o algodão tinha uma finalidade vital: cobrir e aquecer os corpos dos homens e alimentar os animais. Na concepção dos trabalhadores rurais, a agricultura do milho e feijão era, também, uma criação divina e, de um modo geral, um dos marcos iniciais da história da humanidade, como explicou o sr. Zuza: “A

¹⁰¹ Sebastião Simplicio dos Santos, entrevista realizada em João Pessoa, em fevereiro de 2005.

*agricultura é milho, feijão, roça e algodão. A agricultura existe desde o começo do mundo da história, desde quando Deus criou o mundo”.*¹⁰² Para os lavradores, o que evidenciava o ato divino, era o fato destas lavouras existirem desde os tempos imemoriais, desde o tempo em que o mundo fora criado, pois tal como o mundo, o milho, o feijão e algodão também eram uma invenção de Deus.

As palavras do sr. Zuza apontam para um significado muito específico de agricultura, limitando-a praticamente às lavouras que ele conhecia e tinham um sentido prático em sua vida. Esta compreensão é reiterada por grande parte dos entrevistados, a exemplo do sr. Agenor:

*É a gente trabalha assim num roçado, é agricultura que se fala, é a gente trabalha no roçado, milho, pra lucrar, milho, feijão, melancia, jerimun, essas coisa assim. Isso é agricultura que a gente fala. É bom demais. É uma maravilha do mundo, chovendo o que a gente lucra. É a coisa melhor do mundo, que Deus deixou no mundo. Que é bom. É alegre. É tudo quanto é bom é agricultura.*¹⁰³

Assim, entendo que o significado de agricultura para homens como o sr. Bastim, o sr. Zuza e o sr. Agenor, entre outros narradores, estava vinculado a três aspectos básicos: primeiro, a sua religiosidade, enxergando a produção agrícola como uma dádiva de Deus: atribuindo-lhe, portanto, uma concepção sacralizada, quando homem e agricultura, ambos produtos da criação divina, não se separavam. Esta releitura que faziam da Bíblia, estava balizada pela vivência, pelo seu cotidiano, isto é, pelo que, de forma mais concreta, a agricultura representava: a sua própria sobrevivência, os seus alimentos, a sua manutenção, por isto, agricultura era a coisa melhor que “*Deus deixou no mundo*”. Segundo, vinculava-se às suas experiências de trabalho na agricultura, pois, neste caso, o trabalho era bom e prazeroso. Assim, a agricultura era a arte de lavrar os seus roçados, era o cultivo da terra percebido dentro de uma tradição cultural, que mesclava conhecimentos técnicos, autonomia, ou seja, uma suposta liberdade e participação na produção, isto é: “lucros”. E terceiro, a noção de agricultura também estava mediatizada pela cultura da fome -, isto é: suas carências alimentares. Neste sentido, agricultura era, sobretudo, o cultivo de plantas cujos grãos seriam transformados em alimentos capazes de saciar a fome dos lavradores. Assim, a agricultura era o alimento, como sentenciou o sr. Severino: “*É agricultura mesmo é que é bom. É um*

¹⁰² José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em novembro de 2002.

¹⁰³ Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

alimento, um alimento. A agricultura é pra dar alimento pra todo mundo. É cultivar a terra. É ou não?”¹⁰⁴

A produção dos alimentos lhes era fundamental, porque viviam em uma sociedade culturalmente marcada pela fome, pela sede, pela seca, com lembranças incrustadas em seu imaginário; pela exploração dos senhores de terra, que ficavam com parte da pequena produção dos trabalhadores rurais. Vivendo no limiar da fome, esta sociedade aprendeu a valorizar e até sublimar as lavouras alimentícias, ou aquelas como o algodão, que, embora não se prestassem para a alimentação humana, não atrapalhava a existência dos roçados.

Os cereais, como o milho e o feijão, compunham a base da alimentação dos trabalhadores rurais. O primeiro se prestava a uma grande variedade de pratos, como por exemplo: pamonha, canjica, angu, pratos feitos com o milho verde, sendo ele próprio comido simplesmente assado ou cozido. Os lavradores, artesanalmente, pilavam, socavam e moíam o caroço do milho, obtendo o xerém, o mungunzá, cozidos com água ou com leite, e também processavam uma espécie de farinha com a qual faziam o cuscuz, ou pão de milho. Estes pratos eram e são servidos tanto no café da manhã como no almoço e no jantar. Este cardápio era apreciado por todos os grupos sociais, mudando apenas as iguarias que os acompanhavam. As pessoas de melhores condições econômicas ingeriam estes pratos com leite, manteiga, queijo, ovos, carne de sol e de bode. Os lavradores nem sempre dispunham dos derivados da carne e do leite. O milho, mesmo consumido em grande quantidade, não gerava transtornos orgânicos, provavelmente porque não figurava sozinho na dieta alimentar.

1.2.5 Plantando feijão, milho e algodão entre esperanças e receios

Comumente, era sob os céus de dezembro, janeiro e fevereiro que os lavradores plantavam os seus roçados. Este calendário não era muito rígido, pois estava ligado ao início do inverno na região, ou mesmo à esperança dos lavradores sobre a chegada das chuvas, o que podia estender-se até o dia 19 de março. Todavia, muitos lavradores, confiantes “em Deus e depois no inverno”, plantavam no seco, como disse o sr. Agenor:

...Começava em dezembro, ainda hoje eu começo em dezembro, porque eu pranto no seco, sabe, eu aro a terra, mando arar a terra, aí vou e pranto no seco, se chover em dezembro, e Deus ajudar a pegar aquela pranta, essa dá lucro, mas também se num chover, perde tudo. É de dezembro pra frente, até janeiro, fevereiro, era os quatro mês que a gente tinha a satisfação de trabalhar, porque é quatro mês que

¹⁰⁴ Severino Batista de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

*a gente espera alucrar é nesses quatro mês, aí passando, a gente já sabe, ou perdemo, ou lucramo, aí acabou.
Dezembro era o primeiro, dezembro, janeiro, fevereiro, pronto esses quatro mês, passando esses quatro mês quem fez fez quem num fez...*¹⁰⁵

Esta fala revela que os lavradores dos Cariris se moviam no fio da navalha: de um lado, a vida, a chuva, a fartura, sintetizados pelo “lucro”; do outro lado, a morte, a seca, a fome, ou seja, a perda. Estas noções davam origem à esperança e ao medo, aumentando a fé dos lavradores. Assim sendo, a fé e o receio se disseminavam no cotidiano, acompanhando todas as fases do trabalho no roçado, desde o destocamento até a debulhada. Tais sentimentos tornavam-se emblemáticos quando os lavradores faziam suas plantações, momento em que intervinham na natureza, semeando a terra. Entretanto, a fase que sucedia à semeadura, ou seja, o crescimento das plantas, lhes fugia ao controle, não dependia mais dos seus atos, do amanho da terra, da retirada das ervas daninhas, e de outros cuidados. Diante deste estado de impotência, o “único e último” recurso dos lavradores era entregar “nas mãos de Deus”, como pensava o sr. Agenor: “...se Deus ajudar e pegar aquela pranta essa dá lucro, mas também se num chover perde tudo”, ou seja, tudo dependia da ação divina: os seus roçados, os “seus lucros”, enfim, suas vidas. Observo que, para eles, a prosperidade da lavoura estava subordinada às decisões de Deus, pois os agricultores se pautavam em uma noção de história teleguiada pelo “destino”, ou seja, de uma história construída sem a participação do homem.

Sem domínio sobre as chuvas, e na ausência destas, os lavradores regavam os seus roçados com a fé, como disse D.Maria:

*Eu tenho meu roçado com fé em Deus, eu tinha esperança que um dia eu tinha barriga cheia, que no ano que chovesse na terra, chovendo que a terra molhe e a gente lucre o que planta, a gente fica feliz, a gente tem um descanso você vai pra feira, mas você já não compra o milho, você já não compra o feijão, ajuda muito, e a gente quando ta na feira.*¹⁰⁶

Assim, inicialmente, a narradora plantava, posteriormente, cabia-lhe rezar, ter esperança, pedir a Deus que intercedesse em seu favor e lhe enviasse um ano bom de inverno. A pesquisa de campo demonstrou que muitos lavradores invocavam os santos de sua devoção, como Santa Luzia, cujo dia é comemorado em 13 de dezembro, quando, também, os

¹⁰⁵ Agenor Cassimiro de Oliveira entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

¹⁰⁶ Maria do Carmo Dantas, entrevistada em Pedra Lavrada, em setembro de 2003.

lavradores realizavam a experiência das “Doze pedras de sal”, e o dia de São José, homenageado em 19 de março.¹⁰⁷ Sobre as reverências a São José, o sr. Jacinto disse:

Quando a chuva não chegava em fevereiro se esperava até março, 19 de março, dia de São José, última esperança nossa. Muitas vezes acontecia de se plantar, quando era no dia de São José, o caririseiro comia pamonha, tava na mesa era só festa. Porque o povo tinha muita fé em São José, é um santo muito querido. Um homem que trabalhou suado para alimentar Jesus Cristo. Nossa gente é um povo religioso e tinha esta gratidão com São José, ele tinha o poder de pedir a Deus pra mandar chuva pra aquele povo sofredor e São José intercedia tinha este poder de intercessão se acreditava e acontecia o milagre da chuva. Nós tínhamos certeza que ele era o intercessor nosso diante de Deus como hoje você tá encrocado fala com um deputado e ele vai ao governador e resolve, assim é nossa crença.¹⁰⁸

Plantar no dia de São José, para os lavradores, era uma forma de agradar, de comover um santo que tinha mais poder do que os mortais comuns e, portanto, poderia sensibilizar Deus, e este poderia intervir fazendo com que as chuvas molhassem regularmente os roçados, resolvendo, assim, o problema dos lavradores que, na sua visão, se resumia à falta de chuvas. Ademais, esta fala revela a religiosidade do homem do campo e a sua concepção sacralizada do mundo. Desta forma, os lavradores não vislumbravam um encontro com um deputado, que ocupava um cargo, num lugar que sequer eles sabiam onde ficava, elaborando leis que, para estes homens, não tinham muito sentido, pois não compreendiam o significado das funções dos parlamentares. Todavia, os agricultores acreditavam no valor das suas rezas, das suas conversas com os seus santos de devoção, sentiam nos seus corpos os benefícios das chuvas e conheciam bem a sua falta, e distantes do parlamento, dos deputados, do governador, recorriam a quem parecia estar mais perto deles: Deus, Santa Luzia e São José.

Entendo que estas experiências eram formas extremas, de controle dos lavradores, diante dos seus roçados, que emergiam notadamente no período em que faziam suas plantações, não lhes restando outros caminhos para evitar a destruição de suas plantas pelas secas. Estas experiências nasciam da vivência dos agricultores com a estiagem.

Percebi, pelas narrativas orais, que os lavradores, pautados em seu saber popular, baseado em sua experiência de vida, dispunham de várias alternativas para fazer a cartografia do tempo. O céu, para eles, era um gigantesco livro onde apareciam desenhadas as letras das chuvas ou das secas. Assim, ao contemplarem o firmamento e seus astros, pesquisavam o

¹⁰⁷ A experiência das “doze pedras de sal” consistia em enfileirar doze pedras de sal grosso, cada uma delas correspondia a um mês do ano. As pedras atingidas pela umidade simbolizavam a regularidade das chuvas referente ao mês que ela representava.

¹⁰⁸ Jacinto Pereira dos Santos, entrevistado em João Pessoa, em fevereiro de 2005.

espaço observando com detalhamento, tentando desvendar os segredos da natureza, lendo as letras das chuvas que, de acordo com as suas concepções, nem sempre se encontravam pintadas no céu; em seu lugar, muitas vezes, estavam desenhados os sinais da seca.

Este conjunto de sinais oferecidos pela natureza, que incluía não apenas os astros, mas também as plantas e insetos, era chamado de “experiências”. Todavia, entre os lavradores não existia, necessariamente, um consenso sobre a validade de cada experiência e também sobre a leitura destas, como disse o historiador Irineu Joffily:

É assim que o florescer prematuro ou demorado do umbuzeiro, pau d'água, barriguda, facheiro, o canto de algumas aves, o coaxar das rãs, a mudança de certos insetos, etc, dão-lhes argumentos para fundamentarem a sua opinião, servindo de apoio a uns e de contestação a outros os mesmos sinais observados em outros anos; divergência que sempre dá lugar a que algum mais circunspectos lance, no meio da conversação, como 'último ratio', as palavras – Deus é que sabe tudo – a que todos subordinam suas experiências.¹⁰⁹

Para Durval Muriz, esta postura dos lavradores, de questionamento diante das experiências, partia do pressuposto de que os desígnios de Deus são insondáveis tanto para o homem comum como para o cientista.¹¹⁰ Entretanto, também acho que, em muitos momentos, esta visão dos lavradores era tática, sobretudo, quando as experiências diagnosticavam a seca, pois, ao discordarem desta leitura, os lavradores poderiam manter as esperanças, visto que um toque divino inverteria o mapa do tempo, transformando a seca em chuva; a perda, em lucro; a desgraça, em bonança, como disse o cordelista Lobo Manso:

*Depois de Deus não querer
Toda ciência é perdida
Pra cair chuva no chão
não existe experiência
É só a grande ciência
Do autor da criação
Vê-se num grande verão
Todo o legume arrasado
O povo desenganado
E é bastante ele querer
Com meia hora se vê
Todo o terreno alagado.¹¹¹*

¹⁰⁹ Irineu Joffily. **Notas sobre a Paraíba**. Brasília: Thesaurus, 1977. pp. 175 e 176.

¹¹⁰ Durval Muniz de Albuquerque Júnior. **Falas de Astúcia e de Angústias**: A Seca no Imaginário Nordestino de Problema à Solução (1877-1922). op.cit. p. 106.

¹¹¹ Lobo Manso. **Poesia contra os profetas e experiências de chuva**. p. 9.

Assim, em meio à seca, à fome e à morte, os agricultores acalentavam o sonho e, numa miragem fantástica, anteviam seus roçados: enxergavam os algodoais, tingindo suas roças com o verde e o branco dos capuchos de algodão e o milharal espalhando o dourado pelo horizonte, os açudes sangrando. A promessa da terra molhada lhes renovava os sonhos e os fazia se moverem, ao trabalho em seus roçados. Desta forma, independentemente dos prognósticos que apontavam para a seca ou chuva, homens como o sr. Agenor, munidos da sua enxada, da sua esperança e dos seus medos, aravam a terra.

A pesquisa mostrou que, após a terra cavada, as mulheres e as crianças a faziam germinar, atirando nas covas os grãos de feijão, milho e algodão, posteriormente espalhavam a areia com os pés, cobrindo os caroços, como disse o sr. Jacinto: “*Geralmente os homens cavavam e as mulheres e crianças plantavam. Num ficava ninguém em casa elas plantavam e passavam o pé e cobriam com terra. Num ficava ninguém em casa*”.¹¹² A distribuição das atividades agrícolas entre todos os membros da família era importante, pois os lavradores não tinham condições para remunerarem, constantemente, uma força de trabalho extra, assim, esta era composta basicamente pela família. Por isso, era comum às crianças trabalharem desde a mais tenra idade. Assim, muitos lavradores só aceitavam o roçado dos patrões quando se casavam e constituíam suas famílias, como relatou o sr. Severino:

*Não, porque eu num queria mesmo. Ele perguntou se eu queria um roçado, eu disse que num queria, não. Eu era sozinho, pra que era que eu queria um roçado sozinho? Eu peguei a tomar conta do roçado foi quando comecei a possuir mulher.*¹¹³

1.2.6 Um adjutório: partilhando o trabalho e tecendo narrativas

Vinte dias após a semeadora, ocorria a primeira “limpa” nos roçados. Comumente, este serviço era realizado apenas com a ajuda da enxada. Entretanto, a partir de 1940, esta tarefa poderia ser feita com o auxílio dos cultivadores, máquinas agrícolas movidas por tração animal.

Estes equipamentos, à época, considerados modernos, conviveram com métodos mais rudimentares, mostrando, assim, que uma mudança não se faz de forma linear, e que técnicas mais modernas coexistem com outras consideradas arcaicas. Desta forma, os bois e os cultivadores desfilavam nos campos paraibanos ao lado das enxadas. Neste caso, a limpa dos

¹¹² Jacinto Pereira dos Santos, entrevistado em João Pessoa, em fevereiro de 2005.

¹¹³ Severino Batista de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

roçados tanto era realizada por homens como por mulheres, e até mesmo os meninos e meninas, sobretudo quando a terra estava molhada, ficando mais fácil de ser cultivada.

A limpa dos roçados era, portanto, uma tarefa realizada por todo o grupo familiar, inclusive os seus membros que já haviam casado e constituído um novo núcleo de parentesco. O sr. Agenor contou que ajudava na limpa dos roçados dos seus irmãos:

... As vez, quando a gente tem condição, bota um trabalhador dois pra avançar uma pranta, pra avançar uma limpa. E de irmão a gente quando tinha se juntava ia limpar o roçado de um, depois um ia limpar o do outro ficava assim, a gente, fazendo assim, movimento assim pra ajudar uns os outro.¹¹⁴

No roçado, a fase de limpa era um momento que proporcionava um maior contato entre os membros da família, que aproveitavam para conversar, fazer planos, trocar experiências, ensinar aos filhos, netos, ou sobrinhos, o ofício do agricultor.

A prosa educativa no roçado estava baseada na vivência dos mais velhos, em um acervo guardado nas memórias dos avós, dos pais que ressignificavam suas histórias, o seu outrora, e as costuravam em narrações que sobreviviam às gerações, por meio da palavra. E, ao mesmo tempo, eram transmitidos valores, crenças, mostrando a importância do trabalho agrícola como vital para o futuro dos mais jovens, enfim, encorajando-os para a vida.

Em meio à conversa, planos e histórias, o trabalho tornava-se uma diversão, como expõe sr. Agenor:

*Aquilo é, às vez, o seguinte, às vez a gente conversava muito porque a família era muito grande, cada um tinha um, às vez a gente se juntava, ia perguntar se eles lucrava, se dava lucro, se tava perdido, ia naquela zuada, naquela infância da gente, tano satisfeito, que quando a gente lucrava, tudo bem, tudo contente, e quando a gente perdia, tudo triste, era o que acontecia, era essas coisas assim.
...A gente conversava, perguntava pra que era, se ele ia guardar aquele legume, se lucrasse, se guardava, às vez, o outro dizia, eu vou lá guardar isso, eu vou é vender tudo, às vez, a gente conversando lá no roçado, nós, às vez, num tava nem lucrando ainda, mas já tava como, tinha uns que tinha um prano de vender, outros tinha um prano de guardar, e assim começava a vida da gente.¹¹⁵*

Neste cenário, o trabalho era uma festa: “onde todos faziam a maior zuada”, quando o “trabalho nem parecia um trabalho”, sobretudo se comparado às funções que o sr. Agenor exerceria, posteriormente, no motor de agave. Quando ele, ironicamente, fora contratado para

¹¹⁴ Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

¹¹⁵ Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

ser capataz, isto é; evitar a “malandragem”, ou seja, a conversa, o improvisado, a brincadeira, entre os seus antigos parceiros. Todavia, o dia-a-dia na roça, sem a intromissão dos patrões e as suas normas, fora remetido a uma época da vida, comumente representada pela imagem da felicidade, da brincadeira e da espontaneidade, mostrando, assim, que trabalho e lazer andavam juntos.

As conversas, as práticas narrativas, mencionadas pelo sr. Agenor, eram vivenciadas nos roçados, nos terreiros, nas novenas, enfim, em todo o cotidiano dos lavradores, ainda baseado em um ritmo de vida lento, incompatível com os padrões impostos pelas sociedades industrializadas. Pois, conforme Walter Benjamin, os efeitos da industrialização recaíram pesadamente sobre as relações humanas, abalando as formas essenciais de comunicação entre os homens, como o ato de narrar. Sobre isto, o filósofo advertiu:

...Torna-se cada vez mais raro o encontro com pessoas que sabem narrar alguma coisa direito. É cada vez mais freqüente espalhar-se em volta o embaraço quando se anuncia o desejo de ouvir uma história. É como se uma faculdade, que nos parecia inalienável, a mais garantida entre as coisas seguras, nos fosse retirada. Ou seja: a de trocar experiências.¹¹⁶

Para este autor, nas sociedades modernas, o espaço para as narrativas estava em declínio, uma vez que, antes, elas eram embaladas pelo ócio, o desprendimento do tempo mecânico, veloz e regulado. Entretanto, penso que, mesmo atrofiada a capacidade de narrar histórias fictícias, ou experiências individuais, ainda existe espaço no cotidiano do mundo moderno para as narrativas, sobretudo no contexto da cultura popular, e em meio ao desencantamento promovido pela objetividade científica.

A agremiação de trabalhadores para limparem seus roçados, ultrapassava os limites da família de sangue e estendia-se aos vizinhos mais próximos, como relatou o sr. Jacinto:

Cinco, seis, dez vizinhos diziam, ‘vamos limpar o roçado de fulano. Geralmente roçado de pobre limpa em um dia. Vamos dá o adjuntório ao compadre, vamos. Ai se juntava num dia só botava o roçado na limpa. Porque o dono do roçado tinha muitas vezes que trabalhar fora no alugado, trabalhar para os outros, só trabalhava no dele no claro da lua. Ai quem tinha criação matava prá dá aos que trabalhava.¹¹⁷

O narrador acima está se referindo a uma antiga forma de trabalho denominada, na área em estudo, de adjutório. Nesta, as relações entre os homens estavam pautadas pela ajuda

¹¹⁶ Walter Benjamin. “O narrador.” In **Obras Escolhidas**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 57.

¹¹⁷ Jacinto Pereira dos Santos. Entrevistado em João Pessoa, em fevereiro de 2005.

mútua, entre os vizinhos, que partilhavam a fome, a miséria, a falta de terras e, inclusive, o calor humano, por isto, todos eram compadres. O compadre, muitas vezes, não o era formalmente, ou seja, não havia uma relação de apadrinhamento no sentido literal vinculando tais sujeitos. Entretanto, eles sentiam-se compadres, pois eram parceiros de uma vida em comum.

O trabalho adjutório, além de estimular a solidariedade entre os lavradores, promovia também o lazer, visto que, nestas ocasiões, os homens que tinham mais recursos materiais, isto é, dispunham de uma criação, animais como bodes ou aves, os partilhavam para ser servidos em um almoço oferecido aos seus parceiros, colaboradores que iam dar o adjutório. O trabalho do adjutório era fiado por laços de amizade e brincadeiras, sendo reescrito em diversas fases da vida no roçado, como a limpa e a debulhada. Todavia, esta prática foi profundamente afetada pelo crescente trabalho assalariado, promovido, sobretudo, com a expansão do agave, iniciada nos anos de 1940.

1.2.7 As colheitas das farturas

Após a limpeza dos roçados, os agricultores se organizavam para as colheitas das safras de feijão, realizadas de junho a agosto; milho, entre agosto e setembro; e, no caso do algodão, de setembro em diante. Comumente, os trabalhadores rurais realizavam a coleta da safra com ajuda de todos os membros da família: homens, mulheres e crianças. As plumas do algodão ficavam sob a guarda dos lavradores, a quem cabia transportá-las aos armazéns próximos à casa da fazenda, ou colocá-las diretamente nos caminhões estacionados na porta da casa-grande, de onde, posteriormente, eram transportados aos centros exportadores.

No caso do feijão e do milho, os lavradores, inicialmente, coletavam todo o feijão e, depois, quebravam e descascavam as espigas de milho. Tanto as vagens de feijão como as espigas de milho recolhidas, durante o dia, eram amontoados em um canto do roçado e levadas, no final da tarde, à casa dos lavradores. Alguns deles, a exemplo do sr. José João, lembraram as suas colheitas:

Eu achava bom porque se gastava em casa. Neste tempo não tinha emprego. Os bicho comia galinha, porco, a criação e ainda se perdia no roçado. Eu ainda alcancei este tempo, perdia que os bicho comia. É porque a gente não tinha porque, aí o que ficava lá, quando era pro fim do ano papai juntava e botava em pé, assim no roçado encostado numa cerca, aí criava maribondo, criava cupim, comia e acaba o lucro, a produção se acaba.

*Ai depois escasseou-se, escasseou-se o inverno, trabalho acabou tudo, o povo deixaram a agricultura, o povo que tinha muito gado os fazendeiros finado Branco, finado Manoel Cirilo, seu avô, finado Gabriel Chaves, finado Evaristo, o povo, finado Sidrone, Chico Ribeiro todo mundo que criava. Ai veio se acabar.*¹¹⁸

Nas palavras do sr. José João, a fartura dos grãos em seus roçados era tão grande que sequer eles eram recolhidos, estragando-se nos campos. Todavia, o tempo passado, o tempo da fartura, fora modificado, segundo o narrador, porque os fazendeiros deixaram a agricultura e passaram a criar gado e, também, devido à escassez do inverno.

Acho importante delimitar o tempo da fartura, em que homens como o sr. José João possuíam roçados, correspondente também a um tempo em que os grandes fazendeiros destinavam parte das suas terras para seus trabalhadores plantarem. O tempo do roçado fora um tempo que antecede à reorganização do espaço agrário, que alteraria a antiga ordem.

A pesquisa de campo mostrou que, no final dos anos 50 e o início da década de 60, do século passado, acentuou-se a pecuarização em todo o estado da Paraíba, como observou o sociólogo Cezar Benevides, ao referir-se notadamente à área canavieira, a rica Várzea, como ele denominou:

*Com a valorização do açúcar e da pecuária no mercado internacional, expandiram-se as áreas de cultivo e de pasto, acelerando aquele processo de expropriação. Sobressaía-se a questão: como admitir na lógica do capital, lavouras de subsistência na rica Várzea do Paraíba, quando no mesmo local se poderia aumentar a produção do açúcar e a área de pasto para o rebanho bovino, ampliando a captação da renda fundiária?*¹¹⁹

Esta expansão pecuarista se verificava em todo o estado, sendo que, em algumas regiões, a exemplo do Brejo e da área estudada, também ocorria, desde 1940, o avanço do agave sobre os roçados. Desta forma, entendo que os tempos do roçado e da fartura estavam situados entre as décadas de 40 e 50, antecedendo, portanto, a pecuária e a agavicultura.

Mas por que o sr. José João, na sua fala, silenciara o agave, não o mencionando como um elemento que limitou os roçados? Por que ele lembrara apenas o crescimento da criação do gado se, inclusive, os criadores da região, como o sr. Manuel Cirilo, o sr. Sidrone, o sr. Chico Ribeiro e outros que apareciam no seu depoimento, também se tornaram produtores de

¹¹⁸ Manoel Roque da Silva, 78 anos, filho de pequenos produtores que possuíam terras no atual município de Cubati. Sua mãe era louceira, ou seja, artesã e todos os irmãos trabalhavam para ajudar nas despesas domésticas. Este narrador é conhecido no lugar onde mora por José João em homenagem ao seu pai, que tinha este nome, maneira pela qual o chamo neste trabalho. Na década de 1940, sr. José João começou sua carreira nas atividades relacionadas ao desfibramento, trabalhando não só no município de Cubati, em outros municípios próximos e também no interior do Rio Grande do Norte. Entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

¹¹⁹ Cezar Benevides. **Camponeses em marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 62.

agave? Enfim, por que a ausência do agave no seu discurso? Com base nos dados coletados na pesquisa de campo, percebi que a pecuária, além de ocupar as terras outrora reservadas para os roçados, requisitava uma quantidade relativamente baixa de trabalhadores, dispensando parte da mão-de-obra existente. Ao passo que o agave, embora roubasse os terrenos dedicados aos roçados, diferentemente do criatório, absorvia grande parte dos trabalhadores rurais, integrando-os economicamente nos serviços proporcionados pela agavicultura, que, na medida em que marchava sobre os roçados, demandava mais braços. Desta forma, homens como sr. José João e grande parte dos lavradores, mesmo lamentando a redução ou interdição dos seus roçados, conseguiam se empregar na agavicultura, que muito contribuía para sua sobrevivência. Penso que este fato era fundamental para a sua sobrevivência, no passado, este aspecto ressoava mais forte na sua memória, e não negativamente como a pecuarização pois, como nos ensinou Maurice Halblachws, a memória é seletiva e guarda o que é importante emocionalmente, significativo.¹²⁰

Na fala do sr. José João, as secas apareceram como um acontecimento recente que desestabilizara a organização dos roçados. “*Aí depois escasseou-se o inverno...*” todavia, existem registros sobre estes fenômenos desde pelo menos 1559 e as suas ocorrências sempre foram uma constante na história do Nordeste e da Paraíba, se repetindo várias vezes desde o séculos XVII, XVIII, XIX e XX. Em menor ou maior grau, algumas secas verificadas no século passado afetaram profundamente o cotidiano de homens como este depoente, que vivia, basicamente, dos seus roçados, plantados com lavouras dependentes de recursos hídricos, como o milho, o feijão e até mesmo o algodão.¹²¹

Portanto, as estiagens já existiam no tempo que o sr. José João denominara de fartura, tempo vivenciado por este informante: “*Eu ainda alcancei este tempo*”. Posto este discurso, resta uma pergunta: por que um fenômeno tão antigo fora lido por ele como um dado recente, ou melhor, dos anos de 1940/1950? Entendo que esta questão está diretamente ligada ao fato de que a seca, na visão popular, é a causadora de todos os males que atingem os nordestinos, notadamente das zonas áridas.¹²² Assim, a falta de roçados aparecia, nas vozes dos

¹²⁰ Maurice Halbwachs. **A Memória Coletiva**. op. cit.

¹²¹ No século XX, até o final do período estudado, foram registradas várias secas, como as de 1903-04, 1915, 1919, 1931-32, 1942, 1951-53, 1958 e 1966. O sr. José João nasceu em 1925, tendo, portanto, testemunhado algumas destas secas. Além do mais, vivenciou outras, a exemplo da seca de 1877 e 1887, através das imagens que foram ressignificados de uma geração para outra. Sobre as secas no Nordeste, ver: **História das secas** (Século XX) Fortaleza: B Fontenele, 1958; José Américo de Almeida. **A Paraíba e seus problemas**. João Pessoa: A União, 1980; Lucia de F. Guerra Ferreira. **Raízes da Indústria da Seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1993 e Durval Muniz de Albuquerque Júnior. **Falas de Astúcia e de Angústia: A Seca no imaginário Nordestino de Problema à Solução (1877-1922)**. op. cit.

¹²² Sobre isto, ver Durval Muniz de Albuquerque Júnior. **Falas de Astúcia e de Angústia**. A Seca no Imaginário Nordestino de Problema à Solução, op. cit.

entrevistados, incorporada às imagens das secas, embora o primeiro processo seja um fenômeno bem mais contemporâneo do que as estiagens e, também, estava ligado à própria estrutura fundiária, visto que, em meados do século passado, os grandes e médios proprietários acharam mais rentável usar as suas terras com a pecuária e o agave.

No discurso tradicional, o passado estava coberto pelas chuvas que, nesta perspectiva, simbolizava a bonança e a fartura, “a barriga cheia”, a comilança, como disse o sr. Zuza:

*Muita batata, muito leite, coalhada. De noite, era janta de cuscuz, moído. Que nesse tempo num era comprado aí na mercearia, não. Era moendo no moinho, e fazer o cuscuzão desse tamanho, com leite bem quentinho. Mas era bom! E qualhada de torar.*¹²³

Para Durval Muniz, a construção deste passado mítico delatava uma forma de contestação ao presente:

*É próprio da ideologia camponesa a idealização do passado, sempre que se quer demonstrar o descontentamento com o presente. É constante no cordel a presença de um Norte paraíso e feliz, antes da seca como um corte na rotina da vida destes homens pobres.*¹²⁴

Por um lado, entendo as palavras do sr. Zuza balizada por esta compreensão. Em seu depoimento, aparecem imagens que apontam para um estranhamento representado pela mercearia, pois o tempo em que ele comia muito era o tempo do roçado, em que tinha tudo de lavra, batata, coalhada, e até a farinha para fazer o cuscuz não era comprada, mas feita em sua própria casa, um tempo em que o preço dos seus alimentos não subia ao sabor das flutuações do mercado.

Mas, por outro lado, também percebo que a fome e o desejo da comilança eram matérias-primas para a fantasia. Logo, na área em estudo, uma região seca do Nordeste, traumatizada pela fome epidêmica, que, muitas vezes, cedia lugar à morte, era palco para os sonhos recheados de comidas, delícias raramente experimentadas pelos agricultores. Uma verdadeira Cocanha, pois a falta de alimento, às vezes, dava margem ao seu reverso, como forma de sublimá-la, visto que alguns grupos sociais, premidos pela fome, gostavam de falar de comidas, de se imaginarem de “barrigas cheias”, fazendo verdadeira apologia aos alimentos e à abundância que estes podiam representar. Na área em estudo, por exemplo, alguns padrões estéticos, comuns nas sociedades mais urbanizadas, onde os alimentos são

¹²³ José Alves dos Santos. Entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

¹²⁴ Durval Muniz de Albuquerque Júnior. **Falas de Astúcia e Angústia**. A Seca no Imaginário Nordestino de Problema à Solução (1877-1922), op. cit. p. 98.

menos escassos, foram invertidos, a beleza estava sempre associada à gordura, à “robustez”, e estas, vinculadas a uma melhor condição econômica.¹²⁵

O imaginário da comilança vem sendo discutido por vários historiadores. Hilário Franco Júnior, por exemplo, o interpreta como signo de protesto contra as proibições da Igreja Católica, durante a sociedade medieval. Ainda para este estudioso, o cenário brasileiro, em especial o Nordeste, era um terreno fértil para a reinvenção de uma Cocanha, pois nele também existiam interdições alimentares, sobretudo provocada pela escassez da comida, como ele afirmou:

Neste percurso cronologicamente invertido, o ponto de partida deve ser as de natureza pouco pródiga, suscetível a prolongadas secas, de riqueza e poder concentrados nas mãos de poucas famílias, dos coronéis da época republicana aos seus antecessores, os senhores de engenho do período colonial. Situação de pobreza e dependência da maioria e de alta concentração de renda e autoridade nas mãos de poucos. Situação arcaizante, na qual as relações sociais tangenciam, as relações produtivas lembram. Esse enquadramento explica a presença plurissecular naquele local de uma forte mentalidade, propícia a produzir, receber e adaptar narrativas fabulosas.¹²⁶

As representações da fartura mítica, de uma Cocanha, figuram na Literatura de Cordel, como o poema de Apolônio Alves Santos, cujos versos mostram a fartura sendo substituída pela carência:

*No sertão tinha demais
O leite, o queijo e a qualhada
Na minha velha morada
Onde vivi com meus pais
Nos meus tempos joviais
Tudo era distração
Numa noite de São João
Renova grande prazer
Mas nada disso se vê
Quando há seca no sertão.¹²⁷*

¹²⁵ Durante o trabalho de campo, fui interrompida algumas vezes, pois os meus informantes, incontinentes, demonstravam-se surpresos em relação ao meu biótipo. Eles esperavam que eu fosse “gorda e robusta” e citavam nomes de algumas mulheres gordas que, na concepção deles, eram referências estéticas. Assim, alguns, a exemplo de D.Mariana, dizia que eu era “muito miudinha”, porque era magra.

¹²⁶ Hilário Franco Júnior. **Cocanha: A História de um país imaginário**. São Paulo. Companhia das Letras, 1998, p. 222. Sobre este tema, ver também Robert Darnton. **O grande massacre de gatos**, e outros episódios da História Cultural Francesa. op. cit

¹²⁷ Apolônio Alves dos Santos. Apud Durval Muniz Júnior. **Falas de Astúcias e de Angústia**. A seca no Imaginário Nordestino de Problema à Solução, (1877-1922), op. cit. p. 123.

1.2.8 Debulhando e “lucrando” longe das feiras

Depois de recolhidos do roçado o feijão e o milho, os agricultores se preparavam para mais uma atividade: a debulhada, que se iniciava, aproximadamente, em setembro. Este processo consistia na separação dos grãos de feijão e milho das vagens e das espigas, que ocorria em momentos diferentes, começando com a debulhada do feijão.

Os narradores contaram que, para iniciarem esta tarefa, homens e mulheres estendiam uma lona ou um pano grande no chão, onde eram lançadas as espigas de milho ou as vagens de feijão, sendo surradas com um bastão, geralmente pelos homens, como contou o sr. Bastim:

Quem debulhava era eu mesmo, eu mais os meninos. A gente fazia o seguinte: a gente arrumava o milho dentro de casa, quando acabava pegava um cassetete batia, batia o milho tirava o sabugo, botava no mato e o milho ficava ali, aí sacudia. O feijão também batia quando ‘tava’ seco. Era tudo fácil. Aquele milho a gente já trazia seco do roçado, fazia uma ruma de milho e danava o cacete, batia só tirava o sabugo.¹²⁸

Apesar desta atividade ser manual e exigir grande esforço dos agricultores, o narrador a classificou de fácil, visto que ele a conhecia e executava anualmente. As mulheres e as crianças sacudiam os grãos, retirando-lhes as palhas. Para este serviço, usavam grandes peneiras, arupembas, onde colocavam os grãos e, em seguida, os jogavam para o alto, em linha reta, acolhendo-os de volta, com o amparo da mencionada peneira. Nesta operação, o vento era um importante aliado, por isto estes atores sociais costumavam assobiar “para atrair as correntezas do vento”. Este saber popular aprenderam-no com seus pais e avós que lidavam com o mesmo ofício. Ainda cabia a eles juntar os caroços de milho e feijão que se espalhavam pelo chão. Esta atividade era realizada pela família e, em alguns casos, com a ajuda dos vizinhos, como lembrou o sr. Bastim:

*Tinha qualidade de vizinho que fazia isto, mais eu não precisava que tinha meu povo que fazia. Os vizinhos se ajuntava um bocado pra fazer o deles quando acabava ia pra casa do outro.
...Era de dia no correr do dia e tudo dava certo.¹²⁹*

Embora o narrador trabalhasse nas atividades do roçado apenas com seu “povo”, isto é, com sua família, emerge na sua fala a figura do outro: o vizinho. Ele realça, também, a

¹²⁸ Sebastião Simplicio dos Santos, entrevistado em João Pessoa, em fevereiro de 2005.

¹²⁹ Sebastião Simplicio dos Santos, entrevistado em João Pessoa, em fevereiro de 2005.

solidariedade entre o grupo de vizinhos, composto por moradores e pequenos proprietários, pois, caso necessário, os lavradores intercediam em favor dos colegas mais carentes, cujas famílias eram pequenas. Assim, prosseguiram até debulharem o feijão e o milho daqueles que precisavam de apoio para realizar esta tarefa. Esta prática, o chamado “adjutório”, já mencionado antes, enquadrava-se dentro do imaginário cristão marcado pelo desejo de fazer o bem, de ajudar a quem sofre e precisa. Um imaginário que também era perpassado pela idéia da recompensa, expressa na cultura oral: “É dando que se recebe”, o “bem se paga com o bem”. Desta forma, os lavradores, a quem a vida lhes reservava tão pouco, poderiam ser recompensados por suas atitudes cristãs e, assim, serem retribuídos com o bem, representado pela fartura, saúde, terra pra plantar e até o reino do céu.

Após a “debulhada” e a “apanha de algodão”, os pequenos proprietários armazenavam os grãos em suas casas, vendendo-os nas feiras e aos intermediários, nas portas de suas casas, apenas o que excederia ao seu consumo anual. Quanto às suas safras de algodão, estas eram compradas pelos comerciantes locais. Os moradores e meeiros pesavam e entregavam a parte do feijão e milho que cabia aos proprietários, ficando com o restante para o uso doméstico; e as fibras de algodão para saldarem as suas contas com os seus patrões que compravam o restante. Sobre a utilidade das safras dos moradores, Dona Maria rememorou:

Dava, não era tão suficiente, mas ajudava. E quando o ano era bom, era bom que nós lucrava. Nós fazia o algodão e até nós pagava os débitos que a gente às vez precisava do dinheiro do patrão pra fazer uma feira. O roçado da gente a gente separava o algodão pra vender, pra pagar o débito que devia ao proprietário, e o que nós lucrava no milho e no feijão, nós guardava no silo.¹³⁰

A conclusão da debulhada e da coleta do algodão era também o fecho de um trabalho iniciado com o destocamento, quando o resultado do trabalho dos agricultores se tornava emblemático, permitindo que se restabelessem moralmente diante dos seus patrões e reabastecessem seus reservatórios com os alimentos: “... o que nós lucrava no milho e no feijão nós guardava no silo”.

Podiam, também, construir sonhos para suas vidas, esperar, ter mesa farta para afugentar a fome que os ameaçava constantemente, e até comprar um pano, um chapéu novo. Desta forma, o final das debulhadas era época de colher sonhos, de ressignificá-los, de criar imagens que cortavam a paisagem seca dos Cariris paraibanos, inundando as idéias dos lavradores, oferecendo estímulos a suas vidas áridas. Assim, concordo com Cléria Botelho da

¹³⁰ Maria do Carmo Dantas, entrevistada em Pedra Lavrada, em setembro de 2003.

Costa quando, ao referir-se aos errantes nordestinos, afirmara que “*sonhar também fazia parte do cotidiano destas criaturas*”.¹³¹ Ou seja, que a vida material precária não impede o homem de sonhar.

Era, também, neste momento que apareciam os ‘lucros’ dos lavradores, como relatou o sr. Severino:

*Nós lucrar botar dentro de casa. Pra vender nada. Eu nunca vendi nada do roçado. Só era pra comer, come os bichos, come galinha, porco. Só ficava pra gente pra comer mesmo, somente eu nunca vendi nada do roçado, não é, porque eu num gostava de estragar, mió guardar pra comer, botava nos silos. Eu tinha silo, tinha tudo. Hoje não tem nada não. Eu guardava meus troços todos nos silos, que eu tinha.*¹³²

Pelas narrativas, percebi que os lavradores definiam seus lucros dentro de uma perspectiva inteiramente diversa daquela que predomina nas sociedades capitalistas. Acredito que a palavra lucro fora introduzida no mundo rural pelos senhores de terra, que a empregavam para falar das suas possibilidades de ganhos ou perdas econômicas. Os lucros, na concepção dos proprietários, constituíam um acréscimo agregado ao valor inicial usado em seus investimentos agrários. Neste caso, esta soma adicional era investida na compra de terras, de máquinas, de casas na rua, enfim, para expandir o patrimônio e a riqueza. Os lavradores leram os lucros baseando-se na sua cultura, em uma visão de mundo distinta. Para eles, os lucros eram a provisão dos seus alimentos, não sendo, portanto, aplicados em atividades que lhes rendessem mais dinheiro, redefinindo, assim a própria noção de fortuna e lucros, comumente vigentes nas sociedades modernas. Os agricultores a elaboravam baseados nas suas lidas nos roçados e nas suas vivências perpassadas pela fome, a seca, a falta de chão para plantar e morar. Assim, para eles, a riqueza e os lucros simbolizavam, sobretudo, a provisão dos alimentos, como disse o sr. Zuza: “*Fazendo o de comer o caba tá rico, tá rico. Fazendo o de comer ele não vai perder tempo, eu nunca empalhei nada no meu roçado, eu fazia na hora*”.¹³³

Na fala do sr. Zuza, o uso adequado do tempo estava associado à produção de subsistência, isto é, de sua riqueza e de sua própria segurança. Num mundo em que quase tudo era dúvida, a guarda dos alimentos talvez fosse uma das únicas certezas que os lavradores tinham. Assim, para enfrentar a inconstância do seu cotidiano, marcada por dicotomias: chuva

¹³¹ Cléria Botelho da Costa. “Uma História Sonhada”. In **Revista Brasileira de Historia**. São Paulo: ANPUH, vol. 17, nº 34, 1997. p. 139.

¹³² Severino Batista de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

¹³³ José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em novembro de 2002.

X seca, fartura X fome, trabalho X falta de trabalho, os agricultores criavam táticas preventivas contra a fome que os rondava, como contou o sr. Agenor:

Eu me previno com isso, bastante. Só compro legume porque a gente num lucra todo ano, mas se lucrasse. Cansei de ver legume meu atravessar dum ano para o outro. A gente alcançava a outra safra pra poder acabar. Era assim, porque a gente tem muito medo de passar fome, se segurava bastante.

Porque a gente num ia comprar com fartura. Porque a gente quando lucra do roçado, assim, tudo é fartura. A gente vai pra feira, vai comprar aquela coisinha já limitada. O roçado quando dá, é aí à vontade. Então a gente matava aquele desejo, aquela vontade, aquela fome, aquilo ali rendia. A gente sabendo. Tirava ano e ano, a gente sem sofrer necessidade. Era bom demais. O roçado é bom demais.¹³⁴

Para homens como o sr. Agenor, a posse dos alimentos simbolizava a sua ingestão durante todo o ano e, ao mesmo tempo, o livrava de comprar nas feiras os produtos que habitualmente tinham de lavra. Compreendo que comprar nas prateleiras os cereais e a roça, costumeiramente produzidos pelos lavradores, era para eles uma perda, que os deixava intranqüilos, alterando, também, a sua noção de segurança, uma vez que passavam a depender de terceiros para adquirir os produtos. Neste caso, eram obrigados a recorrer aos vales, concedidos pelos seus patrões, e a aumentar as suas dívidas, além de buscar serviços nas fazendas em que viviam ou em outras propriedades, isto é: “trabalhar alugado.” Mesmo em atividades que gostavam de fazer, como limpar mato, cavar barreiros, representavam para os lavradores uma perda moral, visto que se sentiam humilhados e diminuídos, já que tinham que trabalhar “debaixo de ordens,” obedecendo a horários. Esta prática era repudiada pelos agricultores. Assim, pagar pelo feijão, o milho e a farinha era uma experiência frustrante, simbolizava o fracasso dos seus roçados e de todo um conjunto de práticas que envolviam o trabalho, os sonhos, a reza, a esperança que investiam em suas plantações, que tinham para eles um significado especial, relacionado à fartura das colheitas e à satisfação do trabalho, como disse o sr. Zuza:

A gente tinha aquela fartura. Do roçado, a gente se animava, ficava mais animado, mais alegre, mais, entendeu? Então, era melhor.

Era muito melhor. Toda vida foi melhor. Toda vida. Eu acho que, inda hoje, eu vejo gente aí na feira, mas também é por descuido deles. Num é pra ser assim não. É pra todo mundo sair da feira. Todo mundo ter seu roçado. Eu acho que o mundo é pra ser assim. Todo mundo ter

¹³⁴ Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

*seu roçado. A partir de uma criança. Se hoje o povo fizesse isso, o mundo era outro.*¹³⁵

Entendo que, por um lado, comprar nas feiras tinha a marca das estiagens e, também, trazia em si o signo da subordinação ao “trabalho alugado”. Por outro lado, a inserção dos trabalhadores rurais no universo das mercadorias tinha conseqüências diretas nas suas vidas e, inclusive, era denunciada por eles, que se sentiam explorados pelos preços estabelecidos nas feiras locais, pois os seus ganhos não acompanhavam a alta dos produtos. Assim, constantemente, eles responsabilizavam a seca pela fome da qual eram vítimas, e a inflação, como enfatizou o poeta Enock José de Maria:

*No ano sessenta e um
Os lucros são sem igual
Com abundante fartura e um inverno geral
Mas não terá serventia por causa da carestia
Arrasando o pessoal.
No ano sessenta e três
É seca em todo sertão
No Brejo choverá pouco
Não dar pra criar feijão
Só há muita é carestia
Fome, peste e agonia
E nação contra nação.*¹³⁶

Assim, as feiras eram sinônimo de carestia, algo tão estranho e assustador que destruía o trabalho dos lavradores, mesmo quando eles haviam sido abençoados com a chuva. O consumo nas feiras não era apenas antecedido da desventura das secas, mas estava relacionado aos mecanismos impostos pelas correntezas do mercado, que perturbavam, cada vez mais, a vida dos lavradores, desorganizando seu universo cultural. Acredito que, na área em estudo, este processo estava, sobretudo, associado ao avanço da agavicultura, a ser abordado mais adiante. Esta visão, que expressa uma cultura de rejeição ao consumo, pode ser flagrada no depoimento do sr. Zuza:

Aquilo era um esporte. É porque agricultura é um esporte. Acho tão bom que nem sabe pra que é que tá fazendo aquilo. É, naquele tempo. Hoje não. Hoje agricultura é diferente. Porque o cabra todo mundo que vai trabalhar na agricultura, hoje, é pensando de logo arrumar

¹³⁵ José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003. Para o narrador, o consumo nas feiras, atualmente, elevou-se porque as pessoas não se dedicam mais à agricultura, devido à “cultura do ócio”, isto é: preguiça, pois, para o sr. Zuza, os programas de assistência, promovidos pelos governos Federal e Estadual, estão afastando as pessoas do trabalho, uma vez que obtêm seus alimentos gratuitamente.

¹³⁶ Enock José de Maria. “**A voz de Padre Cícero**”. p. 3.

um recurso para comprar um carro, comprar uma moto. É, naquele tempo, a gente trabalhava candestino. Sem visão nenhuma. Tinha visão pra nada não.

*Porque naquele tempo a gente trabalhava, mas num tinha visão nenhuma, pra dizer assim: eu vou trabalhar e afuturar pra fazer aquilo ali. Ninguém pensava nisso não.*¹³⁷

Dentro deste quadro de leitura, os lavradores percebiam suas atividades como sendo extremamente prazerosas. Tudo que os homens almejavam era a sua sobrevivência e isto lhes bastava. Nesta representação, o trabalho era puro e inocente, estando isento do egoísmo e ambição, assim os homens não tinham visão para nada, ou seja, eles estavam desprovidos dos sentimentos comuns na sociedade moderna, isto é a acumulação. Entretanto, o trabalho sem interesse e o mundo sem mercadorias eram, para o sr. Zuza, apenas lembranças, pois, na sua fala, ele instituiu dois tempos. “Aquele tempo” e o hoje, dois tempos que se entrelaçam na memória do narrador, mas são percebidos por ele como opostos, o ontem, imaculado, e o hoje, pervertido, marcado pelos símbolos da modernidade: intenções fúteis, desejo de consumo e acumulação expressas em termos como o carro, a moto, inclusive os bens do mundo rural: o boi, a vaca. Penso que este corte temporal, embora não datado pelo narrador, teve como marco inicial o processo de monetarização promovido na região em estudo, sobretudo, com a expansão do agave, inspirando, entre os lavradores, novos costumes marcados pela competitividade e o desejo de possuir a moto, o carro, a bicicleta, o relógio, entre outros bens de consumo.

1.2.9 Entre rezas e brincadeiras

A vida dos lavradores não se resumia apenas ao trabalho, estendia-se também ao lazer, como as cerimônias religiosas, as argolinhas, caçadas e pescarias, entre outras. O sr. Zuza, por exemplo, relembrou as cerimônias religiosas, sobretudo as novenas que ocorriam no mês de maio:

*Porque tinha aquelas novenas nas casas. O povo se dedicava mesmo a fazer aquilo como uma devoção, que até hoje eu estranho essas coisa. Eu acho que hoje o mundo ele num vai dar mais certo por isso. Porque o povo se afastaro de um bocado de coisa. Eu acho. Num sei não. Pode inté tá melhor, mas num sei não.*¹³⁸

¹³⁷ José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

¹³⁸ José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

Na voz do sr. Zuza, destaco a imagem da fé vivida com bastante intensidade, sobretudo no mês dedicado a Maria, quando as pessoas se reuniam na casa do vizinho para rezar o rosário; quando as pessoas se dedicavam às coisas do mundo sagrado e reforçavam seu pacto com Deus, oravam, pediam clemência pelos pecados cometidos, clamavam por um ano bom de inverno, entre tantas outras solicitações e gestos de devoção, ausentes no mundo atual. Por isto, segundo o narrador, um “*mundo que não vai mais dar certo*”, pois se tornou dessacralizado, um mundo sem devoção, um mundo em que as pessoas se afastaram de Deus. Ao meu ver, este aspecto mostra o desagrado do sr. Zuza em relação às mudanças em seu cotidiano, que se acentuaram com a penetração das relações capitalistas, estimuladas, também, pela chegada do agave, que promovera o assalariamento na região, o consumo de produtos outrora obtidos nos roçados dos lavradores, o aumento do alcoolismo, entre outras conseqüências .

De acordo com as entrevistas realizadas, as noites de novenas também eram noites de festas, pois, após as rezas, muitas vezes, ocorria também uma festança, uma espécie de forró, onde as pessoas bebiam, comiam e dançavam. Na ocasião, rifavam-se animais como perus, bodes e porcos. Tanto os trabalhadores como os proprietários obtinham as fichas de papéis ou de caroços de milho, ou de feijões para disputarem os bichos. A base deste jogo era o bozó, uma espécie de dado, e os participantes que conseguissem mais pontos iam ficando com a ficha dos adversários, que, por sua vez, eram eliminados na medida em que perdiam seus pontos. No final do jogo, o vitorioso, ou os vitoriosos, porque poderia ocorrer empate, decidia(m) se venderia(m) o bicho ao dono da rifa, ou a outro colega também vencedor. Nestas ocasiões, as mulheres torciam pelos maridos, namorados ou outros homens de sua preferência, ajudavam a anfitriã a “passar um café” enquanto as mais jovens brincavam nos terreiros, de rodas, de toca, entre outras diversões.

Assim, as novenas, embora fossem momentos de encontros dos homens, e das mulheres com Deus, também eram uma festa, que se realizava, principalmente, no mês de maio, e deixavam marca na memória daqueles que as vivenciavam, que sorriam, brincavam, começavam e terminavam namoros, enfim, suspendiam provisoriamente o seu cotidiano, e, por uma boa causa: a novena de Maria. Como estes acontecimentos, que misturavam fé e diversão, não eram freqüentes, tornaram-se indelévels para muitas pessoas, pois estes eventos chamavam atenção, mexiam com a comunidade, que começava a criar expectativas sobre as noites de maio, muito antes destas chegarem. Mais uma vez, cito o sr. Zuza, ao referir-se à Semana Santa e ao mês de maio:

A gente tinha aquilo como uma devoção tão grande. Era. A gente respeitava o dia. Trabalhava não. Trabalhava assim meio dia na quinta e meio na sexta. Era. Ali a gente cobria os santos, que era o sistema do tempo mesmo, tinha que cobrir aqueles santos pra num ver o mundo. Sei lá pra que era. E a gente fazia aquilo, aquilo pra mim era uma devoção grande.

O mês de maio era bom. A Semana Santa era boa demais. Diferente de hoje. Hoje tem mais gente, tem mais tudo, mas antigamente, era melhor.

Porque, sei lá, chamava atenção. A gente ficava com aquela lembrança, porque era tudo diferente. Hoje a coisa funciona muito de um modo que num dá saudade.¹³⁹

Ou seja, o outrora é um tempo para lembrar, de recordar, tal como sugere a etimologia da palavra, isto é, trazer de volta pelas cordas do coração, cultivando a emoção, inventando a saudade: o roçado, as novenas, o namoro, as rifas que eram fiadas manualmente, visto que as emoções, os gostos, as preferências não eram tão passageiras como nos dias atuais.

Depois da realização das novenas, também podiam ser encenados espetáculos de mamulengos, que, às vezes, ocorriam nas sedes das grandes fazendas. Conforme os entrevistados, um personagem deste teatro tornou-se inesquecível: era o “Nego Baltazar”, que não faltava nestas apresentações, quando era representada uma briga envolvendo um “cabra valente”: o famoso Baltazar, cheio de estripulias, que “bolia” com a filha do dono da fazenda e, no final, levava a melhor e a festa continuava. Sobre estas apresentações, o sr. Zuza disse:

Porque é coisa que a gente faz só sorrir. Home, aqui tinha um véi, num era? Ele ficava, vamo dizer, ele botava um empanado aí, e ficava por trás. Com os mamulengos enfiado nos dedo, assim ói. Uma mulher e um home. Uma moça e um home do outro lado da mão. E fazendo, conversando um com o outro assim.¹⁴⁰

Conforme os dados obtidos no campo, em algumas tardes de domingo, aconteciam nas cidades e nos sítios as cavalhadas, chamadas, na área em estudo, de argolinhas. Nestas disputas, os homens, montados em cavalos, representavam o azul e o vermelho, designados pelas faixas que vestiam – os cavaleiros montados nos animais partiam de certo ponto em direção às barras onde estavam as argolinhas. O cavaleiro que, com a ajuda de um bastão, conseguisse retirar a argola, ganhava a prova. Sobre esta brincadeira, o sr. Zuza disse:

Ah, naquela era de quarenta teve umas argolinha ali pra Santana, boa de lascar. Sempre tinha. Inda hoje tem argolinha por aí. Inda tem. Aroeira vez em quando tem uma. Agora parece que o menino

¹³⁹ José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

¹⁴⁰ José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

*parou. Umas argolinha muito boa. Agora Santana teve umas boa. Mas naquele tempo, eu era, isso foi na era de quarenta. Teve umas argolinha muito boa, feita por Malaquias, boa, boa, festão. Muita gente. Vinha de todo lado. O caba com cavalo, pra correr, pra ver quem ganhava. Era o vermelho e o azul. Você já viu? Já? pronto.*¹⁴¹

Assim, as argolinhas eram momentos festivos que reuniam pessoas dos sítios vizinhos e até mais distantes, que se encontravam para torcer pelo cordão azul ou vermelho. Em regra geral, os cavaleiros eram os lavradores e até mesmos proprietários que corriam em cavalos. Nesta ocasião, os homens apostavam animais, como burros, cavalos, perus, em seus cavaleiros preferidos.

As argolinhas ainda eram marcadas pelos forrós e as inesquecíveis rifas, já mencionadas, por encontros de namorados, de amigos, também eram “lugar” de legitimar valores, como habilidade, garra, destreza com animais como o cavalo, entre outros componentes culturais do mundo rural.

Outra forma de diversão era a caça e a pesca. Estas atividades não tinham apenas o objetivo de suprir a alimentação, mas também de promover a recreação, sobretudo entre os homens que caçavam animais como o peba, o tejo e a tacaca, o que ocorria comumente à noite, como disse o sr. Zuza:

*Existia a caçada da noite. Pra caçar o peba, a tacaca, como eles chama. A caçada da noite. Mas hoje tem essa caçada, caçada do dia. As caçada que eu ia à noite. É, a gente se mandava no mato com cachorro. Era. Chegava meia noite. Às vez, num matava nadinha. E às vez, matava um pega, dois, uma tacaca. Era.*¹⁴²

Na perseguição dos animais, os lavradores usavam lampiões chamados de “murrão”, ou fochos, feitos com a madeira do faxeiro, um cacto muito comum na região que, quando envelhece, perde toda a casca, enchendo-se de felpas que proporcionavam as labaredas para iluminarem os locais onde os animais se escondiam e eram atingidos com tiros de espingardas.

O mundo dos agricultores estava se acabando, pois ia sendo alvo de debates das elites políticas e técnicas do estado, a partir do final da década de 1930. Não só discussões, mas propostas de intervenções no espaço dos Cariris Velhos, com a expansão do agave,

¹⁴¹ José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

¹⁴² José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

notadamente nos anos de 1940, mudanças iriam ocorrer, como discutirei no capítulo seguinte. Mas o mundo dos agricultores permaneceria nas suas memórias.

CAPÍTULO II - NOVOS SABERES INSTITUINDO NOVAS PRÁTICAS: O DISCURSO AGRONÔMICO E A AGAVICULTURA

Para entender a apropriação do agave como salvação da Paraíba, estudo a crise agro-exportadora nordestina, desde o final do século XIX, tecendo uma história que enfatiza os principais produtos de exportação, o monopólio da terra, a crise da mão-de-obra, e o agravamento da situação com as secas. Busco reconstruir o contexto agrícola, no momento da introdução do agave, mostrando a elaboração de uma nova cultura agrícola, isto é: a atribuição de novos sentidos à agricultura e aos agricultores, conectando-os às necessidades de certos grupos sociais no país, então marcadas pela industrialização e pela urbanização. Posteriormente, mostro a expansão do agave, na área em estudo, entendendo-a como um reforço à concentração da terra, e, em seguida falo sobre as imagens positivas construídas pelas elites em torno desta cultura.

2.1 Superando a Monocultura: “Anda-se Melhor com duas Pernas”

De um modo geral, nos anos de 1930, a monocultura fora responsabilizada por todos os males que afligiam a agricultura brasileira, como evidenciaram Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira:

*Identificavam-se, dessa forma, as crises cíclicas de produção agrícola como causadoras de nefastas conseqüências para a nação. Não que a agricultura fosse crítica, mas a agricultura monocultora, dependendo de planos de valorização responsáveis pelos desequilíbrios monetários, deveria ser superada.*¹⁴³

Esta releitura do contexto econômico brasileiro eclodira na crise de 1930. Segundo a compreensão do governo, a monocultura era a principal responsável pela situação do país. Tal quadro poderia ser superado com a ampliação e a diversificação da produção.

Em estados como o da Paraíba, este momento crítico era ainda mais grave, notadamente devido à crise agro-exportadora que afetava o Nordeste desde o final do século XIX, quando o açúcar, principal produto regional de exportação, enfrentou a crise dos preços internacionais, alimentada pela concorrência do açúcar de beterraba produzido na Europa.

¹⁴³ Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira. **História Política do Abastecimento**. (1918-1974). Brasília: Binagri, 1981. p. 80.

Este novo açúcar foi empurrando o açúcar nordestino para fora dos mercados europeus. Expulsos deste mercado, os produtores brasileiros buscaram refúgio nos EUA, como ressaltou o historiador Petter Eisenberg: “*para substituir o mercado inglês os brasileiros passaram a exportar para a única área ainda não dominada pelo açúcar de beterraba, os Estados Unidos – mas, aí a posição brasileira era frágil.*”¹⁴⁴ Todavia, a política expansionista dos EUA promoveu a criação de colônias açucareiras mais próximas deste país, como Porto Rico, Haváí e Cuba.¹⁴⁵

O algodão, segundo produto na pauta de exportação nordestina, também foi afetado com as flutuações do mercado externo. As fibras de algodão foram extremamente valorizadas, com a expansão da indústria têxtil inglesa e a desorganização provocada pela Guerra de Secessão (1860-64), nos EUA, como disse o Presidente da província, da Paraíba, Manuel Araújo:

*A guerra que lavra nos EUA do Sul e os do Norte da República Norte-Americana, abriu a nossos agricultores uma época nova e importante de resultados à riqueza do paiz. O plantio do algodão que em nosso paiz ia sendo substituído pela canna do assucar, retorna o espaço que havia cedido e pelas notícias sabidas, é de esperar seja a safra no corrente anno, talvez superior a maior que tenha sido colhida.*¹⁴⁶

Assim, o algodão, no século XIX, ia se tornando o primeiro produto da economia paraibana e invadindo basicamente toda a província. Neste momento, esta lavoura também se expandiu na área em estudo. Este fato, segundo Ramilton Costa, teria promovido o aumento do número de feiras, o crescimento das populações, a implantação de fazendas e, também, fora criada a freguesia de Pedra Lavrada.¹⁴⁷ Todavia, com o fim da Guerra de Secessão, os algodoads norte-americanos foram reorganizados, o que provocou uma baixa nos preços, acentuada, ainda mais, pela depressão que afetou a economia mundial, no final do século XIX.

Além da concorrência no mercado externo, outro fator perturbador da crise agrária nordestina fora o declínio da população escrava. Desde 1850, o número de escravos diminuía devido às altas taxas de mortalidade. Contudo, a partir da década de 70, do século XIX, a região começou a perder sua capacidade de retenção da mão-de-obra, seja pela crise econômica ou fatores climáticos.

¹⁴⁴ Peter Eisenberg. **Modernização sem Mudanças**. São Paulo: Paz e Terra/ UNICAMP, 1977. p. 48.

¹⁴⁵ Cf. Peter Eisenberg. op. cit.

¹⁴⁶ Apud Irene Rodrigues da Silva Fernandes. op. cit. p. 56.

¹⁴⁷ Cf. Ramiltom Marinho Costa. Perfil Geo-Sócio-Econômico dos Municípios da AMCUP. op. cit. p. 12.

Ambos os aspectos induziram muitos proprietários a se desfazerem dos seus cativos. Se, por um lado, os proprietários repeliam os trabalhadores rurais, por outro lado, as regiões da Amazonas e do Sudeste atraíam novos contingentes humanos devido à expansão, respectivamente, da borracha e do café, este último, sobretudo em São Paulo.

Na Paraíba, neste período, o número de escravos também fora reduzido em todas as áreas. Para as historiadoras Ariane Menezes Sá e Maria do Céu Medeiros, além do tráfico interprovincial, outros aspectos foram responsáveis por tal decréscimo, como as epidemias e a incorporação do homem livre pobre aos setores da economia.¹⁴⁸ Com base nos documentos consultados, percebi que os grandes e médios proprietários, para evitarem a fuga da mão-de-obra regional, investiram nas relações de moradia, integrando assim, economicamente, o homem livre ao transformá-lo em morador. Sobre tais relações, o historiador Marc Hoffnagel disse:

*O homem livre pobre do campo, fosse ele parceiro, meeiro, morador, pequeno sitiante, arrendatário, foreiro etc, precisava se submeter ao domínio do latifundiário que monopolizou o acesso à terra. De um lado, ele permaneceu à margem da economia porque suas atividades produtivas foram determinadas pelos grandes proprietários. Ao mesmo tempo, porém este segmento da população se constitui em um elemento altamente integrado no sistema econômico, dado seu papel como fornecedor de mão-de-obra e produtor de mercadorias destinadas ao mercado interno e externo.*¹⁴⁹

A crise de descapitalização da economia açucareira obstaculizou o trânsito para o assalariamento, inviabilizando a formação de um mercado interno, como aconteceu no pólo cafeeiro. Acerca disto, o economista Wilson Cano enfatiza:

*O novo café do Oeste Paulista havia, portanto, não apenas solucionado sua questão fundamental, a da mão-de-obra, fizera muito mais do que isso. Subordinando efetivamente o trabalho, implantou, com isso, as bases da economia cafeeira capitalista. Ao criar seu mercado de trabalho, criou também 'sobras' que permitiram o nascimento do mercado de trabalho urbano em São Paulo. Ao instituir o 'colonato', ensejou ainda a criação de um amplo mercado de bens-salário, do qual a futura indústria e agricultura mercantil ocupar-se-iam mais tarde.*¹⁵⁰

¹⁴⁸ Cf Ariane Norma de Menezes Sá e Maria do Céu Medeiros. **O Trabalho na Paraíba - Das Origens à Transição para o Trabalho Livre**. João Pessoa: UFPB, 1990.

¹⁴⁹ Marc Hoffnagel. **O Trabalho Livre. Marginalização e Manifestações Políticas: Os brancos pobres na sociedade paraibana**. (mimeografado), Recife: 1985. p. 4.

¹⁵⁰ Wilson Cano. **Ensaio sobre a Formação Econômica Regional do Brasil**. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2002, p. 65.

Este movimento, que antecederia a industrialização do Sul, coincidiria com a expulsão dos produtos nordestinos do mercado internacional, no início do século XX. Foi neste quadro que o Nordeste iniciou a comercialização dos seus produtos agrícolas, notadamente o açúcar e o algodão, com o Centro-Sul, que se tornou seu principal mercado consumidor.

Assim, no começo do século passado, iam sendo tecidas relações de competitividade e complementaridade, e se desenvolvendo a articulação comercial entre as diversas regiões do Brasil.

Desta forma, nas primeiras décadas do século XX, o Nordeste comercializava com o Sudeste, através da exportação de seus produtos agrários, a exemplo do algodão e do açúcar, relações comerciais que se intensificaram, sobretudo após a retração dos mercados internacionais, como destacou a geógrafa Marlene Maria da Silva: *“Expulso do mercado internacional no fim do século passado, o açúcar nordestino passou a ter no centro-sul, a partir de 1900, o seu principal mercado consumidor”*.¹⁵¹

O algodão nordestino também já abastecia grande parte da indústria têxtil nacional, como disse o economista Guimarães Neto: *“Mais cedo do que comumente se pensa o Nordeste passa a se constituir fornecedor de algodão para o mercado interno, sobretudo para a indústria têxtil”*.¹⁵²

Todavia, a crise de 1929 criou um quadro depressivo nas economias centrais do capitalismo, afetando profundamente as áreas dependentes. No caso do Nordeste, o impacto foi duplo: por um lado, sofrera os efeitos traumáticos do contexto mundial; e, por outro, aqueles provenientes da reação do Centro-Sul. Pois, sem mercados para o café, São Paulo passou a investir nas lavouras de algodão e açúcar, para atender a sua própria demanda, constituindo, assim, duas regiões, uma açucareira e outra algodoeira, no interior deste estado. Este fato secundarizou o açúcar produzido no Nordeste. Com relação ao algodão nordestino que, até então, abastecia grande parte da indústria têxtil nacional, o quadro fora semelhante ao que ocorrera com o açúcar.

Na Paraíba, a situação não fora diferente, como deixa transparecer o documento abaixo mencionado:

Nenhuma dúvida nos assiste neste particular, tendo já a delegacia de Algodão dado a conhecer o seu ponto de vista a respeito do relatório do sr. Interventor Federal que acima foi aludido. São Paulo, que sempre foi nosso principal mercado, já está produzindo e em grande

¹⁵¹ Marlene Maria da Silva. **Sertão - Norte**. Área do Sistema Gado Algodão. Recife. SUDENE, 1982. p. 50.

¹⁵² Leonardo Guimarães Neto. **Introdução à Formação Econômica do Nordeste** (da Articulação comercial à Integração Produtiva). Recife: FUNDAJ. Editora.Massagane, 1989. p. 67.

quantidade algodão de fibra curta inferior ao nosso, dado o conjunto de qualidades que reúne e que as do nosso sobrepõem, tais sejam comprimento e uniformidade, principalmente.

E aquele grande Estado, não satisfeito com isso, aparelha-se para produzir fibra média em quantidade suficiente às necessidades da sua indústria e já de agora faz os primeiros ensaios no sentido de obter que o seu território venha a dar também a fibra longa que merece.

*Acaso vamos perder o mercado paulista?*¹⁵³

Compreendo que tal ameaça para a Paraíba era extremamente danosa, pois a economia do estado dependia basicamente do algodão. No início dos anos de 1930, para enfrentar este quadro marcado pela perda do mercado interno, o governo paraibano usou duas estratégias. Primeiro, tentou melhorar a produção de fibras de algodão, como disse a historiadora Eliete Gurgão:

*Assim, a partir de 1934, a interventoria concentra esforços no sentido da diversificação da lavoura incentivando outras culturas e propagando processos racionais e modernos para incrementar a produção algodoeira, importando técnicas e sementes de São Paulo.*¹⁵⁴

Entretanto, o Nordeste não apresentava condições para concorrer com o Centro-Sul, por isto fora secundarizado no mercado nacional. Esta posição de dependência e complementariedade, em relação a São Paulo, era ratificada pelo então Ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães:

*Se São Paulo é o grande parque industrial do Brasil, o Nordeste é o celeiro opulento de matérias-primas – fibras e plantas oleaginosas, que estão a desafiar organização e capital. O crescimento econômico de São Paulo teria necessariamente que culminar no transbordamento da seiva para o Nordeste.*¹⁵⁵

Conforme esta fala, o Centro-Sul deveria industrializar-se, enquanto caberia ao Nordeste atender as suas necessidades com matérias-primas como fibras, desde que não fossem apenas o algodão, pelos motivos mencionados, e incluísse, ainda, na sua pauta de exportação, plantas oleaginosas e outros produtos que a indústria paulista requisitasse. Nesta perspectiva, São Paulo alavancaria o Nordeste ao lhe possibilitar um mercado promissor para seus “produtos agrícolas”.

¹⁵³ “O algodão na Paraíba”. In Jornal A UNIÃO, dom., 11 dez. 1932. p. 5.

¹⁵⁴ Eliete Queiroz de Gurjão. **Morte e Vida das Oligarquias na Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1989. p. 136.

¹⁵⁵ Agamenon Magalhães. “São Paulo e o Nordeste”. In Jornal A UNIÃO, 6ª feira, 13 nov. 1936. p. 1.

A segunda alternativa posta em prática pelo governo estadual buscava romper com a monocultura do algodão, produzindo novos produtos agrícolas, outras lavouras, sobretudo aquelas que não sofressem o infortúnio da poderosa concorrência paulista. Esta estratégia fora também adotada em todo o Nordeste.

Penso que esta diversificação da produção agrícola deve ser entendida dentro de uma conjuntura mais ampla, pautada pela industrialização do país. Este novo quadro, marcado pelo desenvolvimento urbano, induziu a uma reorientação da agricultura brasileira. Desde então, este setor deveria, também, direcionar-se para o mercado interno, abastecendo as cidades, permitindo, assim, o rebaixamento do custo de vida e dos salários pagos na indústria, notadamente, do Centro-Sul.

Assim, em todo o país, fora estimulada a diversificação de vários produtos agropecuários, como observaram Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira:

*Uma das novas preocupações do regime era determinar as medidas capazes de organizar o mercado interno, evitando assim a perigosa dependência em relação à monocultura. Reconhecia-se, devidamente sob o impacto da crise internacional de 1929, que a produção agrícola extensiva e dependente dos preços no mercado internacional levava para o interior do país todos os fenômenos de congestão do capitalismo europeu e americano com uma rapidez que em nada nos ajudava.*¹⁵⁶

Neste contexto, a política do Governo Federal buscava manter e ampliar os mercados externos e abastecer o mercado interno, sobretudo com os gêneros alimentícios. Estas medidas evitariam o aprofundamento da crise, como alardeava o Presidente Vargas:

*Só assim poderemos dar sólida base econômica ao nosso equilíbrio monetário, libertando-nos, não só dos perigos da monocultura, sujeita a crises esporádicas, como também das valorizações artificiais que sobrecarregam o lavrador em benefício dos intermediários.*¹⁵⁷

Assim, na perspectiva de Vargas, a superação da monocultura consolidaria a economia nacional. Esta solução destinava-se, sobretudo, à economia marcada por um novo ordenamento, que primava pelo desenvolvimento industrial. O setor agrícola não sofrera grandes transformações e continuou perturbado com a retração dos mercados internacionais e sem apresentar maiores mudanças no campo nordestino, que manteve basicamente inalterada

¹⁵⁶ Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira. **História Política de Abastecimento** - 1918-1974. op. cit. p. 79.

¹⁵⁷ Apud Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira. idem, p. 80.

a estrutura fundiária e conservou as relações não assalariadas, predominando o sistema de moradia e parceria.

Em 1937, o presidente Vargas, com o apoio das Forças Armadas, decretou o Estado Novo e extinguiu os partidos políticos. Foi neste momento que o Estado adquiriu estabilidade suficiente para comandar a “modernização” do país. O medo do comunismo calou as principais lideranças paulistas, ligadas à indústria, que acataram a implantação arbitrária do Estado ditatorial, enquanto o processo de centralização avançava, diminuindo o poder das elites regionais, como afirma a historiadora Aspásia Camargo: “*Assim cresce a participação do Estado na economia interna e, na órbita internacional, criou-se mecanismos corporativos de controle da sociedade e eliminou-se antigos particularismos regionais*”.¹⁵⁸ Foi preciso eliminá-los para criar um outro projeto de âmbito nacional, de interesse da burguesia industrial, com mercado abrangente.

Na Paraíba, Argemiro de Figueiredo prestou total solidariedade a Vargas. Esta solidariedade política estendia-se a todo um projeto que envolvia a chamada modernização agrícola do estado. O processo que se viu, no final dos anos de 1930, na agricultura paraibana, foi denominado pela imprensa local de “revolucionário.” A chamada “revolução” ocorreu mediante o controle da política e da economia dos municípios estaduais. Assim, a modernização acontecia por meio da intervenção na vida dos diversos segmentos sociais. No meio rural, por exemplo, estes atores sociais deveriam ouvir as vozes dos técnicos e agrônomos, que estabeleciam as lavouras a serem cultivadas e as técnicas a serem utilizadas. Afinal, as elites técnicas baseavam suas pregações na ciência, nos conhecimentos científicos, sendo estes entendidos como neutros e imparciais e não como uma relação de poder construída por um jogo de interesses que entrecruza paradigmas científicos, intenções políticas e pessoais, entre outros aspectos.

Percebo que as diretrizes modernizadoras do campo paraibano moviam-se em duas direções: atender à demanda do mercado internacional e, também, do nacional. Esta última proposta enquadrava-se em um programa mais amplo, promovido pelo Governo Federal, que buscava abastecer o mercado interno em expansão, devido ao crescente processo de industrialização e urbanização nacional, com sede em São Paulo. Assim, o conjunto de medidas acionadas para a agricultura da Paraíba visava a desenvolver a policultura:

O Governo do Estado está apto e disposto cada vez mais a ajudar e proteger os que desejam produzir. Façam campos de mamonas, arroz,

¹⁵⁸ Aspásia de Alcântara Camargo. In Boris Fausto (coord) **História Geral de Civilização Brasileira: O Brasil Republicano: Sociedade e Política**, (1930-1964). Tomo III. Rio de Janeiro: 1997. p. 140 e 141.

*algodão, fumo, abacaxi, cana-de-açúcar ou construam pomares para garantia do futuro.*¹⁵⁹

Referindo-se ao processo de modernização agrícola e à indústria no Brasil, José de Souza Martins disse:

*Comprando barato a sua subsistência, torna-se possível manter ou ampliar o mercado constituído pela população urbana e garantir taxas satisfatórias de remuneração do capital. E essas taxas satisfatórias devem estar num plano compatível às necessidades crescentes de acumulação de capital e de superação da economia colonial.*¹⁶⁰

Para atender a estas novas necessidades da economia nacional, a Diretoria de Fomento buscava incrementar a produção.¹⁶¹ Para modernizar-se, isto é, reconquistar os mercados nacionais e internacionais, tal instituição implementou várias dependências agrícolas, como a Granja de São Rafael, o Horto Simão Lopes, a Fazenda Mangabeira, além de manter um laboratório de ensaios e sementes e uma oficina mecânica voltada para o conserto das máquinas agrícolas. E ainda incentivava a difusão de várias plantas, cujas sementes eram oferecidas aos produtores.

O Horto Simão Lopes, localizado na capital, dispunha de cerca de 30 hectares, onde se realizavam estudos sobre plantas hortícolas, frutícolas e forrageiras, e buscava desenvolver o reflorestamento nas terras devastadas:

*Este pomar constitui um universo de plantas matrizes que dentro em breve fornecerá a Diretoria os bulbilhos necessários aos seus trabalhos de enxerto e multiplicação de excelentes variedades frutícolas.*¹⁶²

Desde o final dos anos 30, este Horto produzia frutos para exportação: *“Em 1938 foram exportados 27.615 caixas em 1939, apenas iniciada a safra, saíram 4.400 caixas. Depois outros embarques foram feitos não sendo possível ainda saber o total.”*¹⁶³

¹⁵⁹ “Quadro de Fruticultura Tropical de 1935”. In *Jornal A UNIÃO*, dom., 12 dez. 1937. p. 7.

¹⁶⁰ José de Souza Martins. **Capitalismo e Tradicionalismo**: Estudos sobre As contradições da Sociedade Agrária Brasileira. São Paulo: Pioneira, 1975. p. 13.

¹⁶¹ Em 1934, o Interventor Gratuliano Brito criou, mediante o decreto de N°. 583, a Diretoria de Produção Vegetal e de Pesquisas Agronômicas, sob a direção do agrônomo Pimentel Gomes. Em setembro de 1938, esta instituição fora reformulada pelo Decreto 1.117, passando a denominar-se Diretoria de Fomento da Produção. O objetivo deste órgão era o de reorganizar as atividades agrícolas do estado, buscando diversificar e aumentar a produção, por meio de uma intensa campanha em favor do cultivo de novas lavouras, do aumento da produção de gêneros alimentícios e da mecanização agrícola.

¹⁶² “A Diretoria de Fomento da Produção”. In *União Agrícola*, 5ª feira, 25 jan. 1940. p. 3.

¹⁶³ “A Diretoria de Fomento da Produção”. In *União Agrícola*, 5ª feira, 25 jan. 1940. p. 3.

Na Granja Modelo São Rafael, em João Pessoa, existiam plantações de agave, como ressaltou o economista Elbio Troccoli:

*Em 1939-1940, a ‘granja São Rafael’, dependência agrícola da Diretoria de Produção, tinha agave em 2 dos seus 7,5 hectares cultivados, dentro da ótica das fazendas experimentais da Secretaria da Agricultura.*¹⁶⁴

Com relação à Granja São Rafael, noticiou o Jornal A UNIÃO:

*Cada dia cresce o número de visitantes vindos do interior do Estado com o fim antes de tudo de aprender como dá ordem e beleza aos seus ambientes rurais. Porque uma granja bem limpa, bem disposta, bem dividida é sem dúvida um elemento de grande realce na vida campesina, dando mais movimento e cor à paisagem e mais gosto ao homem em se dedicar com todas as suas forças ao trabalho e a terra. ...É tão simples e cheio de um tão saudável espírito rural, que os fazendeiros são irresistivelmente atraídos de acordo com o seu temperamento e possibilidades a erguer granjas como aquelas.*¹⁶⁵

Estes núcleos agrícolas eram os exemplos clássicos desta nova agricultura paraibana, que deviam, com a sua racionalidade espacial, sua higiene, seus tratos científicos e suas técnicas de administração, instruir os “visitantes” que, inspirados nestas referências, buscavam institucionalizar novas práticas em suas unidades agrícolas. Também suponho que os observadores destes núcleos agrícolas avançados eram, comumente, os grandes e médios proprietários, que tinham recursos econômicos para se deslocar das suas fazendas para a capital e para investir na modernização dos seus estabelecimentos. Estas categorias também tinham mais acesso aos programas radiofônicos, aos textos publicados em jornais da época, como A UNIÃO e revistas especializadas, entre os quais o Boletim de Publicidade Agrícola, que publicavam constantemente, em seus editoriais, mensagens visando seduzir os proprietários. Estes artigos construía uma imagem positiva sobre as novas lavouras e os instrumentos agrícolas mais modernos, associando-os a grandes safras, à diminuição nos custos de produção e ao combate eficiente contra as secas.¹⁶⁶

Assim, graças ao contato mais rápido com as idéias agronômicas, os senhores de terras renovavam seus valores, aderindo com mais facilidade à modernização. Isto não quer dizer que os homens sem-terra não tivessem acesso a estas discussões, visto que elas circulavam

¹⁶⁴ Elbio Troccoli Pakman. O Surgimento da Economia Sisaleira na Paraíba: Dos primórdios à virada de 1938 e ao Início do *Boom*. Texto para discussões nº 79. João Pessoa, abr. 1994. p. 10.

¹⁶⁵ “As Pequenas Indústrias Rurais”. In Jornal A UNIÃO, dom., 25 fev. 1940. p. 1.

¹⁶⁶ Sobre a apologia das máquinas, ver por exemplo: “um milagre da técnica” In: Boletim de Publicidade Agrícola. Tomo I. out/dez, 1938, nº 1, 2 e 3, pg. Ilegível.

por meio de rádio Tabajara e das conversas entre proprietários e lavradores, e, também, entre estes e os agrônomos, ou técnicos agrícolas. Notadamente, estas rodas de conversas ocorriam, com mais frequência, nas propriedades mais perto dos centros maiores, onde existiam campos de demonstração, cultivados de forma “racional”, e se situavam as Inspetorias Agrícolas, que prestavam serviços de informação e revendiam máquinas. Acho mais provável que os lavradores estivessem mais vinculados aos seus saberes empíricos, próprios a seu universo cultural, pautados pelas lições da natureza, e mais afastados dos tratados agronômicos. Entendo que a penetração de um saber racional, voltado para o aumento da produção, dentro da perspectiva capitalista, ia na direção contrária ao conhecimento nascido da vivência dos lavradores, habituados, por exemplo, a cultivar o solo com a enxada, a compreender que a fertilidade da terra era oriunda de um desígnio divino e não de técnicas de cultivo, como ensinavam os agrônomos. As boas colheitas, para os lavradores, dependiam da bênção de Deus que se decompunha em chuvas, não estando, portanto, relacionadas à oxigenação do solo, às “reservas de nitratos” ou ao “desenvolvimento do fosfato e do potássio”. Estes termos alardeados pela ciência agronômica eram totalmente estranhos para os lavradores e, por isto, não tinham nenhum significado para eles.¹⁶⁷

Além destas agro-bases instaladas na capital, existia, na região do Brejo, a Escola Agrônômica do Nordeste - EAN, importante centro de pesquisa agrícola da Paraíba e do Nordeste, que funcionava, desde 1936, em Areia. Esta era a única escola de ensino superior do estado e contava com um centro avançado de pesquisa agronômica e de difusão da agricultura racional.¹⁶⁸

O Departamento da Agricultura da EAN, por exemplo, possuía uma área de 43 hectares, basicamente coberta de culturas. Esta área, em 1942, estava dividida em talhões plantados com diversas lavouras, entre as quais mucunã, milho, batata, mandioca. Existia, também, o talhão nº 18, plantado com agave. Todas estas culturas eram estudadas quanto às suas possíveis doenças e respectivos tratamentos, além das buscas incessantes por lavouras rentáveis e adaptáveis aos climas e solos das diversas regiões paraibanas. Os estudos com o agave, por exemplo, buscavam desvelar se tal lavoura prosperava nos tabuleiros, isto é, nas áreas consideradas inúteis para o capitalismo: *“Em caso satisfatório fica praticamente*

¹⁶⁷ Sobre isto, ver por exemplo, “Troque A Enxada Pelo Cultivador” In Boletim de Publicidade Agrícola . Tomo I, jan./mar. 1939, n. 4, 5 e 6, p. 12.

¹⁶⁸ A EAN era, à época, considerada uma das melhores escolas do país. Esta instituição era mantida pelos Governos Federal e Estadual e oferecia vários cursos: o curso elementar que habilitava o capataz rural, figura importante nos campos de demonstração; o curso médio, que ensinava prática e teoria e formava o técnico agrícola e o curso superior, formando agrônomos. Estes personagens foram importantes no contexto agrícola paraibano, na construção da agricultura/ciência, pré-requisito da chamada “revolução agrícola”.

encontrada uma lavoura de grandes resultados para terras que existem em grande quantidade no litoral, quasi sem nenhum valôr pois é julgada estéril”.¹⁶⁹ Além de tais estudos, a instituição estava preocupada com os trabalhos de extensão. Isto é, com a circularidade das idéias acadêmicas que deveriam ressoar em toda a sociedade:

Com isso, a E.A.N., vai adquirindo e disseminando conhecimentos da economia rural em todos os seus graus e modalidades, para o que promove, vês por outra exposições agrícolas e outros certames semelhantes. Estão projetadas a instituição de uma série de cursos breves para os fazendeiros da região como a 'Semana do Fazendeiro', a 'Semana da Mulher e a introdução do ensino agrícola ambulante confiado aos alunos da escola.’¹⁷⁰

No início dos anos 40, o trabalho de extensão desta instituição não se limitava apenas a concessões gratuitas de mudas de diversas plantas, aos interessados, mas também propagava idéias, elaborava imagens que embalavam sonhos, com promessas mirabolantes de independência econômica para aqueles que se lançassem em culturas como a do agave. Nesta perspectiva, o agave seria capaz de recuperar os capitais afetados pela crise.

Entretanto, para encorajar os produtores a se lançar em novas culturas, o governo tentava desestimular a monocultura algodoeira. As mensagens oficiais elaboravam imagens da decadência para economias que insistiam em práticas monocultoras: “*É sempre precária a situação de um Estado que apóia toda a sua vida econômica em uma ‘única cultura’.*”¹⁷¹ Para evitar o agravamento da crise, o governo paraibano buscava difundir a idéia de que o cultivo de várias lavouras libertaria os produtores e o Estado da falência: ...“*Anda-se melhor com duas pernas. É melhor plantar o algodão e a mamona do que unicamente uma das duas culturas.*”¹⁷²

Estas mensagens oficiais, portanto, elaboravam imagens extremamente positivas, não só da mamona, mas de outras lavouras, basicamente desconhecidas, ou pouco difundidas no estado. Estas plantas sempre apareciam associadas à riqueza e à independência financeira dos seus produtores: “*laranja no pé e dinheiro na mão*”, insistia o jornal A UNIÃO, em vários de seus editoriais.¹⁷³ Assim, a propaganda do Governo construía a idéia de que a plantação de pomares gerava riquezas. Na Paraíba, por exemplo, não existia, ainda, uma cultura alimentar

¹⁶⁹ “Escola de Agronomia do Nordeste no atual Governo”. In Jornal A UNIÃO, 5ª feira, 25 jan. 1940. p. 2. (4ª secção.)

¹⁷⁰ Ruy Carneiro, Interventor Federal. Atividades do Govêrno da Paraíba em 1942. Relatório ao Exmº Presidente da República. João Pessoa: Imprensa Oficial, p. 277.

¹⁷¹ “Na Escola de Agronomia do Nordeste” In A União Agrícola, dom., 20 nov. 1938. p. 5.

¹⁷² Cf Propaganda no Jornal A União Agrícola, dom., 12 dez. 1938. p. 1.

¹⁷³ Ver por exemplo o Jornal A União Agrícola, dom., 12 dez. 1937. p. 7.

voltada para frutas e hortaliças. As primeiras lições, nesse sentido, surgiam neste pretendido contexto agrícola policultor. O Prefeito Alcindo Bezerra de Menezes, ao prestar contas ao Interventor Ruy Carneiro, sobre as atividades no município de Monteiro, em 1940, afirmou a preocupação da localidade com a institucionalização de novos hábitos alimentares:

*Dando início a uma campanha que julgo altamente significativa, visto tratar-se de melhor alimentação aos sertanêjos, levei a efeito a propaganda do cultivo de fruteiras com especialidade o da mangueira que tão bem se adapta ao nosso meio.*¹⁷⁴

Por um lado, a campanha de modernização agrícola, voltada para o desenvolvimento de pomares, buscava abastecer os centros urbanos. Por outro, a diversificação da dieta alimentar com a introdução de novos hábitos, como a ingestão de frutas, era também uma importante estratégia para evitar a fome, a fuga e, inclusive, os movimentos sociais, que eram tão fecundos no Nordeste, até pelos menos os anos de 1930, sobretudo, nos momentos de estiagens, que afetavam as lavouras de subsistência, desorganizando o cotidiano dos homens economicamente pobres do campo.

Todavia, em todo o país, o controle da monocultura não implicava a secundarização do segmento exportador, pois este também recebera estímulos, como observou a historiadora Sônia Regina Mendonça, ao falar sobre a postura do governo federal em relação à agricultura:

*A segunda grande diretriz da política econômica do Estado ao longo das décadas de 1930 e 1940 foi a definição de um novo papel para a agricultura, fosse com relação ao seu segmento exportador, fosse quanto ao seu setor produtor de gêneros alimentícios. No primeiro caso, tratou-se de protegê-lo, mas sem permitir que voltasse a ocupar seu tradicional lugar de destaque. Preservava-se a lucratividade setorial – garantindo-se a captação de divisas -, porém estipulava-se um instrumento de penalização e desestímulo ao crescimento das atividades de exportação: o confisco cambial, que por sua vez tornou-se estratégico na transferência de recursos da agricultura para a indústria.*¹⁷⁵

Neste caso, a policultura deveria coexistir com a monocultura do algodão. Portanto, a política oficial do Estado, na Paraíba, não buscava extinguir os algodoads. A orientação da Diretoria de Fomento era clara e apontava para a necessidade de aliar ao algodão outras lavouras, ao invés de dizimá-lo. Porém, em 1939, esta cultura ainda era tratada de forma privilegiada pelo fomento agrícola. Neste ano, existiam 254 campos de demonstração com

¹⁷⁴ “A Prefeitura Municipal de Monteiro” In Jornal A UNIÃO, 4ª feira, 05 mar. 1941. p. 3.

¹⁷⁵ Sônia R. Mendonça. “As Bases do Desenvolvimento Capitalista Dependente: Da Industrialização Restringida À Internacionalização”. In: Maria Yedda Linhares (Org.). **História Geral do Brasil**. op. cit. p. 270.

esta lavoura, em seguida estava a cana-de-açúcar com 20 campos. O fato é que o algodão continuava sendo fundamental na pauta de exportação da Paraíba e, portanto, recebia incentivo oficial, juntamente com outras lavouras de exportação. Entretanto, o seu caráter monocultor era desestimulado:

*LAVRADORES PARAHYBANOS – lembrai-vos da necessidade inadiável que tendes de produzir uma mercadoria exportável. Encare com firmeza e coragem o problema urgente da defesa de nossa economia com a prática da policultura. Ao lado do plantio do algodão, que tão bem conheceis fazei uma cultura igual de mamona.*¹⁷⁶

Estas e outras mensagens semelhantes se voltavam para todos os agricultores, tanto os proprietários quanto os produtores diretos. Tais notícias buscavam incutir no imaginário destes atores sociais novas idéias sobre diversas lavouras, consideradas lucrativas. Entre estas agriculturas, pouco conhecidas no estado, no final dos anos de 1930, o agave e a mamona eram apresentados, pelas elites técnicas, como sendo lavouras de fácil cultivo e mais rentáveis, ambas voltadas para o mercado externo.

2.2 Campos de Demonstração: Espaços da Modernização Agrícola

Buscando diversificar a produção do estado, no final de 1937, o Interventor tornou obrigatória a criação dos campos de demonstração municipais, através de um decreto, como afirma o trecho abaixo:

*Com esta lei que foi adotada pelo decreto n. 963, de 7 de dezembro de 1937, o interventor Argemiro de Figueiredo obrigava cada município a ter um campo de dois hectares, no mínimo, onde seria plantado 1 hectare de mamona e outro de uma lavoura desconhecida ou pouco comum na região.*¹⁷⁷

¹⁷⁶ Mensagem publicada na União Agrícola, dom., 21 nov. 1937. p. 7.

¹⁷⁷ Boletim de Publicidade Agrícola, tomo I, out./dez. 1938, N.1, 2 e 3, p.47. No início dos anos 40, o Programa Agrícola desenvolvido na Paraíba fora considerado, pelo Presidente Vargas e pelo Ministro da Agricultura Fernando Costa, referência para toda a nação. Por ocasião da Conferência dos Interventores, realizada no Rio de Janeiro em 1939, o Presidente declarou o seguinte: “...A tração mecânica ocorre em pouco mais de 300 municípios, com predominância nos Estados da Paraíba, Alagoas, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul... A assistência técnica necessitava, portanto, ser desenvolvida. Encontramos agrônomos e técnicos rurais apenas em 334 municípios: 38 de Minas Gerais, 38 de São Paulo, 37 da Paraíba, 30 no Rio Grande do Sul, e os demais disseminados em 16 Estados. A Paraíba é o Estado onde há maior percentagem de municípios, providos de agrônomos ou de técnicos rurais: 37 municípios, em um total de 39, informam que possuem técnicos rurais ou agrônomos”. Martha Maria Falcão de Carvalho Moraes. **Poder e Intervenção Estatal** – Paraíba: 1930-1940. João Pessoa: UFPB, 1995. p.176. Entendo que o grande êxito do Plano era atribuído ao decreto que previa a obrigatoriedade dos campos agrícolas e todo o cortejo que os acompanhava: agrônomos, técnicos, sementes selecionadas, máquinas e implementos agrícolas. Por esta razão, o Ministro

Tais campos não foram uma invenção do período argemirista.¹⁷⁸ O instrumento novo era, de fato, a obrigatoriedade de, pelo menos, um campo em cada município. Estes campos dispunham de um técnico agrícola, designado pela Diretoria de Produção, que orientava os serviços agrícolas locais e também instalava novas culturas adaptáveis e lucrativas. Esta medida visava estimular os plantios de lavouras pouco usuais no estado, rentáveis e ecologicamente corretas, representando um estímulo adicional para a agricultura.

As medidas contidas no decreto visavam não apenas difundir uma agricultura racional, mas um modelo que promovesse a diversificação da lavoura paraibana, visto que a maioria dos campos era ainda plantada com algodão. Em 1935, por exemplo, foram criados 675 campos com a lavoura algodoeira. No ano seguinte, a primazia destes campos de demonstração se repetia, embora estivessem sendo fundados novos campos de vários produtos, como arroz, abacaxi, mamona, feijão, batatinha, cebola e outros. Todavia, o cultivo destas lavouras ainda era considerado baixo. Na compreensão do governo estadual, era preciso reprimir as preferências dos produtores paraibanos, que apontavam para a cotonicultura, daí o interventor, ao institucionalizar a obrigatoriedade dos campos municipais, ter tido o cuidado de incluir um artigo, estabelecendo também que os municípios plantassem em seus campos mamona ou outra lavoura desconhecida. Ao meu ver, isto era uma forma de forçar as prefeituras a diversificar a agricultura local. Esta postura buscava não só romper com a monocultura do algodão, mas adicionalmente promover uma mudança de valores, pois o algodão fazia parte da cultura agrícola tradicional dos pequenos, médios e grandes produtores. Os primeiros acreditavam, inclusive, que esta era uma planta sagrada, ademais, podiam associá-la às lavouras necessárias a sua subsistência: o feijão e o milho, por exemplo.

Esta lavoura conquistara os médios e grandes produtores devido ao seu valor nos mercados externo e interno, porque apresentava baixos custos de produção, uma vez que a mão-de-obra utilizada nas unidades produtoras não era assalariada e sim composta por meeiros e moradores. Considero que estes aspectos culturais e econômicos justificavam o apego dos diversos segmentos de produtores ao algodão. Para reprimir ou controlar esta preferência, o interventor lançou mão do decreto mencionado acima, pois, embora não obrigasse os proprietários a plantar as lavouras pouco cultivadas no estado, exigia que os prefeitos instalassem campos nesse sentido. Apesar deste decreto recair apenas sobre as

Fernando Costa recomendou que todos os estados brasileiros adotassem a institucionalização dos campos municipais para dinamizar a modernização rural no país. Sobre isto, ver: “Os problemas do nordestino” In *Jornal A UNIÃO*, dom., 11 fev. 1940. p.1 e 4.

¹⁷⁸ “A Nova Organização dos Campos Municipais de Demonstração”. In. **Boletim de Publicidade Agrícola**. Tomo I, out/dez. 1938, nº 1, 2, 3 p. 47.

prefeituras, os proprietários estavam forçados a conviver em seus municípios com outras lavouras, que não fossem aquelas que já conheciam, aproximando-se, assim, de suas formas de organização, das suas possibilidades lucrativas, entre outros aspectos usados para cooptá-los.

Os campos de demonstração poderiam ser da prefeitura ou ainda concessões realizadas pelos proprietários que, neste caso, disponibilizavam alguns dos seus hectares para a plantação das culturas, a exemplo do fazendeiro Abdon Miranda, do município de Guarabira:

O campo acha-se localizado numa das extremidades da cidade, em terrenos de propriedade de Bom Jesus, do Dr. Abdon Miranda, que compreendendo a finalidade deste serviço, cedeu gratuitamente ao prefeito a área necessária.¹⁷⁹

Os tais campos também podiam ser provenientes de um convênio entre os proprietários, os municípios e o Estado. Em qualquer destas situações, os campos eram uma forma eficiente de cooptar os diversos atores sociais, emaranhando-os nas redes do poder.¹⁸⁰ Todavia, o Estado não tinha artifício jurídico para impor a medida aos proprietários. Assim, no primeiro momento, era preciso convencê-los e fazê-los aderir ao projeto modernizador. Desta forma, os campos municipais funcionavam como um eficiente meio para atrair e seduzir, com suas lavouras bem tratadas, os demais proprietários que, caso cedessem aos apelos do Estado, contariam com o seu apoio na instalação, como dizia o documento abaixo:

O Estado empresta a máquina, dá sementes, fiscaliza e controla os trabalhadores. O auxiliar de campo do município ou o sub-capataz da Diretoria de Fomento ensina os operários do dono do campo como os trabalhos devem ser feitos. E isto se faz durante dois anos, no terceiro, o lavrador já pode dispensar o auxílio do Estado e adquirir as suas máquinas, pois já tem trabalhadores práticos, ele mesmo conhece o valôr da lavoura racional e já possui a semente que necessita.¹⁸¹

Com base na leitura deste documento, percebo que as terras onde eram implantados os tais campos, ficavam sob a inspeção de técnicos e agrônomos designados pela Diretoria de Produção. Assim, os campos fundados em propriedades privadas passavam a ser controlados pelo Estado, sendo esta uma estratégia para impor, na prática, as lições agronômicas. Era uma forma do Estado ditar o que deveria ser plantado, quando, como e onde. A modernização deveria, também, ser introjetada “pelos operários”, isto é os trabalhadores rurais, que, embora

¹⁷⁹ “Campo de Demonstração da Prefeitura”. In *Jornal O MUNICÍPIO*” (Ano VI, nº 2), 30 jan. 1938. p. 4.

¹⁸⁰ Sobre as Relações de poder, ver Michel Foucault. **A Microfísica do poder**. op. cit.

¹⁸¹ “Um lustro de Trabalhos que estimulam as Fontes de Vida da Paraíba e Realizam a Segura Prosperidade no Nosso Estado”. In *Jornal A UNIÃO*, 5ª feira, 25 jan. 1940. p. 4.

remunerados pelos donos dos campos, eram treinados e vigiados pelos sub-capatazes, ou auxiliares de campo, cabendo àqueles apenas executar ordens traçadas pelos agrônomos da Diretoria.

A contratação do pessoal qualificado para ensinar e vigiar os demais trabalhadores bem como o empréstimo das máquinas eram patrocinados pelo Estado, durante dois anos. O exame na documentação estudada mostrou que este prazo não fora estabelecido aleatoriamente, pois era um período que os técnicos da Diretoria de Produção julgavam necessário para mudar a mentalidade dos homens do campo: proprietários ou trabalhadores, transformando os seus hábitos, fazendo uma verdadeira revolução mental. Assim, era o tempo considerado suficiente para os agrônomos e a agronomia provarem que estavam certos, que os produtores e lavradores, com suas crendices, com seus “hábitos retrógrados” e seus saberes tradicionais, deveriam render-se à “verdade científica” do progresso tecnológico, submetendo-se e acatando a voz da ciência, ditada como a “voz da verdade”. Ao término dos dois primeiros anos, isto é, depois de experimentarem os saberes da lavoura racional, caberia aos donos dos campos viabilizarem sozinhos, o projeto modernizador, ou seja, comprar máquinas e adquirir sementes selecionadas e outros artefatos agrícolas.

Contudo, estes campos programados agronomicamente não prosperaram, na área em estudo, sequer foram mencionados pelos entrevistados. Conforme a documentação analisada, estes núcleos existiam pelo menos nos atuais municípios de Picuí e Cuité, como mostra o fragmento de documento abaixo, que se refere a este último município:

A Diretoria vai ter enormes campos de demonstração em Cuité, conheço e posso enumerar aqui três deles. Um é do sr. Fortunato Rufino de Moraes e mede 100 hectares. O outro é do Sr Pedro Ferreira Guimarães e mede outros 100 hectares. O terceiro é do sr. José Firmino e mede 50 hectares. Como se vê, são grandes lavouras. E como lavouras permanentes que são representam um enorme futuro para a economia da nossa terra.¹⁸²

Mas, por que estes campos não apareceram nas vozes de grande parte dos entrevistados? Poderia tratar-se da opção metodológica adotada na pesquisa.¹⁸³ Pois a maioria dos informantes era composta por lavradores, que moravam em distritos e, na época em que o

¹⁸² “A Prefeitura de Cuité está Empenhada em Racionalizar a lavoura do Município”. In: **Boletim de Publicidade Agrícola**. Tomo I, jan/mar. 1939, nº 4, 5, e 6, p. 23. De acordo com os documentos, existiam, ainda, outros campos, a exemplo dos que foram plantados com algodão, em 1935, no município de Picuí.

¹⁸³ Apenas um entrevistado, também proprietário do município de Cuité, lembrou-se dos tais campos.

decreto fora institucionalizado, dezembro de 1937, tinham entre 10 e 15 anos, no máximo.¹⁸⁴ Todavia, o próprio documento mencionado oferece algumas pistas para se entender o sentido do silêncio dos narradores. Primeiro, acredito que tais campos, em regra geral, pertenciam aos grandes e médios proprietários, pois 50 ou 100 hectares de terras eram extensões consideradas grandes demais para os pequenos proprietários, sobretudo, porque tais áreas estavam sendo cultivadas com lavouras permanentes, não identificadas pelo documento, ao invés das lavouras de subsistência como o milho e o feijão, comumente plantados pelos lavradores. Segundo, os donos dos campos deveriam assumir as despesas com os trabalhadores rurais, visto que esta não era uma obrigação do Estado. Mesmo os campos menores eram relativamente caros para grande parte dos lavradores, que formaram a ampla maioria dos meus entrevistados. Porém, este motivo talvez não fosse capaz de “apagá-los” da suas memórias, porque mesmo sem serem donos dos campos, poderiam ter vivenciado a experiência dos “operários”, sobretudo, de filhos dos tais “operários” dos campos.

Terceiro, a duração da lei de obrigatoriedade dos campos de demonstrações foi curta, menos de três anos. Neste período de vigência do decreto, os campos não conseguiram expandir-se para as áreas mais afastadas dos municípios mais influentes politicamente e, quando o faziam, não iam muito além das comarcas municipais. Este aspecto, provavelmente, explica também o fato dos proprietários que moravam nos distritos de Cubati e Pedra Lavrada não se lembrarem dos campos. Desta forma, a experiência não se tornara relevante na vida dos muitos narradores, e, conseqüentemente, os moradores de tais distritos, inicialmente, foram pouco impactados pela política modernizadora da agricultura paraibana, uma vez que estes lugarejos estavam distantes das suas sedes e dos campos de demonstração municipais de Picuí e Cuité e da Inspetoria Agrícola situada nesta última localidade. Este afastamento geográfico diminuía o tráfego político, ou seja, o contato entre proprietários, vereadores e inspetores agrícolas, reduzindo as chances dos primeiros se beneficiarem com os serviços do Estado, e também o trânsito de idéias. Assim, os proprietários que estavam mais afastados de Picuí e Cuité não recebiam a mesma carga de influência que os seus pares que moravam nas redondezas das comarcas; não eram freqüentemente visitados por agrônomos e técnicos de produção, nem tampouco viam os campos vicejando com as lavouras cultivadas “cientificamente”; e, ainda, não eram inspirados por outros mecanismos utilizados pelo

¹⁸⁴ Mesmo considerando este aspecto, os agricultores ouvidos por mim pertenciam a famílias, tradicionalmente, de trabalhadores rurais. Assim, eles poderiam recordar seus pais ou parentes em situações familiares, referindo-se aos campos, a novas máquinas: cultivadores, pulverizadores, enfim, um conjunto de técnicas que lhes era estranho e, por isto mesmo, provocaria conversas ou comentários. E alguns poucos dos entrevistados, a exemplo do sr. Nego Belo, tinham mais de 20 anos, idade suficiente para operar as máquinas e serem, eles próprios, vigiados e fiscalizados pelos capatazes.

Estado para seduzir os homens do campo a aderirem ao projeto oficial, que se encontrava mais presente nas cidades maiores.

Esta rede de comunicação entre agrônomos e proprietários era importante para a difusão “da nova agricultura”, pois esta era balizada em um saber oposto ao dos homens do campo, notadamente, dos lavradores mais apegados aos seus valores, às suas tradições. O contato com as teses agronômicas era fundamental para a expansão desta nova agricultura, que tinha como suporte os tais campos de demonstração. A instalação destes últimos começava com a visita dos agrônomos ou técnicos, que deveriam percorrer os terrenos e, após estudá-los, indicar as lavouras adequadas, conforme o clima e o tipo de solo. Isto era uma invasão no cotidiano dos proprietários que dispunham de campos de demonstração. Estes sujeitos estavam habituados a escolher as suas lavouras de acordo com as suas tradições e seus interesses, que variavam entre os grandes, os médios e os pequenos proprietários, visto que os primeiros tinham uma perspectiva mais capitalista, enquanto a última categoria orientava suas plantações em função de sua própria subsistência. Agrônomos e técnicos também sugeriam espaçamentos diferentes, como aparece no texto abaixo:

*O espaçamento deve ser tanto maior quanto menor a umidade existente. E isto se explica. Para que uma planta forme um quilo de matéria seca necessita evaporar 300 a 1.200 quilos d'água. A quantidade d'água varia com a fertilidade do solo, com a planta e com fatores ecológicos. Nestas condições fazendo-se uma semeadura densa, e havendo pouca umidade, as plantas gastou-na toda antes de atingirem a maturação de um número menor. Ter-se-ia safra razoável, capaz de compensar os gastos e trabalhos efetuados.*¹⁸⁵

Ora, estas teses, em menor ou maior grau, orientaram os trabalhos e a organização nos campos de demonstração. Assim, em regiões áridas, como a área em estudo, deveriam ser plantados poucos grãos por covas e usados espaços relativamente maiores do que aqueles comumente adotados pelos proprietários e lavradores, sobretudo estes últimos, que dispunham de poucos espaços para plantar seus alimentos e empregavam nisto um conhecimento nascido de sua experiência, da sua vivência com a seca, com a fome e com a falta de terras. Plantavam o milho e o feijão, e semeavam o caroço de algodão, no salto, isto é, na distância de um salto, portanto, as covas ficavam muito próximas umas das outras, como falei no capítulo I. Estas medidas, contra-indicadas pelos agrônomos, eram usadas, inclusive, pelos grandes e médios proprietários.

¹⁸⁵ “Tenha Safra Com Pouca Chuva.” In: **Boletim de Publicidade Agrícola**. Tomo I. jan/mar. 1939, nº 4, 5 e 6, p. 12.

A agricultura racional pregava um calendário agrícola estranho aos homens do campo, independente da classe a que estes pertencessem, pois, para os agrônomos, a aradura da terra deveria ser realizada no final do inverno, tal como apareceu em uma circular enviada pelo Diretor de Produção a todos os Inspetores Agrícolas, sendo endereçada, sobretudo, “aos agricultores das zonas secas”: *“Nas regiões mais enxutas – Sertão, Cariri, Curimataú, Caatinga Sêca, as araduras devem ser feitas em fins d’água. Os plantios no ano seguinte, depois de rápida gradagem”*.¹⁸⁶ Assim, o cultivo deveria ser realizado em agosto e setembro, quando caíam as últimas chuvas na região observada.

Este novo calendário agrícola não coincidia com aquele praticado, anualmente, pelos homens que moravam nos municípios estudados, pois eles estavam habituados a sulcar as terras em dezembro ou nos primeiros meses do ano seguinte. Este cronograma era estabelecido com base na proximidade do inverno, quando, logo em seguida, já realizavam suas plantações. Assim, estes prazos estavam muito mais próximos das suas experiências, da leitura que faziam do tempo, dos seus costumes tradicionais, do que das teses oriundas do saber científico.

Para implementar esta nova teia no campo paraibano, a administração agrícola do estado foi dividida em 12 inspetorias, coordenadas pela Diretoria de Produção e dirigidas por agrônomos. Esta divisão estava baseada nas características climáticas e geológicas.¹⁸⁷ As inspetorias buscavam propagar o uso de novas plantas e novas técnicas. Com este objetivo, a Diretoria de Produção adquiria máquinas em consignação e as transportava para as ditas inspetorias municipais, onde eram vendidas aos interessados, a preço de custo, e à vista. Portanto, eram as inspetorias que *“realizam as demonstrações práticas de lavouras mecânicas, distribuir sementes selecionadas e enfim ministrar aos lavradores ensinamentos precisos sobre métodos racionais de lavoura e criações”*.¹⁸⁸ Entendo que esta era uma estratégia para introjetar nos homens do campo uma nova cultura agrícola, isto é, novas técnicas, novas lavouras, novas idéias agrícolas, e, ao mesmo tempo, laçar os proprietários que resistiam à implantação dos campos de demonstração em suas terras. Desta forma, eram disseminadas novas práticas visando familiarizar os trabalhadores rurais e os fazendeiros com lavouras, técnicas e tecnologias ainda desconhecidas na Paraíba, como os arados e os cultivadores.

¹⁸⁶ “Aplicação mais Eficiente da Lavoura Racional nas Terras Semi-Áridas da Paraíba”. In: **Boletim de Publicidade Agrícola**. Tomo I, out/dez. 1938, nº 1, 2 e 3, p. 36.

¹⁸⁷ Sobre a política agrícola da Paraíba, no final dos anos de 1930, ver Martha Falcão Morais, op.cit.

¹⁸⁸ “Um lustro de Trabalhos que Estimulam as Fontes de Vidas da Paraíba e Realizam a Segura Prosperidade do Nosso Estado”. In *Jornal A UNIÃO*, 5ª feira, 25. jan. 1943. p. 4.

As prefeituras municipais também exerciam uma função semelhante, ao adquirirem as máquinas em consignação e revenderem-nas aos interessados, tal como fizera o prefeito de Cuité, em 1939:

*Vou alias, levar mais 10 cultivadores da Diretoria de Produção. Acabo de consegui-los do sr. Diretor, em consignação. A prefeitura responsabiliza-se pelo valor deles e em Cuité serão logo vendidos a preço de custos a numerosos interessados que os pagarão dentro de pouco tempo.*¹⁸⁹

De acordo com os agrônomos da Diretoria de Produção, os cultivadores eram “máquinas” indispensáveis para a prática de agricultura moderna. Esta postura dos agrônomos estava influenciada por dois aspectos. Primeiro, o número de tratores, equipamentos também usados no tratamento das terras, era muito reduzido na Paraíba e, de resto, em todo o Brasil. A Diretoria de Produção possuía apenas 7 máquinas deste tipo, como registra o quadro abaixo:

TABELA 4 - Tipos de Máquinas Agrícolas da Diretoria de Produção da Paraíba – (1940)

EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE
Aradores	454
Cultivadores	663
Grades de discos	119
Grades de dentes	164
Pulverizadores	682
Tratores	7
Serradores	2
Extintores de formigas	10
Debulhadores de milho	2
Escarificadores	14
Sulcadores	7

Fonte: A Diretoria de Fomento da Produção, In. Jornal A UNIÃO, 5ª feira, 25 jan. 1940, p.4.

Este número de tratores, que consta na tabela, seria insuficiente para atender toda a demanda dos campos de demonstração particulares, notadamente aqueles que apresentavam maiores dimensões, portanto, podendo ser arados com os tais equipamentos, cujos proprietários não os possuíam. Assim, na falta dos tratores e com uma maior disponibilidade de cultivadores, os agrônomos os elegeram como fundamentais para o trato da terra. Os cultivadores também eram mais baratos, portanto, mais acessíveis aos proprietários. Desta

¹⁸⁹ “A Prefeitura de Cuité está Empenhada em Racionalizar a Lavoura do Município”. In: Boletim de Publicidade Agrícola. Tomo I. jan/mar. 1939, nº 4, 5 e 6, p. 23.

forma, era mais conveniente treinar “operários” para manusear cultivadores do que para dirigir tratores, ainda raros na Paraíba. Assim, ao secundarizar os tratores, os agrônomos recusavam, também, uma técnica que onerava o Estado e que, provavelmente, não estaria ao alcance da grande maioria dos proprietários, que, impossibilitada de adquirir tais máquinas, não se tornaria sujeitos dinâmicos deste processo de transformação, não levando adiante o projeto do Estado:

A Paraíba renovou rapidamente os seus processos de culturas. E para que esta renovação se torne trepidante é indispensável que o lavrador paraibano atravesse duas fases: a primeira de dois anos, amparado pelo Estado com máquinas, inseticidas, sementes, direção técnica; na segunda fase do terceiro ano em diante, o agricultor deve usar suas máquinas e seus trabalhadores e o Estado por intermédio da Diretoria de Produção dará conselhos técnicos e às vezes sementes.¹⁹⁰

Na voz dos agrônomos, a “renovação agrícola”, portanto, dependeria também da “postura dos lavradores”, que deveriam assumir o processo de “modernização” imposto pelo Estado, a partir do terceiro ano, quando estes atores sociais teriam que comprar máquinas, e fiscalizarem seus trabalhadores sem a intermediação estatal. Neste momento, caberia à Diretoria de Produção apenas “dar conselhos técnicos”. Isto é, continuar intervindo nas unidades agrícolas, disseminando as sementes modernizadoras no campo paraibano.

Entendo que o segundo motivo que inspirara os agrônomos a defender os cultivadores estava ligado às suas próprias teses agrônômicas, pois, conforme as suas pesquisas, estas máquinas oxigenavam e umidificavam a terra. Desta forma, eles foram invariavelmente, prescritos para as áreas mais secas do estado.

A Diretoria de Produção, portanto, tentava seduzir os agricultores, entrelaçando os novos utensílios agrícolas às idéias das chuvas, da vitória sobre a aridez da terra, da vida sobre a morte. No dia seguinte ao uso do cultivador, as plantas reverdeceriam, renovando-se devido à absorção da umidade. Assim, a ciência criava imagens cheias de intencionalidades, imagens que não se esgotavam em si mesmas, que remetiam à fertilidade, ao milagre, à resistência às secas e, também, à fortuna. Projeções que guardavam silêncios, camuflando, por exemplo, os interesses modernizadores do projeto oficial, relacionados à necessidade de aumentar a produção e de substituir a mão-de-obra que migrava do campo para as cidades.

Difundir o uso de cultivadores ou de quaisquer outras máquinas agrícolas na Paraíba dos anos 30 e 40, era um desafio, pois, por um lado, estes equipamentos eram raros,

¹⁹⁰ “Hora do Agricultor”. In. A União Agrícola, dom., 19 mar. 1940. p. 1.

considerados caros e inacessíveis, sobretudo, para os pequenos proprietários, que não tinham condições de comprá-las, como escreveu Ademar Vidal, sobre os cultivadores: “*Lavoura mecanizada poderá fazer os ricos. E ainda assim são bem poucos, que se dão a este luxo*”.¹⁹¹

Por outro lado, os homens rurais, ricos ou pobres, economicamente falando, resistiram a esta inovação. Tal flagrante foi registrado pelo auxiliar do campo de demonstração de Taperoá:

Tenho me encontrado com agricultores descontentes com a aquisição que fizeram de suas máquinas, alegando que as mesmas são matérias falsificadas e que os serviços prestados por elas apenas dão para cobrir o dinheiro dispensado na sua compra.

*De fato existem por aí máquinas com alguns meses de uso apenas e já quase inutilizadas. Isso, porém não é devido à falsificação no fabrico destas (que tal não existe). Bem outra é a razão pela qual se acabou depressa as máquinas agrícolas os senhores agricultores que ainda não fizeram um campo de demonstração em suas propriedades e que por um desejo de se ver livre da rotina, compraram suas máquinas, geralmente lançam-nas em terrenos imperfeitamente preparados, ainda cheio de tocos, raízes etc. Confiando nas mãos de operários inábeis que nada conhecem do manejo delas e nada sabem acerca dos cuidados que requer à sua boa conservação.*¹⁹²

Penso que os “agricultores” mencionados no documento acima formavam, sobretudo, um grupo composto por proprietários de terras, homens que não se intimidavam diante de um técnico, um homem “instruído” que, de alguma forma, conhecia as letras, pois os técnicos da Diretoria, em sua maior parte, eram diplomados pela Escola Agrônômica do Nordeste - EAN.

Este depoimento mostra, ainda, que vários proprietários, mesmo estando dispostos a modernizar seus estabelecimentos agrícolas, fugindo, assim, da enxada e da foice, nem sempre aceitavam a implantação dos campos de demonstração em suas terras, ou seja, a intervenção da Diretoria em seu cotidiano, em seu âmbito privado. Mostrando, pois, a inquietação de alguns proprietários diante da presença do Estado em suas vidas. Neste contexto de resistência, entendo que a revenda das máquinas pelas inspetorias e prefeituras, mencionadas anteriormente, era relevante, pois este mecanismo captava os produtores mais arredios aos tais campos, e não propriamente à “modernização”. O texto desvela, também, que a adesão aos novos apetrechos agrícolas era insuficiente para a implantação da política oficial; era preciso, também, praticar uma agricultura que só os campos de demonstração poderiam realizar de forma satisfatória. Isto é, que considerasse o clima, o tipo de solo, e a qualificação

¹⁹¹ Ademar Vidal. “O Algodão”. In A União Agrícola, dom., 20 jul. 1941. p. 3.

¹⁹² Abel Monteiro Rocha. “Durabilidade das Máquinas Agrícolas”. In A União Agrícola, dom., 26 de maio, 1940. p. 1.

da mão-de-obra, instruindo-a gratuitamente, instrução esta que só os técnicos da Diretoria estariam aptos a oferecer. Neste caso, para evitar o prejuízo e o fracasso, apenas existiria um caminho: a modernização, o progresso, tal como pensado pelos tecnocratas do governo. Mesmo aderindo às máquinas, os proprietários as questionavam, porque elas eram consideradas inviáveis economicamente, uma vez que tinham vida curta, não compensando os investimentos, ou seja, sua aquisição, sobretudo porque, para os produtores, era mais proveitoso contar com a mão-de-obra dos seus lavradores e agregados, em geral, considerada relativamente barata e abundante. As palavras do capataz, transcritas acima, também delatavam a difícil adaptabilidade dos lavradores às novas máquinas, pois grande parte desta categoria não estava disposta a escrever em suas mentes e seus corpos as novas formas de lidar com os instrumentos modernizadores.

2.3 Os Campos de Demonstração de Agave na Paraíba: Incentivos Oficiais e Propaganda

Foi neste contexto de crise econômica da Paraíba, ao mesmo tempo renovador, em clima de "revolução agrícola", que, em 1938, o Interventor Federal Argemiro de Figueiredo lançou uma campanha em favor do agave. Ao deflagrá-la, adotou duas medidas fundamentais: a distribuição de mudas da planta e a criação de uma nova legislação para os campos de demonstração, beneficiando claramente esta cultura.

Com relação à primeira medida, o governo passou a distribuir gratuitamente as mudas, que, pelo menos até maio de 1938, ainda eram vendidas. Cerca de 11 mil mudas valiam R\$ 100.¹⁹³ Conforme o economista Elbio Troccoli, o preço de uma muda de agave era inferior ao valor do exemplar do jornal local e compatível com os preços das demais mudas oferecidas pelas instituições oficiais. Compreendo, portanto, que a oferta de mudas gratuitas revela o desinteresse de grande parte dos produtores em adquiri-las convencionalmente, isto é, por meio da compra. Sobre o descrédito destes segmentos sociais, com relação à lavoura agavieira, os jornalistas José Leal e Rafael Mororó, ao se referirem aos proprietários do Brejo, afirmaram:

Os senhores de engenho da zona do Brejo continuavam, porém irredutíveis. É um povo teimoso, aquêle. Agarrava-se à cana-de-

¹⁹³ Sobre isto, ver "Horto e pomar da Estação Experimental do Litoral". In. A União Agrícola, dom., 1 maio, 1938. p. 1.

*açúcar como carrapato no couro do gado. Ninguém os convencia de que já era tempo para uma nova experiência.*¹⁹⁴

Na fala de Mororó e Leal, é flagrante a incredibilidade e o ceticismo dos proprietários, pois ainda estavam presos a suas antigas experiências agrícolas, que, no litoral e no Brejo, se referiam à cana-de-açúcar e ao algodão. Nas áreas mais secas, os estabelecimentos rurais se orientavam em função do algodão e da pecuária. Assim, percebo que os proprietários se sentiam inseguros para investir em uma lavoura basicamente estranha, que apresentava um processo complexo de transformação, marcado por uma divisão de trabalho totalmente oposta às situações vivenciadas na área em estudo, onde a mão-de-obra sequer era remunerada e não existia, por parte dos produtores, quase nenhum investimento em máquinas, uma vez que grande parte dos instrumentos agrícolas pertencia aos lavradores, como discuti no capítulo anterior. Portanto, o desinteresse dos proprietários revelava a sua contestação em relação às inovações culturais tanto no que diz respeito a esta lavoura como aos procedimentos técnicos mais elaborados que, inclusive, exigiam um investimento maior em capitais.

Penso que, para estimular estes homens descrentes, ou melhor, crentes em outra cultura agrícola, marcada por diferentes relações de trabalho, por outro calendário agrícola, enfim, no sentido de uma nova organização de trabalho, sobre o qual falarei no próximo capítulo, as mudas de agave passaram a ser fornecidas pela Diretoria de Produção, como informou a Revista do Boletim de Publicidade Agrícola:

*Quanto ao agave a Diretoria adquiriu 500.000 mudas que vão constituir os plantios dos campos municipais, um grande campo que vai fazer o dr. Renato Ribeiro e o resto estará a disposição de todos aqueles que quiserem cultivar a planta preciosa...*¹⁹⁵

Em muitos casos, as mudas eram solicitadas pelos prefeitos municipais, como fez o sr. Antônio Santiago, de Itabaiana, que demandou da Diretoria de Fomento da Produção e, em seu telegrama confirmou, o recebimento das mudas:

Acuso o recebimento do vosso ofício nº 146 de 26 de janeiro de 1940, comunicando-me a remessa, por êsses dias, de cem mil mudas de

¹⁹⁴ José Leal e Rafael Mororó. **A Civilização Dourada**. op. cit. p. 22. Sobre o ceticismo dos primeiros plantadores de agave na Paraíba, ver também Horácio de Almeida **Brejo de Areia** Memórias de um município. João Pessoa: UFPB, 1980 e Cleodon Coelho. **Guarabira através dos tempos**. João Pessoa: Livraria Nordeste / União, 1990.

¹⁹⁵ **Boletim de Publicidade Agrícola**. Tomo I, out./ dez. 1938. n. 1, 2, e 3, p. 47.

*agave, além de cento e cinquenta mil bulbilhos que solicitei por telegrama.*¹⁹⁶

As mudas poderiam ser enviadas diretamente para os proprietários, como mostra o telegrama do prefeito mencionado acima: “*Chegaram hoje à estação da Great Western, desta cidade, dois vagões, com cem mil mudas destinado ao campo do Dr. Manoel Florentino na fazenda Linda Flor, Distrito de Mogeiro*”.¹⁹⁷ Assim, as mudas eram doadas e entregues tanto às prefeituras como diretamente aos interessados.

Conforme a pesquisa de campo, as primeiras mudas desta planta chegaram à região em estudo, graças ao padre Luiz Santiago, como disse o sr. Gentil Venâncio Palmeira, pertencente à família que se tornou tradicional produtora de agave:

*No início eu era menino, quando foi implantado um campo de demonstração. Foi trazido uns 200 pés, foi trazido por Luiz Santiago e o povo pegava dali pra plantar nos roçados. O início foi este campinho de demonstração do Padre Santiago. Quem deu os primeiros passos incentivador foi Argemiro de Figueiredo.*¹⁹⁸

De acordo com este narrador, “o campinho do padre Santiago” teria sido fundado durante a interventoria de Argemiro de Figueiredo, isto é, no final dos anos de 1930. A área cultivada também não era grande, pois tinha apenas cerca de 200 pés, dos quais alguns foram doados ao “povo”. Entendo que o “povo” mencionado pelo sr. Gentil eram, sobretudo, os grandes e médios proprietários, que dispunham de uma quantidade maior de terras para usar em negócios desconhecidos, para fazer experiências com novas lavouras que, inclusive, só poderiam ser plantadas com a lavoura alimentar, nos dois primeiros anos de sua longa existência, que ultrapassa os doze anos de vida.¹⁹⁹ Para homens como este informante, alguns hectares de terras não lhes faziam falta, inclusive, porque muitos proprietários, nos anos de 1940, plantaram o agave em terrenos ainda não cultivados. Todavia, para grande parte dos lavradores, notadamente aqueles que possuíam pequenos sítios, um ou dois hectares de chão lhes eram fundamentais. Por esta razão, não acredito que este segmento tenha aderido ao

¹⁹⁶ “413.500 Bulbilhos de Agave fôram distribuídos pelo govêrno do Estado no mês de janeiro”: In. Jornal A UNIÃO, sáb., 3 fev. 1940, p. 5.

¹⁹⁷ “413.500 Mudanças de Bulbilhos de Agave Fôram Distribuídos pelo Govêrno do Estado no Mês de Janeiro”: In. Jornal A UNIÃO, sáb., 3 fev. 1940, p. 5.

¹⁹⁸ Gentil Venâncio Palmeira, pertencente à família de grandes e médios produtores de agave do município de Cuité. Entrevistado em Cuité, em julho de 1995.

¹⁹⁹ “... O conjunto da plantaçaõ, porém, é explorado economicamente até 25 anos porque há um processo de renovaçaõ natural contínuo por ‘filiaçaõ’. Passado esse tempo, o sisal deve ser erradicado, pois o espaço para as plantas produtivas torna-se progressivamente menor, dado que a área útil das fileiras é, cada vez mais, ocupada pelos tocos das plantas mortas”. José Grabois e Maria Aguiar de Jesus, apud Ivony Lídia M. Saraiva. op.cit. p. 134.

agave, pelo menos no primeiro momento, quando pairava sobre esta agricultura o estigma do estranho, do desconhecido. Investir no agave, no final dos anos 30 e início dos anos 40, do século passado, era quase uma aventura, que seduzia notadamente os grandes e médios proprietários. Quanto aos moradores, estes só tinham os roçados que eram pequenos e, também, eram impedidos, pelos seus padrões de cultivar uma lavoura que apresentava um ciclo de vida tão longo. Desta forma, o agave ia sendo cultivado, principalmente, em propriedades maiores. D.Maria, por exemplo, relembrou a chegada dos primeiros pés de agave nas terras onde ela morava e trabalhava:

*Eu num lembro em que ano o agave chegou aqui. Eu já era casada. Eu me casei no dia três de abril de 1938. eu me lembro que nós lavava roupa de traz do balde do açude. Os pés de agave era bem grande assim, botava uns pendões como cebola, como que fosse um pezinho de cebola. Caía, a gente aplantava numa horta pra fazer o agave pra plantar, que num era daqui vinha do brejo. Padrinho mandava os meninos com um burro pro Brejo e de lá vinha umas cargas de agave. Eles eram pra plantar aqui. A gente plantava como horta de coentro.*²⁰⁰

Este depoimento mostra que a distribuição de mudas não atingiu todas as áreas igualmente, pois vários produtores, como o padrinho da informante, não se beneficiaram com a oferta e o serviço de entregas das mudas, promovidos pelo Estado. A fala de D.Maria denuncia, também, como alguns proprietários, da área em estudo, estavam aderindo à nova lavoura, inclusive, dispostos a conseguir mudas em regiões mais distantes, como o Brejo, onde estava localizada a EAN, e em outros centros de distribuição, que também forneciam mudas e bulbilhos gratuitamente.²⁰¹ Acredito que, no final de 1930, o campo municipal de Picuí ou mesmo o do padre Luiz não estavam ainda produzindo mudas ou bulbilhos para o replantio, pois ambos só brotam quando a planta atinge a idade adulta, isto é, entre o segundo e o quarto ano de vida. Os documentos consultados revelaram que os municípios mais próximos da capital e da EAN foram mais beneficiados com a oferta de mudas e bulbilhos, como aparece no quadro a seguir:

²⁰⁰ Maria do Carmo Dantas, entrevistada em Pedra Lavrada, em setembro de 2003.

²⁰¹ As mudas, filhotes ou rebentões nascem ao lado da planta-mãe, ligando-se a esta através dos rizomas. Os bulbilhos são pequenas plantas que nascem nos pendões florais depois que as flores caem. Sobre este assunto, ver Diniz Chavier Andrade. **Instruções para o Cultivo do Sisal**. João Pessoa, 1972. p. 3.

QUADRO 1 - Distribuição de Bulbilhos (1º Semestre - 1940)

Municípios	Quantidade
Itabaiana	100.000
Campina Grande	180.000
Areia	50.000
Mamaguape	50.000
Sousa	20.000

Fonte: “A Distribuição de sementes e mudas”. In A União Agrícola, dom., 21 jul. 1940, p.1.

QUADRO 2 - Distribuição de Mudas (1º Semestre - 1940)

Município	Quantidade
Sousa	9.000
Bonito	1.000
Santa Luzia	6.000
Princesa Isabel	500
Itabaiana	200.000
Município	Quantidade
Campina Grande	5.000
Guarabira	45.000
Esperança	10.000
Mamaguape	5.000
Cabaceira	3.000
Distrito de Jacu	2.000
Distrito da Serra da Raiz	2.000
Monteiro	4.000
Pombal	5.000
Conceição	4.000
Cuité	3.000
Capital	306.500

Fonte: “A Distribuição de sementes e mudas”. In A União Agrícola, dom., 21 jul. 1940, p.2.

Conforme este quadro, municípios como Areia, Guarabira e Itabaiana, receberam mais mudas e bulbilhos do que, por exemplo, Cuité. Acredito que, em meio à crise econômica que afetava todo o estado, os prefeitos, e até mesmo os fazendeiros do Brejo, estavam mais informados e também mais dispostos a mudanças. Por um lado, as campanhas agrícolas de municípios como Campina Grande, Itabaiana e Guarabira foram bem-sucedidas, como disse Elbio Packman:

*Dentre as prefeituras paraibanas mais destacadas no fomento agrícola em geral, estavam a de Itabaiana e a de Campina Grande. A de Itabaiana, em 1939 já dispunha de 3 Campos de Demonstração, com 21 ha, 5 delas com agave apresentando bom aspecto.*²⁰²

²⁰² Elbio Troccoli Parkman. “O Surgimento da Economia Sisaleira na Paraíba: dos primórdios à virada de 1938 e ao início do *boom*”. (mimeo) p. 10.

Com relação ao campo de demonstração de Guarabira, o autor mencionado disse: “*O campo de Demonstração de Guarabira, com 10 ha, dos quais 6 ha recebendo 10 mil mudas de agave, foi de grande importância para a economia sisaleira*”.²⁰³

Por outro lado, a região onde estavam localizados estes municípios fora, em muitas ocasiões, palco de eventos agrônômicos importantes, tal como a Reunião Agropecuária, que acontecera em Campina Grande, sobre o que falarei depois, bem como sediava a EAN, centro difusor da nova agricultura na Paraíba. Assim, no final dos anos de 1930 a 1940, os produtores do Brejo foram mais beneficiados com a doação das mudas promovidas pelo Estado. Desta forma, no começo da década de 1940, muitos proprietários dos Cariris resistiam, ou ainda não conheciam o agave, tal como os fazendeiros do Brejo, que se mostravam mais entusiasmados com esta lavoura.

A segunda medida que fazia parte da “campanha pró-sisal” fora o decreto de nº 1.169, que previa a obrigatoriedade do aumento da área dedicada aos campos municipais e, também, a instalação de campos de agave com, no mínimo, dois hectares, nas áreas estabelecidas pelos agrônomos da Diretoria de produção:

*É obrigatória a reserva de dois (2) hectares para o plantio de mudas de agave naquêles campos de demonstração que, para êsse fim, fôrem escolhidos pela Secretaria da Agricultura, Comércio, Viação e Obras Publicas.*²⁰⁴

Ao meu ver, para os planos do governo, esta medida era importante por duas razões: primeiro, a ampliação da extensão dos campos possibilitava a difusão de duas ou mais lavouras e, ao mesmo tempo, permitia que uma pequena mostra, que já era relevante para influenciar novas práticas no cotidiano dos homens do campo, se transformasse em um micro negócio agrícola, sobretudo no caso do agave; um “micro-negócio” de dois hectares, crescendo, assim, com mais afinco, o êxito desta lavoura. Segundo, obrigava claramente o cultivo nos municípios determinados pelos agrônomos. Esta imposição era uma forma de impedir que o agave continuasse sendo “esquecido” pelos prefeitos e produtores, pois, até 1938, não existia nenhum campo municipal com agave, como mostra o quadro a seguir:

²⁰³ Idem, *Ibidem*.

²⁰⁴ “A nova Organização dos Campos municipais de Demonstração.” In **Boletim de Publicidade Agrícola**. Tomo I, out/dez. 1938, nº 1, 2 e 3, p. 48.

QUADRO 3 – Número de Campos de Demonstração e Hectares Cultivadas por Lavoura na Paraíba – (1938-1939)

Lavoura	Nº dos Campos		Área dos Campos (ha)	
	1938	1939	1938	1939
Algodão	131	254	1.517	3.017,5
Cana-de-açúcar	22	20	164	242
Mamona	14	7	25	15
Batatinha	1	1	2	1
Arroz	2	6	51	56,5
Feijão	1	8	2	43
Milho	2	21	2	93
Fumo	2	1	8	1
Mandioca	1	3	2	18
Cebola	2	5	1,5	6,5
Agave	-	3	-	14
Soja	-	1	-	10
Sorgo	-	1	-	2
Outros diversos	-	35	-	214
Total	178	366	1.774,5	3.737,5

Fonte: Elbio Troccoli Pakman. O Surgimento da Economia Sisaleira na Paraíba: Dos Primórdios à Virada de 1938 e ao início do Boom. op. cit. p.11.

O quadro mostra que, depois de institucionalizada a obrigatoriedade dos campos, foram criados três campos de agave. Assim, percebo que a instalação destes núcleos agavicultores ainda se processava lentamente, pois, embora os prefeitos municipais fossem homens de confiança do Interventor, nem sempre cumpriam todo o programa imposto pela política agrícola estadual, tal foi o caso do Prefeito de Antenor Navarro, o sr. Martinho Gonçalves que, em 1940 já havia implantado o campo de agave, mas ainda se esforçava para atingir as metas com relação a outros serviços agropecuários, como ele explicou em resposta ao Interventor:

Em resposta ao telegrama de vossência datada de treze do corrente, comunico que esta prefeitura mantém campos de demonstração com dez hectares plantados de algodão e agave. Quanto ao aviário, apiário e pocilgas esforça-me-ei afim de executar o programa de vossência. Atenciosas saudações – Martinho Gonçalves, prefeito.²⁰⁵

Todavia, a obrigatoriedade dos campos foi revogada quando o novo Interventor Ruy Carneiro (1940-1945) assumiu o governo da Paraíba. Na ocasião, os prefeitos recém-nomeados mostraram-se receptivos às medidas deste governo, por eles consideradas

²⁰⁵ “Para que os Municípios cada vez mais se Interem no Programa de Fomento das Riquezas Econômicas do Estado”. In. Jornal A UNIÃO, 3ª feira, 19 mar. 1940. p. 1.

democráticas, pois deixavam a cargo dos administradores municipais decidir a instalação dos campos. Sobre isto o prefeito Nemésio Palmeira, do município de Serraria, disse em seu relatório:

*Finalmente, o decreto do Govêrno do Estado, tornando voluntária a manutenção dos Campos Municipais de Demonstração sobre ser acertado, como alias tem sido todos os atos do novo Interventor da Paraíba, veio ao encontro do desejo de todos os novos prefeitos municipais.*²⁰⁶

Neste momento, alguns campos chegaram a ser fechados, como o campo de fumo de Serraria e o campo de algodão de Areia, sob a alegação que eram ineficientes e não haviam promovido a mecanização agrícola dos municípios. O prefeito de Teixeira, por exemplo, relatou o seguinte:

*Para que se faça um juízo seguro desta situação basta que se diga que no município trabalha um único arado e em uma só propriedade. A base da agricultura é o algodão. Só em um Distrito, Mãe D'água ele produz em condições perfeitamente favoráveis. Os distritos de Teixeira, e Destero e Imaculada apresentam condições médias para o seu cultivo. Do distrito de Teixeira (sêde), excluindo alguns trechos ele deverá ser banido, pois que não apresenta condição propícia ao seu plantio....*²⁰⁷

Quanto ao agave, relata que era cultivado em pequena escala e não havia recebido apoio suficiente para o seu desenvolvimento: “o agave necessita de incentivo a sua cultura e a instalação de máquinas desfibradeiras”.²⁰⁸

Independente das divergências político-partidárias entre o interventor que investiu na política dos campos de demonstração e o novo governo de Ruy Carneiro, os tais campos nem sempre prosperavam, sobretudo nas áreas com menor influência política, a exemplo dos distritos, entre outros municípios. Mesmo considerando que não alcançaram o êxito esperado, eles eram armas eficientes para difundir a proposta do governo, educando, buscando construir um agricultor sintonizado com a eficiência da produção. Nestes termos, o campo de demonstração era uma escola.

²⁰⁶ “A Situação Econômica e Financeira do Município de Serraria”. In. Jornal A UNIÃO, 6ª feira, 08 nov. 1940. p. 3.

²⁰⁷ “A Situação Econômica e Financeira do Município de Teixeira”. In. Jornal A UNIÃO, dom., 10 nov. 1940. p. 5.

²⁰⁸ “A Situação Econômica e Financeira do Município de Teixeira”. In. Jornal A UNIÃO, dom., 10 nov. 1940. p. 3.

Os campos de agave, apesar das suas limitações, se tornaram centros de propaganda e propagação: não apenas plantavam, distribuíam mudas e prestavam assistência aos interessados, mas funcionavam, também, como vitrines que exibiam plantas bem cuidadas e tratadas. Os campos municipais atuavam em nível local e cotidianamente. Assim, como um monumento, eles estavam lá: para lembrar, iluminar, ensinar, como os campos de agave fundados em Picuí, Cuité, Campina Grande e Itabaiana, entre outros. Sobre a influência deste último campo, o agrônomo João Henriques disse: "*O campo de agave que foi inegavelmente a origem e a força incetivadora da cultura agavieira, hoje tão florescente naquele próspero município.*"²⁰⁹

Assim, com suas técnicas, com seus agrônomos, com suas plantas, em especial, com seus pés de agaves, os campos de demonstração, buscavam forjar, na Paraíba, um novo imaginário agrícola que, muitas vezes, remetia à construção de uma cultura agavieira, isto é, uma nova lavoura: o agave, com outras técnicas, outras máquinas, uma diferente organização agrícola e outras relações sociais que fortaleciam o assalariamento, em detrimento das relações tradicionais: meia, terça e moradia; além de outras representações, que misturavam mito, religião e ciência.

Para internalizar novos costumes nos homens do campo da Paraíba, a Diretoria de Fomento lançou mão de um eficiente sistema de divulgação, por meio da palavra impressa e da palavra oral. Referindo-se à importância da imprensa para a construção de uma nova cultura – isto é: método de trabalho e lavouras – O DIÁRIO DE BELO HORIZONTE publicou, em um dos seus editoriais, o seguinte:

*Não há dúvida que uma propaganda inteligente e contínua influi sensivelmente no sentido de mostrar aos agricultores e criadores vantagens do abandono dos métodos e do emprego dos processos modernos.*²¹⁰

No caso específico do agave, eram, ainda, usadas imagens cinematográficas para introjetar a cultura agavieira nos fazendeiros paraibanos. Assim, no início de 1940, fora providenciada a exibição de um documentário, abordando o plantio e a industrialização do agave em São Paulo. Este filme foi enviado pelo Ministro da Agricultura, Fernando Costa, ao Interventor Argemiro de Figueiredo, que pretendia exibi-lo em todo o estado. Sobre a importância deste filme, o Jornal A UNIÃO noticiou:

²⁰⁹ Agrônomo João Henrique. In. "O Município e a Produção" A União Agrícola, 19 fev. 1950. p. 5.

²¹⁰ "A propaganda Agrícola na Paraíba". In Jornal A UNIÃO, 6ª feira, 26 abr. 1940. p. 1.

*Em vista da campanha pelo desenvolvimento desta cultura em nosso Estado e das numerosas pequenas organizações já existentes de beneficiamento de fibra, este filme tem um interesse especial para a Paraíba, tanto assim que o governo vai providenciar para mandá-lo exibir nos cinemas do interior do Estado.*²¹¹

Por ocasião da primeira reunião de economia agropecuária, realizada em abril de 1940, em Campina Grande, fora apresentado o mencionado filme, além de várias teses agrônômicas, entre as quais cito: a do agrônomo Clarindo Gouveia, sobre o emprego das máquinas na agricultura, e a do agrônomo Lauro Xavier, que discutia acerca das plantas têxteis, consideradas de interesse para a economia paraibana.

Neste contexto de agricultura rentável e científica, fora, então, rodado o filme: “às 17 horas no cinema Capitólio, foi exibido um filme enviado pelo Ministro da Agricultura sobre a cultura e industrialização da agave, com o comparecimento de todos os participantes da reunião”.²¹² A platéia, a que a notícia se refere, era composta por todos os prefeitos do estado ou seus representantes, agricultores, criadores, além da comunidade agrônômica.

A presença de “todos os prefeitos ou representantes destes”, em acontecimentos desta natureza, era importante, pois, como se sabe, este cargo conferia aos seus ocupantes respeito e admiração por parte de seus municípes. Para se ter uma idéia de tal afirmação, poucos meses antes deste encontro, o Prefeito de Itabaiana, o sr. Antônio Santiago, comunicava ao Interventor a propaganda que vinha fazendo sobre o agave e o seu poder de convencimento junto aos proprietários do seu município:

*Convenci, a muitos proprietários, da vantagem de fazerem sementeiras de agave, sendo que um deles o sr. Odon de Sá, vai plantar imediatamente, cem mil bulbilhos, sob a orientação técnica do agrônomo do Departamento Agrícola Municipal.
...Aos Drs. Odilon Maroja e Pedro Cunha e o sr. Pedro Barbosa foram distribuídas 40 mil bulbilhos.*²¹³

As teses agrônômicas saíram dos muros acadêmicos para desenhar as letras dos jornais e revistas especializadas e ecoaram nos rádios paraibanos. Desta forma, os trabalhos científicos iam se propagando astuciosamente em todos os recantos do estado. Para difundir os textos agrônômicos, a Diretoria de Fomento contava com o apoio, sobretudo, do Jornal A

²¹¹ “Filme sôbre a Cultura e Industrialização da Agave”. In União Agrícola, dom., 24 mar. 1940. p. 1.

²¹² “Alcançou Maior Êxito a 1ª Reunião de Economia Agro-pecuária da Paraíba Realizada em Campina Grande”. In Jornal A UNIÃO, dom., 7 abr. 1940. p. 7.

²¹³ “413.500 Mudas e Bulbilhos de Agave Fôram Distribuídos pelo Govêrno do Estado no Mês de Janeiro”. In Jornal A UNIÃO, sáb., 03 fev. 1940. p. 5.

UNIÃO, especificamente da União Agrícola, suplemento semanal, publicado aos domingos; e de um programa de rádio que começou a ser transmitido pela Rádio Tabajara em 24 de março de 1940. O quadro dirigido aos agricultores chamava-se “A Hora do Agricultor”, que, inicialmente, era apresentado às terças e sextas-feiras, às 19:00 horas. Posteriormente, o Governo determinou que fosse exibido às 10h30min das manhãs dos sábados, domingos e terças-feiras. Desde então, o programa passou a ser escutado nas feiras dos municípios paraibanos “*por intermédio de poderosos alto-falantes instalados nos respectivos locais pelos srs. prefeitos municipais.*”²¹⁴ Todavia, grande parte dos moradores dos distritos faziam suas compras semanais nos vilarejos situadas nos próprios distritos. Por isto, muito dos entrevistados não se lembraram destes programas, pois esta política de divulgação oficial não atingia estes pequenos distritos, mesmo nos locais onde eram realizadas as feiras. Desta forma, acredito que as campanhas radiofônicas influenciaram mais homens e mulheres que visitavam as feiras estabelecidas nas comarcas municipais, isto é, os habitantes que moravam mais perto delas e, em último caso, os fazendeiros que, mesmo residindo mais longe, freqüentavam ocasionalmente tais feiras.

“A Hora do Agricultor” voltava-se para os expectadores agricultores. Estes programas eram realizados por agrônomos designados pela Diretoria de Produção, que alardeavam conselhos práticos de “agricultura racional”, informações relacionadas aos preços dos produtos nos mercados, a política do governo e as vantagens das técnicas:

Plante e prospere, agricultor dêste recanto do Brasil. Nada te faltas se às terras ao esforço e inteligência juntares o que te oferece pramenteiramente o govêrno.

planta o céu nublado, as chuvas caem suave, duradouras, amigas entremeados de largo, dias de sol, o solo fértil espera apenas a semente que fecunda..

*...E ouve atento esta hora que é tua. Nele haverá ensinamentos, informações econômicas, dados sobre o comércio dos produtos agrícolas, atos do governo que te interessam de perto, tudo entremeado de música de teu agrado.*²¹⁵

Esta mensagem radiofônica, por exemplo, pintava um quadro bucólico do campo paraibano, sol e chuvas alternadas, uma Paraíba fértil que, para prosperar, dependia basicamente da ação dos lavradores. Neste sentido, este estado era uma terra-mãe, que acolhia filhos esforçados, desde que fossem obedientes, isto é, plantassem, seguissem as recomendações da Diretoria e se esforçassem para desempenhar o seu papel, de lavradores

²¹⁴ “Plante e Prospere”. In. Jornal A UNIÃO, dom., 14 abr. 1940. p. 1.

²¹⁵ “Plante e Pospere”. In Jornal A UNIÃO, 3ª feira, 26 mar. 1940. p. 6. Este artigo é uma transcrição da palestra transmitida pela Rádio TABAJARA, no programa “A Hora do Agricultor”.

hábeis, ágeis e sintonizados com os novos tempos. Estas imagens acolhedoras estavam sendo forjadas no momento em que o índice migratório assumia proporções alarmantes aos olhos das elites agrárias, sobre o que falarei posteriormente.

Entendo que programas como a “Hora do Agricultor” faziam parte de um projeto mais amplo, que atravessava a sociedade brasileira, marcado pelas tentativas do governo nacional influenciar, por meio da mídia, todos os brasileiros. Vargas, por exemplo, buscava, através da cultura popular, criar um novo imaginário sobre o trabalho, inspirando as práticas dos homens urbanos e rurais. Assim, os moradores do campo deveriam, também, se enquadrar nesta sociedade que o Estado pretendia modernizar.

Portanto, além da campanha cinematográfica para inscrever o agave no imaginário agrícola paraibano, o governo, notadamente de Argemiro de Figueiredo, contou com um instrumento poderoso: o rádio, cuja função era deliberadamente “educadora”, isto é, transmissora das idéias oficiais, como disse o próprio Interventor em 1937:

*A nossa Rádio Tabajara terá função essencialmente educativa. Articulada aos municípios paraibanos, ela levará ao povo de todos os recantos do ‘Estado’ quotidianamente, a voz dos nossos técnicos, dos professores, dos agrônomos, dos médicos, dos intelectuais, em lição de caráter mais intuitivo e prático que terão de professar a coordenação de esforços individuais para uma atividade orgânica do bem comum.*²¹⁶

O rádio, ao contrário do filme, espalhava-se em muitos recantos do estado, entrando nas casas dos agricultores, sobretudo os mais ricos economicamente, que possuíam tal veículo, e também sendo escutado por várias pessoas nos dias de feira, como já mencionei. Ao contrário, por exemplo, das imagens emitidas pelo cinema, o rádio possibilitava uma maior atribuição de sentidos, na medida em que as imagens iam sendo tecidas de forma mais subjetiva pelos ouvintes, que as resignificavam. Neste caso, as imagens não estão dadas na tela, são projetadas, inter cruzando as mensagens, as crenças, os temores, as esperanças, enfim, aspectos fincados no universo social e cultural dos ouvintes.

Para entrar em contato com as idéias agronômicas sobre o agave, não era preciso saber ler jornais, participar de exposições cinematográficas, possuir rádios, ou ao menos ser letrado, bastava apenas estar nas sedes municipais, nos dias de feiras, o que para alguns lavradores ocorria freqüentemente, pois as feiras, no interior paraibano, eram consideradas importantes eventos, como anotei em meu trabalho de mestrado: “*Nos dias de feira, as cidades recebiam*

²¹⁶ Cit. em Matha Maria Falcão de Carvalho e Morais. op. cit. p. 246.

*um contingente maior de pessoas, era um acontecimento importante quando as populações rurais iam fazer suas compras nas sedes municipais... ”*²¹⁷

Assim, os discursos sobre o agave circulavam socialmente, atingindo muitos grupos sociais, que os ressignificavam. Estas falas difundidas radiofonicamente incentivavam os novos hábitos agrícolas em relação à policultura, à introdução de novas lavouras, ao uso de inseticidas, a sementes de qualidade e a máquinas agrícolas, enfim, no abandono dos métodos agrícolas rotineiros.

Ao referir-se ao poder de comunicação do rádio, a historiadora Maurina Holanda afirma:

*Não há meio eletrônico de comunicação que exerça melhor papel de mediador entre fala e escuta, locutor e o ouvinte. O rádio alcança as pessoas por mensagens sonoras, porque penetra na atividade do ouvinte, atinge-lhe sonhos e imaginário.*²¹⁸

Esta mesma autora chamou a atenção para a cumplicidade criada entre o ouvinte e o emissor da mensagem:

*O poder do imaginário possibilita a amizade locutor x ouvinte. Talvez seja comum radialistas se elegerem a cargos públicos com facilidade. A familiaridade do camponês e a voz invasiva nos seus lares cria laços afetivos, torna o locutor próximo, familiar, embora não visto.*²¹⁹

Neste quadro de entendimento, os agrônomos se aproximavam de muitos agricultores, que os escutavam não só por meio do contato físico, como ocorria constantemente graças aos campos de demonstração, mas também através do rádio que, em diversas ocasiões, levou ao ar textos enaltecendo o agave. Em linguagem acessível, os agrônomos-locutores traduziam as qualidades da planta. Em um dos programas, foi transmitida a seguinte mensagem: “*As vantagens da cultura da agave*”

- a) *que a agave é cultura que prefere os solos arenosos muito secos ou as regiões muito pouco chuvosas, justamente as terras e zonas menos preferidas pelas lavouras que mais conheceis;*
- b) *que é praticamente isenta de pragas e moléstia;*
- c) *que não interessa a ladrões;*
- d) *que é cultura perene chegando a durar nos terrenos piores dez anos;*

²¹⁷ Mariângela de Vasconcelos Nunes. **Maldição e Bênção**: Algumas Histórias do Sisal na Paraíba (1930-1953). op. cit. p. 89.

²¹⁸ Maurina Holanda Cavalcante. **Igreja Católica entre Males e esperanças** - Brasil e Colômbia (1947-1964). Tese apresentada ao Curso de Doutorado em História da Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 2004. p. 83.

²¹⁹ Idem, p. 84.

- e) *que sua fibra encontra ainda aceitação nos mercados internos e externos;*
- f) *que a agricultura pôde ser feita quando melhor convier ao agricultor sem medo de secas porque é planta resistente, nem medo de inundações porque pode ser feita nos terrenos altos.*²²⁰

Esta mensagem, levada ao ar em maio de 1940, encorajava os produtores das áreas semi-áridas a plantar agave, visto que, segundo os discursantes, a planta não seria acometida da falta de chuvas ou secas, mas, ao mesmo tempo, incentivaria a produção nas terras mais úmidas e altas. Portanto, a agavicultura estava sendo estimulada em todo o estado, visto que o governo apostava nesta lavoura para soerguer a economia da Paraíba, tanto nas áreas produtoras de cana-de-açúcar, como nas regiões plantadoras de algodão, ambos os produtos afetados pela crise de 1929.

Em algumas transmissões, fora também alardeado o apoio do governo aos proprietários que plantavam esta lavoura:

*Multiplicam-se as plantas de agave graças à intensa distribuição de mudas e bulbilhos que a secretaria está fazendo. Surgem novas fábricas de beneficiamento. Os agricultores reúnem-se numa espécie de cooperativa. A carteira agrícola do Banco do Brasil ampara financeiramente os fazendeiros. E os fardos de fibra começam a abarrotar os caminhões e a descer em busca dos portos. É uma riqueza nova que surge na Paraíba.*²²¹

De um modo geral, as pregações da Diretoria de Produção sugeriam, portanto, que a cultura agavieira venceria os percalços impostos pelos verões intermináveis que assolam grande parte do território paraibano, concomitantemente levaria a riqueza certa e garantida. Em 1940, os fazendeiros que aderiam à campanha em favor do agave, semeando em seus campos as mudas desta planta, eram enaltecidos pelo jornal do governo, e, a seu respeito, eram construídas imagens que os associavam à independência, inteligência e fortuna, como ressaltava a propaganda publicada nos editoriais do Jornal A UNIÃO:

*Agricultores inteligentes são aqueles que trabalham para conseguir independência econômica num futuro próximo. E adquirirá com certeza essa independência todo aquele que plantar imediatamente 100 hectares de agave, como acaba de fazer o dr. Manoel Florentino em sua propriedade no Distrito de Mogeiro, em Itabaiana.*²²²

²²⁰ “A Hora do Agricultor”. In A União Agrícola, dom., 19 mar. 1940. p. 1. Palestra transmitida no programa “A Hora do Agricultor”.

²²¹ Pimentel Gomes. “O Caroá e a Macambira”. In A União Agrícola, dom., 14 abr. 1940. p. 1.

²²² Mensagem publicada na União Agrícola, dom., 17 mar. 1940. p. 2.

Este conjunto de mensagens produzido pelas imagens cinematográficas, radiofônicas e impressas, prometendo êxito econômico, ressoava nos ouvidos de um grupo de fazendeiros em crise, muitos dos quais estavam habituados a ver seus investimentos serem afetados pela concorrência dos produtos de outras regiões e pelas secas, que a tudo destruía. As expectativas favoráveis destes segmentos sociais aumentaram no contexto proporcionado pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), pois, neste momento, os países da Ásia que abasteciam o mercado internacional de fibras, tiveram seus agaviais desorganizados, como analisou a economista Martha Souza:

*Com o advento da Segunda Guerra a produção de fibras duras ficou desorganizada, em decorrência da ocupação Japonesa na Indonésia e Filipinas, fato que motivou a pressão sobre os demais países produtores de fibras, inclusive o Brasil, cuja produção foi aumentada para responder à demanda crescente de fibras para a fabricação de cordas e fios, produtos essenciais à marinha de guerra e mercante durante o conflito bélico.*²²³

Este espaço no mercado internacional instigou o Brasil a produzir em quantidades maiores estas fibras, sobretudo o Nordeste, que vivia uma conjuntura econômica perturbada pela crise agro-exportadora. Assim, entendendo que crises econômicas, promessas de mercados, mudas gratuitas, assistências técnicas, amparo financeiro para os médios e grandes produtores, e a circulação de novas idéias, alimentaram o início da exploração comercial do agave, que começou na região do Brejo, uma das áreas mais úmidas do estado.

2.4 A Agavicultura: a Reiteração do Monopólio da Terra

No pós-guerra, o Brasil defrontava-se com uma nova situação. Em meados dos anos 40, a indústria nacional tornava-se uma importante atividade econômica do país, e a indústria de base mostrava os seus primeiros avanços. Entretanto, para alimentar o desenvolvimento industrial, caberia ao país ampliar o mercado interno promovendo mudanças estruturais, onde a agricultura ocupava um papel de destaque.

As leituras sobre a agricultura brasileira, à época, consideradas progressistas, ou de esquerda, não se apresentavam homogêneas. Embora partissem da idéia de que o monopólio da terra deveria ser superado, apontavam para soluções diferentes. Para filiados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, o caminho a ser seguido era de uma revolução

²²³ Martha Lúcia de Sousa. **A Produção do Sisal na Paraíba** - Município de Cuité (um Estudo de Caso). op. cit. p. 13.

clássica burguesa, unindo o campo e a cidade contra as elites agrárias, proporcionando, assim, uma ampla distribuição de terras. Outros pensadores de esquerda, como Caio Prado Júnior, entendia que a resposta seria a extensão da legislação trabalhista para o campo. Ainda conforme Maria Yedda Linhares, existia uma terceira posição, defendida, sobretudo, pelo sociólogo José de Souza Martins. Conforme suas análises, não existiam contradições entre a estrutura agrária e o capitalismo moderno, tratava-se, portanto, de uma estratégia de recriação de capital, não havendo polaridade entre o novo/urbano e o velho personificado no campo, como disse o autor:

*O passado se esconde, e às vezes se esconde mal, por trás das aparências do moderno, fazendo da sociedade brasileira uma sociedade em que essa peculiaridade pesa mais do que à primeira vista se vê.*²²⁴

Dentro de uma visão mais conservadora, o foco da questão centrava-se no desenvolvimento técnico do campo, neste caso, as relações sociais de produção e a propriedade da terra eram secundarizadas, como configuraram Maria Yedda Linhares e seu co-autor:

*O campo, ajudado pelo confisco cambial, havia realizado plenamente sua tarefa de apoiar a industrialização do país e não haveria por que acusar a agricultura de atrasada ou ineficiente; ineficiente seriam as pequenas e micro-propriedades, incapazes de encontrar seu lugar no mercado; para estes a penalização da agricultura teria sido a prática mais comum desde o primeiro governo Vargas, cabendo, agora, ao Estado, devolver, sob a forma de incentivos e crédito, tudo que a agricultura fizera pelo desenvolvimento do país.*²²⁵

Estas diferentes imagens sobre o desenvolvimento brasileiro ocuparam, também, o ambiente político nacional. Em 1947, o presidente Dutra enviou ao Congresso um Projeto de Reforma Agrária, que buscava corrigir a má distribuição da terra no Brasil. Esta proposta fora elaborada por sr. Afrânio de Carvalho, chefe de gabinete do Ministério da Agricultura, e pretendia inibir a formação dos latifúndios, proibindo o Estado de vender grandes extensões de terras a uma só pessoa, oferecendo o financiamento para a compra de médias e pequenas propriedades, entre outras medidas. Além destes itens, o plano dissertava sobre a criação de obrigações mais rígidas dos proprietários para com seus parceiros agrícolas, como deixa transparecer este trecho do documento mencionado:

²²⁴ José de Souza Martins. **O Poder do atraso**. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 11.

²²⁵ Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira. **A Terra Prometida**: uma História da questão Agrária Brasileira. op. cit. p. 143.

*O parceiro terá o direito à casa de morada higiênica, servida de água, de esgoto ou de fossa séptica, a qual será construída, conforme se acordou, por ele ou pelo proprietário, no lugar indicado por este, salvo se aquele morar na vizinhança.*²²⁶

Esta proposta fora classificada, pelos representantes das elites agrárias nordestinas, como teórica demais. Conforme disse o deputado Ernani Sátiro: “*Como se vê, um mínimo de conforto para o homem do campo, mas infelizmente, esse mínimo é impraticável no interior do Brasil*”.²²⁷

Penso que, para este grupo de políticos, muitos dos quais proprietários de terras, a promoção do bem-estar para o trabalhador rural era algo muito distante das tradições dos parlamentares que, ao concederem uma casa e um pedaço de terra para que os lavradores plantassem, acreditavam estar prestando um grande favor a eles, sendo desnecessário, portanto, investir em habitações. Assim, em todo o interior do país, os lavradores moravam em casas que mais lembravam choupanas. Na Paraíba, não era diferente, pois, na área em estudo, muito moradores viviam em pequenos casebres, com algumas exceções, tal é o caso do sr. Bastim:

*A casa que eu morava ela era na beira da estrada, pra eu ouvir a zuada do caminhão que ia pra rua. Foi seu Elídio que mandou fazer pra mim. Era um corredor, uma sala, três quartos de dormir; o dos meninos e o nosso. Uma casa grande tinha porta nos quartos e tudo, tudo tinha porta, janela. Era toda de tijolo e cimento. Era uma casa grande quem fez esta casa foi Olegário. Ele derrubou as outras casas e aproveitou o tijolo. Ela era toda de tijolo, minha casa.*²²⁸

Na fala deste narrador, alguns aspectos me chamaram atenção: primeiro, o lugar onde as casas eram erguidas, era um local estratégico para os patrões. No caso do sr. Bastim, sua casa situava-se próxima à estrada onde ele podia ouvir o barulho dos carros e, caso necessário, interdita-los, desviando-os até a sede da fazenda onde os caminhões poderiam ser carregados com mercadorias. O segundo elemento que se sobressai neste relato é a importância que o depoente atribui à matéria-prima com que sua casa foi construída: “*era toda de tijolo a minha casa*”; penso que a demarcação deste item era relevante porque não eram todos os homens economicamente pobres que moravam em casas de tijolos, ou, ainda, que tivessem portas separando os ambientes. Muitos moradores viviam em moradias de taipas ou taperas, como eram chamadas as casas construídas com barro, na região em estudo, desvelando as condições

²²⁶ Cit. por Ernani Sátiro “Aspectos do Problema Agrário, In A UNIÃO, dom., 23 maio, 1948. p. 4.

²²⁷ Ernani Sátiro “Aspectos do Problema Agrário” In União Agrícola, dom., 23 maio, 1948. p. 4.

²²⁸ Sebastião Simplicio dos Santos. Entrevistado em João Pessoa, em fevereiro de 2005.

subumanas de seus habitantes e o destrato dos proprietários. Assim, acredito ter sido baseado neste quadro que muitos políticos conceberam a proposta de melhoria das condições de moradia para o homem do campo como “teórica” e “impraticável”.

Além de proposta do sr. Afrânio Carvalho, outras sugestões foram discutidas na Câmara, algumas das quais focavam diretamente a questão da monocultura e do monopólio da terra, pois, segundo um grupo de parlamentares, estes fundamentos que apresentavam a agricultura brasileira, deveriam ser reprimidos, visto que representavam um atraso na vida econômica e social do país. Neste sentido, Nestor Duarte submeteu à apreciação dos seus pares uma proposta na qual a produtividade da terra era um dos pré-requisitos para sua propriedade:

*...Em toda propriedade de monocultura indústria agrícola inclusive a extrativa, de exploração florestal e de pecuária fica reservado um quarto de sua área, em local ou locais de melhores terras próprias para as lavouras de subsistência.*²²⁹

Todavia, vários deputados entenderam que esta inovação, sobre a reserva de áreas para o cultivo das lavouras alimentares, era absurda e poderia, na prática, revelar-se anti-econômica, como disse o mesmo Ernani Sátiro:

É claro que se trata de uma proposição inaceitável. Por maior que seja o nosso empenho em fomentar as lavouras de subsistência, não podemos estabelecer aprioristicamente, esse critério de reservas de terra. Imagine-se quem poderia reservar um quarto de cada seringal da Amazônia, para plantar lavoura de subsistência.

...Deixemos, pois de lado a mania das codificações. Cuidemos de providências rápidas e exequíveis. Só teremos reforma agrária quando substituirmos a enxada pelos cultivadores: quando fizermos as obras complementares, das secas, através de um serviço nacional de irrigação sem o que as barragens terão em grande parte um efeito decorativo. E acaba-se com essa prevenção contra o latifúndio. Gostaríamos de ver o que fariam colonos sem capital e sem saúde, ainda quando lhes déssemos essas áreas impropriamente consideradas latifundiárias. Ninguém deve esquecer que, enquanto aqui se atribuiu ao latifúndio a responsabilidade pela crise da produção, na França antes da guerra já se pensava em movimento de combate à subdivisão excessiva da propriedade.

...E nossa primeira dúvida, neste caso, é saber se estamos realmente necessitando de uma reforma agrária em forma de codificação que abrace todos os aspectos da vida rural, ou sejam os aspectos jurídico, agrícola, higiênico, financeiro, etc, ou necessitamos apenas, como

²²⁹ Ernani Sátiro, “Aspectos do Problema Agrário”. In União Agrícola. op. cit. 1948. p. 3.

*medida vigente, de fomentar a produção, conservar os produtos, estabelecer os preços mínimos, melhorar os transportes....*²³⁰

A voz deste deputado desvela a postura de grupos agrários brasileiros, preocupados, sobretudo, com a exportação de produtos agrícolas, que, em sua ótica, deveriam ser priorizados em relação aos alimentos. Neste sentido, seria incompreensível deixar de cultivar, por exemplo, os seringais, ou seja, o produto destinado ao mercado externo para se dedicar a produtos como o milho, feijão, entre outros, direcionados ao abastecimento interno. Para convencer os seus colegas dos seus propósitos, o deputado questionava a necessidade de uma reforma agrária e a redefinia a partir de parâmetros que consideravam apenas a questão técnica: a difusão de máquinas, a ampliação de reservatórios hídricos, a criação de uma infraestrutura como os transportes, entre outros aspectos. Nesta perspectiva, a necessidade de uma reforma agrária era negada e, em alguns casos, também o monopólio da terra, a exemplo do que fez o deputado paraibano Plínio Lemos:

*O financiamento do transporte e uma distribuição regular são fatores que têm influído muito mais na diminuição da produção do Brasil, que o monopólio de terra a que vossa excelência se referiu. Em verdade no nosso Estado, pelo menos, não existe, de maneira alguma este monopólio a que vossa excelência aludiu com tanta ênfase. A propriedade na Paraíba está mais que subdividida. O que há é a falta de financiamento e assistência técnica por parte do Governo.*²³¹

Todavia, os documentos mostram que a estrutura agrária da Paraíba não correspondia às afirmações defendidas pelo sr. Plínio Lemos. A Paraíba não era exatamente um estado recortado por pequenas propriedades.

Para Francisco Carlos Teixeira, entre os anos de 1945 e 1960, ocorreu no Brasil um estímulo à grande propriedade:

*A estrutura da posse e uso da terra no Brasil, no período entre 1945 e 1964, era marcado por uma forte concentração fundiária, herdeira do movimento industrial, tendeu e ainda tende, a um contínuo processo de concentração, com a ampliação das grandes propriedades e a expulsão do trabalhador rural.*²³²

²³⁰ Ernani Sátiro, “Aspectos do Problema Agrônômico” In A União Agrícola, dom., 23 maio, 1948. pp. 3 e 4.

²³¹ “A Reforma Agrária” In Jornal A UNIÃO, 3ª feira, 11 maio, 1948. p. 2.

²³² Francisco Carlos Teixeira. “A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização (1964-1984)” In: Maria Yedda Linhares. (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996. p. 311.

Assim, na Paraíba do pós 2ª Guerra, a grande questão continuava sendo revolucionar a produção agrícola, sem, contudo, violar o monopólio da terra, que permanecia intocável, pois a pesquisa mostrou que a proposta da modernização fora vencedora. Entendo que tal perspectiva não priorizava a produção de alimentos, como o feijão, o milho, a fava, entre outros, bem como relegou os aspectos culturais, importando-se, sobretudo, com a tecnicização do campo.

Foi neste contexto que, desde os anos 40 do século passado, o agave começara a se expandir em todo o estado. Conforme os anais do seminário para desenvolvimento do Nordeste, esta lavoura teria estimulado, ainda mais, a estrutura agrária nordestina, marcada pelas presenças das grandes propriedades:

*Outro reforço do latifundiário no Nordeste foi a expansão do plantio de agave. O preço era bem maior que o de outras culturas e dispensava a mão-de-obra em grande escala. As pequenas propriedades revelavam-se inaptas para o fornecimento do sisal às máquinas desfibradoras. Abandonavam-se, por isso, não só as culturas temporárias (feijão, milho), mas também às permanentes (bananeiras), tudo com o objetivo exclusivo de plantar mais agave. Novas terras se compraram e extensos latifúndios surgiram.*²³³

Embora concorde com a idéia de que o agave promoveu a monopolização da terra, acho importante esclarecer que tal processo, na Paraíba, não ocorrera através do mecanismo de compra e venda e, conseqüentemente, da ampliação geográfica das grandes e médias propriedades, pois os documentos investigados revelaram que, até o início de 1970, não ocorreram mudanças profundas na estrutura fundiária da Paraíba, como mostra o quadro seguinte:

²³³ Cf. Desenvolvimento e Conjuntura. **Anais**. Vol. II, 1959. pp. 258 e 259.

QUADRO 4 - Número de Estabelecimentos Agrícolas e Hectares – (Paraíba – 1950-1970)

Área Há	Nº Estabelecimentos					
	1950	1960	1970			
Área Total	1950	1960	1970	1950	1960	1970
Menos de 10	146 333	255 669	372 292	34 491	72 471	115 842
10 a menos de 100	868 054	1 082 397	1 291 766	28 323	37 773	45 417
100 a menos de 1.000	1 505 886	1 771 913	1 938 987	5 857	7 147	7843
1.000 a menos de 10.000	932 092	850 990	944 569	436	440	527
10.000 a mais	154 574	109 259	35 980	8	5	3

Fonte: Censo Agropecuário – 1955 – 1996, nº 11, Paraíba - IBGE

Os dados do IBGE mostram que, de fato, as propriedades com menos de 10 hectares, entre os anos 50 e o início dos anos 70, do século passado, diminuíram sua extensão em cerca de 1 hectare, passando, assim, de 4,2 hectares para 3,2 hectares. Tal mudança acontecera, sobretudo, devido ao aumento no número destes estabelecimentos agrícolas, que cresceram mais do que as áreas por eles ocupadas. Para a geógrafa Emília Moreira, a fragmentação da pequena propriedade, neste momento, estava relacionada à partilha da terra, por herança:

Daí, observa-se tradicionalmente não sua redução, mas, ao contrário, sua multiplicação. No caso específico da Paraíba, isto se confirma entre 1950 e 1970 pelo aumento tanto do número quanto da área dos estabelecimentos com menos de 50 hectares. Estes passaram de 57.566 em 1950, para 153.979 em 1970, enquanto sua área quase duplica no mesmo período (654.688 hectares em 1950 contra 1.170.890 ha em 1970).²³⁴

Com base no Quadro 4, visualizo que as demais propriedades acima de 1.000 hectares também diminuíram seus espaços territoriais, bem como apresentaram um discreto aumento no número das unidades produtivas, o que se repete na década seguinte, excetuando-se os núcleos agrícolas com mais de 10 mil hectares.

Avaliando os números do IBGE, percebo que grande parte do território paraibano estava à mercê dos proprietários com mais de 100 hectares, sendo suas propriedades, em sua maioria, usadas para a pecuária e as lavouras de exportação, como o açúcar, o algodão e o agave. Entretanto, o documento não mostra que, mesmo sem o crescimento físico destas

²³⁴ Emília de Rodat Moreira. “Transformações do Espaço Agrário Paraibano. Conflitos de Terra” (mimeografado). p. 3.

propriedades, o monopólio da terra aumentava na Paraíba, notadamente, devido à expansão dos agaviais, em detrimento de lavoura de subsistência, que garantia o acesso à terra por homens que não eram proprietários. Esta tendência da estrutura agrária paraibana reafirmava o padrão brasileiro. Sobre a preponderância da lavoura exportadora, escreveu o historiador Caio Prado Junior:

*É a grande exploração agromercantil, de bens territoriais necessária extensa, que figura no centro das atividades rurais brasileiras na generalidade das regiões e zonas geo-econômicas do país. Em cada uma daquelas regiões e zonas, embora de maneira mais acentuada e caracterizada em uma do que em outras, a atividade econômica gira em torno da produção de algum gênero essencial de grande valor comercial, deixando o mais, e particularmente os gêneros necessários à subsistência da população trabalhadora local, em segundo e apagado plano.*²³⁵

A pesquisa indicou que o agave se estendia na Paraíba não apenas relegando a lavoura de subsistência a um segundo plano, mas engolindo-a. Como entender o caráter monocultor desta lavoura de exportação, na Paraíba? Por que, embora não houvesse expansões territoriais, deliberadas, das grandes e médias propriedades, o agave promovia o monopólio? De que forma se dava tal concentração de terra?

O estudo da documentação mostrou que o agave, ao contrário do algodão, é uma lavoura que requer um longo tempo entre o plantio e a primeira colheita, que ocorre aproximadamente no terceiro ou quarto ano de vida da planta. Ademais, este vegetal vive muitos anos, período em que ainda é explorado economicamente. Entretanto, conforme os costumes da região, patrões e agricultores, comumente, faziam um acordo verbal, com duração de um ano, referente ao ciclo agrícola do milho, feijão e algodão. No final deste prazo, a terra era restituída ao proprietário, como disse o sociólogo Dilmar Miranda Santos: “*Após a safra do algodão, o campo é entregue para servir de pasto ao gado que se alimenta do restolho da cultura já colhida*”.²³⁶

Percebo que este momento em que o roçado se transformava em um pasto era importante porque, simbolicamente, representava o fim do contrato entre patrão e trabalhadores rurais. Assim, ambos estavam livres para renovar ou não os tais acordos. Neste último caso, cabia ao lavrador desocupar a terra do proprietário e partir em busca de uma nova morada. Sobre isto, o sr. Agenor contou:

²³⁵ Caio Prado Júnior. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 50.

²³⁶ Dilmar Santos Miranda (Coord.) Relatório preliminar do Desenvolvimento Integrado do Município de Cuité. 1972. p. 30.

*Pai aí pedia uma morada, ele dava. Aí ele só fazia dar o roçado a gente, pra gente trabalhar, pagar aquela meia a eles, aquela porcentagem, e dali, eles viviam até quando ia dando certo, quando eles se zangavam, ou um ou o outro, aí entregava. A gente procurava outra.*²³⁷

Conforme os dados colhidos no campo, os proprietários só deveriam pagar indenizações para os seus trabalhadores quando os expulsavam das terras antes do final da colheita. Todavia, estes costumes vigentes nas lavouras de subsistências se revelaram incompatíveis com o ciclo agrícola do agave, como disse o sr. Odon Nunes:

*Não, a gente não arrendava nem deixava o morador plantar sisal, porque podia complicar. O morador pode criar problemas. O agave demora muito para ser destocado. Se eu botasse ele pra fora, ele exigia que eu pagasse indenização.*²³⁸

Esta fala reafirma a existência de conflitos entre trabalhadores e proprietários, razão pela qual estes temiam contrair com aqueles quaisquer tipo de vínculo mais longo. A narrativa do depoente também mostra que os trabalhos dos lavradores só eram passíveis de indenizações quando eles eram postos fora da propriedade onde moravam e trabalhavam, antes do término das colheitas que, comumente, duravam menos de um ano. Penso, ainda, que este prazo era um período relativamente curto, e por isso era importante para os patrões demarcarem o seu lugar, frente aos seus trabalhadores, mostrando, assim, a sua vulnerabilidade, isto é, que caso estes não fossem obedientes e “passivos”, poderiam perder a terra e a casa onde viviam. Uma casa e uma terra que, muitas vezes, eram testemunhas de suas histórias, onde seus filhos, e eles próprios, haviam nascido e crescido. Todavia, ao serem demitidos pelos patrões, desde que já houvessem coletado suas safras, saíam com as “mãos abanando”, ou seja, sem nenhum dinheiro ou qualquer bem que possibilitasse a sua sobrevivência e de sua família, por alguns dias, restando-lhes apenas o desconhecido: a nova terra, o novo patrão e uma outra casa.

O sr. Agenor também afirmou que os antigos proprietários jamais permitiam que os lavradores plantassem agave. Sobre esta temática, ele relata:

Porque é bens. Muitos era problema. Das épocas que, digamos, a gente trabalhava cinco, 6 ano, se tiver dez, doze mil pé de palma, pronto. Pra ele pagar é um sacrifício. A mesma coisa é do agave. Aí eles num deixa o caba prantar, não.

²³⁷ Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

²³⁸ Odon Cirilo Nunes, entrevistado em Cubati, em julho de 1995.

...Ninguém deixa. Ninguém deixa. Porque é um problema muito perigoso, sobrar bem, o morador fica com direito. Ai eles num deixa, não.

E o agave pra o proprietário. E então o futuro para a gente ganhar, porque só os proprietários mesmo é quem pode prantar o agave.

...Não, prantei não, porque a condição num dava, e nem eu tinha terra, e o proprietário num vai aceitar o caba prantar agave, palma. O proprietário num aceita.²³⁹

Percebo que o plantio de agave representava “direitos” para o lavrador que o cultivasse em terras alheias, “o morador fica com direito”, isto porque ele havia incrustado seu trabalho na lavoura: cavando, plantando, realizando as capinas anuais, portanto lhe caberia desfrutar dos ganhos por ela proporcionados. E, caso fosse mandado embora da terra pelo patrão, antes do derradeiro corte da folha do agave, mereceria uma indenização referente aos lucros que ainda poderiam ser gerados por aquele campo de agave. Assim, o acesso à terra para plantar agave constituía-se em uma estabilidade para os homens sem-terra, por isso esta prática era sistematicamente rejeitada pelos patrões que, por um lado, não permitiam que os lavradores o cultivassem; e, por outro, preferiam destinar grande parte de suas terras a esta agricultura, como afirmou o sr. Severino Belo da Silva: “A terra melhor encheram de agave e só deixaram o tabuleiro”.²⁴⁰ Ou seja, as terras mais férteis estavam sendo plantadas com agave enquanto a lavoura de subsistência ia sendo deslocada para as áreas mais pobres.

Alguns entrevistados também lembraram a expansão dos agaviais na área estudada, a exemplo do sr. Francisco Roque da Silva: “Os proprietários encheram isto com agave. Aqui era tudo coberto com agave, isto tudo era um verdume só. Até onde a vista alcançasse era agave...Era um fim de mundo”.²⁴¹

Em alguns momentos, o narrador, usando os dedos e o olhar, apontava para fora de sua casa, para o horizonte, buscando mapear a área outrora coberta com o agave; o verdume, como ele gostava de se referir. A sua insistência era tal que, por vezes, cheguei mesmo a projetar a minha visão na direção dos seus olhos e dos seus dedos. Narro as expressões do sr. Nego Belo porque as vejo como um documento que dimensiona a extensão dos agaviais na região: “Até onde a vista alcançasse”, ou seja, tudo que o seu olhar poderia ver, em todas as direções. Assim, afluía em sua memória uma terra coberta por pés de agaves, “era um fim de mundo”, como murmurou, de forma lancinante, o narrador. Talvez fosse o fim de um

²³⁹ Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

²⁴⁰ Severino Belo da Silva, 77 anos, filho de pequenos proprietários, entrevistado em Cubati, em julho de 1995.

²⁴¹ Francisco Roque da Silva, entrevistado em Pedra Lavrada, em julho de 1995 e setembro de 2003, quando estava com 93 anos. Seguramente, este informante compôs a primeira geração de trabalhadores do motor de agave, trabalhando, como ele disse, no primeiro motor que virou na região. Sr. Francisco Roque é conhecido na região onde vive por Nego Belo. Assim o tratarei.

mundo no qual os homens sem-terra tinham acesso a um pedaço de chão, e, neste sentido, a terra era menos monopolizada, pois vários homens sem a propriedade legal da terra poderiam plantar: o milho, o feijão e a roça, desde que se tornassem meeiros ou moradores de um “senhor de terra”. Assim, no contexto do agave, ia sendo tecido um “outro mundo”, um “mundo estranho” aos lavradores, onde era priorizada uma planta não comestível. Este aspecto pode ser percebido nos editoriais do jornal A IMPRENSA, ao se referir especificamente aos trabalhadores do agave:

A sorte do trabalhador do campo passou a enfrentar uma crise séria, com o plantio do agave. O afamado sisal, que tanto resultado vem dando, em todas as zonas do nosso Estado, criou uma dificuldade que, felizmente, ainda pode ser removida.

Os trabalhadores do campo vivem a se queixar de não terem terra para plantar os seus roçados. Não querem viver somente do ganho. É verdade que o salário aumentou, e pode se dizer que é suficiente para manter as famílias destes auxiliares rústicos. Mas acostumados como vivem com os produtos do campo, não podem passar sem os seus roçados. Pelo menos assim pensam, e não há meio de convencê-los do contrário.

...Os campos se encheram de filhãção do sisal. Fica somente o lugar para a casa do pobre. Não têm onde amarrar as miunças, uma cabra de leite, para sustentar os meninos que vão nascendo. Tudo tem de ser comprado.²⁴²

Este documento mostra as profundas perturbações que o agave provocara no mundo dos agricultores, pois a principal lavoura passara a ser uma planta estranha a estes sujeitos; planta, que, ao ser coletada, não fornecia alimentos e sim uma fibra que irritava, incomodada e coçava. Os lavradores, até então, estavam habituados a cultivar uma lavoura que os levava à vida e não à morte de seus roçados e, conseqüentemente, da sua [suposta] liberdade.

Com base nos textos investigados, penso que a expansão exacerbada dos agaviais, na região estudada, começara a ocorrer, sobretudo, a partir dos anos de 1950. Para Ramilton Costa, fora exatamente nesta década “*que o sisal avançara mais sobre as áreas do roçado*”.²⁴³ Acredito que vários fatores contribuíram para a marcha agavieira nos Cariris Velhos, neste momento. Primeiro, o governo, desde 1948, estimulava a expansão desta lavoura na região. Segundo, os novos campos, plantados no final dos anos 40, quando o governo se voltou para o incentivo do agave nesta região, já estavam sendo colhidos entre

²⁴² “Problema Rural” In Jornal A IMPRENSA, 5ª-feira, 26 abr. 1951. p. 4.

²⁴³ Ramilton Marinho Costa. **O Capa Verde**: Transformações Econômicas e Interesses de Classe no Curimataú Paraibano. Dissertação apresentada ao Curso de Sociologia Rural da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Campina Grande: 1989. p. 21.

1951-1952, momento que coincidiu com a elevação dos preços das fibras no mercado internacional. Em 1951, as fibras alcançaram os preços mais elevados de sua história. Este fato ocorrera devido ao aumento das necessidades industriais da Europa e dos EUA e do programa de estocagem que este país vinha fazendo, em virtude da possibilidade de um conflito com a Coréia. Esta conjuntura era extremamente convidativa e, juntamente com a campanha agrônômica, estimulava a marcha agavieira, que avançava nos Cariris Velhos.

O empreendimento do agave, nesta década, era tão atrativo que os proprietários entrevistados não lembraram a 1ª crise do agave, verificada entre 1953-1954, quando os preços do produto caíram drasticamente nos mercados internacionais, como anotei em trabalho anterior:

*Após a Guerra da Coréia, as potências industriais, sobretudo os EUA, colocaram o estoque estratégico no mercado, fazendo surgir uma oferta adicional e encerrando temporariamente a euforia dos preços, o que ocasionou uma queda de 52% no preço do quilo do sisal.*²⁴⁴

Penso que o declínio dos preços não fora relevante para os proprietários, porque fora passageiro, logo depois as fibras se valorizaram novamente, não sendo, por isto, considerado uma crise. Assim, o investimento no agave ainda era estimulante para os produtores, fazendo-os esquecerem o curto período de cotações baixas, como constatei na pesquisa de mestrado: “Nos anos 90, a crise de 1953-54 mostrou-se ‘esquecida’ pelos produtores e trabalhadores dos Cariris Velhos que lembraram apenas a alta dos preços do sisal verificado em 1952”.²⁴⁵ Provavelmente, as lembranças deste rápido declínio foram ofuscadas pela seca daquele ano de 1953, que assolou várias regiões da Paraíba, notadamente as áreas mais áridas, destruindo, sobretudo, as lavouras de subsistência e causando fome às populações, levando-as a se alimentar de lavouras resistentes às estiagens, como o xique-xique, conforme consta em uma correspondência enviada ao governador José Américo:

*Cuité, 01/03/53 – Virtude da determinação de vossa excelência, para iniciar serviços do DER da estrada Cuité, Barra, asseverei que os flagelados teriam trabalho na próxima semana porém até agora nenhuma ordem chegou neste sentido. A situação agrava-se cada dia, pois centenas de famílias estão comendo só xique-xique, ainda quando se tem a sorte de encontrar, assim, se êsses pobres não forem amparados imediatamente morrerão à fome.*²⁴⁶

²⁴⁴ Mariângela de Vasconcelos Nunes. **Maldição e Bênção: Algumas Histórias do Sisal na Paraíba (1930-1953)**. op. cit. p. 96.

²⁴⁵ Idem ibidem, p. 76.

²⁴⁶ “No Roteiro da Sêca”. In Jornal A UNIÃO, 3ª feira, 03 mar. 1953. p. 1.

Esta seca teria, também, contribuído para que mais produtores aderissem ao agave, planta eleita pelas elites técnicas como a lavoura que mais se adequava aos “chapadões desérticos do semi-árido paraibano”. Assim, a destruição da agricultura alimentar reforçava as teses agronômicas e incentivaria a marcha agavieira na região, mostrando que os grandes, médios e pequenos produtores não poderiam depender de vegetais que exigissem mais disponibilidades hídricas, portanto, considero este um importante fator responsável pelo avanço agaviero na região.

Outro aspecto que denuncia a marcha agavieira foi a introdução de uma nova tecnologia ainda nesta década, como disse Ramilton Costa: “*O motor de agave viria, de uma vez por todas, na década de 50, seu uso tornara-se imprescindível devido ao crescente aumento da produção sisaleira*”.²⁴⁷ O emprego destas máquinas representava não apenas o aumento da produção local, mas, ainda, a demanda criada pelo motor de agave, mais veloz que os instrumentos anteriores, e, conseqüentemente, requisitando uma quantidade maior de folhas e a integração de novas terras para o plantio da lavoura de exportação, como configurou o artigo do jornal A UNIÃO, no início dos anos 60, do século passado:

*De um modo geral, a produção de subsistência mantém-se mais ou menos no nível de 40 quando as necessidades do consumo eram bem menores do que atualmente. Este fato fornece por si só a medida de crise de suprimentos alimentares de nossa produção. Causa do fenômeno está na substituição progressiva das culturas de subsistência pelas lavouras de exportação ou mais precisamente pela cultura do agave.*²⁴⁸

É dentro deste quadro mais amplo que, no período estudado, entendo o reforço à monopolização da terra na Paraíba, ou seja, a partir da interdição ou diminuição das áreas outrora destinadas aos roçados, às lavouras alimentares, na medida em que os agaviais marchavam sobre elas. Todavia, este processo não ocorreu de forma homogênea nas diversas regiões do estado, e até mesmo no interior delas, afetando inicialmente a área considerada policultora. Este aspecto preocupou a Diretoria de Produção, notadamente no final da década de 1940.

²⁴⁷ Ramilton Costa. **O Capa Verde**: transformação econômica e interesse de classe no Cariris Paraibano. op. cit. p. 19.

²⁴⁸ “A Paraíba tem fome”. In. Jornal A UNIÃO, 3ª feira, 22 maio, 1960. p. 9.

2.5 Cultivadores: Histórias de Resistências, Conquistas e Astúcias de “Homens Inteligentes”

No final deste período, a fome nos países denominados de subdesenvolvidos preocupava não só as autoridades nacionais, mas também as internacionais. Por ocasião da conferência sobre nutrição, realizada em Montevideu, o diretor-geral da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, reconheceu as condições precárias em que vivia grande parte da população latina. Segundo o jornal A UNIÃO, o seu relatório concluíra o seguinte:

*O nível alimentar de grande parte desses países estava abaixo do que é necessário à manutenção de saúde. Uma maior produção de alimentos conseguida através de maior desenvolvimento dos recursos agrícolas, não só elevar a esse nível de alimentação, como também deixaria livre o emprego dos cambiais para a importação de outros requisitos indispensáveis ao desenvolvimento geral.*²⁴⁹

Embora o discurso despolitizasse a questão do desabastecimento, ao percebê-lo apenas como resultado da ausência de tecnologias nos países pobres, denunciava a preocupação de órgãos internacionais com a fome que crescia em vários países do continente. Mas como entender esta crise de alimentos que permeava o mundo e, notadamente, a Paraíba? A fome não teve como marco inicial o pós-guerra. Todavia, neste período, ela fora redimensionada, para isto concorrendo vários fatores: primeiro, o contexto internacional marcado pela bipolaridade, a divisão do mundo em dois blocos: capitalista e socialista. Neste momento, os E.UA mostraram-se mais preocupados com a fome na América Latina, com a miséria das populações, a exemplo das que viviam no campo, e podiam migrar para as cidades, tornando-se perigosas para o sistema vigente. Segundo, o Brasil vivia um processo de urbanização e industrialização, as atividades industriais estavam se tornando cruciais, e as populações das cidades cresciam numa proporção jamais vista no país. E, terceiro, a Paraíba era palco de uma nova experiência agrícola, proporcionada pela expansão do agave no Brejo, considerado pelas elites técnicas como área, até então, policultora.

Fora neste contexto que, no final dos anos 1940, Oswaldo Trigueiro tomou duas importantes medidas.²⁵⁰ Incentivou o desenvolvimento da produção agrícola e lançou uma campanha, através da Diretoria de Produção, estimulando a retirada dos agaviais do Brejo e o seu deslocamento para os Cariris Velhos.

²⁴⁹ “Necessidades agrícolas da América Latina”, In: Jornal A UNIÃO, 5ª feira, 1º dez. 1949. p. 3.

²⁵⁰ Oswaldo Trigueiro de Albuquerque e Melo. Governou a Paraíba de 1946 a 1950.

Com relação à primeira medida, o governador buscou intensificar o progresso técnico, assim tornou-se um defensor da modernização, como disse em entrevista ao jornal carioca DIÁRIO TRABALHISTA, cujos trechos foram transcritos para o jornal A UNIÃO:

*...E se nenhum governo pode descuidar do fomento da produção agrícola. Isso se pode através da mecanização da lavoura. E neste sentido, o esforço do governo será dirigido no sentido de restaurar a eficiência e o dinamismo que em épocas anteriores já caracterizava nossa Secretaria Agrícola. A este plano o governo vai dedicar os seus melhores cuidados, já tendo feito as primeiras encomendas de máquinas agrícolas.*²⁵¹

Neste momento, a política oficial investiu nos campos de cooperação, que tinham uma organização muito próxima dos campos de demonstração, mencionados anteriormente, pois também se tratava de acordos bilaterais entre o Estado e os fazendeiros. Nestes campos, os agrônomos e técnicos acompanhavam o desenvolvimento das plantas e incentivavam a mecanização, mostrando o emprego e o manejo das máquinas: *“realizando por intermédio de seus órgãos especializados, demonstração prática, a título gratuito, de cultivo da terra, com o exemplo de equipamentos modernos”*.²⁵²

Acredito que a maioria das pessoas beneficiadas com estes campos foram também os grandes e médios proprietários. Por esta razão, os entrevistados, quando interrogados sobre o assunto, revelavam seu completo desconhecimento. Alguns, a exemplo do sr. Bastim, arriscavam uma definição para estes núcleos: *“Eu não vi nenhum, mas posso dar uma trilha destes campos. Este pessoal que trabalhavam estes campos era sujeito a cooperação. Acho que era isto eu não vi falar, mas acho que era isto”*.²⁵³

De fato, o sr. Bastim estava certo, as pessoas beneficiadas com tais campos trabalhavam em cooperação, embora não se tratasse exatamente de uma relação de sujeição, como ele dissera, pois não havia muitas imposições por parte do Estado aos proprietários. De um lado, porque, neste momento, ao contrário do que ocorrera nos anos de 1930, o governo não estava preocupado em impedir o cultivo de culturas tradicionais como o algodão, por exemplo. Os dados da pesquisa mostraram que os campos de cooperação plantados com algodão receberam muitos estímulos oficiais. De outro lado, tais convênios constituíam um benefício para os donos de terras, visto que representavam uma forma espetacular de receber gratuitamente os incentivos do Estado. Este aspecto, por exemplo, afastava-se dos

²⁵¹ “Os Grandes Problemas Econômicos e Administrativos da Paraíba” In Jornal A UNIÃO, sáb., 20 set. 1947. p. 1.

²⁵² “Situação Econômica e Financeira do Estado”. In Jornal A UNIÃO, 3ª feira, 20 dez. 1949. p. 3.

²⁵³ Sebastião Simplicio dos Santos, entrevistado em João Pessoa, em fevereiro de 2005.

regulamentos que regiam os antigos campos de demonstração, visto que, nestes, após dois anos, os proprietários tinham de equipá-los com máquinas próprias. Penso que a ausência desta norma atraiu muitos proprietários, que podiam desfrutar por tempo ilimitado das máquinas oferecidas pelo Estado. Este item tornava tais núcleos atraentes, por isto, os mesmos se expandiam rapidamente, crescendo progressivamente entre 1946 e 1949, como mostra o quadro a seguir:

QUADRO 5 - Campos de Cooperação por Hectares (Paraíba - 1946-1949)

Ano	Hectares
1946	1.500
1947	4.020
1948	7.500
1949	10.000

Fonte: Mensagem governamental”. In Jornal A UNIÃO, dom., 04 jun. 1950, p.7.

Conforme os dados acima, a quantidade de hectares cultivados em cooperação com o Estado quase duplicava de um ano para outro, ao menos no período de referência. As fontes consultadas não revelam se a expansão em área representava, também, a integração de um número maior de proprietários a tal programa. Todavia, entendo que a sua ampliação de 1.500 hectares em 1945 para 10.000 hectares em 1949 não significava a democratização destes núcleos por toda a Paraíba, considerando a dimensão total de seu território, de 56.372Km².

Portanto, a sua distribuição se processava de forma irregular, os municípios com mais peso econômico e político tornavam-se seus principais espaços de localização, a exemplo de Campina Grande, Areia, etc. Outros como aqueles situados na área em estudo, foram secundarizados. Além do mais, como estes núcleos representavam um benefício para os convencionados, foram capturados por homens que tinham mais prestígio econômico e político e também mais terras. É neste contexto que entendo o silêncio dos entrevistados, em relação aos campos de cooperação.

Além desta estratégia, o governo também tentava incentivar a produção agrícola por meio de outros mecanismos:

O Estado vem realizando uma eficiente política de ajuda e incentivo ao homem do campo, mediante assistência técnica e fornecimento de instrumentos agrícolas, conseguindo para esse fim no seu orçamento dotações cada vez mais elevadas, como acontece com as verbas destinadas ao Departamento de Produção que de CR\$ 1.695.560,00 em

1947, se elevaram a CR\$ 3.494.428,00 no corrente ano, com um aumento de 106%.²⁵⁴

A pesquisa de campo mostrou que, graças a esta campanha de fomento agrícola, foram criados vários postos agrícolas instalados nos municípios e inclusive, nos distritos, como Cubati e Pedra Lavrada. A criação destes postos aproximava não só os grandes e médios proprietários dos artefatos agrícolas considerados mais modernos, como também os minifundiários, que adquiriam tais produtos e pagavam com o dinheiro conseguido com a venda das suas safras, como contou o sr. Jacinto Pereira:

A gente fazia um sacrifício e comprava. No tempo de Oswaldo Trigueiro, fazia pelo fomento agrícola, o cara comprava depois que colhia a lavoura começava a pagar, tudo tinha de 10 hectares a baixo. O empréstimo era através do fomento agrícola, era um posto que financiava cultivadores, veneno. Antes o pessoal já usava o cultivador, o veneno, mas passou a usar mais o defensivo para lavoura e matar a formiga.²⁵⁵

Entendo que “o pessoal” que empregava os cultivadores e outros insumos agrícolas, até então, era, sobretudo, de grandes e médios proprietários, que podiam comprá-los com dinheiro e, até mesmo, se deslocar para outros locais com o objetivo de adquirir tais produtos. Por um lado, os postos de fomento parecem ter permitido uma maior democratização da chamada “agricultura racional”. Por outro lado, estes atores sociais passaram a aceitar melhor o uso de determinados equipamentos, a exemplo dos cultivadores. No começo dos anos 40, do século passado, eles os leram como maléficos, visto que os agricultores preferiam trabalhar junto dos companheiros, sem os rangidos das máquinas, dos bois puxando tais instrumentos, o que certamente atrapalhava suas conversas, fazendo ruir uma cultura tradicional marcada pelo trabalho familiar.

Nesta organização, os pais repassavam seus saberes aos filhos pequenos, que os ajudavam nas tarefas dos roçados, aprendendo com os mais velhos a arte de lavrar a terra com a enxada, a foice, o machado e outras ferramentas agrícolas, nas quais os trabalhadores confiavam, ao contrário dos novos apetrechos, que lhes eram estranhos e desconhecidos. Por isto, os lavradores os viram como destruidores de plantas, acreditando que tais ferramentas penetravam profundamente no solo cortando as raízes dos vegetais e destruindo-os. Este

²⁵⁴ “Mensagem Governamental” In Jornal A UNIÃO, 3ª feira, 7 jun. 1949. p. 1.

²⁵⁵ Jacinto Pereira dos Santos, entrevistado em João Pessoa, em fevereiro de 2005.

sentido atribuído aos cultivadores fora também partilhado pelos proprietários. Sobre estas leituras tecidas pelos diversos segmentos sociais, o sr. Jacinto comentou:

*As pessoas achavam que cortavam a raiz e matava a lavoura toda. Tinha medo de acabar com tudo. Todo mundo pensava isto. E o produtor também acreditava que não valia a pena, porque ocupava um puxador que puxava o boi, pro boi puxar o cultivador e tinha outro atrás empurrando. Ai fazia a conta porque a produção de três homens e um boi era igual a de três homens. Ai depois apareceu um inteligente que ensinou o boi a trabalhar sem precisar de puxador. Foi Solom Benevides dos Santos. Ai depois de toda esta briga se chegou a entender que o cultivador era muito benéfico.*²⁵⁶

A fala de sr. Jacinto revela que, inicialmente, existia um relacionamento entre os diferentes segmentos sociais, apontando as trocas culturais entre estes grupos, demonstrando, assim, que a cultura das classes economicamente distintas não se define exclusivamente a partir de oposições, ocorrendo um processo de intercâmbio, que é pautado por conflitos.²⁵⁷

Acredito que a partilha de idéias negativas sobre os cultivadores, entre lavradores e “senhores de terra”, fora rompida, na medida em que estes últimos iam sendo influenciados pelas concepções agrônômicas e percebendo que tais utensílios agrícolas não eram antieconômicos, visto que proporcionava o barateamento dos custos de produção, aumentando, ainda, o poder de barganha dos proprietários rurais em relação aos salários dos trabalhadores do campo, cujo número diminuía, notadamente com o êxodo rural, intensificado com o processo de industrialização do Centro-Sul.

Desta forma, os grandes e médios produtores iam perdendo os receios em relação a estas máquinas e associando-as aos lucros e, ao mesmo tempo, equipando seus estabelecimentos agrícolas. Penso que esta prática promoveu o conhecimento de tais instrumentos entre os lavradores, uma vez que passaram a operá-los nas tarefas nas propriedades onde trabalhavam, como contou o sr. Severino:

²⁵⁶ Jacinto Pereira dos Santos, entrevistado em João Pessoa, em fevereiro de 2005.

²⁵⁷ O historiador Carlo Ginzburg, ao estudar as relações entre as diferentes culturas, no começo da idade moderna, na Itália, apontou para o intercâmbio cultural entre mundos sócio-culturais distintos, que ressignificavam dinamicamente a cultura, como ele disse: “Muitas vezes vimos aflorar, através das profundíssimas diferenças de linguagem, analogias surpreendentes entre as tendências que norteiam a cultura camponesa que tentamos reconstruir e as de setores mais avançados da cultura quinhentista. Explicar essas semelhanças como uma mera difusão de cima para baixo significa aderir a uma tese- insustentável- segundo a qual as idéias nascem exclusivamente no âmbito dominante. Por outro lado, a recusa desta tese simplista implica uma hipótese muito mais complexa sobre as relações que permeavam, neste período, as duas culturas: as das classes dominantes e as das classes subalternas. Todavia, fecharam uma época caracterizada pela presença de fecundas trocas subterrâneas em ambas as direções, entre a alta cultura e a cultura popular”. Cf Carlo Ginzburg. **O Queijo e os Vermes**: O cotidiano e as Idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 230.

*Um boi, trabalhei com ele dezesseis anos. Tinha boi próprio na fazenda pro caba trabalhar, pra cada trabalhador, num só era eu não, era seis, oito, dez boi. Eu lutava com um direto, ele só me dava o cultivador e o boi.*²⁵⁸

A partir deste relato, compreendo que homens como o depoente foram se familiarizando com os cultivadores na medida em que os manejavam. A experiência prática dos lavradores, como a mencionada acima, lhes mostrava que tais máquinas não eram tão nocivas como eles haviam pensado, isto é, que matavam os vegetais arrancando suas raízes e, ao mesmo tempo, este instrumento também lhes facilitava o trabalho, como o sr. Zuza deixa implícito:

*Desde novo, assim com dez anos, já tava enrolado com o serviço trabalhando. Agorinha eu comentei mais ela aqui, o passado meu lá ninguém tinha direito a nada não, só trabalhar em tudo: botando broca, limpando mato. Neste tempo não tinha cultivador. Era tudo a braço. Num existia cultivador na época, não. Era tudo no braço mesmo. Trabalhava de seis a seis. Pra morrer de trabalhar.*²⁵⁹

Assim, para os lavradores, depois de superado o medo das máquinas, estas passaram a significar menos trabalho físico, e, portanto, menos fadiga muscular, pois o trabalho não dependia apenas da força humana, dos braços de homens como o sr. Zuza. Esta lembrança, pautada pelo trabalho menos árduo, acabou ofuscando as primeiras imagens dos cultivadores relacionadas ao seu estigma de “matador de plantas”, pois, como nos ensina Maurice Halbwachs, a memória é seletiva e fragmentada, e, neste caso, o sr. Zuza guardou o que de bom os cultivadores lhe proporcionaram, ou seja, a diminuição da sua luta no roçado.²⁶⁰

Desta forma, os cultivadores foram sendo utilizados e aprovados por grandes e médios proprietários, além dos lavradores. Os primeiros os perceberam como um estímulo aos seus lucros enquanto o segundo grupo, composto por pequenos proprietários e trabalhadores rurais, atribuiu a estes equipamentos a possibilidade de realizarem um trabalho mais leve. Esta constatação me remete, mais uma vez, à noção de circularidade proposta por Carlo Ginzburg, embora elaborada para um contexto inteiramente diverso ao estudado neste trabalho. Entretanto, o historiador, na sua obra, aponta para a influência recíproca entre os grupos sociais e, ao mesmo tempo, destaca os sentidos diferentes, e muitas vezes conflitantes, tramados pelas classes sociais opostas, em torno dos mesmos artefatos culturais.²⁶¹

²⁵⁸ Severino Batista de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

²⁵⁹ José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

²⁶⁰ Ver Maurice Halbwachs. op. cit.

²⁶¹ Sobre a circularidade cultural, ver Carlo Ginzburg. op. cit.

De acordo com as fontes orais, os bois utilizados para operacionalizar estas máquinas, pertenciam, quase sempre, aos fazendeiros locais, que celebravam com os minifundiários uma espécie de sociedade, na qual os primeiros emprestavam seus animais aos lavradores que, por sua vez, os usavam para puxar seus cultivadores e, cerca de dois ou três anos depois, quando os bichos atingiam o peso e a idade para o abate, os devolviam para os seus donos, que os vendiam, entregando outro boi para o lavrador domar e cevar. Este acordo, entre trabalhadores rurais e fazendeiros, mostra, ainda, como a modernização do campo reforçava as relações de dependência entre estes sujeitos sociais. Embora perceba que estas relações eram mútuas, isto porque os proprietários e agricultores se beneficiavam com esta troca, acredito que os primeiros tinham mais alternativas, pois poderiam contratar os vaqueiros, como faziam até então, ao passo que os trabalhadores não dispunham de outras opções, recorrendo sempre aos fazendeiros.

Ademais, os moradores, isto é, os homens sem-terra, foram, basicamente marginalizados dos incentivos promovidos pelo Estado, como disse o sr. Bastim:

*Cultivador foi em 40, já existia, já tinha proprietário que tinha. Seu Elídio tinha um em 40. Comecei a trabalhar com meu cultivador nas eras de 50 ou 60, foi nas eras que houve uma eleição que Toinho de Lelé foi candidato a governador, não, a prefeito em Pedra Lavrada, foi nas eras de 60. Aí eu comprei o cultivador a ele, ele me vendeu o cultivador, aí eu fui pagando devagarinho até pagar.
... As enxadas de limpar eu comprava com meu dinheiro. Enxada era barato, comprava nas lojas em Pedra Lavrada, naqueles mercadinhos, comprava novinha, o camarada vendia e eu comprava. Uma enxada dá para o camarada trabalhar muito tempo, a enxada custa muito a se acabar.²⁶²*

Conforme esta narrativa, os cultivadores e a mecanização, em geral, eram basicamente inacessíveis para grande parte dos trabalhadores rurais, notadamente aqueles que não tinham a propriedade da terra, que, portanto, não eram beneficiados com os estímulos oficiais. Neste caso, os trabalhadores tinham que obter os seus instrumentos com recursos próprios, “pagando devagarinho”, e, sobretudo, por meio de relações pessoais. Assim, para “acompanhar a modernização”, os homens sem-terra, como o sr. Bastim, conquistavam a simpatia e confiança dos “homens fortes”, ou seja, homens que tinham terras e prestígio político e também estavam dispostos a se desfazer dos seus antigos instrumentos. Entendo que tais relações poderiam, muitas vezes, ser interpretadas como relações de favor do proprietário para com o lavrador destituído de terras e créditos, configurando-se, assim, mais uma

²⁶² Sebastião Simplicio dos Santos, entrevistado em João Pessoa, em fevereiro de 2005.

subordinação do segundo ao primeiro. A fala do entrevistado mostra que, mesmo com a campanha de fomento agrícola, lançada no final dos anos 40, as enxadas baratas, resistentes e duradouras, continuavam sendo os instrumentos básicos de trabalho para sua categoria, que as comprava “novinhas”, ao “camarada da loja”, e pagava com o seu dinheiro, isto é, sem empecilhos, “sem ficar devendo favor”, visto que não era fiado.

Desta forma, a Paraíba continuava sendo um estado atrasado tecnologicamente, pois ainda estava na fase do carro de boi e da enxada: “*A substituição do carro de boi e da enxada pelos transportes mecanizados na Paraíba, é uma tarefa que ainda não está completa*”.²⁶³ Este atraso era mostrado pelos agrônomos como uma resistência dos lavradores, como fruto de uma cultura ultrapassada: “*É absurdo dizer que nossos caboclos gostam mais de lidar com as enxadas do que com os instrumentos, já em toda parte utilizados como processos modernos de aparelhamento da terra*”.²⁶⁴ Nesta perspectiva, a renovação tecnológica não ocorria devido ao apego dos agricultores a suas tradições, lidas pejorativamente por aqueles que defendiam a modernização. Por isso, os lavradores foram definidos, no documento acima, como “caboclo”, isto é, descendentes de índios, grupo étnico percebido como inferior, rude e ignorante, avesso à modernização, às inovações técnicas.

Esta acusação tornou-se um argumento freqüente nas vozes daqueles identificados com a modernização agrícola, ou seja, com a mecanização, como estratégia para o desenvolvimento do país, como interpretaram Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira:

*Alguns ainda consideravam que a mentalidade predominante no campo, rotineira e atrasada, impedia, e ainda impede, a penetração de capitais e técnicas desenvolvidas, sendo necessário um amplo programa de ensino e orientação técnica.*²⁶⁵

Não entendo que a opção dos lavradores, em continuaem usando suas enxadas, estivesse relacionada apenas a questões culturais, pois os relatos coletados no campo mostram que muitos deles não compravam as tais máquinas por falta de recursos econômicos.

A modernização agrícola da Paraíba, e, sobretudo, a produção de alimentos, caminhavam lentamente, uma vez que os pequenos estabelecimentos agrícolas não tinham condições para dinamizar a produção, por nem sempre disporem de condições financeiras para tanto. Ao passo que os grandes e médios proprietários voltavam-se, sobretudo, para a

²⁶³ “A Produção”. In União Agrícola, dom., 08 maio, 1949. p. 5.

²⁶⁴ “Histórias de Enxadas...” In União Agrícola, dom., 13 nov. 1949. p. 8.

²⁶⁵ Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira. **A Terra prometida: uma História da Questão Agrária Brasileira.** op. cit., p. 143.

produção de exportação como a cana-de-açúcar e o agave. Estas práticas inviabilizavam, ainda mais, o aumento da produção alimentar, enquanto o problema do abastecimento da população crescia rapidamente, acompanhado de uma alta nos preços, que ocorreu em todo o país, como assinalou o historiador Leôncio Basbaum: “*De tal modo que em fins de 1947, já estava devendo outra vez, voltando a tomar dinheiro emprestado e a procurar meios de conter o custo de vida*”.²⁶⁶

Este quadro marcado pela oferta limitada de gêneros alimentícios ocorria igualmente na Paraíba, acompanhado pela elevação de preços, como declarou o comunicado da Sociedade Rural, no mesmo ano de 1947: “*Os alimentos antes de pobres, como batata doce, macaxeira, fruta-pão, inhame, estão pelos olhos da cara e não podem mais abastecer a mesa dos médios e pequenos operários e funcionários*”.²⁶⁷ Diante desta situação grave, o prefeito de João Pessoa, naquele ano, baixou um decreto visando diminuir os preços de alguns alimentos:

*Está o Governo seriamente preocupado em corrigir tanto quanto possível o custo de vida. Com esta finalidade foram liberados, nas feiras, de impostos os gêneros de primeira necessidade, conforme o Decreto Lei, da prefeitura da capital, ontem publicado.*²⁶⁸

Neste mesmo ano, o governador Oswaldo Trigueiro nomeou uma comissão de preços, em João Pessoa, com o objetivo de facilitar a oferta dos alimentos e de criar medidas para combater os altos preços.²⁶⁹

Para amenizar este grave problema, a Sociedade Rural lançou uma campanha recomendando o plantio de alimentos em todas as áreas disponíveis:

*...Pois bem, diante da situação aflitiva em que se encontra a população, só achamos um meio de atacar o problema, visando efeitos imediatos é o de plantar onde houver terrenos vazios, batata doce, inhame, fruta-pão, banana, abacate, etc.*²⁷⁰

Esta Associação também convocou a Igreja para, em seus sermões, induzir os fiéis a realizarem estas atividades agrícolas:

Dai apelamos para o clêro, no sentido de tomar parte nesta campanha. Pois os padres possuem força moral para incutir no espírito dos seus

²⁶⁶ Leôncio Basbaum. **História da Sincera da República 1930 a 1960**. São Paulo: Alfa Ômega, 1958. p. 161.

²⁶⁷ “Meios para Atenuar a Crise de Alimentação”. In *Jornal A UNIÃO*, dom., 9 mar. 1947. p. 3.

²⁶⁸ “Feiras Livres”. In *Jornal A UNIÃO*, 5ª feira, 27 mar. 1947. p. 1.

²⁶⁹ Cf. “O Barateamento do Custo de Vida”. In *Jornal A UNIÃO*, 4ª feira, 9 abr. 1947. p. 1.

²⁷⁰ “Meios para Combater a Crise de Alimentação”. In *Jornal A UNIÃO*, dom., 09 mar. 1947. p. 6.

*paroquianos, o amor e o gosto pelas cousas do campo, pelo trabalho agrícola em todas as suas formas.*²⁷¹

Além dessa instrução, o Exército, os estabelecimentos escolares, os comerciantes, as indústrias, as repartições públicas e federais, enfim, toda a população fora conclamada a colaborar:

*...Ora reduzindo a cultura de flores nos jardins, as mais exigentes de estrume e água, para substituí-las por outras menos exigentes, como muitas pessoas já fazem; ora dando aos amigos, os vizinhos as sementes de que dispuser na ocasião: mamão, mandioca, macaxeira, (manivas), abacate, jaqueiras, etc.*²⁷²

2.6 O Brejo: de Celeiro a “Pirão do Agave”

Diante das dificuldades para dinamizar a produção de alimentos, a Diretoria de Produção iniciou uma campanha contra o cultivo do agave na região do Brejo. Como entender esta postura dos órgãos oficiais? Primeiro, esta região era considerada o celeiro do estado, como registra a historiadora Lúcia de Fátima Guerra:

*O Brejo, chamado de Celeiro da Paraíba, realmente merece esta denominação, pois possuindo a menor área entre as microrregiões, com apenas quatro pequenos municípios, contribuía com cerca de 28,7% na produção de cana-de-açúcar, com 43% da produção total do Estado.*²⁷³

Esta denominação do “Brejo celeiro” ocorreu não só em função de sua elevada produção da cana-de-açúcar, em relação ao seu tamanho, mas porque as áreas mais férteis do estado, a exemplo da região da Várzea, eram ocupadas com a monocultura desta agricultura. Tal orientação não era sequer questionada, como se esta lavoura fizesse parte da paisagem natural da região. Enquanto, para os órgãos oficiais, cabia ao Brejo a produção de alimentos e frutas, sendo, portanto, construído como o “celeiro do estado”. Esta região situava-se numa área montanhosa e fria, sobretudo se comparada às áreas mais secas. Entendo que esta diferenciação climática alimentava a noção do Brejo, no imaginário da população paraibana, enquanto espaço da fartura, manancial, de água, terra da bonança, de tapetes verdes e da sobrevivência, enquanto território edênico.

²⁷¹ “Combate à Crise de Alimentação”. In Jornal A UNIÃO, 5ª feira, 10 abr. 1947. p. 3.

²⁷² “Combate à Crise de Alimentação”. In Jornal A UNIÃO, 5ª feira, 10 abr. 1947. p. 3.

²⁷³ Lúcia de Fátima Ferreira Guerra. **Raízes da Indústria da Seca: O Caso da Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1993. p. 40.

O Brejo de dias frios e de céu carregado de nuvens que prometiam desabar em água, regando as esperanças dos brejeiros, faz fronteira com os Cariris Velhos, área deste estudo. Por contraste esta vista como um quase deserto cuja vegetação retorcida e espinhosa era marcada pela presença de grandes lageiros, que se espalhavam como lençóis delatando a aridez da terra. A imagem era construída de forma a realçar a disparidade: de um lado, a fertilidade, o cheiro da terra úmida; do outro, a esterilidade, a seca. Assim, o Brejo-fértil era pensado a partir da sua diversidade agrícola e, também de seu oponente, o “outro”: quente, seco, estéril, reforçando as imagens tradicionais. Assim, no Brejo eram cultivados o algodão e as lavouras comestíveis. Mesmo a cultura canavieira, embora fosse direcionada ao mercado, contribuía com a produção de alimentos tradicionais, como a própria cana e a rapadura, que faziam parte da dieta popular. Quanto ao algodão, convivia com o milho, o feijão e a fava. Esta prática secular criava e reinventava o mito do “Brejo celeiro”, principalmente em momentos emblemáticos, quando ocorriam as longas estiagens no estado.

No final dos anos 30, do século XX, a cultura do agave fora introduzida na região, mudando bruscamente a sua fisionomia. A cana-de-açúcar em crise e o agave em ascensão passaram a dividir o mesmo espaço, como disse o geógrafo Nilo Bernades: *“uma das mais bizarras combinações agrícolas jamais vistas no Brasil”*.²⁷⁴

Entendo que o “bizarro” e “estranho”, na paisagem do Brejo, era a presença de duas culturas agrícolas que se apresentavam como monocultoras, lavouras de difícil consorciamento, sendo raramente plantadas com a agricultura de subsistência. Esta nova alternativa agrícola não apenas ameaçava a imagem tradicional do “Brejo celeiro”, como fora considerada negativa por vários agrônomos, ligados ao projeto modernizador do Estado, conforme denunciava o artigo do jornal:

*Ali os atuais recursos econômicos se restringem unicamente ao agave e à indústria da rapadura com prejuízo para a produção em larga escala de gêneros alimentícios e a conquista de novas terras úmidas pela policultura.*²⁷⁵

Nesta perspectiva, o agave se tornou um invasor, um inimigo, visto que estava desestabilizando a produção de gêneros alimentícios do estado, em um momento em que o abastecimento era considerado precário, em função da restrita produção de alimentos. A partir, sobretudo, de meados dos anos 40, agrônomos como Orlando Romero insistiam na necessidade do Brejo orientar seu espaço agrário para lavouras como: milho, feijão, frutas e

²⁷⁴Nilo Bernades apud Emília Moreira e Ivan Targino. **Capítulos da Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1997. p. 97.

²⁷⁵“Solução do Problema Econômico do Brejo Paraibano”. In Jornal A UNIÃO, 4ª feira, 07 nov. 1945. p. 5.

outros gêneros alimentícios. Este agrônomo e, posteriormente, outros, a exemplo de João Henriques, militaram contra o cultivo do agave no Brejo, que fora considerado impertinente e perigoso, como destaquei em trabalho anterior:

*Em 1945, o sr. Orlando Romero, designado pela Diretoria de Fomento da Produção, proferiu na capital do Estado, palestra defendendo a preservação de uma área destinada ao cultivo das lavouras temporárias e alertando para o perigo da monocultura do sisal, que, segundo ele, já estava afetando o Brejo.*²⁷⁶

Esta percepção confrontava-se com a postura de outros agrônomos que também compunham a elite técnica, e que, à época, defendiam os interesses dos produtores agavieiros do Brejo. Estes encontraram refúgio nas páginas dos tratados agronômicos. Destaco aqui a tese do agrônomo Laudemiro de Almeida, quando afirmava que os agaviais deveriam ser mantidos no Brejo por razões técnicas e agronômicas. Essa era uma forma de salvar o valioso solo da área, ameaçado pela erosão: “*por meio de sua cabeleira de raiz e pelo permanente manto de mato, conservado nos partidos pelo tratamento a foice*”.²⁷⁷

Assim, a ciência agronômica, representada aqui por figuras como Lauro Pires Xavier, Diniz Xavier de Andrade e Laudemiro de Almeida, autorizava e recomendava a invasão dos agaviais na área da policultura, inclusive como prevenção do solo. E, ainda, os agrônomos teciam novas imagens para o Brejo, conflitando-se com a visão tradicional. Desta forma, a natureza desta região era vista como ingrata, ignorando as diferenças climáticas entre o Brejo e o semi-árido, que haviam forjado o recorte espacial imaginário dos paraibanos:

*Não há lei humana que possa obrigar os agricultores à cultura de cereais, legumes. Acorrentados a terra seca, e combalida lutando contra a natureza madrastra contra o empobrecimento do solo, contra o intermediário, a saúva, e a lagarta, contra a falta de crédito para no fim de tudo não encontrar compensação do seu trabalho.*²⁷⁸

A pesquisa mostrou que a retirada dos agaviais desta região revelou-se polêmica, pois o agave alcançava preços excelentes no mercado internacional, enquanto os produtos

²⁷⁶ Mariângela de Vasconcelos Nunes. **Maldição e Bênção: Histórias do Sisal na Paraíba (1937-1953)**. op. cit., p. 118.

²⁷⁷ Tal idéia foi lançada na primeira Convenção Agaveira Nacional, realizada em João Pessoa, com a presença de representantes dos estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba. Nesta ocasião, foram discutidos vários temas, entre os quais o financiamento, a ampliação dos mercados, inclusive o interno, e apresentados alguns trabalhos.

²⁷⁸ Idem ibidem. p. 17. No ano em que eram deflagradas estas idéias, a Paraíba estava sendo assolada por uma seca. Os saques e as invasões já estavam ocorrendo nas zonas semi-áridas do estado. A área dos Cariris Velhos era extremamente atingida pelas estiagens. Diante desta calamidade, o governador José Américo de Almeida prescrevia as costumeiras obras: construção de estradas e de açudes e intensificação da campanha do agave.

tradicionais como o algodão e a cana-de-açúcar ainda estavam se recuperando da crise dos anos de 1930. Neste contexto, os grandes e médios proprietários do Brejo viam no agave a sua tábua de salvação, quase uma mãe, como escreveu o agrônomo Lauro Xavier: “... *outro agricultor disse-me, com muito espírito, que eles os brejeiros tinham duas mães uma a legítima e outra o agave*”. Penso que a apropriação do agave como “mãe” fora feita, sobretudo, pelos proprietários. Assim, este testemunho do agrônomo dimensiona a importância desta lavoura, nos anos de 1940, e as expectativas que alguns dos grandes e médios proprietários criaram em torno da planta. As fontes mostraram que, naquele momento, o Brejo não era apenas uma região atormentada pela crise agro-exportadora nordestina mais geral; era, também, um espaço que sofria perturbações devido às conjunturas locais, tornando-se, cada vez mais, um palco de divergências. Além dos conflitos típicos de uma sociedade de classes, entre proprietários e trabalhadores, havia disputas envolvendo os usineiros e os donos de engenho. Para estes últimos, o que estava em jogo, no Brejo, era a sua independência econômica em relação às usinas que, desde os anos 20, haviam sido introduzidas na região.

Em 1926, fora instalada, em Alagoa Grande, a usina “Tanques” e, em 1931, chegara à cidade de Areia a “Santa Maria”. Os bangüezeiros, donos de engenhos descapitalizados, buscando resistir à presença ameaçadora das usinas, se voltaram para a produção do agave, que lhes parecia mais rentável do que a de fornecedores de cana para alimentar as usinas.

Estes atores sociais sem capitais para modernizar seus empreendimentos e transformá-los em usinas, e com o algodão em crise, enxergaram no agave “uma mãe”, pois só uma mãe desafiaria os usineiros que atormentavam os seus rebentos, salvando-os do “destino” cruel. A adoração era tal que, quando estes homens brejeiros, “filhos do agave”, avistavam um caminhão carregado com as fibras, tiravam seus chapéus em sinal de respeito, conforme relatou Lauro Xavier:

É tal a veneração do agricultor paraibano pelo agave que se passar um caminhão de sisal em Areia, na rua, alguns agricultores tiram o chapéu em sinal de respeito e alegria por saber que aqueles 4.000 ks de fibra representam cerca de Cr\$ 35.000,00.²⁷⁹

Entendo este “culto” ao agave como uma forma de resistência dos bangüezeiros falidos, ao processo modernizador da canavicultura, personificado nas usinas, cujas investidas no Nordeste, de um modo geral, desencadearam esta resistência, como ressaltou Manuel Correia de Andrade: “*A reação do bangüê fez-se com tal energia, apesar de sua fraqueza econômica*

²⁷⁹ Lauro Pires Xavier. “Sobre a Cultura do Agave” (mimeografado), p. 1.

*e das vantagens conseguidas pelos usineiros perante as instituições governamentais, só no fim da década de 1951- 60 veio praticamente a extinguir-se*²⁸⁰

Documentos consultados mostram que a presença das usinas provocara significativas mudanças no conjunto da produção açucareira regional. Os donos de engenhos, paulatinamente, perdiam espaços. No final do século XIX e início do século XX, as usinas se estendiam pelos velhos engenhos que estavam de “fogo morto”, transformando suas terras em canaviais que, até então, estavam arrendadas e eram usadas para roçados. Posteriormente, as usinas atingiram, também, os engenhos que ainda produziam cana, que se tornaram fornecedores.

Em toda a região, esta história foi marcada pela contestação dos bangüezeiros, que tentavam anular os infortúnios causados pelos usineiros que, por sua vez, pretendiam submeter àqueles. Assim, ampliavam suas terras ou arrendavam áreas vizinhas para aumentar seu poder de barganha na fixação do preço de cana, como ressaltou Emília Moreira e seu co-autor: *“No momento em que os engenhos passaram a fornecer cana às usinas, eles passaram também a receber pela cana o preço determinado por estas”*.²⁸¹

Por fim, os bangüezeiros do Brejo paraibano, para não se subordinarem às usinas, se lançaram a uma nova cultura que se encontrava em ascensão no mercado internacional: o agave. Assim, poderiam vislumbrar algo que nunca haviam sido, uma vez que eram donos de engenhos frustrados, pois não tinham o respeito, o poder e as terras dos seus congêneres do Litoral e jamais alcançaram a força dos coronéis do Sertão. Lutavam para não se tornarem fornecedores de cana do Brejo. Trocaram esta categoria pelo pomposo título de “aristocracia agavieira” e reagiram ruidosamente contra todos aqueles que ameaçavam a sua posição.

Penso que os produtores, ao cobrirem as terras do Brejo com agave, se acariciavam com os fios dourados das fibras do agave, enquanto espalhavam a fome, a inflação e o medo, pois os roçados foram sendo extintos, enquanto os agaviais avançavam nas áreas outrora plantadas com gêneros alimentícios. Para se ter uma idéia de tal expansão, Areia, por exemplo, em meados dos anos 50, ainda tinha 10.800 hectares plantados com agave, como mostra o quadro a seguir:

²⁸⁰ Manuel Correia de Andrade. **A Terra e o Homem do Nordeste**; Contribuição ao Estudo da Questão Agrária do Nordeste. op. cit. p. 95.

²⁸¹ Emília Moreira e Ivan Targino. **Capítulos da Geografia Agrária da Paraíba**. op. cit. p. 95.

QUADRO 6 - Os 21 Municípios Grandes Plantadores de Agave do Nordeste (1954-1955)

Nº de Ordem	Nome do Município	Zona	ESTADOS				Hectares plantados (aproximadamente) 1954/1955	
			Bahia	Paraíba	Pernambuco	R.G.Norte		
1	Conceição do Coité.....	Sertão	Ba	—	—	—	12.000	
2	Areia	Brejo	—	PB	—	—	10.800	
3	João Câmara (ex-Baixa Verde)..	Litoral (calcáreo)	—	—	—	RGN	10.000	
Soma 3			1	1	—	1		32.800
4	Santa Luzia	Sertão	Ba	—	—	—	5.800	
5	Araruna	Serra	—	PB	—	—	5.000	
6	Princesa Isabel	Serra	—	PB	—	—	4.600	
7	Serraria	Brejo	—	PB	—	—	3.800	
Soma 4			1	3	—	—		19.200
8	Campina Grande	Agreste	—	PB	—	—	3.000	
9	Nova Soure	Sertão	Ba	—	—	—	2.800	
10	Jacobina	Serra	Ba	—	—	—	2.800	
11	Teixeira	Serra	—	PB	—	—	2.800	
12	Tabira	Agreste	—	—	PE	—	2.500	
13	Itabaiana	Agreste	—	PB	—	—	2.400	
14	Guarabira	Brejo	—	PB	—	—	2.400	
15	Nova Cruz	Agreste	—	—	—	RGN	2.300	
16	Alagoa Grande	Brejo	—	PB	—	—	2.200	
17	Bananeiras	Brejo	—	PB	—	—	2.200	
18	Queimadas	Sertão	Ba	—	—	—	2.100	
19	Santa Inez	Mata	Ba	—	—	—	2.000	
20	Pocinhos	Agreste	—	PB	—	—	2.000	
21	Canhotinho	Mata	—	—	PE	—	2.000	
Soma 14			4	7	2	1		33.500
Total 21			6	11	2	2		85.500

Fonte: Sisal (problemas técnicos). Vol. II. Banco do Nordeste do Brasil, Ceará, 1955, p.48.

Conforme os dados apresentados acima, não só os municípios do Brejo como os de outras zonas paraibanas, a exemplo de Campina Grande e Itabaiana, situadas no Agreste ou ainda localizadas em áreas serranas, também consideradas áreas policultoras, orientavam parte dos seus espaços em torno do agavicultura, secundarizando, assim, os gêneros alimentícios.

Informam os jornais e outras fontes consultadas que setores da sociedade paraibana, como a Igreja, a imprensa, os homens letrados e as “pessoas comuns” mostravam-se temerosos de um desabastecimento dos alimentos e do conseqüente aumento dos seus preços. Assim, o Brejo, no imaginário dos paraibanos, já não era mais o mesmo, pois, ao invés de frutas, cereais, legumes e alimentos, o cardápio oferecido era “pirão de agave”, como ironizou o cordelista Francisco Palmeira, que revela a sua preocupação e a de seus ouvintes em relação às mudanças ocorridas no campo paraibano, sobretudo no Brejo, a partir dos anos 40:

*O Fazendeiro orgulhoso
Manda na propriedade plantá agave a vontade
Porque é muito guloso
E o pobre com nervoso
Lembra a ele o algodão, a mandioca e o feijão
Cova deste não me cave
Quero ver comer agave
Feito farofa ou pirão.²⁸²*

O cordel mostra que os grupos economicamente pobres também contestaram a agavicultura e perceberam que ela representava um golpe, sobretudo, para os homens sem-terra que precisavam de um pedaço de chão para plantar suas roças. Com a valorização do agave, não só no Brejo, mas em toda a Paraíba, as terras estavam sendo orientadas em favor desta lavoura. Tal prática era extremamente ameaçadora, principalmente, para o homem que vivia no campo e, que, até então, não tinha onde plantar. Para os lavradores, a terra representava o alimento, a morada e o trabalho, ao passo que sua ausência era sinônimo de desamparo carestia, e falta de alimentos. Percebo, ainda, que o agave demarcava claramente o território dos proprietários e dos lavradores, desvelando que quem manda na terra é o primeiro: “o fazendeiro orgulhoso, manda na propriedade”, e, ao fazer valer seu poder, impõe uma cultura estranha aos moradores, uma agricultura que come seus roçados. Penso que este poema era mais do que uma ironia, pois trazia em si, uma ameaça que recairia sobre todos os segmentos, inclusive os patrões que, embora tivessem o dinheiro, também poderiam ter problemas para comprar alimentos, que estivessem em falta. Para os lavradores o mundo é apenas o que eles vêem o que está a sua volta. Neste sentido, o mundo estava sendo invadido por uma planta que não propiciava alimentos.

Assim, desde a expansão do agave, vinha sendo tecida uma rede discursiva contra a monocultura do agave no Brejo. Esta postura confrontava-se, sobretudo, com as intenções dos

²⁸² Francisco Palmeira apud Christiano Pimentel, “Fome pelo Agave”. In Jornal A IMPRENSA, 3ªfeira, 02 ago. 1949. p. 3.

produtores brejeiros que, muitas vezes, desafiavam e humilhavam o mundo do saber. Os produtores do Brejo, representados pelo sr. José Rufino de Almeida, ex-produtor de cana-de-açúcar e então, produtor de agave, acusavam a ciência agrônômica de incompetência. Assim, o sr. Rufino expressava a sua indignação: “*Propagam estes agrônomos que estamos sem açúcar, sem feijão, sem batata, sem farinha, sem cebola e sem as vendas deles, porque o agave tomou conta de todos os campos e atenção de todos os agricultores*”.²⁸³ Estas diversidades de idéias traduzem a complexidade do tema e mostram o teor deste conflito pintado pelas cores plurais dos vários interesses.

Apesar das posições contrárias à monocultura do agave no Brejo, o governo paraibano não tomou nenhuma medida prática que, de fato, desestimulasse a marcha agaveira nesta área. Era uma situação delicada, visto que o Estado não podia intervir nas propriedades, posto que não existia nenhum dispositivo jurídico que obrigasse os proprietários a reservar parte das suas terras para a plantação da lavoura de subsistência, não havia nenhum mecanismo que alterasse a lógica do mercado. Entendo que, neste momento de ascensão dos preços das fibras nos mercados interacionais, o governo também não quis se indispor com os grupos de plantadores do Brejo e criar medidas que não incentivassem o cultivo nesta área, a exemplo do corte de financiamentos, por instituições de créditos oficiais.

Neste contexto, balizado por diferentes intenções entre produtores e agrônomos e até mesmo entre estes, a Diretoria de Produção buscava sensibilizar os brejeiros, reavivando, por meio dos jornais, as imagens do Brejo policultor e, ao mesmo tempo, tingindo os Cariris Velhos com um tom cinzento, colorido apenas pelo verde agave, ou seja, o cultivo desta planta em larga escala.

2.7 Territorializando um Imaginário: os Cariris, o Agave e a “Redenção do Semi-árido”

Diante do agravamento da produção de alimentos e das perspectivas industrializantes do Brasil, as elites políticas e técnicas passaram a pensar em novas soluções para as áreas secas do Nordeste. Desde o início do século XX, uma das profilaxias que mais se destacou foi a da agricultura ou cultura científica ou, ainda, *dry farming*. Esta proposta ganhou muitos adeptos, consistindo na introdução de plantas resistentes às secas. Tratava-se de um modelo que vinha sendo adotado nos EUA. Botânicos como Henrique Somller estavam fazendo pesquisas sistemáticas sobre a flora do Oeste americano. Reforçando essa linha de pesquisa,

²⁸³ Jornal O SÉCULO, apud Mariângela Vasconcelos Nunes. **Bênção e Maldição: Algumas histórias do sisal na paraíba (1930-1953)** op. cit. p. 122.

Burbank, na Califórnia, tentava, geneticamente, criar plantas úteis aos homens e resistentes às secas.

No Brasil, também eram realizadas pesquisas visando ao aproveitamento da flora regional nordestina, como revelou a pesquisa anterior: “*Em 1913, a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) patrocinou a visita do técnico americano Veron Cook ao Brasil, para investigar as possibilidades de se utilizarem aqui as ‘lavouras secas’*”.²⁸⁴

A documentação mostrou que, na Paraíba, desde as primeiras décadas do século XX, estudos desta natureza estavam acontecendo na fazenda de Pendência, no município de Soledade, nos Cariris Velhos.²⁸⁵ Neste laboratório, eram analisadas algumas plantas têxteis, como o gravatá de lageiro e o caroá. Segundo os tratados agronômicos, estas pesquisas vinham comprovando que era possível tornar produtivas as áreas áridas, explorando-as com agricultura resistente à seca e rentável.

Neste sentido, as áreas secas, espinhentas e de plantas esturricadas não estavam mais sendo vistas como um lugar de destempero, de martírio, um quase deserto inabitável. Assim, as imagens tradicionais, forjadas nos discursos elaborados pelos políticos, técnicos e agricultores, proprietários e não-proprietários, estavam sendo redimensionadas pelos agrônomos, que buscavam desconstruir as idéias remissivas das secas ao espaço da morte, à ausência de fertilidade, a um verdadeiro “inferno terrestre”. Pois o “Nordeste dos agrônomos e da ciência” fazia desta “grande fornalha” sua maior virtude. Desta forma, os agrônomos estavam tecendo uma leitura positiva, que associava a seca à riqueza e à prosperidade. Era outro Nordeste, como decretava o artigo do jornal:

*A região semiárida parece, presentemente, a de maiores possibilidades econômicas. É a que fornece os produtos de exportação mais procurados e de futuro mais risonho – a cêra de Carnaúba, o óleo de oiticica, o algodão de fibra longa e a caroá. Todos são bem cotados e dão bons lucros. Por unidade de área, um caroazal explorado racionalmente, um carnaubal, um oiticical dão compensações mais certas e melhores do que um cafezal. A despêsa e os tratos culturais são aí, apenas uma fração do que exigem os cafezais de Ribeirão Preto, Jaú, Londrina, Itaperuna e Juiz de Fôra.*²⁸⁶

²⁸⁴ Mariângela de Vasconcelos Nunes. **Maldição e Bênção** – História do Sisal na Paraíba (1937-1953). op. cit. p. 112.

²⁸⁵ Sobre isto, ver O Caroá, riqueza dos Sertões Nordestinos. In **Boletim de Publicidade Agrícola**. Tomo I, Abr. – jun. Nº 7, 8 e 9, p. 38.

²⁸⁶ “Outro Nordeste”. In Jornal A UNIÃO, dom., 02 mar. 1941. p. 3.

A partir deste documento, percebo que a semi-aridez estava sendo ressignificada, ao menos nas representações agronômicas, que enfatizavam a construção de um Nordeste viável e rico, devido à valorização que estava sendo imputada a algumas plantas semi-xerófitas, que produziam óleo, cera e, sobretudo, preciosas fibras.

Todavia, este Nordeste só se tornaria promissor caso aderisse à prática de lavouras resistentes às secas, como a oiticica, o caroá e o agave. Ao adotar este processo agrícola, o Nordeste seco ficaria tão rico quanto às regiões produtoras de café, visto que o cultivo de lavouras “corretas agronomicamente” permitia dinamizar a produção. Nesta perspectiva, não era a natureza que era catastrófica, mas o tipo de lavoura praticada até então, comumente adequada ao clima úmido. Na visão dos agrônomos, portanto, a solução para a integração das áreas secas não seria, necessariamente, a construção de barragens, mas o cultivo de lavouras racionais.

Desde os anos 30, a ciência agronômica tentava penetrar no âmbito das unidades produtivas agrícolas por meio dos campos de demonstração, que difundiam a nova agricultura. Todavia, foi no final da década de 1940 que o discurso oficial passou a vincular, de forma eficiente, o agave aos Cariris paraibanos. Neste momento, as elites técnicas tentavam deslocar os agaviais do Brejo para as regiões áridas do estado, como afirmava o agrônomo João Henriques:

E vale acentuar a campanha meritória que o governo está fazendo neste momento, procurando transferir para os Cariris Velhos a cultura do Agave, cujo centro atual de produção compreende justamente as terras do Brejo e do Agreste, zonas que, com muito acerto, foram denominadas de ‘o Celeiro do Estado.’²⁸⁷

Interessado em massificar o agave nas áreas mais secas, o governo promoveu a distribuição de mudas especificamente nestas regiões, como disse o agrônomo Carlos Faria:

Mais de seis milhões de mudas de agave estão sendo distribuídas gratuitamente no Cariri. Trata-se, sem a menor dúvida, da maior campanha feita até hoje pela conquista das terras semi-áridas do Planalto da Borborema. Tudo isto em prol do aumento da produção.²⁸⁸

²⁸⁷ João Henriques. “Agave a Salvação dos Cariris”. In União Agrícola, dom., 30 maio, 1948. p. 7.

²⁸⁸ Carlo Faria “Sem Mecanização Não Haverá Produção e sem Produção Não Haverá Deflação”. In A União Agrícola, dom., 9 maio, 1948. p. 7.

Apesar das intenções oficiais, a pesquisa de campo mostrou que, mesmo neste momento, a doação de mudas voltada especificamente para as áreas secas não atingira toda a vasta região dos Cariris Velhos, como disse o sr. Jacinto:

No nosso Cariri, se houve doação do governo eu não sei, não ouvi falar nisso. Lá o agave se espalhou através dos proprietários maiores, que já tinham agave pendoado e doavam a cebolinha dos pendões para os minifundiários, que tinham 10 hectares de terra, tinham muitos. O sistema era assim dos primitivos plantadores.²⁸⁹

Com base nas palavras do sr. Jacinto, percebo que alguns lugarejos, a exemplo de Cubati, não foram beneficiados com esta política; acredito, mais uma vez, que os distritos eram pouco afetados pela política oficial. Entretanto, o depoimento mostra que, mesmo com a ausência dos poderes públicos, o agave era difundido através dos primeiros plantadores, que tinham maiores extensões de terras e doavam os bulbilhos, ou seja, “as cebolinhas”, aos minifundiários que desejavam plantar agave em suas terras.

Além da oferta das mudas, o governo fez uma campanha por meio do jornal A UNIÃO, apresentando o agave, basicamente, como a única planta capaz de prosperar e produzir lucros nas terras áridas dos Cariris:

É preciso que o homem do Cariri se convença de que a prosperidade daquela dilatada zona seca do Estado, não se fará por meio de velhas culturas ali dominantes.

...A solução, portanto, é criar novas fontes de riqueza, utilizando espécies adequadas às condições ecológicas locais. E nenhuma se apresenta mais apropriada, do que o agave, planta rústica, perene e produtiva, já experimentada naquelas terras com absoluto êxito.²⁹⁰

A partir deste documento, percebo que, ao promover medidas concretas, a exemplo da oferta de mudas, o governo, ao mesmo tempo, desenvolveu uma ação política sobre o imaginário social, reforçando, por um lado, as imagens de um Cariri adverso às lavouras de subsistências, pois “as velhas culturas ali dominantes” eram o feijão, o milho e a fava, enfim, as lavouras que os lavradores estavam habituados a cultivar para o consumo, como lembrou D.Maria:

...Era feijão, milho, jerimum, fava, todo tipo de planta nós tinha no roçado, só não batata, porque batata só dá em vazante, vazante era

²⁸⁹ Jacinto Perreira dos Santos, entrevistado em João Pessoa, em fevereiro de 2005.

²⁹⁰ João Henriques. “Os Municípios e a Produção Agavieira”. In União Agrícola, dom., 13 ago. 1950. p. 5.

*num açudinho, nós fazia depois, era feijão, era milho, o algodão nós plantava, nós tinha um roçado de algodão, daqui até sair embaixo.*²⁹¹

O depoimento mostra que as terras áridas dos Cariris se prestavam a outras lavouras, a exemplo dos alimentos plantados e coletados por D.Maria e muitos outros lavradores. Todavia, esta imagem dos Cariris produtor de alimentos deveria ser suprimida da história. Esta constatação me remete ao historiador Keith Jenkins, quando mostra que, no jogo das relações de poder, os vencedores de um determinado período tentam excluir a versão da história dos grupos marginais:

*Pois os dominados tanto quanto os dominantes, têm suas próprias versões do passado para legitimar suas respectivas práticas, versões que precisam ser tachadas de impróprias e excluídas de qualquer posição no projeto do discurso dominante.*²⁹²

Por outro lado, era reafirmada uma identidade associando a fertilidade do agave às terras áridas:

...Nenhuma outra planta de igual rendimento econômico, se apropria tanto às condições climáticas do Cariri. Resiste admiravelmente aos verões prolongados e duas ou três chuvas que aparecem e que nunca faltam ali, são suficientes para que os agaviais recuperem a sua vitalidade e dêem boas colheitas.

...Uma cultura de 50.000 pés de agave no Cariri, dando um rendimento de 300 gramas de fibra por planta, produzirá 15.000 quilos, que, ao preço de Cr\$5,00, renderão Cr\$ 75.000,00, mesmo dispendendo-se Cr\$30.000,00 com os tratos e o desfibramento obter-se-á uma receita líquida de Cr\$ 45.000,00.

*A este lucro se deve acrescentar a vantagem excepcional de sêr uma cultura menos exigente de umidade, e que oferece colheitas certas todos os anos, o que não se verifica com outras lavouras.*²⁹³

Este texto mostra que estava sendo forjada uma nova identidade vinculada à planta, e esta, exclusivamente, ao clima seco, de verões intermináveis. Neste momento, tal lavoura não era mais apresentada como uma lavoura capaz de prosperar em terras úmidas, tal como fora enunciado no final dos anos 30. Portanto, essa identidade era histórica, fluída e móvel, construída pelos homens, sendo reiventada dentro das redes de interesses. Desde então, a imagem oficial do agave o vinculava sempre à redenção econômica das áreas atingidas pelas estiagens.

²⁹¹ Maria do Carmo Dantas, entrevistada em Pedra Lavrada, em setembro de 2003.

²⁹² Keith Jenkins. “**História Repensada**”. São Paulo: Contexto, 2001. p. 40.

²⁹³ “Para os Fazendeiros do Cariri.” In A União Agrícola, sáb., 08 jul. 1950. p. 5.

Percebo que as imagens do agave ligadas à prosperidade econômica buscavam, sobretudo, quebrar a resistência de “alguns fazendeiros”, que não haviam aderido à agavicultura. Como entender esta prática deste grupo social? Por que os “fazendeiros” não queriam plantar uma lavoura supostamente rentável? Uma resposta reside no fato de que tal agricultura representava o oposto das lavouras que os proprietários habitualmente cultivavam, requerendo um investimento de longa maturação, visto que só se tornava rentável a partir do terceiro ou quarto ano de vida. Este aspecto era novo para os proprietários de terras acostumados a plantar milho, feijão e algodão, colhidos no mesmo ano, e, logo em seguida, vendidos. Assim, embora muitos proprietários já explorassem economicamente o agave, não estavam dispostos a abandonar radicalmente seus antigos padrões agrícolas e a investir em um negócio que, nos primeiros anos, só lhes causava despesas relacionadas ao plantio das mudas ou bulbilhos e aos tratos com a lavoura, a exemplo das capinas realizadas anualmente. E, ainda, que apresentava um processo complexo de transformação, envolvendo a compra e manutenção de máquinas. Ademais, a lavoura comercial que cultivavam, até então, apresentava custos de produção baixíssimos, uma vez que a mão-de-obra utilizada não era assalariada, mas composta por meeiros e lavradores, enquanto no agave a remuneração era semanal.

Os agrônomos, por meio da “planilha de custos”, tentavam convencer os proprietários da superioridade econômica da nova lavoura. Uma segunda reflexão: as elites técnicas desejavam a massificação da planta na região, julgando insuficiente a área cultivada; sua expectativa era a de que esta lavoura se tornasse predominante. Baseada nos dados de campo, percebi que muitos dos grandes e médios proprietários mantinham parte das suas terras para as lavouras tradicionais e, na medida em que adquiriam confiança no empreendimento do agave, expandiam as áreas com esta lavoura. O quadro a seguir dimensiona a sua territorialização na área estudada e em toda a Paraíba:

QUADRO 7 - Agave: Plantios em Nível de Corte na Paraíba (1953)

Localização	Hectares Plantação em nível de corte
Zona do Brejo	15.842
Areia	9.000
Bananeiras	2.592
Serraria	1.800
Alagoa Nova	1.310
Esperança	432
Zona do Agreste e Caatinga Litorânea	9.003
Guarabira	4.002
Alagoa Grande	1.500
Itabaiana	1.377
Pilar	765
Caiçara	751
Sapé	92
Zona Agreste e Caatinga Central	7.842
Campina Grande	4.860
Araruna	2.000
Cuité	772
Umbuzeiro	210
Zona do Litoral e da Mata	1.351
João Pessoa	742
Cruz do Espírito Santo	333
Mamaguape	216
Santa Rita	60
Zona do Médio Sertão dos Cariris Velhos	1.032
Picuí	440
Soledade	360
Monteiro	194
Taperoá	23
Cabaceiras	15
Zona do Alto Sertão	5.029
Princesa Isabel	3.098
São José de Piranhas	1.720
Cajazeiras	84
Bonito de Santa Fé	79
Itaporanga	48
Paraíba	39.427

Fonte: Sisal (problemas econômicos) Vol.I, Banco do Nordeste do Brasil, Ceará, 1957, pp.37e38.

Os valores totais da área Brejo e da zona do Agreste e Caatinga Litorânea, respectivamente de 15.842 e 9.003, como aparecem no documento, estão equivocados, visto que os números correspondentes são de 15.134, para o Brejo e 8.487 para a zona do Agreste ou Caatinga Litorânea. Apesar de tais erros, a tabela mostra claramente que o agave era, sobretudo, plantado no Brejo, área policultora, e até mesmo em alguns municípios do litoral, região tradicionalmente produtora de cana-de-açúcar, enquanto os municípios de Picuí e

Cuité, áreas estudadas na pesquisa, apresentavam apenas 1.212 hectares plantados. Todavia, é preciso considerar que estes dados referem-se apenas aos agaviais em nível de corte, geralmente, compostos por plantações com cerca de três ou quatro anos de vida. Assim, acredito que, na região em estudo, já havia um área maior plantada com o agave, embora não estivesse pronta para ser coletada.

O discurso dos agrônomos incluía na rota expansionista do agave a participação não só dos grandes e médios proprietários, mas, também, dos minifundiários. Os homens que dispunham de três ou quatro hectares de terras deveriam esquecer suas antigas práticas e cultivar o agave, priorizando-o. Conforme as investigações, este último grupo apresentava-se dividido. Assim, uma boa parte dos micro-proprietários introduziu o agave em suas terras, logo que ele chegou à região, como disse o sr. Benedito Costa: “*Pai deixava as melhores terras para a roça. Aí, desde que o agave chegou ele botou o agave também*”.²⁹⁴ Mesmo elegendo as lavouras alimentares, os pequenos proprietários não descartaram as possibilidades de cultivar o agave, uma agricultura que não seria destruída com as secas e até poderia ajudá-los em momento crucial de suas vidas, ou seja, durante as estiagens, quando os seus roçados seriam afetados.

Outra fração deste segmento mostrava-se mais desconfiada em relação a esta nova lavoura, sobretudo porque não era comestível. Suponho que este sentimento de incredulidade tenha retardado o ingresso de alguns pequenos proprietários, como relatou o sr. Zuza:

*Era milho, feijão, somente, naquele tempo e algodão. Aí depois eu plantei agave eu botei o roçado e plantei agave, mais pra cá. Fui plantando agave e plantando, e lá vai assim.
...Na época o agave era melhor. Era porque tinha aquela concorrência bem grande, houve uma concorrência, uma influência muito grande. E todo mundo plantou, todo mundo plantou e dava uma camisa ao caba. Era, dava.*²⁹⁵

Ao rememorar a sua experiência com o cultivo do agave, o narrador lembrou que, no passado mais distante, não plantava esta agricultura, o que, segundo ele, só ocorrera posteriormente: “*mais pra cá*”, quando fora seduzido, notadamente, devido à “concorrência”, isto é, graças às cotações excelentes deste produto. Assim, penso que a adesão de muitos homens, como o narrador, que dispunham de pequenos sítios, a esta nova lavoura, acontecera através de trocas de experiências com os agavicultores pioneiros, portanto, na medida em que percebiam o sucesso dos proprietários neste novo empreendimento. Desta forma, é difícil

²⁹⁴ Benedito Costa, entrevistado em Cuité, em julho de 1995.

²⁹⁵ José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

estabelecer um marco inicial para a entrada deste grupo no ramo do agave, pois, cotidianamente, eles iam sendo conquistados. Todavia, arrisco-me a dizer que os anos 50, do século passado, foram extremamente tentadores. 1952 fora o momento “da grande concorrência do agave”, visto que, neste ano, as fibras deste produto alcançaram preços elevadíssimos no mercado externo, instigando os sonhos de homens como o sr. Zuza. Quem sabe o agave não lhes proporcionaria algum lucro? ”*uma camisa*”, enfim, a feira toda semana, pois, até então, eram minimamente monetarizados, o dinheiro que tinham, era aquele proveniente da venda das suas safras de algodão, no final do ano. Suponho que a possibilidade de ter um pouco de dinheiro durante todo o ano, de não depender exclusivamente dos empréstimos e favores dos grandes e médios proprietários, estimulou muitos lavradores que possuíam estreitas faixas de terras a dividi-las entre o agave e as lavouras tradicionais. O quadro abaixo revela a participação dos pequenos proprietários nesta atividade:

QUADRO 8 – Estabelecimento por Área Plantada com Agave na Paraíba – (1960)

	Estabelecimento	Área
Total	7.110	305.524
Menos de 1 hectare	34	27
1 hectare até 2 hectares	446	516
2 hectares até 5 hectares	1.922	6.073
5 hectares até 10 hectares	1.482	9.995
10 hectares até 20 hectares	1.164	15.112
20 hectares até 50 hectares	1.010	29.273
50 hectares até 100 hectares	414	27.045
100 hectares até 200 hectares	269	35.287
200 hectares até 500 hectares	254	70.595
500 hectares até 1.000 hectares	77	51.499
1.000 hectares até 2.000 hectares	29	35.883
2.000 hectares até 5.000 hectares	57	164.916
5.000 hectares até 10.000 hectares	12	83.201

Fonte: Censo Agrícola, Paraíba, 1960, p.8.

De acordo com este quadro, nos anos de 1960, muitos pequenos proprietários cultivavam o agave, em uma área muito reduzida, enquanto os grandes e médios produtores, com áreas acima de 100 hectares, embora em número menor, detinham uma área maior plantada com esta lavoura. Deste seletivo grupo, fazia parte de uma elite agavicultora, que apresentava mais de 500 hectares plantados com o agave, por propriedade.

Como disse anteriormente, tal vegetal costumava ser plantado separado das demais lavouras. Isto porque seus produtores não estabeleciam espaçamentos maiores entre os pés de agave e as filas. No Nordeste, as orientações agrônômicas sobre estas distâncias não eram respeitadas. Assim, estas medidas eram mínimas, não restando basicamente nenhuma fresta, entre os agaviais, para ser cultivado com outras lavouras, como aparece no relatório do Banco do Brasil:

Os métodos culturais na exploração no Nordeste do Brasil revestem-se ainda da característica de culturas extensivas. O observador que, ao verificar o surto rápido da mencionada cultura no Nordeste, chega a constatar que os sisaleiros desprezam até as culturas consorciadas de gêneros alimentícios, a ponto de transformar algumas regiões em áreas de monocultura do sisal. Pode bem ser levado a pensar que está diante de uma cultura praticamente intensiva.²⁹⁶

Estas distâncias entre os pés e as ruas de agave eram importantes, porque delas dependia a intercalação desta agricultura com outras lavouras. Na Paraíba, agrônomos como Helmuth Scholz, por exemplo, sugeria sempre um maior espaçamento entre as plantas, possibilitando o convívio do agave com outros vegetais, durante todo o seu ciclo de vida:

As plantações de sisal, especialmente no estado da Paraíba, estão localizadas, muitas vezes, em terras que permitem a cultura intercalada de plantas alimentícias, como o milho e o feijão. Mesmo nos lugares mais áridos, onde estas alimentícias não têm sucesso econômico, deve-se plantar de modo intercalado as leguminosas - forrageiras ou a 'palma' forrageira que melhor resistiam às secas.²⁹⁷

Embora os agrônomos indicassem a intercalação de outras plantas com o agave, observo que, para as áreas secas, recomendavam o plantio de forrageiras, também resistentes ao clima e usadas para dieta dos animais, não mencionando nenhuma lavoura que servisse para a alimentação humana. De qualquer forma, estas práticas indicadas pelos técnicos eram sistematicamente transgredidas na área estudada, pois os produtores de agave preferiam plantar os pés das plantas muito juntos, adotando um padrão que ficou conhecido, no mundo

²⁹⁶ Cf. Sisal (problemas técnicos) - Relatório do Banco do Nordeste do Brasil. Vol. II, Ceará, 1959. pp. 51 e 52.

²⁹⁷ Cf. Sisal (problemas técnicos) - Relatório do Banco do Nordeste do Brasil. Vol. II, Ceará, 1959. pp. 51 e 52.

agronômico, como “método de fileiras simples”. Este modelo predominou na Paraíba, como disse a engenheira Maria da Conceição Oashi:

*Nesse Estado e em grande parte dos demais Estados produtores, o plantio é feito geralmente em fileiras simples, segundo a própria experiência do agricultor, e esta experiência é transmitida de pai para filho, sem que haja um planejamento mais racional das terras ocupadas.*²⁹⁸

Segundo os dados colhidos no campo, os grandes e médios produtores optaram por um método simples de fileiras, sobretudo porque estavam interessados em aumentar a densidade de seus pés de agave por hectare, e, conseqüentemente, ampliar seus rendimentos, como disse o sr. Odon Nunes: “...plantava mais perto para plantar mais agave”.²⁹⁹

Com relação aos pequenos produtores, a pesquisa mostrou que estes tinham poucos hectares de terras, tentavam, assim, economizá-las ao máximo, ou seja, reduzir o afastamento entre as filas e os pés de agave, além de plantar o agave em áreas menos férteis. Ademais, este segmento social não dispunha de muitas leituras e informações sobre métodos mais racionais para o cultivo, assim, inspirava-se no exemplo prático que conhecia: os dos produtores pioneiros, ou seja, o daqueles homens que possuíam mais terras e estavam, sobretudo, interessados em produzir para o mercado. Desta forma, os pequenos produtores também não plantavam na mesma área o agave e as demais lavouras alimentares, como relatou o sr. Manoel Soledade dos Santos “A gente plantava nas grotas e junto com o feijão, o milho e o algodão, mas quando o agave crescia era ruim de tirar, o agave tinha aquele espim e furava o povo. Eu mesmo me furei muitas vezes”.³⁰⁰

Isto quer dizer que, quando as folhas de agave cresciam, os lavradores estavam impedidos de o cultivarem no mesmo local em que plantavam as suas lavouras de subsistência, pois o plantio e a colheita do milho e do feijão tornavam-se perigosos: “eu mesmo me furei”. Neste caso, a vida na terra, a coleta dos grãos, entre outros afazeres na roça, transformaram-se em atividades que poderiam machucar os trabalhadores, deixando, portanto, de ser prazerosas e, ao mesmo tempo, exigindo mais atenção destes, que desde então, deveriam mover-se com cuidado, pois, mesmo a planta não tendo atingido, ainda, o seu

²⁹⁸ Maria da Conceição Guimarães Oashi. **O Sisal como Fonte alternativa de Matéria Prima para o Alcool**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Engenharia de Produção da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa, 1983. p. 29.

²⁹⁹ Palavras do Sr. Odon Cirilo Nunes, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

³⁰⁰ Manoel Soledade dos Santos, 65 anos, casado, filho de pequenos produtores do município de Cuité. Quando se tornou adulto, trabalhou no motor de agave do pai, e comumente realizava tarefas agrícolas para os Gentil Palmeira. Entrevistado em Cuité, em julho de 1995.

desenvolvimento pleno, apresentava espinhos nas pontas das folhas, que furavam os braços e as pernas dos lavradores mais desatentos. Estes acidentes tornavam-se muito freqüentes na medida em que as folhas cresciam. Assim, a intercalação das lavouras ocorria apenas nos dois primeiros anos de vida do agave, antes das folhas deste vegetal invadirem o pouco espaço que os cercava. Neste período, a lavoura principal poderia conviver com o feijão que, 90 dias após ser semeado, era colhido; e com o milho, que, cerca de 120 a 180 dias depois de plantado, era apanhado. Estas culturas eram realizadas juntas, porém, em covas separadas. Todavia, como o ciclo de vida do agave era longo, os campos onde ele era cultivado ficavam por quase 10 anos sem produzir outra lavoura.

Nos anos 50, as plantações que reuniam diversas lavouras, com o agave, diminuíram ainda mais, como ressaltou o relatório do Banco do Nordeste do Brasil:

*Em 1950, ainda se podiam constatar muitos campos de sisal com culturas consorciadas, cujo desaparecimento foi observado e verberado já na literatura especializada de 1952. O grande 'boom' do sisal fez com que os agricultores abandonassem essa economia auxiliar.*³⁰¹

Percebo, portanto, que a maioria dos produtores de agave demarcava fronteiras entre os roçados e os campos com agave, como contou o sr. Benedito: “*Antes do sisal, meu pai plantava mandioca, milho, feijão e algodão, mas depois substituiu uma parte pro agave e a outra era milho, feijão e 'roça'*”.³⁰²

Desta forma, o cultivo do agave em larga escala se afastava, cada vez mais, da rotina anterior dos lavradores micro-proprietários, ao propiciar um aumento nas suas atividades diárias. Isto porque, desde então, eles passaram a cuidar das suas lavouras de subsistência em uma outra área, separada dos seus agaviais e, ao colherem esta última lavoura, ainda tinham que desfibrá-la, assunto tratado mais adiante. O seu cotidiano foi alterado, na medida em que seu volume de trabalho cresceu, diminuindo o seu tempo livre para a conversa, o lazer e, até mesmo, para o cuidado dos seus roçados.

De acordo com os relatos de campo, os lavradores minifundiários conservaram os seus roçados e, baseados em suas experiências com a terra, o tipo de solo, e, certamente nas apropriações que faziam, das pregações dos agrônomos, que gostavam de se referir ao agave como uma planta rude e resistente, desviaram a planta para as áreas que julgavam imprestáveis para as lavouras alimentares, como contou o sr. Zuza:

³⁰¹ Cf. Sisal (problemas técnicos) - Banco do Nordeste do Brasil, Vol. II, Ceará, 1959. p. 52.

³⁰² Benedito Faustino da Costa, 63 anos. Os pais do sr. Benedito possuíam poucos hectares de terra no município de Cuité. Entrevistado em Cuité, em julho de 1995.

*Escolhia aqueles terrenos velhos. Sempre a gente gostava de fazer assim no agave. Sempre o agave toda vida foi meio desclassificado. O povo achava que tinha de botar em riba de pedra em terra fraca. ...As terras melhores a gente deixava prá agricultura, prá fazer um roçadinho.*³⁰³

Seu depoimento mostra a persistência da tradição e a importância que minifundiários, como ele atribuía às lavouras alimentares, por isto guardava para estas os terrenos mais férteis. Compreendo que a primazia das lavouras alimentares fora apreendida no próprio fazer dos agricultores quando, desde tenra idade, já começavam a trabalhar na roça, priorizando sempre seus alimentos. Estas lições lhes foram ensinadas por seus pais, seus avós, que certamente também foram agricultores. Assim, desde crianças foram preparados para cultivarem seus alimentos. Embora seu conhecimento sobre a terra, sobre a lavoura de subsistência, não extrapolasse o saber popular, os micro-proprietários não estavam dispostos a descartá-los. Desta forma, “desobedeciam”, freqüentemente, as recomendações científicas, que iam de encontro a sua cultura ao norteá-los para que ignorassem as lavouras mais exigentes de condições hídricas e, ao mesmo tempo, plantassem agave em terrenos saudáveis, apesar de sua adaptabilidade à aridez.

A prática destes lavadores, pautada pelo apego às lavouras de subsistência era, para as elites técnicas, um desatino, um empreendimento frustrante e desastroso, visto que o milho, o feijão e algodão não sobreviveriam nas terras semi-áridas dos Cariris. Neste sentido, as tentativas seriam inúteis, pois estas culturas estavam fadadas ao fracasso, era o que dizia Carlos Faria: “*A irregularidade de distribuição das chuvas, é o negativo que mais concorre para os constantes fracassos das culturas, com exigências hídricas especificadas, como o milho, o feijão e o próprio algodão*”.³⁰⁴ E, se por qualquer revertério do tempo, as chuvas resolvessem cair, ainda assim, a instalação dos roçados seria inútil, pois “*os ganhos obtidos num ano bom de inverno desaparecem no seguinte consumidos pelas secas*”.³⁰⁵

Nesta compreensão, a colheita de um ano bom de inverno, “inevitavelmente”, seria destruída pela inclemência dos verões intermináveis, que “fatalmente” viriam, como faziam, há séculos e séculos, espalhando a fome, a morte e a desgraça, tecendo a própria crise econômica, pois o atraso sócio-econômico desta região era atribuído à semi-aridez. Então, para neutralizar este “destino funesto”, responsável por todos os males que acometiam os

³⁰³ José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em novembro de 2002.

³⁰⁴ Carlo Farias. “A Conquista das Nossas Terras Semi-áridas”. In União Agrícola, dom., 30 maio, 1948. p. 7.

³⁰⁵ Cf. União Agrícola apud Mariângela de Vasconcelos Nunes. **Maldição e Bênção: Histórias do Sisal na Paraíba (1937-1953)**. op. cit. p. 116.

Cariris e os caririseiros, agrônomos faziam recomendações como Carlos Faria: “...*combater a seca com plantas próprias das regiões secas*”.³⁰⁶

Entendo a preocupação dos agrônomos à luz de um contexto mais amplo, que ultrapassava os muros da academia, vinculando-se a relações de poder, a objetivos políticos. Por um lado, buscavam retirar os agaviais do Brejo policultor, mas, preservando-os em uma outra área, os Cariris, onde tal planta deveria predominar. Esta postura, embora contraditória com a situação que o país enfrentava, na época em estudo, balizada pela carência de alimentos, revela o cuidado que o governo dedicava às lavouras destinadas à exportação, que proporcionavam divisas ao país e ao estado. Este aspecto era considerado importante para a industrialização do Brasil e, por outro lado, representava perigo para os políticos e as elites agrárias, que temiam o êxodo dos trabalhadores rurais, notadamente das áreas mais afetadas com as secas, para os centros urbanos. Nesta perspectiva, o agave fora visto como um importante elemento para evitar o despovoamento das áreas secas do estado.

2.8 O Agave: “a Salvação dos Cariris e dos Caririseiros”

As elites técnicas, em meados de 1940, propondo o deslocamento dos agaviais para os Cariris, pretendiam não apenas liberar o Brejo para a produção de subsistência, mas também buscavam resolver outros problemas relacionados à saída dos trabalhadores do campo, pois, no final desta década, o êxodo rural representava uma ameaça para os agrários dominantes e políticos nordestinos.

O êxodo ainda era visto como uma consequência das secas e não do monopólio da terra. Nesta compreensão, eram tecidas as imagens dos retirantes e defendida a visão de que a questão básica do Nordeste eram as longas estiagens, como disse Otto Guerra:

*Quais os motivos do êxodo destes nossos partícipios?
Sem dúvida há motivos de ordem geral, comuns, em toda parte,
sabido que não é peculiaridade nossa o fato mundial de
despovoamento dos campos, mas também, há causas de ordem local,
ou regional, figurando em primeira linha a questão das estiagens
prolongadas e a super densidade em certos meios....*³⁰⁷

³⁰⁶ Carlo Farias. “A Conquista das Nossas Terras Semi-áridas.” In União Agrícola, dom., 30 de maio, 1948. p. 7.

³⁰⁷ Otto Guerra. “Êxodo Rural” In A União Agrícola, dom., 23 nov. 1948. p. 7.

O êxodo também era configurado como consequência do processo de industrialização verificado na região Sudeste: “É o homem do campo que em épocas normais que foge às atividades agrícolas para as miragens de 7 a 8 Cr\$ a hora”³⁰⁸

Embora estes textos, elaborados no final da década de 1940, mostrem as migrações campo/cidade como decorrentes das secas, também evidenciam que estes deslocamentos estavam relacionados a outros motivos, notadamente ligados ao crescimento das cidades.

Todavia, penso que a saída de trabalhadores rurais para outros centros não ocorria apenas estimulada por elementos de ordem externa: a industrialização do Sudeste, mas sobretudo por aspectos internos, relacionados ao monopólio da terra, agravado pelas secas que, juntos, urdiam as condições precárias dos lavradores, como comenta o sr. Agenor:

Olhe, repare bem, porque se a gente não tem em quê lucrar em quê trabalhar, tem que se humilhar ao patrão, porque se a gente for contra o patrão, responder mal ao patrão, essas coisas assim ele manda ir embora, aí a gente é quem perde.

*...Manda, porque a terra é dele, muito embora quando a gente, digamos assim, os roceiro bota em questão, vai questionar, mas aí vai se tornar pior. De qualquer maneira o patrão sempre tem a força dele, que é o que é dele, a terra é dele a propriedade é dele.*³⁰⁹

A fala do sr. Agenor denuncia a opressão material e moral que vivenciavam homens como ele, que não tinham terras, e, portanto, não eram respeitados em seus direitos mínimos de cidadania, pois estavam sujeitos aos “senhores de terras”. Assim, suponho que, inspirados no seu cotidiano, marcado por conflitos, em que quase sempre saíam perdendo, os trabalhadores rurais teciam matérias-primas que alimentavam o fascínio pela terra distante, o Sul ou o Amazonas, o Eldorado dos errantes, a “Terra Prometida” da fartura e da riqueza. Entendo, portanto, estes deslocamentos como uma forma de resistência, pois, ao migrarem, fugiriam da situação a que eram secularmente submetidos, nas terras onde moravam. Desta forma, a condição de retirantes, muitas vezes, independia da meteorologia, sendo forjada, sobretudo, pela estrutura agrária regional.

Conforme as fontes orais, na área investigada, as migrações, embora ainda não fossem intensas, sempre ocorreram, sobretudo, nos momentos de estiagens. As camadas populares, compostas por pequenos proprietários e sem-terra, eram as que mais se deslocavam em direção a outros centros, a exemplo de São Paulo, como contou o sr. Bastim:

³⁰⁸ “O Êxodo dos homens do campo”. In A IMPRENSA, 6ª feira, 30 jul. 1948. p. 3.

³⁰⁹ Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

*Parece que quem saiu pra ir pra São Paulo foi Severino. Tá chegando uma lembrança que Severino de Jacó foi embora pra São Paulo, trabalhar de empregado. Ele foi porque quis teve um palpite de ganhar dinheiro e foi. Aí, ele trabalhava em nada vivia na casa do pai Jacó velho, ele era morador de seu Elídio. Naquele tempo de 40, 50 Severina também foi. Ela deve ter ido com Joaquim das Almas, que casou com Alzira irmã dela, chamava Joaquim das Almas, porque a vida dele era arrancar botija.
... Ele foi embora porque quis, ele só vivia no mundo. Este apelido de Joaquim das Almas quem butou foi o finado Anêzio.³¹⁰*

Ao passear nas cordas do tempo, ressignificando o passado, o sr. Bastim recordou que alguns companheiros, inclusive mulheres, deixavam sua terra natal e seus roçados, baseando-se em visão otimista em relação às grandes cidades, que, com suas indústrias, as suas tecnologias, os atraíam, mesmo nos anos em que o inverno era regular. Apesar das chuvas e dos seus roçados, os lavradores continuavam sujeitos aos seus patrões fazendeiros, porém agora se sentiam livres para experimentar o novo, mostrando que, no imaginário dos trabalhadores rurais, havia uma perspectiva de vida melhor. Desta forma, homens como o sr. Severino, o sr. Joaquim das Almas, que “*vivia no mundo*”, isto é, fora do seu lugar de origem, e mulheres como D. Severina, acreditavam que podiam “*ganhar dinheiro*”, quem sabe conseguir um trabalho fixo, com salários mensais, que lhes proporcionassem alimentos suficientes para “encher suas barrigas” e as de seus rebentos. Embalados por seus sonhos e pressionados por suas carências materiais, moviam-se para São Paulo ou outras localidades. Todavia, estas práticas dos trabalhadores rurais incomodavam as elites técnicas, políticas e agrárias.

Então, para deter o êxodo e conter estas esperanças, por um lado, as elites regionais atacavam o processo de industrialização do Brasil. Uma das formas deste grupo denegri-lo era expressa em imagens negativas tecidas sobre a vida na cidade, denunciando as sujeições no trabalho urbano, pois na cidade os homens trabalhavam para os outros. Por outro lado, era enaltecida a vida pacata do campo: os lavradores eram defenidos como homens livres, homens que tinham autonomia em relação aos seus fazeres, como dizia o comunicado da Secção de Fomento Agrícola:

No campo és livre, trabalhas nas tuas próprias terras e produzes o que queres na medida da tua dedicação ao trabalho e da tua atividade. Na cidade serás escravo, ganharás um jornal

³¹⁰ Sebastião Simplicio dos Santos, entrevistado em João Pessoa, em fevereiro de 2005.

*insignificante, não poderás empregar as tuas forças em proveito próprio mas em benefício dos outros.*³¹¹

Tais segmentos lançaram, ainda, uma espécie de “campanha educativa”, visando desmascarar a figura dos aliciadores, isto é, homens que convenciam os lavradores a migrar, como se percebe na fala do deputado estadual Pedro Anunciado:

A seca de 1942, refletindo-se tragicamente no Sertão Paraibano, empurrou para o Amazonas como párias da fome a grande massa proletária escoada pelos portos de Cabedêlo e Fortaleza.

...1946, inquietaram-se os municípios de Campina Grande, Ingá, Alagoa Grande e Pilar chegando mesmo a anular todo o esforço agrícola.

*Desta vez se processa o êxodo provocado pelo incitamento enganoso dos agenciadores, ganhando por cabeça para aliciar nossos trabalhadores rurais e encaminhá-los para o Sul do país.*³¹²

Conforme os jornais consultados, os agenciadores eram percebidos como pessoas desonestas, que iludiam os trabalhadores rurais com falsas promessas, prometendo-lhes condições melhores de vida quando, na prática, o que ocorria era exatamente o oposto. Desta forma, os jornais buscavam desmascarar tais pessoas e denunciavam as mentiras que pregavam para enganar os trabalhadores rurais:

*...Se um agenciador sem escrúpulos vai ao Nordeste sofredor, com promessas dolosas, arrebanhando os novos escravos do século XX, para os seringais da Amazônia misteriosa, para os grandes trabalhos de emergência em fazendas, cidades obras públicas ou particulares do Sul do país.*³¹³

Diante da reação dos trabalhadores rurais, contrária a permanecerem residindo no Nordeste, em condições subumanas, deputados e senadores, notadamente nordestinos, buscavam criar estratégias para evitar o êxodo. Na Câmara Federal, os parlamentares, intencionando fixar o homem no campo, discutiam a situação do trabalhador rural. Alguns propunham uma melhor distribuição de terras, a exemplo do paraibano Osmar de Aquino, que estava estudando a situação do trabalho rural. Outros, como o sr. Plínio Lemos e o sr. Ernani Sátiro, defendiam a tecnicização agrícola e o sistema de financiamento para o homem do campo. Além das políticas do Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS, que, sobretudo, visavam manter os trabalhadores rurais estacionados nas grandes e médias

³¹¹ “Não Abandone a tua Terra”. In Jornal A UNIÃO, dom., 18 abr. 1943. p. 5.

³¹² “O Êxodo dos Homens do Campo” In A IMPRENSA, 6ª feira, 30 jul. 1948. p. 3.

³¹³ “Considerações sobre o Êxodo”. In União Agrícola, dom., 25 dez. 1949. p. 13.

propriedades. O sr. Bastim falou sobre suas experiências nos serviços patrocinados pelo DNOCS, denominado popularmente de “cachorra magra”:

A cachorra maga foi em 31, 32, aí o governo inventou esta história. Ai eles chamavam cachorra maga, porque não tinha dinheiro era pago em vale. O governo era João Pessoa, construíram açude, barreiro, fizeram o açude de Soledade, ele veio fundar em 48. Era os feitor que dava os vales pra comprar no barracão, os povos chamava cachorra maga. No barracão era negócio de comida feijão, arroz, farinha, macarrão, tinha jabá, tinha peixe, pra quem queria comprar. Tinha rapadura tudo tinha.

Em 32 eu morava com Mané Paulino papai morava lá, aí ele cortou nos tudo. Eu ainda fui trabalhar mais pai. Os homens trabalhava o dia todo e os meninos até o almoço, do almoço em diante iam brincar. Quando pegou a chover nos voltamos aí ele começou a pegar trabalhador, começou a chover.

Agora lá na cachorra maga nunca era pra ficar ninguém parado, os outros ‘cassaco’ diziam lá vem à chuva grande! Todo mundo começava a trabalhar agora aquilo era só bolindo. Um dia peguei a cavar ligeiro ai o feitor disse: ‘mas menino você quer acabar tudo hoje, menino trabalhe mais devagar’. Eu era ligeiro, mas não podia ficar parado se ficasse eles cortava.³¹⁴

Este depoimento mostra a função do DNOCS e a sua preocupação em evitar a retirada dos trabalhadores das áreas arruinadas pelas secas. Assim, as frentes de trabalho eram compostas nos momentos críticos, quando os patrões dispensavam seus trabalhadores, isto é, quando as estiagens desorganizavam a economia local. Sem nenhuma chance de sobrevivência nas propriedades onde trabalhavam, os moradores se alistavam na “cachorra magra”. Esta era uma designação pejorativa do DNOCS, criada pelos próprios lavradores e inspirava-se numa figura bastante peculiar dos trabalhadores, um animal magro e desnutrido e também portador de uma imagem negativa, marcada pela falta de vergonha, uma das características destes bichos, sendo conferida na área em estudo, sobretudo, às fêmeas da espécie. Desta forma, os trabalhadores denunciavam sua contestação ao seu patrão DNOCS, que também pagava salários magros como um animal faminto, a cachorra, e mostravam sua rejeição ao trabalho pago, ao trabalho alugado, ao fato de trabalharem para outro: o governo. Por esta razão, eram “cassacos”, e não lavradores. Neste sentido, estes personagens sociais sentiam-se envergonhados, humilhados, ao serem submetidos aos trabalhos nas rodagens e açudes, às ordens do feitor, enfim, às normas estabelecidas, algumas das quais muito

³¹⁴ Sebastião Simplicio dos Santos, entrevistado em João Pessoa, em fevereiro de 2005. O depoimento do sr. Bastim refere-se aos serviços promovidos pelo DNCOS durante a seca de 1932, entretanto, as práticas deste órgão permaneceram basicamente as mesmas durante o período estudado.

estranhas, visto que os trabalhadores tinham que “trabalhar sem trabalhar”: “*aquilo ali era só bolindo*”, era um trabalho de faz de conta. Alheio ao sr. Bastim, acostumado a ver seu pai trabalhar com afinco em seu roçado, limpando, plantando, desmatando, entre outras atividades do seu cotidiano de lavrador. Nas rodagens e açudes, o narrador deveria, constante e lentamente, mexer na terra acompanhando a meteorologia: o ritmo das chuvas ou das secas, pois o trabalho só deveria acabar com o início do inverno, quando os trabalhadores poderiam retornar a suas casas, sendo reintegrados ao serviço nas propriedades. Neste sentido, entendo que os trabalhos promovidos pelos DNOCS eram apenas pretextos para conter o êxodo. Esta política, ao manter um exército de reserva nos campos, à disposição dos grandes e médios estabelecimentos rurais, desestimulava o investimento em máquinas agrícolas tornando-as desnecessárias, aos olhos dos produtores, que preferiam continuar explorando seus moradores.

Na Paraíba, como medida para evitar o êxodo rural nas regiões semi-áridas, as elites técnicas, políticas e agrárias apontaram, também, o agave, como enfatizou o agrônomo Carlo Farias:

*A atual campanha de Fomento desta planta no Cariri, feita pelo Secretário da Agricultura é sem dúvida o marco inicial de uma nova era de prosperidade, fixando o homem a terra através de uma cultura mais rica e adaptada ecologicamente, visando o bem comum, para um meio equilibrado econômico da Paraíba.*³¹⁵

“Uma cultura adaptada ecologicamente”, ou seja, uma lavoura que não fosse perturbada pelas secas, pois o êxodo era visto pelos grupos no poder como uma resposta à desorganização das atividades econômicas, notadamente pautada pela lavoura de subsistência, que se deteriorava diante da escassez das chuvas. Ao passo que as plantas “ecologicamente corretas” evitariam tal transtorno, já que não seriam afetadas pelas estiagens, promovendo a absorção ininterrupta da força de trabalho, conseqüentemente evitando o esvaziamento demográfico de áreas consideradas povoadas, a exemplo dos Cariris, como configurou o agrônomo João Henriques:

*O Cariri precisa como qualquer outra zona, de pelo menos uma cultura fundamental, capaz de assegurar em qualquer tempo não somente o emprego lucrativo de atividades, mas ao mesmo passo de possibilitar o erguimento econômico de uma zona relativamente populosa e sacrificada.*³¹⁶

³¹⁵ Carlo Farias. “A conquistas das nossas Terras Semi-áridas” In. A União Agrícola, dom., 30 maio, 1948. p. 7.

³¹⁶ João Henriques. “Agave a Salvação dos Cariris”. In União Agrícola, dom., 30 maio, 1948. p. 7.

Uma população sacrificada, portanto, apta a migrar e abandonar as grandes e médias propriedades, sobretudo nos períodos de secas, quando escasseavam as ofertas de empregos e os alimentos, momento em que os lavradores sentiam-se mais tentados a migrar, a ir a busca do desconhecido e do sonhado Quem sabe, não teriam uma vida melhor?

A possibilidade de um baixo contingente demográfico, na região dos Cariris, representava uma ameaça para as elites econômicas, políticas e técnicas. Os primeiros se sentiam prejudicados com a redução da força de trabalho, que elevaria os salários e, conseqüentemente, encareceria os custos de produção.

Para os políticos, a diminuição do número de habitantes das zonas rurais esvaziava os vínculos de subordinação e obediência aos coronéis fazendeiros, alguns dos quais exerciam cargos políticos ou intencionavam eleger seus representantes para integrar as bancadas do Senado ou das Câmaras Federal e Estadual. De qualquer forma, capturavam o voto dos seus “subordinados” para se elegerem ou para apoiarem homens de sua confiança. Esta também era uma forma das oligarquias amenizarem as próprias perdas impostas pela modernização, pois, ao instrumentalizar seus controles sobre os votos, redimensionavam seu poder de barganha no âmbito nacional e estadual.

Para o terceiro grupo, composto por agrônomos e técnicos, o esvaziamento do semi-árido era inaceitável, pois as ciências agrárias já haviam provado que os “desertos” poderiam ser habitados e integrados rentavelmente ao capitalismo, como dissera Lauro Xavier, citando o botânico Henriques Somler:

*Não, no sentido vulgar da palavra, não há deserto. Digam o que quiseram a superstição e a ignorância. Neste mundo criado por Deus, não há lugar condenado à eterna esterilidade. Qualquer ponto da terra pode ser utilizado: se não o for é culpa da miopia humana.*³¹⁷

Em 1953, a economia paraibana estava sendo abalada por uma seca que afetava basicamente todo o estado, sobretudo, as regiões mais áridas, a exemplo dos Cariris:

*Cuité, 23 – A cidade neste momento, está sendo saqueada, estando a população amedrontada e o comércio, sem garantias, fechou as portas acabando-se a feira. O saque foi executado, em grande parte, por indivíduos desordeiros que se aproveitam da situação, da calamidade e fome para insuflar os agricultores. Estamos impotentes para manter a ordem. A situação será minorada conseguindo-se trabalho para os agricultores.*³¹⁸

³¹⁷ Henriques Somler citado por Lauro Xavier. “Agronomia X Economia”. In Jornal A UNIÃO, 5ª feira, 13 nov. 1958. p. 4.

³¹⁸ “No Roteiro da Sêca”. In Jornal A UNIÃO, 4ª feira, 25 fev. 1953. p. 1.

Todavia, paralela a esta seca, ocorria a crise nos preços das fibras de agave, em função do aumento da concorrência no mercado internacional, entre outras manobras dos países compradores. Esta conjuntura provocou a suspensão dos financiamentos promovidos pelo Banco do Brasil para os empreendimentos na agavicultura, como se queixava o agrônomo Lauro Xavier:

Esta intempestiva medida surpreendeu os grandes e pequenos produtores justamente quando milhares de operários aguardavam o recebimento de seus salários sem que pudessem ser atendidos em virtude de haver desaparecido momentaneamente a cotação daquele produto. Além disto, tal medida veio agravar a situação dos municípios paraibanos encravados no Polígono das Secas, nos quais trabalham cerca de 50 mil operários nos serviços de desfibramento, e beneficiamento do agave, agravando ainda a situação do Estado que, desse produto, vinha tirando recursos para atender, em parte, suas necessidades.

...Daí o nosso veemente apêlo no sentido de V. Excia., mandar sustar semelhante medida e qualquer ônus que venha agravar o financiamento do agave, pois na hipótese de permanecer o Estado na inquietação atualmente reinante, não podemos prever as conseqüências que advirão como decorrência do abandono dos operários do campo e a insolvência dos produtores e exportadores.³¹⁹

O documento evidencia os motivos usados para sensibilizar o Governo Federal, entre os quais era apresentada a função social que o agave desempenhava na Paraíba. Esta lavoura era vista pelas elites como um antídoto para as contestações no campo, sendo, portanto, capaz de promover a paz e impedir a “desordem,” os saques, as invasões. Assim, as ocorrências no interior do estado, comuns em períodos de seca, eram usadas para pressionar as autoridades federais a financiar as atividades nesta lavoura.

Na área em estudo, os produtores também viram o agave como um benfeitor para sua categoria e as camadas populares, ou seja: os trabalhadores rurais, cujos empregos dependiam da agavicultura. Sobre isto o sr. Gentil comentava:

O sisal foi a redenção desta terra muita gente que nada tinha arranhou dinheiro com sisal. Na questão do emprego foi a redenção. No mínimo sustentava cinco, seis mil pessoas na costa do sisal. No auge do sisal importava mão-de-obra do Brejo, de Areia, eu tive mesmo que trazer trabalhador de fora para completar os daqui.³²⁰

Ao eleger o agave como “redentor”, por um lado, o narrador o visualizou como sua “própria salvação”, visto que, como os demais proprietários, ele vivia os dissabores da crise

³¹⁹ “O Financiamento do Agave e do Algodão.” In Jornal A UNIÃO, 5ª feira, 05 mar. 1953. p.p 2e3

³²⁰ Gentil Venâncio Palmeira, entrevistado em Cuité, em julho de 1995.

agrária nordestina que afetava os seus negócios, redimensionado pelas limitações ecológicas da região onde morava. Por outro lado, também percebia o agave como “redentor” dos trabalhadores rurais, na medida em que a exploração econômica deste produto integrava produtivamente esta camada social, “*sustentava cinco, seis mil pessoas nas costas*”, isto é, lhes proporcionava um ganho, não considerando, portanto, a desorganização cultural que o agave promovia no mundo do trabalho. Assim, o narrador enxergava o trabalho no agave a partir das suas lentes, das suas visões do mundo, que privilegiavam a riqueza econômica, a possibilidade de ganhar dinheiro e, também, dos trabalhadores permanecerem no local onde viviam com suas famílias.

Suponho que o recrutamento dos trabalhadores no Brejo tornava mais delicado o problema da mão-de-obra, na agricultura em geral, e, particularmente, no agave. O tráfego inter-regional dos trabalhadores, certamente, preocupava, ainda mais, as elites na medida em que reduzia as suas possibilidades de manter os plantéis de trabalhadores a sua disposição, fixos nas propriedades. A necessidade dos produtores, e, sobretudo, o receio de perderem uma mão-de-obra abundante e barata explicam a busca de estratégias, acionadas por este grupo, para fixar o homem no campo, bem como a criação de um imaginário para o mundo do agave, que o associava à “salvação”, à “redenção” dos trabalhadores rurais, ao integrá-los ao mundo do trabalho remunerado, mostrando-o como constante e regular. Esta idéia do “redentor” também aparecera, com freqüência, em palavras impressas, como mostra o texto abaixo, do cronista Vasco Toledo:

*Constituindo um dos passos firmes a mais perfeita industrialização, a cultura do agave vem incentivando nos proprietários, um maior interesse, no sentido de uma melhor assistência aos trabalhadores, formando equipes permanentes de operários, pequenos técnicos dando assim solução a um sério problema dos campos, qual seja o gravame pesadíssimo de encargo pelo serviço de um só homem, para o sustento de toda uma família. No agave há trabalho para moças, velhos, mulheres e crianças. Todos podem ganhar e ganhar o melhor salário pago nos campos hoje em dia.*³²¹

Assim, os Cariris se transformariam num lugar providencial, onde os homens de posses estavam preocupados em promover o bem-estar dos desafortunados. Nesta ótica, os problemas se resolveriam com a solidariedade entre os homens, transfigurada na oferta de emprego, agora abundante, graças ao “redentor” agave.

³²¹ Vasco Toledo. “Agave – Importância Social de sua Cultura”. In. União Agrícola, dom., 2 maio, 1948. p. 7.

Conforme o documento, o agave despertaria nos produtores um sentimento de “justiça trabalhista”. Então, os Cariris iriam se transformar em um território quase paradisíaco, uma Canaã, semeada no meio do deserto. A hierarquia entre senhores e trabalhadores parecia natural, mera relação fraternal, um mundo sem exclusão, onde haveria lugares para todos, moços, velhos, mulheres e crianças, que seriam recompensados. Assim, o mundo do agave era um mundo que recolhia os rejeitados e evitava a sua ruína: a fuga, a morte e a fome.

2.9 Fibras de Agave: Cordas do Progresso

Em 1954, as elites produtoras de agave, juntamente com os grupos políticos e técnicos, impressionados com a concorrência das fibras de agave no mercado externo e com outros problemas internos, a exemplo do êxodo e da ausência de políticas oficiais que os beneficiassem, compuseram uma comissão dos agavicultores, que reivindicavam junto aos poderes centrais o que melhor lhes convinha: políticas de financiamentos, preços mínimos, entre outras medidas.

O financiamento institucional do agave existia na Paraíba desde o início dos anos 40, como noticiou o Jornal do Governo: “*tendo a carteira de crédito agrícola e industrial do Banco do Brasil iniciado as operações de financiamento para a preciosa fibra*”.³²² Desde então, o Banco do Brasil passara a liberar empréstimos para esta lavoura, embora, em momentos considerados mais críticos, estes canais de financiamentos fossem fechados, reabrindo posteriormente. Nestes períodos de cortes de créditos, que se tornaram mais freqüentes nos anos 50, as elites se assumiam como porta-vozes das camadas populares. Assim, falavam em nome dos “homens desprotegidos”, cujas vozes ecoavam através dos grupos agrários e políticos, que interpretavam, sob suas lentes de visão, os gemidos e as angústias dos trabalhadores do agave, fazendo com que fossem escutados na Câmara Federal e ressoassem em toda a Paraíba, por meio dos órgãos de comunicação.

Neste sentido, as elites produtoras se apresentavam como uma comissão do povo paraibano e daqueles que sobreviviam do trabalho na agavicultura. Assim, nessa representação discursiva, a vitória dos agavicultores seria, também, uma conquista dos trabalhadores do agave e de toda a Paraíba, como afirmou o presidente da Associação

³²² “Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil”. In Jornal A UNIÃO, 6ª feira, 08 mar. 1940. p. 8.

Comercial de João Pessoa: “*Os entendimentos da comissão com as autoridades – concluiu o entrevistado – serão decisivos para a economia do Estado*”.³²³

Apesar de se falar em nome de todos os envolvidos na agavicultura, nem todos os produtores recebiam tratamento igual. Na área em estudo, até pelo menos os anos 60, muitos pequenos proprietários usavam, para beneficiar ou desfibrar o agave, equipamentos extremamente ultrapassados, sobre o que falarei no próximo capítulo; ou, ainda, vendiam seus agaviais na “folha”, geralmente para um homem que tinha mais terras e máquinas adequadas para o beneficiamento das folhas. Sobre o assunto, sr. Zuza comentou: “*A gente vendia no campo era pra caba de motor puxar, isto foi nas eras de 50, eu vendia para ele e puxava agave, no motor dele*”.³²⁴

Entendo que vender as folhas, para o narrador, não implicava meramente um gesto de resistência ao seu envolvimento no processo de desfibramento, propriamente dito, visto que ele próprio exercia uma função em uma máquina que não lhe pertencia. Ao meu ver, isto ocorria porque o sr. Zuza, como muitos outros minifundiários, não tinha recursos para investir nas máquinas, no seu processo de manutenção e na remuneração da força de trabalho, o que mostra a ausência de políticas de incentivo promovidas pelos órgãos oficiais para este segmento social.

Em meados dos anos 50, realizou-se, em Recife, o Congresso de Salvação Agrícola, com o apoio da Sociedade Agrícola de Plantadores Pecuaristas de Pernambuco – SAPP, posteriormente conhecida como as Ligas Camponesas da Galiléia, e de frações mais liberais da burguesia, ligadas às indústrias de açúcar, têxteis e de alimentos, daquele estado. Na ocasião, foi apresentado um projeto que visava à redefinição da “Questão Nordeste”, buscando uma política ampla, baseada em um programa de industrialização e de desenvolvimento regional.

Problemas como a seca foram reinterpretados e suas conseqüências climáticas, atribuídas às estruturas sócio-econômicas, sendo denunciadas as disparidades regionais e a questão agrária. Desta forma, ia sendo tecida uma importante crítica às condições subumanas em que viviam os trabalhadores rurais, sendo, também, alvejada a estrutura fundiária, vista como arcaica. E, ao mesmo tempo, era proposta uma melhor distribuição da terra.

Em 1956, Juscelino Kubitschek criou o Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, que destacava a necessidade de industrialização para a região, como afirmou o economista Celso Furtado:

³²³ "As Classes Conservadoras na Defesa do Sisal". In Jornal A UNIÃO, sáb., 22 maio, 1954. p. 3.

³²⁴ José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em novembro de 2002.

*Na verdade, se para o centro-sul do Brasil a industrialização é uma forma racional de abrir o caminho ao desenvolvimento, para o Nordeste ela é, em certa medida, a única forma de abrir este caminho. Caso se demonstrasse que a solução é inviável, não restaria ao Nordeste senão a alternativa entre despovoar-se ou permanecer como região de baixíssimo nível de renda.*³²⁵

Em contexto desenvolvimentista, as elites paraibanas passaram a defender a industrialização de vários produtos agrícolas, entre eles, o agave:

*Dentro do plano de industrialização que deverá ser posto em prática no Nordeste como resultado dos estudos recentemente procedidos para a recuperação econômica desta enorme área do território nacional, consta o aproveitamento em larga escala do agave, como matéria-prima de uma série quase interminável de produtos e subprodutos industriais.*³²⁶

Entendo que uma parcela das elites paraibanas, identificadas com a agavicultura e inspiradas no plano de industrialização para o Nordeste, apostavam nas “fibras douradas” que, nas falas desses discursantes, apareciam entrelaçando a Paraíba às cordas do progresso e atando regiões, como os Cariris Velhos, aos fios da indústria. Desta forma, alimentaram a quimera da redenção que libertaria o Nordeste das amarras do comércio externo, proporcionando a reabilitação econômica da região, sobretudo no Semi-árido “...o agave e o algodão, se devidamente industrializados na própria região, forneceriam um suprimento de divisas simplesmente fabuloso, capaz de recuperar em pouco tempo o Nordeste da crise financeira”.³²⁷

Portanto, as elites técnicas, políticas e agrárias teciam uma nova justificativa que, segundo tais grupos, provocava a pobreza da região e do estado. Tratava-se da forma de inserção do Nordeste na divisão internacional de trabalho: esta posição no mercado internacional promovia a instabilidade dos produtos agrícolas regionais nas praças estrangeiras. Assim, estavam sendo instituídas para a cultura do agave novas regras, que se contrapunham aos programas vigentes, que configuravam, até então, uma opção tipicamente agro-exportadora, de venda ao exterior. Na perspectiva desenvolvimentista, de base político-ideológica nacionalista, a agro-exportação era representada como atraso regional e local.

A flutuação dos preços das fibras era também atribuída à atuação das multinacionais como a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro- SANBRA e a Anderson Clayton, que as compravam e exportavam; e eram acusadas de sabotar os preços, forçando a baixa do

³²⁵ Celso Furtado. Apud Amélia Cohen. **Crise Regional e Planejamento**. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 118.

³²⁶ “Operação Agave” in Jornal A UNIÃO, 6ª feira, 23 maio, 1955. p. 3.

³²⁷ “Industrialização do Sisal” In Jornal A UNIÃO, 4ª feira, 25 abr. 1959. p. 3.

produto no mercado internacional: ...*Toda essa vitória, conseguida através do esforço e boa vontade, está sendo sabotada escandalosamente pela SANBRA, que está oferecendo o nosso produto em todo o mundo, 15 e 16 abaixo do preço concorrente*”³²⁸ Estes conflitos de interesses entre as diferentes representações do capital vinham ocorrendo desde meados dos anos 50.³²⁹

Todavia, foi no final desta década que estes atritos se tornaram mais agudos, quando as empresas estrangeiras foram declaradas inimigas da economia nacional. Estas imagens contra o capital estrangeiro foram forjadas no explosivo Nordeste da época, quando o PCB, no seu IV Congresso, realizou uma releitura do quadro sócio-econômico brasileiro, que ficou conhecida como a “Declaração de Março”, escrita em 1958. Partindo de uma nova compreensão, os comunistas entendiam que o Brasil não era uma economia exclusivamente semicolonial, visto que fora percebido um desenvolvimento na indústria brasileira, como explicava José de Souza Martins:

*O PCB reconhece que apesar da agricultura baseada no latifúndio e em relação pré-capitalista de trabalho houve, nessa estrutura atrasada, um desenvolvimento capitalista nacional que constitui elemento progressista, porque representa momento das forças produtivas e relação de produção mais avançada.*³³⁰

Os grandes produtores rurais foram considerados aliados dos grupos exportadores internacionais. Nesta cena, surgira uma proposta de “frente única”, composta pelos industriais brasileiros, os trabalhadores urbanos e rurais, sendo estes últimos denominados de camponeses. Tal programa defendia a reforma agrária em favor dos “camponeses”, a extensão da legislação trabalhista para o campo e, para combater o latifúndio e o imperialismo, a via pacífica de transição para o socialismo.

Desta forma, segundo os comunistas, a relação entre a burguesia e o proletariado não era, neste momento, o foco da tensão, ainda que tal relatório reconhecesse a exploração dos trabalhadores urbanos pela burguesia industrial. No entanto, o cerne do conflito mais imediato estaria no campo e na exploração imperialista, sendo secundarizada, a tensão entre o capital industrial e o operariado:

³²⁸ "Sabotagem da SANBRA causa pânico no comércio agavieiro." In Jornal A UNIÃO, 4ª feira, 15 abr. 1958. p. 8.

³²⁹ Sobre isto ver, por exemplo, “Instituto do Sisal”. In: Paraíba Agrícola, dez. 1955, ano XXXII nºs 7, 8, 9, p. 5 e Lauro Xavier “O futuro do agave na Paraíba” (mimeografado), 1955.

³³⁰ José de Souza Martins. **Os Camponeses e a Política no Brasil**: As lutas sociais no Campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 85.

*As forças novas que crescem no seio da sociedade brasileira, principalmente o proletário e a burguesia, vêm impondo um novo curso ao desenvolvimento político do país, com o declínio de tradicional influência conservadora dos latifundiários. Este novo curso se realiza no sentido de democratização, de extensão dos direitos políticos a camadas cada vez mais amplas.*³³¹

As investigações mostraram que, neste contexto, surgiram na Paraíba às primeiras cooperativas de agave, compostas por grandes proprietários de usinas de agave e os maiores produtores de agave do estado, dispostos a lutar contra a hegemonia das multinacionais:

*Agora estamos firmemente convencidos de que o agave poderá impor-se definitivamente, o que mais de nocivo existia contra o produtor era justamente, a interferência ou participação estratégica no comércio. Ninguém pode calcular quantos golpes, quantas manobras desonestas foram efetuadas às custas do nosso desamparado camponês.*³³²

Compreendo que, em meio à representação das forças sócio-políticas do país, a elite agavicultura se auto-representava com “camponeses indefesos”, construindo uma imagem que a vinculava à fragilidade e à impotência diante de poderosos grupos estrangeiros. Este discurso da vitimização visava sensibilizar a sociedade em geral e atrair outros plantadores de agave que não eram filiados às cooperativas, pois muitos produtores não participavam destas entidades, que estavam localizadas nas áreas pioneiras, tendo em suas diretorias os grandes agavicultores. Porém, na região observada, na época investigada, não existia nenhuma cooperativa atuando. Assim, era comum os grandes e médios produtores recorrerem às empresas multinacionais para financiar seus empreendimentos no agave, como relatou o sr. Gentil Palmeira:

*Houve incentivo do início até 70, e poucos tinha financiamento para substituir o campo, destocar, emprestar a quem tinha campo de agave para erradicar. O empréstimo era a cédula rural através do Banco do Brasil eu ia para o Banco fazia uma cédula rural com a SANBRA, o devedor direto era a firma e em seguida repassava para o produtor, que pagava 60 ou 90 dias depois botando a mercadoria na SANBRA, ela mesmo descontava com juros de 3% ao ano. Eu cheguei a ver caminhões de agave lá, encontrava 50 caminhões na fila, hoje se você for com um feixe pra Campina Grande, não vende. Na época, qualquer banco que a SANBRA botasse o dedo o dinheiro saía, quem mandava naqueles bancos era a SANBRA e Anderson Clayton. Elas tomaram conta do mundo.*³³³

³³¹ “Declaração de Março”, PCB: Vinte anos de Política, 1958 – 1978, citado em Guido Mantega. **A Economia Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Vozes 1991. p. 166.

³³² “Cooperativa de Agavicultores” In Jornal A UNIÃO, 3ª feira, 2 dez. 1958. p. 3.

³³³ Gentil Venâncio Palmeira, entrevistado em cubati, em julho de 1995.

O depoimento do sr. Gentil dimensiona o poder das multinacionais, notadamente em áreas onde ainda não existiam cooperativas. Neste caso, os produtores recorriam a estas empresas estrangeiras e ficavam obrigados a vender sua produção, isto é, as fibras, pagando juros relativamente baixos: 3% ao ano. Assim, tais instituições detinham grande poder de barganha no momento em que compravam as fibras dos produtores. Este jogo implicava, quase sempre, perdas para estes atores sociais, que vendiam sua produção basicamente na folha, baseado em um preço preestabelecido, comumente abaixo da cotação do mercado. Caso os preços das fibras declinassem, o proprietário teria a diferença descontada.³³⁴

Este mecanismo permitia que SANBRA e Anderson Clayton estabelecessem os preços das fibras, nas praças internacionais, abaixo do preço do concorrente. A alternativa para as elites produtoras se livrarem deste jogo era tornarem-se exportadoras de uma grande quantidade de fibras, por esta razão era importante que atraíssem um maior número de cooperados.

A pesquisa mostrou também que as multinacionais não estendiam suas políticas de financiamentos para os pequenos produtores, que continuaram vendendo suas fibras aos proprietários, ou outra categoria que surgiu nos anos 60, denominada, na área em estudo, de “dono de motor”, composta por sujeitos sociais que conseguiram comprar as máquinas mecânicas e não tinham terras ou ainda eram micro-proprietários que desfibravam as poucas folhas de agave que produziam em suas terras e de outros produtores. Sobre este novo segmento social falarei no capítulo seguinte.

Em 1966, as cooperativas que exportavam agave se retiraram do mercado exportador. Neste momento, conforme a economista Ivony Saraiva, a estrutura de comercialização fora profundamente alterada,

*Pois de atomizada passa a oligopsônica, quer ao nível do Nordeste ou da Paraíba, área de nosso estudo, onde existiam 34 empresas exportando sisal em 1960 e, apenas 4 em 1970, fato que tem grandes repercussões na nova fase.*³³⁵

A fase a que a autora se refere inicia-se em 1966, prolongando-se até 1972, e caracterizou-se pela baixa cotação dos preços das fibras no mercado internacional, devido, sobretudo, ao surgimento de novas alternativas como matérias-primas, a exemplo do

³³⁴ Ao se referir à compra do algodão na folha, o sociólogo Francisco de Oliveira, analisou: “Independentemente das variações para cima que esse preço possa experimentar(...), mas não independentemente das variações para baixo pois, neste último caso, será descontada do produtor a diferença entre preço pago ‘na folha’ e aquele que estiver em vigor por ocasião da colheita”. Sobre isso, ver Francisco Oliveira. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE-Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes.** op. cit. p. 42.

³³⁵ Ivony Lúcia M. Saraiva. **Cooperativa de Sisal: Sociedade Anônima.** op. cit. p. 51 e 52.

polietileno e do prolipopileno, produtos sintéticos derivados do petróleo, também usados na produção de fios e cabos. Ainda neste período, o Banco do Brasil suspendeu a assistência financeira para a agavicultura e excluiu o agave da pauta dos produtos beneficiados pela política dos preços mínimos. Todavia, na área em estudo, esta lavoura continuou avançando sobre as áreas de roçados e incorporando as novas pequenas propriedades e, ao mesmo tempo, promovendo o deslocamento dos trabalhadores para as cidades próximas como Cuité, Cubati, Pedra Lavrada, Nova Floresta entre outras localidades mais distantes.

CAPÍTULO III - OS TRABALHADORES DO AGAVE: ENTRE A SUJEIÇÃO E A RESISTÊNCIA

Neste capítulo, analiso como os trabalhadores rurais internalizaram a disciplina dos horários e a divisão de trabalho a partir da mecanização do trabalho no agave, bem como as formas com que resistiram a essa nova cultura do trabalho.

3.1 O Desfibramento do Agave

No desfibramento do agave, isto é, no processo de transformação das folhas em fibras, foram usadas diferentes técnicas, que resultaram em mudanças relacionadas à quantidade e à qualidade das fibras, ao surgimento de novas regras e formas de resistências. Este processo não foi homogêneo em toda a área estudada, a época, composta por comarcas e vários distritos. Percebo que a expansão destas novas tecnologias aconteceu, primeiro, em Cuité e seus distritos e, em seguida, se estendera a Picuí e a seus respectivos distritos. Não vejo tal processo como linear, uma vez que a introdução de um novo modelo de racionalidade não implicava, necessariamente, o desaparecimento imediato das técnicas anteriores, porém, para uma melhor compreensão, identifiquei duas etapas para esse processo - uma primeira fase, caracterizada pelo emprego das máquinas manuais, cuja utilização no agave predominou nos anos de 1940, prolongando-se ao menos até a década de 1950; quanto à segunda fase, foi pautada na mecanização, estabelecendo uma divisão para a sua história. De meados da década de 40 do século passado até metade da década seguinte, foram anos marcados pela introdução das máquinas de base fixa, instaladas nas sedes das grandes propriedades. A partir de 1950, começaram a chegar as primeiras máquinas móveis, que se deslocavam até os agaviais. Vejo estas diferentes tecnologias como complementares da mesma problemática: a disciplinarização dos trabalhadores rurais.

3.1.1 Os desfibradores autônomos e a máquina de mão

A máquina manual de desfibrar agave já era conhecida, na área investigada, mesmo antes do cultivo da planta, pois os agricultores a usavam para descortinar o caroá, como disse o sr. Jorge Almeida: *“Eu tirava a caroá no mato, vivia do caroá existia uma máquina para*

*desfibrar o caroá. O caroá acabou porque o sisal chegou aquilo é uma miséria, era coisinha pouca, num progredia num tinha futuro”.*³³⁶

O depoimento mostra que, antes da chegada do agave, o narrador coletava o caroá “no mato”, um caroá que não pertencia a ninguém como se a flora fosse comunal. Nesse negócio, os lavradores não tinham patrões, portanto o sr. Chavier e os demais desfibradores de caroá não deviam satisfações a ninguém. Todavia, com a valorização econômica do agave, ele preferira investir seus esforços em uma atividade mais rentável que “progredia economicamente”, enfim, que “tinha futuro”, ao contrário do caroá, que representava a miséria, visto que não despertava o mesmo interesse comercial do agave. Desta forma, ele e outros lavradores passaram a desfibrar o agave, abandonando o trabalho no caroá. Esta substituição fora flagrada por Lauro Xavier:

*De fato o caroá do nosso Curimataú, às portas do Brejo, deve ter sido objeto de intenso comércio local. Basta ver que toda a produção de rapadura no Brejo é embalada em garajais, os quais são amarrados com as fibras de caroá. Raramente usavam outras como as do cipó de mucunã. Salvo recentemente, que já estão sendo substituído pelo agave.*³³⁷

Mas quem eram os primeiros desfibradores de agave da área estudada, a que categoria social estes homens pertenciam? Enfim, que homens deixaram as suas experiências no caroá e se aventuraram em um novo caminho? Primeiro este segmento era composto por muitos homens sem-terra, moradores que desfibravam o agave produzido nas grandes e médias propriedades. Este foi o caso do sr. José Marques que, desde os anos 40, começou a desfibrar manualmente o agave do dono da terra onde morava: “puxava o agave de meia, puxando 50 quilos, tocava 25 pra o dono e 25 pra gente”.³³⁸ Outros entrevistados, a exemplo do sr. Agenor, contaram que pagavam um pouco menos para o proprietário da terra:

*Nos puxava muito agave de mão, lá na propriedade dele. Botava uma maquininha de pau, não sabe? Puxava de sopapo, puxava agave de mão. Pagava o direito a ele e puxava dele. Pagava uma terça. Digamos assim, se a gente vendesse um quilo por cruzeiro, na época, que não era, este negócio de cruzeiro. Aí era trinta dele e setenta da gente.*³³⁹

³³⁶ Jorge Chavier de Almeida. Ex-produtor de agave de Barra de Santa Rosa (antigo distrito de Cuité), iniciou sua trajetória neste ramo desfibrando em máquina manual, posteriormente tornou-se um grande produtor da área estudada. Entrevistado em Barra de Santa Rosa, em julho de 1995.

³³⁷ Lauro Pires Xavier. apud Fernando Roberto Barros Patriota. **Redenção e Miragem na Indústria do caroá.** Crescimento Auto-sustentado no Sertão do Nordeste (1932-1960). Tese apresentada ao programa de Doutorado em História da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1999. p. 35.

³³⁸ José Marques, entrevistado em Sossego, antigo distrito de Cuité, em julho de 1995.

³³⁹ Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

Todavia, esta sociedade, que envolvia homens como o sr. José Marques e o sr. Agenor e os donos dos campos de agave, se afastava das antigas relações de meia e terça tradicionalmente vivenciadas na área estudada, uma vez que os lavradores não participavam da fase de plantio dos agaviais. Esta ocorria três ou quatro anos antes de ser estabelecido qualquer compromisso entre lavradores e proprietários. Neste caso, estes últimos mantinham o direito de romper com tais acordos, a qualquer momento, sem que isso lhes trouxesse nenhum ônus, pois, na percepção dos fazendeiros, não havia motivo para indenizar os trabalhadores, uma vez que eles não tinham investido seu trabalho ou realizado despesas para plantar os campos de agave. Assim, os lavradores obtinham a matéria-prima nas grandes e médias propriedades. Neste caso, eles coletavam as folhas e as levavam para suas casas e as desfibravam, com o auxílio das máquinas manuais, que lhes pertenciam.

Além dos homens sem-terra, uma outra categoria usava estes apertechos manuais para despolpar as folhas de agave. Tratava-se de pequenos proprietários que plantavam 2 ou 5 hectares de terra, como explanou o sr. José Medeiros Dantas:

Eram todos. Plantava o pequeno produtor porque aqui não tem grande proprietário, o médio produtor, o médio alto, como se chama, esse plantava em maior escala, mas, os pequenos também plantava 2 hectare, 5 hectare e desfibrava na máquina manual. Era duas navalhas, uma sobre a outra, uma folha dava quatro tiras, porque o homem não tinha condição de puxar uma folha toda. Esse agave que nos chamava agave manual, isso dominou muito o pequeno agricultor, aqui, 'cê entendeu? Esse povo fazia a feira todas as semanas de seca a inverno, com esse agave, 'cê entendeu? Tirava em máquina de mão. É tanto que se carregava caminhão totalmente com agave manual.³⁴⁰

Os pequenos proprietários, comumente, vendiam sua produção aos intermediários, em regra geral, os grandes produtores locais.

Estes equipamentos manuais eram encomendados aos ferreiros locais pelos próprios lavradores. Na área estudada, ficaram conhecidos como “máquinas de mão”, enquanto a literatura os denominava “alicate” ou “farracho”. Tais aparelhos foram descritos pelo engenheiro Helmut Scholz:

³⁴⁰ José de Medeiros Dantas, 74 anos, entrevistado em Cubati, em novembro de 2002. O sr. José Medeiros é casado, pai de seis filhos, o seu pai era caminhoneiro. Este narrador, desde jovem, trabalhava no ramo do minério, sendo também um grande proprietário do município de Cubati. Nas suas terras, ele plantava agave, todavia não se envolvia nas atividades relacionadas ao desfibramento. A investigação mostrou que a prática de vender o agave não deve ser generalizada. Muitos produtores continuaram ainda plantando e desfibrando agave, com raras exceções, a exemplo do depoente mencionado acima. Acredito que situações assim foram mais frequentes na serra de Cuité.

*O “alicate” ou “farracho” é constituído por duas lâminas de metal com os bordos lisos, encravadas em dois suportes de madeira. Uma pedra amarrada à lâmina superior pressiona esta contra a inferior, e o movimento de abertura e fechamento dessas lâminas é executado por um pedal, ou manual, que funciona como alavanca.*³⁴¹

Estas máquinas, durante os anos 40 e 50, eram muito usadas em todo o estado, inclusive, nas regiões que apresentavam maior produção, a exemplo do Brejo, como constataram os agrônomos Antonio Moura Serra e Sílvio Ferreira:

*Alguns municípios agaveiros além de possuírem as desfibradeiras mecânicas ainda contavam com os ‘alicates’, por exemplo nos municípios de Serraria, Alagoa Nova e Bananeiras, cada um deles com cerca de 800 desses rudimentares aparelhos que, aliás, devem ser substituídos, por prejudicarem o valor comercial de fibra.*³⁴²

A passagem acima mostra como os instrumentos rudimentares coexistiam com as máquinas mais modernas, a exemplo das desfibradeiras mecânicas; como as diferentes técnicas se sobrepunham. Assim, na Paraíba, dos anos 40 e 50, era possível “ouvir” os rangidos das máquinas de mão, ao lado dos barulhos estrondosos dos motores de base fixa e, até mesmo, das máquinas itinerantes que os sucederam. Este primeiro momento de convivência, em grande parte, ainda foi proporcionado pela ausência de tecnologias mais modernas nas propriedades maiores.

Numa segunda fase, iniciada em meados dos anos 40, esta diversidade de sons promovidos pelas máquinas ressalta, sobretudo, as diferenças entre os grandes e médios proprietários, que dispunham de recursos para “modernizar” seus estabelecimentos agrícolas, e as micropropriedades, que produziam os murmúrios das máquinas manuais e os gemidos dos homens que as operacionalizavam. Pois, conforme os relatos de campo, “puxar agave” nestes instrumentos era uma atividade árdua, que exigia esforço dos desfibradores:

*Ave Maria, cheia de graça. Aquilo é uma tristeza. Aquilo era serviço pra doido. A gente se corta todo. Num pode puxar a mão, num pode fazer nada. Aquilo é uma tristeza. Manual, Ave Maria! Deus me defenda.*³⁴³

³⁴¹ Sisal, (problemas técnicos) – Relatório do Banco do Nordeste do Brasil – Vol. II. Ceará, 1959. pp. 118 e 119.

³⁴² Antônio de Moura Serra e Sílvio Ferreira da Silva. **Cultura do Sisal**. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura – Serviço de Informação Agrícola, 1952. pp.30 e 31.

³⁴³ Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

A fala mostra que este trabalho não era fácil e também era arriscado, devido ao teor corrosivo das folhas, e aos cortes provocados pelas lâminas, que atingiam os dedos. Então, para protegê-los os lavradores os enrolavam em tiras de pano.

Os lavradores, quando usavam seus instrumentos, mesmo aqueles que não possuíam terras, não estavam submetidos à divisão de trabalho, como disse Ramilton Costa:

*Com o “farracho” não havia divisão no trabalho de desfibramento. O trabalhador cortava as folhas num dia para desfibrá-las no dia seguinte, fazia o trabalho sozinho ou acompanhado por alguém da família, às vezes crianças. O trabalho era feito por pequenos produtores nas suas plantações e em outras propriedades.*³⁴⁴

Além de não existir o parcelamento das atividades, os lavradores eram “donos do seu tempo”, podiam cortar as folhas no seu ritmo e nos horários por eles determinados, não precisavam fazer as tarefas em cadeia e as realizavam no terreiro das suas próprias casas, em baixo de árvores ou de pequenas latadas, um tipo de cobertura feito de palha de coco e apoiado em estacas, improvisadas pelos lavradores.

Conforme os dados de campo, nos anos de 1940, a maioria dos lavradores ainda trabalhava nos roçados e, ao anoitecer, quando retornava as suas casas, em família realizava o desfibramento, como contou o sr. José Marques: “*Mesmo depois eu fiquei trabalhando na máquina de mão, era melhor porque era minha. Eu podia trabalhar no roçado e no agave*”.³⁴⁵

“*Mesmo depois*” significava para o sr. José Marques o tempo futuro simbolizado pelas “máquinas mais modernas”. Uma tecnologia que se expressava também na forma de dominação dos homens, que não a detinham, que representava o fim da dedicação exclusiva aos roçados, do trabalho em casa, com ajuda da família, um trabalho que, embora desgastante e cansativo, era acompanhado por uma boa prosa, do contar as façanhas do dia, ou dos sonhos que um dia desejavam transformar em realidade. Nestas conversas, nas rodas de trabalho, eram repassados valores, costumes, formas de trabalho, enfim, uma cultura do passado que era reconstruída no presente. Assim, como signo da resistência de “homens insolentes” como o narrador, que não possuía terras e de outros pequenos proprietários, as máquinas manuais continuaram em atividade e atravessaram todo o período estudado. Entretanto, conforme os dados da pesquisa, este número de “desfibradores independentes” diminuía, sobretudo a partir de meados dos anos de 1950, com a introdução das máquinas móveis.

³⁴⁴ Ramilton Costa. **O Capa Verde**: Transformação Econômica e Interesses de Classes no Curimataú Paraibano. op. cit. p. 18.

³⁴⁵ José Marques, entrevistado em Sossego, em julho de 1995.

3.1.2 A mecanização do trabalho: do “prazer à penitência”

A expansão do agave, a partir da década de 1940, promovera a mecanização na área estudada. Desde então, a relação homem - natureza passou a ser mediatizada pela máquina, desconstruindo uma visão de mundo específica dos lavradores, pautada na concepção de trabalho em que o homem transforma a natureza a partir de sua força de trabalho. Com a mediação das máquinas, muitos dos valores culturais daqueles homens foram se desagregando em função de novos valores impostos pelo avanço do capitalismo no campo brasileiro. Este novo momento do processo de trabalho no campo, paulatinamente, foi domesticando os corpos e consciências dos trabalhadores rurais que lidavam com o agave. Uma percepção de mundo expressa em novos gestos, novos valores, outra concepção de tempo, outras formas de relações sociais, que passaram a fazer parte do cotidiano desses lavradores. Assim, uma nova cultura de trabalho ia se instaurando no semi-árido paraibano.

Desde modo, fora reelaborada a própria noção de trabalho que não era mais vista como um prazer, tal como os entrevistados liam os seus afazeres no roçado, discutido no primeiro capítulo. Percebo que, com a introdução da mecanização, o trabalho ganhava um outro sentido, como define o sr. Agenor, ao referir-se, sobretudo, aos serviços realizados pelos bagaceiros e os puxadores: *“Esses 3 é ali no motor, num tem direito de sair. Se os dois puxador sair um, o motor pára . Se o bagaceiro sair, o motor pára. Ai num tem jeito. Estes três é ali, coitado, naquela penitência”*.³⁴⁶ O trabalho tornava-se uma rotina cansativa, os trabalhadores não podiam mais largar seus serviços quando sentissem vontade, quando estivessem cansados. A permanência basicamente forçada em seus postos transformava o trabalho em uma labuta, em um castigo, era mesmo uma penitência, como sentenciou o narrador.

Os trabalhadores rurais que foram trabalhar nas máquinas automáticas de agave apresentavam uma composição social muito semelhante aos desfibradores autônomos, isto é, as pessoas que usavam as máquinas manuais para executar o despulpamento das folhas. Mas, como homens que estavam habituados a lavrar a terra, a trabalhar com equipamentos manuais, foram integrados nos serviços mecanizados? A fala do sr. Agenor oferece algumas pistas para compreendermos tal recrutamento:

Não porque, às vezes, é o seguinte pronto, pelo menos como logo no tempo de Chico Ribeiro, ele me entregava o motor, se minha condição desse pra eu tratar o roçado, pagando eu tratava mas, se eu num

³⁴⁶ Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

tivesse condição, eu num podia tratar do roçado, tinha que trabalhar no roçado, pra trabalhar com os motores de agave, porque, além de tudo, eles interessava era a fibra, era o agave.

Mas, às vez, o roçado num dava uma manutenção assim rápida como o motor de agave, porque o motor de agave dava, são 5 motor de agave, o lucro pra mim era bom, dava pra minha manutenção folgada, mas com tudo isso, eu ainda num deixava, eu disse se fosse por mim, é porque quem mora, tem que ser obrigado ao patrão, porque se eu dissesse não, eu num vou trabalhar, num vou tomar conta dos motor, ele dizia, apois também na propriedade você num trabalha, o que é que eu ia fazer, aí tinha que ser obrigado e tratar dos motor, deixar o roçado e tratar dos motor, trabalhar nos motor com o povo.

Eu lutava com muita gente, daquele povo que tava botando broca, limpando mato, fazendo essas coisas, eu ia lá e tirava, porque eu era gerente de tudo, de motor de agave à propriedade, era tudo, aí eu sempre tava com aquele povo de reserva, pra quando um desse o prego no motor de agave, eu tirar um e botar, ou 2 ou 3, como fosse.³⁴⁷

Esta entrevista revela que os proprietários, interessados, sobretudo, nos lucros proporcionados pelas fibras, pressionavam seus moradores, alguns dos quais já desfibravam agave nas máquinas manuais, para ingressarem no serviço do agave. Este mecanismo já existia desde a introdução das primeiras máquinas mecanizadas; ou seja, “*tempo de Chico Ribeiro*”. Este tempo simbolizava a época das máquinas fixas, isto é, as primeiras máquinas mecânicas. Esta forma de recrutamento fora mantido posteriormente, quando chegaram as máquinas itinerantes, momento em que o sr. Agenor se tornou gerente de uma fazenda e, nesta função, passou a designar os trabalhadores do agave, movendo-os da lida no roçado para as tarefas no motor. Ainda com base nas palavras do narrador, percebo que estes trabalhadores não tinham muita escolha, pois a sua recusa em aceitar o novo ofício poderia resultar em conflitos com seus patrões e até mesmo na expulsão da propriedade, da casa onde moravam com suas famílias, o que deixava os moradores sem rumo: “*o que é que ia fazer*”, isto é, onde iria morar? Como iria sobreviver? Estes dilemas certamente atormentavam os moradores e deveriam influenciar nas suas decisões em trabalhar numa profissão inteiramente diferente dos seus antigos afazeres na roça.

Destaco, ainda, outro ponto na fala do sr. Agenor, quando ele mostra que homens como ele não foram apenas empurrados para o motor de agave, mas também seduzidos pela possibilidade de ganhar dinheiro, obter a sua “*manutenção mais rápido*”, isto é, toda semana. Ao passo que, nos roçados, deveriam não apenas plantar os grãos e aguardá-los crescer; tinham que esperar pelas chuvas, que poderiam ou não regar os seus roçados. Estas

³⁴⁷ Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

imprevisibilidades inspiravam as práticas destes homens pautados pela cultura da seca: marcada pelos medos da fome, da fuga e por constantes incertezas. Estas dificuldades impeliam os trabalhadores ao motor de agave. Os trabalhadores também eram atraídos pelas possibilidades de ganhar dinheiro, como disse o sr. Severino: “*É porque os cara me seduzia pra eu ir trabalhar em motor de agave. Me chamando pro motor de agave pro caba ganhar muito dinheiro. Num sei o quê, num sei o quê eu digo eu vou tirei bagaço dois anos*”.³⁴⁸ A idéia de ganhar dinheiro “seduzia” muitos trabalhadores, que se dirigiam para este trabalho acreditando que poderiam melhorar de vida.

Esta “atração” que os lavradores sentiam em relação ao agave estava associada ao fato deste serviço ser basicamente uma das poucas alternativas de trabalho remunerado para muitos trabalhadores rurais, o “ganho certo”, regular, era algo extremamente novo. Muitos lavradores, como o sr. Severino mencionado anteriormente, entre outros, sonhavam que podiam ganhar dinheiro no agave, enfim, podiam deixar de depender dos empréstimos e dos “favores” dos seus patrões. Estas imagens do agave como “salvador” das populações economicamente pobres eram levadas em conta pelos trabalhadores, pois os documentos apontam que os trabalhadores do agave na Paraíba compunham a categoria de trabalhadores rurais mais bem pagas.³⁴⁹

Estas idéias eram alardeadas pelos jornais da época, a exemplo do que pode ser lido em um editorial:

...A lavoura agavieira dos brejos, de zonas da caatinga do alto sertão e dos Cariris. Um longínquo município como o de Teixeira traduz bem a importância do sisal na economia paraibana. Antes, há poucos anos, vivia em decadência econômica, apesar da produção de gêneros de primeira necessidade.

*Agora com o sisal, toda a serra de Teixeira (parte do planalto da Borborema) enfileira milhares e milhares de pés de agave em seu dorso libertando o povo da miséria e da fome.*³⁵⁰

Mesmo considerando que a maioria dos lavradores não sabia ler, este imaginário tecido pelas elites chegava aos seus ouvidos através das conversas com os seus próprios colegas, que faziam propaganda dos seus ganhos no agave; e, certamente, com os proprietários que ressaltavam as funções sociais do agave, como disse o sr. Jorge Chavier: “o

³⁴⁸ Severino Batista de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

³⁴⁹ Cf. Antônio Moura Serra e Sílvio Ferreira da Silva, **Cultura do Sisal**. op.cit. p. 40.

³⁵⁰ “A Situação Econômica da Paraíba e o Novo Governo”. In *Jornal A UNIÃO*, 6ª feira, 09 mar. 1951. p. 5.

agave nunca enricou ninguém mas deu de comer a pobreza”.³⁵¹ Nesta perspectiva, graças ao trabalho no agave, os homens pobres poderiam se alimentar.

Ademais, os lavradores entrevistados lembraram que escutavam alguns programas de rádio que falavam sobre o plantio de agave, mamona e algodão, não recordando, porém, o conteúdo destas mensagens, pois fixavam mais a sua atenção nas cantorias, como observou o sr. Zuza:

*Lá naquelas eras de 50, tinha pouco rádio, quase ninguém tinha, mas às vezes a gente ia escutar eu não lembro o que eles falavam mas sei que era sobre o plantio do algodão, do agave e da mamona era. Tinha umas cantorias boa danada. Ai quando começava a gente dizia faz o café que os homens já chegaram, era o caba do rádio, o locutor.*³⁵²

Por um lado, penso que as mensagens a respeito dos “plantios” de tais lavouras eram positivas, pois, à época existia, um contexto favorável, sobretudo em relação ao agave. Estas notícias divulgadas pelo rádio estimulavam a adesão dos trabalhadores a esta nova cultura agrícola. Por outro lado, as palavras do sr. Zuza demonstram a hospitalidade com que ele e outros agricultores recebiam os locutores em sua casa, oferecendo-lhes um café. Provavelmente, tratava-se de uma brincadeira, mas expressava como esses agricultores se sentiam próximos dos radialistas e os tinham como amigos. Esta cumplicidade fiava confiança nos ouvintes. Uma credibilidade atribuída a um homem invisível, mas que falava, aconselhava, mandava recados.

Estas esperanças eram também semeadas entre os pequenos proprietários, muito dos quais já haviam plantado agave e os desfibravam com as máquinas manuais. Todavia, com a chegada dos motores móveis, nos anos 50, grande parte destes homens, desfibradores autônomos, passou a compor a categoria dos trabalhadores de motor. Este deslocamento dos trabalhadores do roçado para o motor de agave fora também denunciado pelos cordéis, como escreveu Cipriano Barauna:

*Em 55, agave
terá preços alterado
que muitos agricultores
deixarão os seus roçados pra trabalharem em agave
que terão mais resultados.*³⁵³

³⁵¹ Jorge Chavier de Almeida, entrevistado em Barra de Santa Rosa, em agosto de 1995.

³⁵² José Alves Santos, entrevistado em Cubati, em novembro de 2002.

³⁵³ Cipriano Barauna. **A profecia do Agave e as 3 datas do mundo se acabar**. p. 2

Entretanto, desde os anos de 1940, alguns lavradores transitavam entre seus afazeres na roça e o trabalho nas máquinas mecânicas, ou no motor de agave, para fazer eco às vozes dos narradores por mim escutados. Nesta década, na área em estudo, começaram a ser implantadas as primeiras máquinas mecânicas fixas, ficando instaladas nas sedes das grandes e médias propriedades. Todavia, a sua expansão era muito lenta. Individualmente, estes instrumentos empregavam cerca de 20 a 25 pessoas, porém seu número era limitado, afetando, assim, o cotidiano de poucos trabalhadores.

Entretanto, algumas mudanças já começavam a ocorrer no mundo dos trabalhadores ligados à agavicultura. Uma delas estava relacionada ao assalariamento promovido por esta nova cultura, como disse Emilia de Rodat Moreira:

Houve portanto uma conquista de terras às outras culturas por parte do sisal. Na medida em que este passou a ocupar terras antes dedicadas às culturas de subsistência, contribuiu de um lado, para o declínio do sistema de aforamento e parceria e do outro lado, para a expansão das formas assalariadas de trabalho. Com efeito, via de regra, a exploração da agave é efetuada com mão-de-obra assalariada que é remunerada pela produção realizada.³⁵⁴

Ramilton Costa observou que esta forma de trabalho possibilitava o dobro da produção em uma semana: “*Como pagamento por produção a produção semanal de um motor praticamente dobra de mil para dois mil quilos*”.³⁵⁵

Os dados da pesquisa também mostraram como o trabalho por produção pressionava os trabalhadores, como lembrou o sr. Agenor:

Fazem nada. Oi, se disser assim: ‘bem vocês vão ganhar um salário, de duzentos reais por mês, ou duzentos e quarenta, eles num dava rendo, eles num dava.’ Oi porque trabalhar pra eles, eles num dava. É preciso tá em cima, em cima, em cima insistindo. Senão eles sobe, digo mas às vez, tinha motor de bagaceiro, ganha, às vez, num era toda semana, ganhava trinta, quarenta, cinqüenta reais por semana. Mas, bagaceiro, puxador ganhava sessenta reais, cinqüenta. E eles ainda faziam questão. Quer dizer se fosse por conta deles, o que é que eles iam fazer? Vamo vadiar dois, três dia e trabalhar só um, e pronto. É o que diziam porque foi feito mesmo pra motor de agave, ser produção mesmo, mas outro ganho... É. Só fica pro produção, mesmo. Outro meio num, eu já tentei diversas vezes, de fazer na diária, mas, Ave Maria! Só queriam pegar de sete, largar de onze, pegar de duas, largar de quatro. Num tirava quinhentos quilo de

³⁵⁴ Emilia Moreira. “Evolução do Processo de Produção no Espaço Paraibano”. In: **Cadernos do NDIHR**, João Pessoa, nº 23, 1990. p. 16.

³⁵⁵ Ramilton Marinho Costa. **O Capa Verde**: Transformações Econômicas e Interesses de classes no Curimataú Paraibano. op.cit. p. 140.

*agave por dia. Aonde é que tava o lucro? Num tinha quem agüentasse.*³⁵⁶

A partir das palavras deste gerente de motor, entendo que o trabalho por produção representava para os patrões muito mais do que uma “excelente forma de extração de mais valia”, como disse a economista Ivony Saraiva: “*O trabalho por produção resulta, assim, numa excelente forma de extração de mais valia, considerando o estágio atual do desenvolvimento das forças produtivas*”.³⁵⁷ Tratava-se, ainda, da introdução de um dispositivo que visava internalizar, nos corpos e nas mentes dos trabalhadores rurais, um relógio moral marcado pelas horas impacientes, que agora corriam velozmente e deveriam ser aproveitadas em todos os seus segundos, possibilitando, também, a criação de mecanismos que evitassem a “vadiagem”, e tornassem os trabalhadores obedientes à força do capital que estava se ampliando no campo paraibano. Assim, para disciplinar homens “rebeldes e insolentes” que gostavam de “vadiar”, dois, três dias, e trabalhar só um, era preciso institucionalizar o trabalho por produção vinculando-lhe o salário.

Nesta fase de bruscas mudanças, era importante que os trabalhadores aprendessem a ser seus contra-regras, como observou Michel Foucault ao se referir à irrigação do controle social no corpo:

*Mas quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana.*³⁵⁸

Nesta perspectiva, o poder é exercido por meio de um outro itinerário, isto é, a “micro-física do poder” é um poder que se espalha e age em várias esferas do social, de forma microscópica. Embora minúsculo, sua eficácia é de grande âmbito. Ele penetra na consciência e nos corpos dos sujeitos, controlando-os e produzindo os seus gestos, suas atitudes e seus comportamentos. Assim, por meio desta rede disciplinar quase invisível, os atores sociais vão sendo educados e conduzidos à finalidade do poder.

Com o estabelecimento da mecanização, era preciso que os trabalhadores empreendessem um novo ritmo a suas atividades, afastando-se das que estavam habituados

³⁵⁶ Agenor cassimiro de oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

³⁵⁷ Ivony Lídia Monteiro Saraiva. **Cooperativa de Sisal Sociedade Anônima**. op. cit. p. 145.

³⁵⁸ Michel Foucault. **A microfísica do poder**. op. cit. p. 131. Ao expor suas idéias sobre o poder, Foucault rejeitou a noção de poder como uma força unitária que parte do centro e invade a periferia subordinando-a, ou seja, para ele, o Estado Moderno, objeto de seu estudo, não representa um aparelho central, exclusivo e gerador de poder, como ele configurou: “uma das primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado no aparelho do Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ou lado dos aparelhos do Estado a um nível mais elementar, quotidiano, não forem modificados”. pp.149 e 150.

quando ainda desfibravam o agave na porta de suas casas, ou trabalhavam nos seus roçados e, “volta e meia”, podiam parar suas lidas, sobretudo as crianças, como lembrou D.Maria ao referir-se às mudanças verificadas na vida dos seus filhos pequenos, quando foram integrados no serviço do agave:

É, porque o roçado é um serviço bom, no roçado eles tão trabalhando mais a gente, dão uma carreira no pé de imbu, vão buscar um punhado de imbu, vão comer uma fruta, tomar um banho, tinha um pocinho d'água, choveu, 'mas, pia que pocinho cheio, deixa eu dar um mergulho', e lá na fibra era sério.³⁵⁹

Na fibra, as crianças não tinham mais tempo para serem crianças, não podiam mais subir em árvores como imbuzeiros e degustar seus frutos, dividindo-os com os adultos que os cercavam, nem ao menos mergulhar “nos barreiros”, algumas vezes, acompanhados dos seus pais, que aproveitavam para se banhar juntos compartilhando momentos de descontração. Na fibra era diferente, não havia mais tempo para brincadeiras, provavelmente, ao invés de dividir alegrias, D.Maria repreendia Avanir e Inês, ambas suas filhas, lembrando-lhes que a fibra era uma coisa séria, cujo trabalho não poderia ser interrompido, pois o tempo era ouro.

As estratégias disciplinadoras, baseadas no trabalho por produção, foram “revolucionadas” ou aperfeiçoadas com a introdução das máquinas itinerantes, nos anos 50 do século passado. Estes equipamentos, unitariamente, empregavam entre 7 e 8 pessoas, entretanto, eles se espalharam mais rapidamente do que os seus antecessores, ocupando um grande contingente de trabalhadores. Estas máquinas móveis eram instaladas dentro dos agaviais e moviam-se facilmente no interior das grandes e médias propriedades, fixando-se temporariamente nos campos até coletarem todas as folhas que estavam prontas para o corte; e, ao esgotá-las, eram deslocadas para outra área, onde as folhas já esperavam para serem desfibradas.

Fora neste momento que os patrões institucionalizaram uma meta mínima de produção semanal, variando entre 2.000 e 2.500 quilos de fibras verdes. Esta exigência era inovadora, pois, embora os salários dos trabalhadores fossem determinados por sua produção, não havia sido fixada a produção mínima, como relatou o sr. Odon Nunes:

No tempo deste motor fixo, ainda não havia sido estabelecido a produção mínima porque às vezes os trabalhadores ficavam esperando agave para desfibrar, faltava agave porque era 3 máquinas, isto dependia muito da distância dos campos de agave. Mas já se ganhava por produção e hoje eles já trabalham em usinas

³⁵⁹ Maria do Carmo Dantas, entrevistada em Pedra Lavrada, em setembro de 2003.

de máquinas modernas, máquinas que funciona com esteira, mas não aprovou.

Em virtude da facilidade de locomoção do motor de um campo para outro, quando o agave de um canto tava escasseado, aí você chegava e dizia: ‘amanhã a gente tem que botar o motor em Mata Redonda.’ Aí você pode estabelecer uma meta de 2.000 quilos, 2.500 quilos de agave verde.³⁶⁰

Desta forma, entendo que a implantação do motor itinerante contribuía para que os padrões ampliassem seu controle sobre o processo de produção, aumentando a regulação sobre dezenas de trabalhadores rurais. Mais uma vez, percebo que o que estava em jogo não era apenas a acumulação, mas também a disciplina dos trabalhadores, que deveriam economizar “gestos inúteis” buscando atingir a produção estabelecida.

Alguns entrevistados, a exemplo do sr. Gaxite, falaram sobre esta imposição dos padrões:

É porque aí o caba pega um agave muito ruim que num dá produção. Porque o pai de família, de dois mil pra lá, tem que ganhar dinheiro. Aí num dava produção. É por semana se não num dava. Não fazia nada. Porque não dava a feira. Só dava 2.000 mil quilo prá lá. Se fizesse 1.000 quilo, não dava a feira. Tinha que tirar de 2.000 mil pra lá.³⁶¹

Portanto a produção de 2.000 quilos representava a manutenção das condições mínimas de sobrevivência dos trabalhadores, caso contrário, eles receberiam salários tão ínfimos que seriam insuficientes para sua sobrevivência.

Os salários dos trabalhadores variavam conforme suas funções. Em decorrência da mecanização, fora imposto um processo mais complexo, em que os trabalhadores deveriam especializar-se em uma função, visto que o desfibramento do agave fora decomposto em múltiplas tarefas. Assim, estava sendo introduzido nos Cariris Velhos o trabalho em equipe, baseado na divisão das atividades entre os trabalhadores. Neste caso, cada um deles executava um serviço específico, que correspondia a uma parcela de todo o processo da produção. A forma de trabalho era, portanto, diferente das antigas práticas dos trabalhadores rurais: agora, eles tinham que trabalhar rigorosamente e ocupando funções diferentes e interligadas. De tal forma que a ausência de qualquer membro da equipe interrompia toda a cadeia produtiva.

³⁶⁰ Odon Cirilo Nunes, entrevistado em João Pessoa, em julho de 2005.

³⁶¹ Severino Pereira da Silva, entrevistado em Cubati, em novembro de 2002. Este narrador, à época da entrevista estava com 73 anos. O sr. Gaxite, como é conhecido no lugar onde mora, nome que também usarei neste texto para me referir a ele, crescera ao lado dos seus pais que eram lavradores e, quando adulto, casou-se com D.Maria. O entrevistado declarou que nunca trabalhou na agricultura e que, antes de iniciar sua carreira no motor de agave, usava seu tempo para brincar e jogar bola. Sr. Gaxite começou a trabalhar no motor de agave aos 16 anos, como cortador no distrito de Cubati, logo depois se tornou puxador, exercendo esta função também no estado da Bahia.

Tais atividades, tanto nas máquinas fixas como ambulantes, foram narradas pelos trabalhadores rurais como sendo extremamente árduas, conforme diz o sr. Agenor:

*Tudo, tudo no motor é cansativo, aí se é cortar é cansativo; se for amarrar também é; se for estender a fibra, tudo dele é agoniado... Agoniado porque é pesado, serviço pesado, coça muito também. Estraga as unha todinha, estoura, a água dele. No fim ele é problemático mesmo o agave.*³⁶²

3.2 “A Boca da Máquina” e a Disciplina Inscrita nos Trabalhadores

As funções de cortar, amarrar as folhas e todas as outras circulavam em torno do desfibramento. As tarefas nas máquinas fixas ou itinerantes eram basicamente as mesmas. Estas funções começavam com o corte das folhas, executado por homens denominados de cortadores. No corte das folhas no motor fixo, eram empregados cerca de 6 homens e para cada máquina itinerante 2 trabalhadores. Em qualquer destes aparelhos, os cortadores, com o uso de foices ou facões, podavam as folhas e extraíam os espinhos agarrados nas suas pontas. Entre as 5 horas da manhã e às 17 horas, excetuando os intervalos para as refeições, cafés e água.³⁶³ Os cortadores percorriam o percurso, entre os pés e as folhas de agave, plantados muito próximo uns dos outros. As filas das plantas formavam um estreito corredor onde, a certa altura, as folhas se entre entrecruzavam, decorando a paisagem com centenas de espinhos. No pequeno espaço livre, os cortadores se moviam agilmente com as costas totalmente curvadas e as pernas fletidas. Para eles, o campo era quase sempre um terreno minado. Por isto, ficavam atentos para não se perfurar nos espinhos. Desfolhando com a mão direita, com a foice extremamente afiada, caminhavam de um pé a outro, desferindo vários golpes contra as plantas, buscando acertá-las na altura correta para evitar danos. Realizavam esta atividade com instrumentos reconhecidamente ultrapassados, como destacou A UNIÃO: “recorrendo ao uso da foice para beneficiá-lo, consumindo o seu vigor físico, pois faz a mão aquilo que a máquina faria com mais rendimento, menos esforço físico e melhor qualidade”.³⁶⁴ Depois de extraídas, as folhas deveriam ser desfibradas, no máximo em 24 horas, caso contrário poderiam murchar, desvalorizando-se as fibras.

³⁶² Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

³⁶³ O número de trabalhadores que atuava nas desfibradeiras fixas variava conforme o número de máquinas acopladas ao motor. Considerei aqui a quantidade de trabalhadores referentes a três máquinas por motor, pois este era o modelo predominante na época.

³⁶⁴ “Problemas Econômicos da Paraíba”. In Jornal A UNIÃO, dom., 29 maio, de 1949. p. 5.

A velocidade que os cortadores deveriam imprimir aos seus gestos aumentava o desgaste físico e os riscos. Os mais frequentes eram as furadas de espinhos, como disse o sr. Gaxite que, inicialmente, trabalhou no motor de agave, nesta função: “*Furei e furei um bocado. Eu derrubava muito sangue. Furava braço, mãos. As coxas. Eu perdi muito sangue, às vezes se cortava com as duas mãos*”.³⁶⁵ Segundo a investigação, as espetadas referidas por este entrevistado poderiam atingir outras partes do corpo, inclusive a vista, provocando cegueira no olho afetado.

Atrás destes cortadores, seguiam os cambiteiros ou tropeiros, cujo número era de 6 para as máquinas fixas e 2 para os motores ambulantes. A função destes trabalhadores era de organizar as folhas em feixes e conduzi-las até o local do desfibramento. Os cambiteiros recolhiam as folhas do chão e as arrumavam nos dorsos dos animais. Se o terreno fosse plano, estes homens poderiam montar na garupa dos burros ou dos jumentos e conduzi-los rapidamente até o desfibramento. Para serem ágeis, estavam sempre reclamando e batendo nos animais. Assim, passavam das 5 horas da manhã até as 17 horas subindo e descendo ladeiras, tentando escapar dos espinhos, e evitando os terrenos íngremes.

As atividades dos cortadores e cambiteiros tornaram-se mais exaustivas com a introdução das máquinas móveis, instaladas dentro do próprio campo de agave por várias razões. Primeiro, para acompanhar o ritmo das tais máquinas, tinham que realizar seus afazeres mais rapidamente. Para se ter uma idéia: os cortadores, em menos de um minuto, realizavam cerca de 100 movimentos.³⁶⁶ Enquanto os cambiteiros, embora beneficiados com a diminuição do seu percurso campo/motor, eram pressionados para trafegar com as folhas mais rapidamente, afinal, a demanda por folhas era pensada como uma necessidade da máquina, fazendo supor que homens deveriam adaptar-se a ela. Segundo, desde então, estes trabalhadores estavam mais bem policiados pelos gerentes dos desfibradores que agora circulavam com mais rapidez entre os locais do corte, do transporte e da desfibragem, pois todas estas etapas estavam sendo realizadas no mesmo lugar. Ao passo que, anteriormente, eles dividiam seu tempo entre as sedes das fazendas, onde ficavam os motores fixos, e os agaviais, sendo, portanto, mais difícil flagrar “os desvios” que, por ventura, os trabalhadores cometessem, como, por exemplo, os cortes demasiados nos pés de agave, prejudicando o crescimento das plantas, uma porteira aberta, o não fornecimento de água aos animais e, por fim, a própria “cera”. A mecanização, portanto, tornava mais difíceis as práticas subversivas

³⁶⁵ Severino Pereira da Silva, entrevistado em Cubati, em novembro de 2002.

³⁶⁶ Sobre este assunto ver, Lúcia de Fátima A.Couto. **A Saúde na Sala dos Trabalhadores do Desfibramento do Sisal** um estudo de caso. Paraíba. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Sociologia Rural da Universidade Federal da Paraíba, UFPB: Campina Grande, 1989.

destes trabalhadores. A partir dos anos de 1960, os cambiteiros sofreram mais um infortúnio, visto que muitos homens pobres compraram as ditas máquinas. Muito destes não tinham sequer os jumentos para transportar as folhas. Neste caso, os próprios cambiteiros levavam as folhas em suas cabeças, até as barracas onde estavam os motores. Assim, passavam o dia buscando se equilibrar com o peso na cabeça. Para manter-se com a sua carga intacta, andavam com os músculos do pescoço tensionados, a cabeça voltada para frente, evitando movimentos para os lados, para baixo e para cima. Estes homens equilibristas estavam sempre em busca de um lugar seguro para pousar seus pés. Neste sentido, os cambiteiros ficavam em vigília constante, sobretudo em dias de chuvas quando os terrenos se tornavam escorregadios. O trabalho era uma maratona, pois faziam o mesmo trajeto campo-motor inúmeras vezes. Os cambiteiros precisaram reaprender a andar, isto é, caminhar rapidamente sem saber onde pisavam. Este fato lhes causava profunda insegurança, como observou Lúcia Couto:

*A impossibilidade de olhar o espaço imediato sob os pés implica numa sensação de insegurança no caminho, visto que, os próprios pés devem tatear na busca de um melhor lugar para pousar, de modo a evitar as pedras soltas ou tropeçar em tocos, o que ocasionaria queda.*³⁶⁷

Os riscos mais freqüentes para os cambiteiros eram os traumatismos físicos: em caso de quedas, fraturas nos membros superiores e inferiores. Além destes riscos, estes “homens de carga” estavam sujeitos a outros comprometimentos musculares, resultando em fortes dores, notadamente na região do pescoço.³⁶⁸

A fase seguinte era a do desfibramento, executado pelos puxadores, que comandavam todo o processo de produção. Nas máquinas fixas ou móveis, estes homens viviam dias intermináveis, mergulhados em uma nuvem escura de fumaça e embalados por um som cadenciado pelo “entrar das folhas e sair das fibras”, cuja vibração, de tão forte, rasgava o solo ressoando nos seus corpos. No ritmo das máquinas, uma rotação por minuto, aproximadamente de 1000 rpm, os puxadores dançavam um balé esquisito: monótono, mecânico e repetitivo. Por tudo isto, é inebriante para o observador comum.³⁶⁹

Com o corpo voltado para a máquina e com o olhar fixo sobre ela, estes homens protagonizavam uma sincronia infernal, que lhes exigia concentração absoluta, pois uma

³⁶⁷ Idem, ibidem. p. 29.

³⁶⁸ Idem. Ibidem.

³⁶⁹ “Uma sensação semelhante a que senti ao olhar os puxadores puxando agave” fora descrita, por outra pesquisadora: “A necessidade e repetição dos gestos causam àquele que observa um estado de topor dormência. É quase hipnótico”. Lúcia de Fátima A. Couto. **A Saúde na fala dos trabalhadores do desfibramento do sisal** um estudo de caso. Paraíba. op. cit. p. 41.

conversa com o parceiro, um riso fora de hora, poderia lhes custar os dedos, ou mesmo as suas mãos. Para evitar este transtorno, eles trabalhavam em silêncio “monástico”, compenetrados no “tirar e colocar das folhas”. E assim permaneciam durante horas ininterruptas. Desta forma, o puxador da direita estendia com precisão seu braço direito em direção ao banco do mesmo lado, - onde estavam depositadas as folhas, previamente organizadas por outro trabalhador, que as colocava na posição de serem introduzidas nas máquinas-, pegando uma folha e colocando-a nas lâminas da máquina, com a ajuda de sua mão esquerda ele puxava a folha, retirando-a. Imediatamente, quase concomitante a este último gesto-, o outro puxador, que ficava a esquerda do primeiro rebatia a folha, segurando-a na parte desfibrada e fazendo-a retornar, em um movimento, basicamente, paralelo a este. Este mesmo homem com a mão direita introduzia a parte basal da folha. Após este processo surgia a fibra que era aremessada, pelo último puxador para o banco das fibras, localizado, atrás das suas costas. Estes movimentos eram basicamente os mesmos tanto para os motores fixos como para os equipamentos móveis, permanecendo, praticamente inalterados, até os dias atuais.

Nos aparelhos mais modernos, este processo era realizado apenas por dois homens, enquanto nos instrumentos mais arcaicos, na “boca da máquina”, trabalhavam cerca de seis homens. Em ambos os casos, era o potencial cortante dos aparelhos, combinado aos esforços dos puxadores, que dilaceravam as folhas. Por esta razão, estes sujeitos foram vistos pelos patrões como os mais fundamentais em todo o processo, pois promoviam a transformação das folhas nas fibras douradas, objeto central de todo o conjunto de procedimentos e que permitia a concretização de todos os esforços, que começavam em fases muito anteriores. A riqueza proporcionada pelo “ouro verde” desvelara o valor dos puxadores. Nesta perspectiva, os patrões os perceberam com vitais para seus objetivos. Por isto, o ritmo de toda a produção era determinado por este personagem, que era quase um alquimista, pois transformava as folhas espinhentas em fios de ouro.

Em regra geral, os puxadores trabalhavam em um ambiente coberto, sob uma temperatura altíssima, de aproximadamente 30 graus. Mesmo assim, estavam sempre vestidos com longos aventais de plásticos ou sacos por cima das calças e emendavam as mangas das suas camisas $\frac{3}{4}$ em pedaços de sacos. Faziam isto para se proteger dos resíduos nocivos das plantas. Ainda, para defender seus braços, mãos e dedos da guilhotina das máquinas, improvisavam luvas de câmara de ar ou bicos de mamadeiras.

Alguns trabalhadores lembraram suas primeiras experiências como puxadores, como o sr. Zuza disse:

Quem ensina? A gente começava a treinar desde devagarzinho. Aí chega no motor o caba tá virando. Aí o caba pede pra entrar. Entra. Aí dão pro caba experimentar. Aí começa a botar uma folha. As primeiras folhadas que vai botando é meia rim. Mas depois vai praticando, aí quando der fê, tá puxando. Só assim mesmo, chegando no motor, o caba dava uma chancezinha, ali a gente começava a botar uma folha. Botando, botando até tá aprendido.³⁷⁰

As suas palavras mostram que os trabalhadores não recebiam nenhum tipo de treinamento para executar uma função considerada extremamente perigosa. Esperavam, assim, os raros momentos em que seus colegas rapidamente se ausentavam da “boca de máquina” para fazer as suas primeiras puxadas, avaliando sua capacidade em uma outra posição: a do puxador, que era a mais bem remunerada e também a mais cobiçada por todos os trabalhadores do sexo masculino. A valorização financeira desta atividade fora institucionalizada pelos patrões desde os anos de 1940, para isso pesando nesta postura dos produtores o fato de ser arriscada, pois eles, e as elites técnicas conheciam os riscos desta função.³⁷¹ O sr. Agenor também configurou tal situação:

Aquilo neim era brincadeira, o puxador é a peça do motor, é os puxadores, porque é o serviço pesado, perigoso, muitos têm cortado tem ficado aleijado das mãos, a máquina como e é um serviço pesado de trabalhar prá morrer, morrer, o puxador, é dois puxador é a mola do motor, é os dois puxadores, porque o resto, não, o resto o que faltar a gente tá ali tudo no momento, tá pronto ali. Agora que os dois puxadores é diferente, que os dois puxador é diferente, os dois puxadores, se um puxador daquele der o prego, parou todo mundo; porque ai não tem puxador é preciso o cabra ir caçar outro, matar a vontade de pagar, o que ele deve noutra motor pra poder a gente virar, senão num vira, é a mola do motor de agave é os dois puxador.³⁷²

Para o sr. Agenor, a puxada representava riscos, pois era um serviço pesado e perigoso que também requisitava habilidades, logo, não era qualquer trabalhador que poderia exercê-la. Este aspecto dificultava, ainda mais, a substituição dos puxadores, valorizando sua posição, provavelmente este elemento era considerado, na hora em que patrões e puxadores discutiam os salários. Todavia, outro item era primordial para aquela categoria: o que transformava o puxador na “peça do motor”, ou seja, na “principal engrenagem do desfibramento”, pois era o seu trabalho que permitia a realização do objeto central de todo o processo: a transformação

³⁷⁰ José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

³⁷¹ Cf. Antônio Moura e Sílvio da Silva. **Cultura do Sisal**. op. cit. p. 40. No seu trabalho, estes autores chamam atenção para o número de acidentes com puxadores, no estado da Bahia.

³⁷² Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

das folhas nos fios dourados que representavam o ouro para os produtores. Desta forma, os proprietários atribuíram importância fundamental aos puxadores, por isto os selecionavam cuidadosamente, como disse o sr. Odon Nunes: “*O cabra melhor era o puxador ele era o mais arrochado do motor. Ele tinha que ser forte e ligeiro para desfibrar muito. Toda produção dependia do ritmo dele, se ele fosse devagar caía*”.³⁷³

Na perspectiva dos produtores, o puxador não podia ser qualquer homem, tinha que ser “arrochado”, uma espécie de “homem boi”.³⁷⁴ O seu bom desempenho estava ligado à força física. Quanto mais forte e rápido fosse o puxador, mais folhas seriam desfibradas, aumentando toda a produção. Portanto, para os patrões, o prestígio dos puxadores estava, sobretudo, relacionado à produtividade. Ao passo que, para os trabalhadores, a puxada tinha outros significados, o que pode ser percebido nas declarações do sr. José João, que ingressou no motor de agave em 1947, trabalhando nas máquinas fixas, iniciando sua carreira como bagaceiro, função mais degradante do motor de agave, sobre a qual falarei depois. Assim, ele não hesitou quando lhe foi dada a chance de puxar agave:

A primeira fôia era rim, difícil, mais peguei os treinos, no dia, no primeiro dia, que eu tomei os aventá, pra eu ir puxar, faltou o puxador. Aí disse pronto, o parecia dele não foi, que era o finado Inácio Belo. Aí, Inácio não veio que tava doente, aí correram e foram dizer o fazendeiro aí disseram ‘Inácio Belo não veio que tá doente, nos vamos botar José João pra puxar’, ele disse: ‘a José João, não serve nem prá deitar galinha’. Ele chegou e disse: ‘cê vai puxar’, aí eu disse: vô. Lá vai, quando foi de tarde eu tava ronceiro. Aí o outro disse ‘não pode mais não’. Eu digo ‘empurra’, era pegando fazendo o moi e jogando prá trás, pra trás, depois reparei tava no jeito, que eu jogava os moios que eu tava pegado ia as nódas de sangue, comeu as mãos.

...Aí quando pararam este motor, eu tava doidim, uma camioneta, o motorista, o gerente ia buscar uma mulher no sítio pra levar pra Campina, pra tratar os oio, a vista. Aí eu fui na camioneta. Aí eu disse: eu não vou nunca mais na boca de uma máquina. Aí quando chegei em casa pra morrer, num podia fechar as mãos toda estragada, o dedo, aí mamãe foi tratar, armornar água pra fazer cuzimento de sal. Com três dias tava bonzinho, doidim pra ir de novo. Aí eu fiquei doente, três dias não fui puxar nem nada. ...Era preciso ser mais esperto do que era.³⁷⁵

³⁷³ Odon Cirilo Nunes, entrevistado em Cubati, em julho de 1995.

³⁷⁴ Este termo fora usado por Fredereck Taylor para designar o modelo ideal do operário que deveria executar um intenso programa de trabalho na indústria moderna. Ainda para Taylor, o trabalhador do “tipo boi” deveria ser pacato e dócil. Cf. Luzia Margareth Rago e Eduardo F.P. Moreira. **O que é taylorismo**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

³⁷⁵ Manoel Roque da Silva, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

O seu depoimento revela os sentidos particulares que os trabalhadores conferiam à puxada: o do desafio e o da esperteza. Assim, “*era preciso ser mais forte do que era*”, ou seja, era preciso ser rápido, ágil, disposto, e “*tinioso*” para enfrentar a temida “*boca da máquina*” e dominá-la, não se deixando tragar por ela. A puxada era uma arte que reunia força, coragem, destreza e talento. Era também um momento de ascensão, visto que a posição do puxador era a mais elevada na carreira dos trabalhadores de motor. Não se tratava apenas de conseguir um reajuste salarial, o que era importante para os trabalhadores rurais, mas extrapolava o âmbito meramente financeiro, legitimando valores do seu mundo cultural, como a valentia, a peleja com a máquina, com os seus limites. O sr. José João, por exemplo, cujo patrão o via como um “*borra-botas*”, um homem que não servia “*nem pra deitar galinha*”, poderia publicizar as suas bravuras e façanhas, poderia por um instante se sentir um herói.

Os grandes motores, instalados nos alpendres ou galpões das sedes das fazendas, empregavam aproximadamente 6 puxadores. Neste momento, os puxadores ainda podiam refestelar-se e tomar um pouco de ar. Isto ocorria porque, muitas vezes, tinha que esperar as folhas chegarem dos campos de agave, para realizarem a puxada.

Com a introdução do motor ambulante, foram construídas barracas no meio dos campos de agave, para abrigar as máquinas em um lugar mais próximo das folhas. Desde então, fora impresso um ritmo mais intenso em toda a cadeia produtiva, pois as máquinas, além de mais rápidas, estavam sendo abastecidas diretamente na fonte, isto é, dentro dos próprios agaviais, o que garantia um suprimento ininterrupto das folhas. A partir de então, os puxadores, que agora eram apenas dois, perderam o direito de se refrescar, parando apenas nas horas das refeições, quando também os motores eram revisados rapidamente.

Os riscos maiores para os puxadores eram aqueles causados pelas guilhotinas das máquinas e, geralmente, resultavam na perda de suas mãos, além das constantes inflamações nas pontas dos dedos, devido às substâncias irritantes das folhas e das fibras. Os puxadores também estavam submetidos a um intenso e contínuo desgaste mental, porquanto tinham consciência dos riscos a que estavam sujeitos e, ao mesmo tempo, pesava sobre os seus ombros a responsabilidade de comandar a cadência de todo o processo de trabalho. Devido ao barulho intenso e freqüente das máquinas, eles podiam sofrer distúrbios auditivos.

Próximos aos puxadores trabalhavam os bagaceiros. Tinham várias funções, embora o nome remetesse a apenas, uma delas, que consistia na retirada do bagaço, isto é, os resíduos das folhas que, quando dilaceradas, caíam em uma espécie de caixa, que ficava na parte inferior dos motores, denominada pelos trabalhadores de “*cavuco*”. Assim, eles esvaziavam o “*cavuco*” com uma pá e removiam, em um carro de mão, os detritos para o campo. Além

desta ocupação, estes homens recolhiam as folhas, transportando-as do chão, onde eram deixadas pelos cambiteiros organizando-as em um banco, ao alcance dos puxadores. Cabia, ainda, aos bagaceiros pesar as fibras verdes e abastecer o motor com água, em intervalos regulares e conforme as necessidades da máquina. Nesta posição trabalhava, comumente, 1 homem, nas máquinas anbulantes, podendo ser 2 ou 3 nos motores fixos.

O sr. José João narrou o seu primeiro dia como bagaceiro em um motor de agave:

Nem sabia nem como era o serviço em 47, foi o primeiro motor que virou nesta terra aí me butaram pra puxar com enxada pra debaixo dos cavucos das máquinas, puxando pro salão, outro pegava com a carroça e cortando pro mato lá no campo. Depois, eu com os pés descalço, neste tempo, era tudo brabo, ajuntou-se o bagaço com a água do agave, no cimento, comendo os pés, pouco mais onde pisava ficava o sangue.

...Cortou os dois pé, cortava tudo, doía, comia.³⁷⁶

O seu depoimento mostra como, no “marco um” da mecanização do agave, os trabalhadores não tinham idéia de quais seriam as suas funções e também dos efeitos desta mecanização em seus corpos: o trabalho intenso pautado não apenas por gestos rápidos, mas também pelo contato contínuo e repetitivo ao longo do dia com material corrosivo, pois, até então, os trabalhadores estavam habituados a desfibrar o agave em suas próprias casas, em um ritmo muito mais lento e certamente despolpando uma quantidade menor de folhas, convivendo, portanto, com menos substâncias alérgicas e cortantes. Homens como o sr. José João, fosse no seu roçado ou no trabalho com as desfibradores manuais, vestiam-se com roupas leves e, muitas vezes, iam trabalhar com os pés no chão, ou mesmo com sandálias abertas. Entretanto, com a mecanização o entrevistado passara a perceber estes costumes como rudes: “*Neste tempo era tudo brabo*”.

As jornadas de trabalho dos bagaceiros acompanhavam as dos puxadores, o que incluía, desde meados dos anos 50, o trabalho noturno. Os bagaceiros também procuravam proteger seus corpos, vestindo calças e cobrindo os braços e as mãos, para evitar lesões, bem como calçando botas de borrachas compradas pelos próprios trabalhadores. As coceiras, que freqüentemente acometiam estes trabalhadores, eram ocasionadas por vários componentes presentes no bagaço, a exemplo do ácido sulfúrico, que provocava o sangramento nos pés e nas mãos.

Depois de desfibrado o agave, as fibras eram lavadas e estendidas. Esta última etapa do trabalho era desempenhada por homens e por mulheres denominados lavadeiros,

³⁷⁶ Manoel Roque da Silva, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

estendedores ou fibreiros. Nesta função, nos grandes motores trabalhavam em torno de seis pessoas, enquanto, nas máquinas itinerantes, eram 1 ou 2. O serviço para os fibreiros começava por volta das 6 horas, como relatou D. Maria:

*No motor não tinha hora certa pra começar não, mas a virada dele era 4 horas da madrugada... Eu só chegava de manhã, que eu não tinha o que ver de 4 hora, tinha um bocado só de homem, tinha nem gente da gente”.*³⁷⁷

Certamente, um bocado de homens, muitas vezes desconhecidos das fibreiras que, até então, eram acostumadas a trabalhar com seus familiares, ou em grupos maiores, geralmente compostos por mulheres, a exemplo da “apanha algodão”, em que predominava o trabalho feminino, referido no primeiro capítulo. Por isto, as fibreiras se sentiam constrangidas em serem, no máximo, duas em meio a uma turma de, no mínimo, seis homens. Assim, preferiam chegar apenas às seis horas, quando já havia sido desfibrada uma porção de fibras, permitindo que estas mulheres iniciassem seu trabalho.

Os fibreiros lembraram, ainda, que, antes da lavagem das fibras verdes, estas eram igualadas e transformadas em pequenos feixes, chamados de bonecas ou manocas, e mergulhadas em um tanque d’água, construído próximo à casa da fazenda, de onde subia um odor fétido e irritante para as vias respiratórias, causando prurido nasal, espirros e corizas. Os olhos também eram afetados, por isto ardiam e lacrimejavam. No dia seguinte, as fibras eram retiradas da água e eram atiradas contra um banco e laçadas em um torno. Posteriormente, eram torcidas e sacudidas e, finalmente eram estendidas nos “estaleiros” ou “secadores” - espécies de cercas feitas com arames lisos ou com as fibras do agave, onde ficavam expostas aos raios solares durante um dia.

Nesta função se destacaram, sobretudo, as mulheres, sendo esta a única tarefa que elas poderiam exercer no motor de agave, pois lavar e secar, para os proprietários, eram atividades que exigiam paciência e zelo. Por esta razão, eles preferiam contratar mulheres para esta atividade, como disse o sr. Agenor:

*Só a mulher, porque a mulher sempre tem um capricho pa tratar de fibra melhor do que o home. O home só que é amarrá e botá pra frente e vai embora. E a mulher, não, a mulher sempre é mais caprichosa nos horários de tirar, nos horários de espalhar, no horário de amarrar a mulher é mais caprichosa.*³⁷⁸

³⁷⁷ Maria do Carmo Dantas, entrevistada em Pedra Lavrada, em setembro de 2003.

³⁷⁸ Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

Mais do que capricho, as mulheres lavadeiras de fibras precisavam de força e coragem para enfrentar o dia-a-dia nas fibras: corrosivas, cortantes e destruidoras. Sobre a agonia das fibreiras, é bom ouvir D.Maria:

A gente num era acostumada a lutá com aquilo, aquela água da fibra, nessa época que nós trabalhava. Hoje se trabalha naquele serviço de fibra, tá uma maravilha, uma carroça pra botar no campo, tem uma pessoa que bota água, tem o fibreiro, tem direito a botar uma carga d'água no motor. Na cabeça, carregava a fibra na cabeça, a garapa descendo, correndo aquele caldo na cabeça, hoje não, hoje vai uma carroça pra botar no campo vai levar agave no motor e pra tirar a fibra seca, enquanto não amarra, eles só faz amarrar lá em cima e traz pra casa.³⁷⁹

Com a introdução do motor ambulante, em meados dos anos de 1950, o processo de lavagem fora modificado, como disse o sr. Odon Nunes:

Aí foi aumentando a produção aí surgiu os motores pequenos, quando o motor pequeno chegou este procedimento acabou. Eu atribuo porque sendo desfibrado no motor pequeno a fibra era mais e os trabalhadores não davam conta. Foi nos anos 60, não isso foi nos anos 50, meados dos anos 50.³⁸⁰

O seu depoimento mostra que algumas etapas da lavagem foram simplificadas, devido ao grande volume de produção, impossibilitando as fibreiras de realizar toda sua tarefa a tempo: fazer os pequenos feixes, em seguida lançá-los em um torno, posteriormente retirá-los, torcê-los e colocá-los para secar. A solução para os produtores fora suprimir algumas destas operações: a feitura das bonecas e o mergulho demorado das fibras nos tanques. Esta nova prática dos proprietários apresentava implicações graves: primeiro, a desqualificação das fibras, visto que a lavagem interferia na cor e no brilho, diminuindo as condições das fibras paraibanas no comércio internacional; segundo, o serviço dos fibreiros tornou-se ainda mais árduo, embora tenham sido reduzidas algumas das suas etapas de trabalho. Pois, desde então, eles tinham que deslocar as fibras de agave na cabeça, como sempre fizeram, só que percorrendo um trajeto maior, saindo dos agaviais, onde estavam as fibras verdes e indo até as sedes das propriedades, onde as fibras eram lavadas em tanques, barricas ou bordalisas, grandes barris revestidos de cimento na parte interna. Logo depois, as fibras já eram estendidas e novas fibras eram lançadas nos depósitos lavatórios. Ademais, o ritmo do

³⁷⁹ Maria do Carmo Dantas, entrevistada em Pedra Lavrada, em setembro de 2003.

³⁸⁰ Odon Cirilo Nunes, entrevistado em João Pessoa, em julho de 2005.

trabalho era também muito mais intenso, assim, tão logo os fibreiros chegavam com as fibras, já tinham que voltar aos agaviais, para recolher outras fibras.

Conforme as investigações, os estendedeiros usavam casacos confeccionados com sacos de algodão para evitar o contato do sumo das fibras com a pele. Os homens trabalhavam de calças e as mulheres, de saia ou vestidos. Posteriormente, entre os anos 60 e 70, do século passado, elas passaram a usar calças de sacos por baixo das suas vestimentas.

Embora as lavadeiras de fibras e os fibreiros cumprissem diariamente uma árdua jornada de trabalho, das 6 às 17 horas, parando apenas na hora do almoço, eles estavam sempre de plantão, pois, caso chovesse, independente de ser dia santo ou não, corriam aos terreiros e apanhavam as fibras para que estas não se molhassem. Assim, eles estavam continuamente em alerta, até nos finais de semana, porque tinham que secar as fibras produzidas nas tardes das sextas-feiras.

No momento em que os fibreiros recolhiam as fibras do terreiro, estas desprendiam um pó extremamente tóxico, que provocava irritantes coceiras e lesões da pele.

Depois de todo este processo, obtinham-se as fibras comerciais, que eram arrumadas em fardos, e transportadas por animais e por caminhões até os armazéns, próximos às fontes de produção. Posteriormente, as fibras seguiam viagem para as indústrias beneficiadoras, onde eram prensadas e batidas e, só depois, eram exportadas. O processo de prensagem e batimento não é objeto de estudo deste trabalho.

As atividades descritas acima eram realizadas rapidamente, como contou o sr. Agenor:

Tem que ser rápido pra num faltar. Senão o puxador perde. O povo diz que quem trabalhava no motor é tudo atrás um do outro, é tudo correndo atrás um do outro, se num for assim, o que demorar ali o outro perde, aí faltou tudo. Tem que ser atrás um do outro, tudo com a moléstia prá num deixar faltar de um para o outro, pra tudo sobrar, é muito serviço, a vida no motor de agave é muito sacrificada, tem que acompanhar aquele ritmo. Cada um tem sua obrigação de fazer aquele seu serviço apertando o outro. Pronto eu vou dar uma informação: olha, os dois puxador tem que apertar o bagaceiro, o bagaceiro já tem que apertar o tropeiro, pra num faltar agave; o tropeiro já tem obrigação de correr atrás do amarrador de agave; o amarrador de agave, já tem que, por obrigação, correr atrás dos cortador, que é pra num faltar pra ninguém.³⁸¹

Destaco alguns aspectos nesta narrativa. Primeiro, a velocidade dos gestos de todos os membros da equipe; seguindo uma seqüência acionada pelos puxadores, que pressionavam os

³⁸¹ Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

cambiteiros para que conservassem os bancos sempre abastecidos com as folhas; estes, por sua vez, observavam os cortadores, que deveriam cortar as folhas em tempo hábil, enquanto o bagaceiro tinha que esvaziar rapidamente o “cavuco” para agregar o bagaço das folhas, que caíam interruptamente, na medida em que a puxada era executada, caso contrário, esta atividade seria paralisada. Segundo, a interdependência das tarefas expropriava os trabalhadores do seu próprio tempo: “*tem que ser um atrás do outro...*” Desta forma, todos os tempos deveriam estar sincronizados “*prá num faltar prá ninguém*”, portanto, o tempo do cortador deveria estar em sintonia com o tempo do cambiteiro que, por sua vez, estava conectado ao do puxador, localizado no ápice da pirâmide, cujo tempo era pautado pela velocidade e rapidez.

O tempo dos trabalhadores, até então, era determinado singularmente por cada um deles, porém, com a introdução das máquinas fixas ou móveis, o ritmo dos trabalhadores deveria estar balizado pelo tempo do relógio, o tempo da produção, assim como a decomposição das atividades, promovida pela mecanização. Os trabalhadores não poderiam mais cortar as folhas durante o dia e desfibrá-las à noite, como estavam habituados a fazer até então. Portanto, a introdução da divisão social de trabalho lhes trouxera transtornos, o que pode ser percebido nas palavras do sr. Zuza: “*Eles davam muita maçada, as vezes não iam, a gente tinha que ficar esperando prá começar. O motor só vira com a equipe completa*”.³⁸²

Ao falar sobre o transtorno dos trabalhadores que já estavam postos no motor, à espera dos colegas, o sr. Zuza também dimensionara o impacto, criado em seu mundo cultural a partir da introdução da divisão social do trabalho, visto que esta ia de encontro a sua concepção de tempo, interrompendo a maior liberdade que os trabalhadores tinham para programar seus horários de trabalho. Antes da mecanização do agave, o narrador estava acostumado a ir ao roçado em companhia de outras pessoas, às vezes, dos próprios familiares, carregando a enxada, a foice, e muita conversa, o que certamente deixava o trabalho agradável e a falta ou o atraso de um colega não perturbava as atividades dos demais.

Quando trabalhava no roçado, o sr. Zuza tinha apenas compromisso com os seus afazeres, não tendo, portanto, a mesma responsabilidade coletiva do trabalho no motor. Por isto, ele podia ouvir melhor os limites do seu corpo, ou, ainda, outros imprevistos, como ele expressou:

Não aí eu num ia. É porque aí eu já tava, só tinha eu mesmo, pra dá conta, a minha pessoa. Já no motor é diferente, porque já tinha ali oito esperando por mim. Num é? Se num for o motor pára. Porque o

³⁸² José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em novembro de 2002.

motor tem isso. Na hora que um num fosse, pronto o motor tava no prego.

...Agricultura não, porque agricultora só é você, só tem uma pessoa que tá responsável por aquilo ali.³⁸³

Portanto, a nova moral inspirada na produtividade e no trabalho em equipe afastava-se das antigas noções de trabalho do sr. Zuza e dos demais lavradores, pressionando-os para reverem os seus valores, reinventando a sua própria noção de responsabilidade, de dever com o outro. Desta forma, não predominava mais a preocupação com a saúde, o resguardo de doenças, ou com os seus limites físicos; o que atormentava “o juízo” dos trabalhadores era o receio em se atrasarem para os seus afazeres, na puxada, no cambito, no bagaço, enfim, no desfibramento.

Compreendo, portanto, que o trabalho mecanizado exigia uma readaptação dos trabalhadores rurais buscando torná-los mais eficazes produtivamente. Era o mundo do trabalho tomando novas cores no semi-árido paraibano e gerando controvérsias entre os próprios trabalhadores, sobre o que comentou o sr. Zuza, ao relatar pequenos atritos com os colegas:

Não, a gente tinha uma besterinha só ali, mas num era coisa demais não. Ou ele produz; ou ele, entonce sábo ele não tem a feira, o caba muanbando, sem querer dar produção, se escorando, escorando, às vez é escorando no outro. Rapaz você tem que aumentar o passo, pra vê se a gente ganha mais dinheiro, dava uma lição pesada ele melhorava um pouco. Os parceiros dele diziam: ‘ah ninguém teve produção por causa de fulano, por que num chegou, por que num se interessou, dizia logo. E se ele num melhorasse, a gente tirava ele; tinha que sair, era se não atrapalhava tudim. Quando for no final de semana nem o dono do motor tem sardo, nem nós tem feira. Era rojão, tinha que trabalhar. Tá na boca d’uma máquina, é perdendo o sono, perdendo. Eu saía muitas vez com chuva, n’era? As vez, eu ia pro motor, os outro num vinha. Eu ficava lá de manhã, dormindo lá no pé da máquina’.³⁸⁴

A interdependência das atividades combinadas ao trabalho por produção acionava uma cadeia de vigilância composta pelos trabalhadores, que, por um lado, se tornaram seus próprios “contra-mestres”. Ainda de madrugada e com sono, deixavam suas casas e se dirigiam aos seus serviços, muitas vezes, embaixo de chuva, pois, como não tinham meios de transportes disponíveis, como os ônibus e comumente não possuíam carros, bicicletas ou animais, caminhavam das suas casas até os locais do desfibramento. Faziam este percurso na

³⁸³ José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

³⁸⁴ José Alves dos Santos, entrevista em Cubati, em setembro de 2003.

mais completa escuridão, quando muito iluminados pela lua. Eles andavam no meio do mato, em terrenos íngremes e acidentados, em estreitas trilhas por eles improvisadas. Por outro lado, eram também “contramestres” dos seus colegas, policiando-os e delatando a seus superiores aqueles considerados “muambeiros”, ou seja, indolentes, preguiçosos, que ficavam se “*escorando no outro*”. Além destes conflitos explícitos entre os trabalhadores, existiam ainda os enfrentamentos cotidianos: “*a gente tinha uma besterinha só ali*”, isto é, os trabalhadores repreendiam seus companheiros, chamando-lhes atenção para serem pontuais e, ao mesmo tempo, fazendo-os sentirem-se culpados e responsáveis pelos esforços inúteis dos parceiros que chegavam cedo ao motor, enfrentavam a chuva, o frio, para iniciarem suas jornadas no horário marcado. Assim, estes trabalhadores mais ordeiros passavam uma “lição pesada” nos colegas mais “descansados”, pois o que estava em jogo era a sobrevivência individual de cada trabalhador, visto que precisavam produzir em conjunto. Caso contrário, eles não teriam como fazer suas feiras semanais. Por isso, se patrulhavam e também faziam o mesmo com os parceiros, portanto, os próprios trabalhadores observavam e reprimia os colegas buscando evitar o “corpo mole”, a “cera”, a conversa, enfim, todos os desvios que, mesmo praticados individualmente, prejudicavam toda a equipe. A partir dos dados coletados, compreendi que os trabalhadores que estavam estacionados nos motores, aguardando os colegas, também se achavam desrespeitados e ficavam aborrecidos com eles. Continuando o relato sobre os desentendimentos dos trabalhadores, D.Maria narrou:

A gente sentia ficava com raiva, num achava bom que é que foi que teve, se tava doente a gente dissimulava, porque a doença vem. Agora quando num vinha por sem-vergonhice todo mundo ficava com raiva. É, a gente chegava no motor, dizia voltemo pra trás, fulano nem veio o que foi que houve? Quando era perto que a gente sabia o motivo, inda bem, muitos inda era de fora a gente num sabia o que era que tava acontecendo, às vez era motivo justo, mais às vez num era. Um motivo justo, que eu entendo o que é, quando a pessoa diz assim, eu amanheci doente, minha mulher tava doente, meu filho tava doente, precisei ir na rua comprar um remédio, aí é muito justo, né, agora se sem-vergonhice, não. É encher a cara de cachaça, e sair de casa à boca da noite e chegar no outro dia, quando chegar cair em cima da cama e dormir e não ligar o trabalho, aí é muito ruim. Porque ele perdeu o dia e nos perdemo também, num trabalhava, às vez num acha não, na mesma hora assim, num acha uma pessoa que vá...³⁸⁵

Ao se perceberem prejudicados, os trabalhadores mais enquadrados se arrogavam no direito de cobrar dos colegas explicações sobre seus atrasos ou ausências e julgá-los,

³⁸⁵ D.Maria do Carmo Dantas, entrevistada em Pedra Lavrada, em setembro de 2003.

observando-os ou condenando-os, conforme as interpretações que faziam sobre os motivos que levavam os colegas a cometerem tais desvios. Ao avaliarem a atitude dos parceiros, recriminavam o ócio, o desperdício do tempo, lido como “sem-vergonhice”, a exemplo das bebedeiras, as dormideiras durante o expediente de trabalho. Tais práticas eram criticadas e recriminadas pelos colegas, que argumentavam sobre os danos que causavam em toda a equipe.

3.3 O Virador: “O Caba num Pode ser Bom”

Apesar destes mecanismos de controle, que estimulavam um estado de vigilância recíproco e o autocontrole, o patronato criou, também, uma rede de observadores, expressa na figura do virador. Ele era uma espécie de gerente, um administrador do motor.

Este posto era comumente ocupado por um antigo morador que morava na propriedade com toda a sua família. Alguns destes encarregados de motor, como também ficaram conhecidos na área em estudo, haviam exercido outras funções no motor, por isso eram capazes de substituir, provisoriamente, qualquer trabalhador faltoso, e também entendiam do funcionamento das máquinas. Como escreveu Ramilton Costa: “*O virador, pela gama de funções que pode desempenhar, tem que saber exercer todos os trabalhos no desfibramento, tem que saber consertar a máquina e ser de confiança do patrão.*”³⁸⁶ Todavia, o que se tornou um pré-requisito para o exercício deste cargo, era o fato destes homens serem pessoas de extrema confiança dos patrões. O sr. Agenor falou sobre suas experiências como virador, função que ocupou por muito tempo, tanto nas máquinas fixas, como nas móveis, embora o depoimento abaixo se refira, exclusivamente, a sua vivência nos equipamentos itinerantes:

O meu serviço no motor só era eu procurar gente, tirar gente, fazer isso, digamos, eu ia procurando, controlava uma turma de motor, são oito pessoa, quer dizer que naquele meio daquelas 8 pessoa, se tivesse uma que num quisesse dar, num quisesse trabalhar, eu tinha por obrigação tirar pra botar outro, porque se num viesse, se faltasse um, tava todos oito no prego, parado, então era minha atividade só era isso, era com motor de agave que eu virava, que eu tomava conta, quer dizer que são quarenta pessoa, aí eu num podia digamos deixar aquela obrigação que eu tinha naquele motor de agave pra ir trabalhar.

³⁸⁶ Ramilton M. Costa. **O capa verde**: transformações econômicas e interesses de classes no Curimataú Paraibano. op.cit. p.123.

*...É dar conta do povo direitim, respeitar o povo pra o povo respeitar, trabalhar na produção, porque também se num der produção, também o patrão bota logo todo o mundo pra fora.*³⁸⁷

Desta forma, cabia aos viradores contratar e afastar os trabalhadores fora de ritmo, aqueles que não quisessem trabalhar, que pudessem causar perturbação nos motores, que não respeitassem os colegas, e o trabalho conseqüentemente, as normas de produção. Portanto, era sua obrigação vigiarem, reprimir, orientar e punir os trabalhadores desenquadrados e, enfim, comandar toda a equipe.

Devido a suas funções, os viradores estavam sempre atentos aos horários da chegada de cada trabalhador, ao comportamento destes, à quantidade e à qualidade das fibras produzidas, aos atrasos, enfim, aos pequenos gestos dos trabalhadores no cotidiano do motor de agave. Deliberadamente, o objetivo dos viradores era o de controlar os trabalhadores e deles extrair uma maior produção. Michel Foucault destacou o papel da vigilância como um instrumento de capitalização: “*A vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar*”.³⁸⁸

Vigilância esta que, no polêmico mundo do “motor de agave” e dos trabalhadores, era exercida por um “homem comum”, economicamente pobre, como os demais membros de sua equipe: por um lado, partilhava com eles a dureza da vida e, por outro, encontrava-se politicamente distante, pois o virador, o encarregado do motor, era um homem investido de poder, poder que configurava uma vigilância hierárquica, componente importante para a manutenção da “ordem” no desfibramento. Mais uma vez, retomo a fala de sr. Agenor:

*Exatamente, isso era o seguinte, eu botava pé no bucho porque tinha uns que dizia: ‘ah hoje é segunda-feira, ninguém vai pegar no serviço de manhã’, eu dizia aqui num tem isso, se num fizer na segunda-feira, muito menos na sexta, porque quando é na sexta vocês diz a mesma coisa, hoje é sexta-feira ninguém vai trabalhar o dia todo, quer dizer, o caba perde a segunda-feira e perde a sexta, o que foi que fez, tem que trabalhar os cinco dia, se num ganha produção, trabalhar os seis, mas que dar produção tem que dar, porque a gente num pode ser bom pra quem trabalha em motor de agave, por essas coisas, porque tem muitos que quer ser muito engraçado e tudo, só quer fazer aquilo que eles querem, mas num pode, porque num lugar que tem oito, um só num pode fazer o que quer, é o jeito a gente tirar pra botar outro, ...é aí onde a gente deve ter tino pra ir administrando o motor, é aí onde o caba num pode ser bom, tem que ser ruim...*³⁸⁹

³⁸⁷ Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

³⁸⁸ Michel Foucault. **Vigiar e punir**: Nascimento da prisão. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987. p. 147.

³⁸⁹ Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

Ao utilizar a expressão “pé no bucho”, este entrevistado expressa todo o autoritarismo que homens que ocupavam a sua função, exerciam no dia-a-dia para fazer valer a disciplina, e, ao mesmo tempo, reprimir os trabalhadores, através de medidas eficazes e “concretas”, uma vez que iam além das repressões morais, enunciadas pelos trabalhadores para reprovar o desvio dos colegas: atrasos, “corpo mole” e outros, pois os administradores de motor tinham o poder de decidir sobre a permanência dos trabalhadores no emprego. Esta ameaça está implícita no trecho da entrevista, “*aqui num tem isso*”, ou seja, para ficar aqui no emprego, no serviço, o trabalhador deve aceitar as normas, chegar cedo ao serviço, não faltar no primeiro dia do trabalho semanal, sobre o que falarei depois. Para muitos trabalhadores de agave, as demissões, os desentendimentos no motor tinham uma repercussão maior em suas vidas, caso estes morassem nas terras de seus patrões.

Ressalto, ainda, outro ponto na fala de sr. Agenor, quando ele diz “*que num pode ser bom*”. Assim, para administrar um motor de agave, para ser respeitado pelos “*engraçados*” que não se ajustavam ao trabalho disciplinado, era preciso ser ríspido, árduo e implacável, não ser bom, significava também, em muitos momentos, ser temido, impor o respeito pelo medo, às vezes através de um “*simples olhar*”, mas um olhar capaz de ser introjetado pelos vigiados e os fazerem afastar-se do desvio. Foucault, ao enfatizar as disciplinas em voga, na Europa do século XIX, destacou o olhar como estratégia de controle:

*Apenas um olhar. Um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si acabara por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá esta vigilância sobre e contra si mesmo.*³⁹⁰

O poder dos viradores sobre os trabalhadores não emanava apenas do “*status*” de ser virador, ou do prestígio que tinha junto aos patrões, mas, sobretudo, era tecido no cotidiano em atitudes arrojadas: “*na recusa de ser bom*”, nas demissões, em fazer se impor, “*botar o pé no bucho*” e, em algumas situações, agredi-los fisicamente, “*ir com o cabra aos ferros*”, como disse um antigo produtor de agave do município de Pedra Lavrada, ao referir a um caso ocorrido nos anos 60, do século passado em uma das suas máquinas desfibradeiras, envolvendo o “*puxador*” Cícero e o virador JJ:

Aí eu disse compadre vá com ele aos ferros. Eu disse aquilo por dizer, compadre J.J. toda vida foi mal intencionado. Aí, na segunda-feira Cícero chegou com o sol em cima. J.J. disse: ‘isso é hora de você chegar’! Cícero disse: ‘Não tenho satisfação a dar a você’. Aí J.J.

³⁹⁰ Michel Foucault. **A Microfísica do Poder**. op. cit. p. 218.

*puxou a faca e o bagaceiro ficou rodeando e o bagaceiro ficou rodeando o motor e Cícero correu e J.J. meteu fogo nele e ele saiu chumbado com a molesta, mas não pegou e J.J. me ligou, aí disse: 'compadre ele vai denunciar de mim,' aí eu disse J.J. se esconda, não vá pro motor não, e o motor ficou parado a semana. No sábado a gente ajeita pra funcionar. Ele jurou de morte J.J. até que os filhos de Carmo do Abreu mataram ele.*³⁹¹

Esta fala mostra como os patrões pressionavam os viradores para que estes agissem eficientemente nos seus postos, incentivando-os à violência, dando-lhes cobertura: “se esconda, não vá pro motor”, e, ao mesmo tempo, eximindo-se de qualquer responsabilidade: “Eu disse aquilo por dizer, compadre J.J. toda vida foi mal intencionado”.

Conforme este relato, percebo ainda que ir com o trabalhador transgressor “aos ferros” era uma alternativa extrema, usada apenas em último caso, quando o desvio se tornava a regra para o trabalhador: Cícero chegava tarde ao motor, portanto, este puxador, habitualmente cometia esta falta. Certamente, o seu gerente já havia conversado com ele antes, chamando-lhe a atenção, advertindo-o em público. Assim, “ir com os trabalhadores aos ferros”, as demissões sumárias, entre outros eram recursos usados quando, deliberadamente, os trabalhadores se recusavam a aceitar as normas vigentes, desacatando seus superiores, não reconhecendo sua autoridade. Este foi o caso do cambiteiro Miguel Targino, que fora barbaramente assassinado pelo seu patrão. Isso ocorreu quando o patrão do sr. Targino fora recrutá-lo para o trabalho, sob o pretexto de que o cambiteiro estava lhe devendo. Na ocasião, ele teria enfrentado com um chicote o seu patrão/credor que o teria eliminado com uma espingarda, como relatou o sr. José João:

...Mas isto aí, eu tava no finado Manuel Cirilo, me lembro, foi em 57, acho que foi em 58. Aí lá nós subemos; que ele morava, todos dois morava ali. Aí Zé Targino tinha um motor, tava virando lá no Abreu, aí falou com ele e adiantou dinheiro pra ele. Aí tinha um serviço. Neste tempo o prefeito era Zé Preá, aí ele trabalhava no Estado, aí no tanque, um serviço que tinha no tanque. Aí foi, ele fartou lá no motor. Miguel Targino. Aí Zé de Cazumba disse: 'Eu vou saber.' Aí quando chegou aqui, aí soube, que ele tava trabalhando no serviço do tanque. Era tirar terra fazendo tanque, o tanque era do Estado, chamava o Tanque do Estado. Aí carregou uma espingarda por aí. Chegou lá e disse: 'Miguel foi que houve, que você num foi pro serviço do motor, você num pegou o dinheiro'? “É mais achei aqui mais perto de casa”. ‘Tivesse arrumado outra pessoa pra ir, num deixasse o motor parado’. Aí tava trabalhando com o jumento carregando, tirando terra. ‘Após deixe isso aí e tanja os burros, lá

³⁹¹ Esta conversa não foi gravada e consta no meu diário de campo, o virador JJ mostrou-se constrangido quando eu o procurei, por isto também não mencionarei o seu nome.

*pro serviço'. Ele partiu em cima dele com uma macaca, partiu pra dar nele, partiu pra dar no home. Foi ele bateu em Zé de Cazumba, ele tacou-lhe fogo, o dono do motor.*³⁹²

Em outras narrativas, este homicídio foi apresentado como uma morte sumária, literalmente uma execução, uma punição ao infrator, como contou o sr. Odon Nunes, em setembro de 2003:

*Zé Cazumba matou ele. Foi dinheiro adiantado, que ele pediu e não foi trabalhar. Ele pegou uma empreitada no tanque do Estado, pra brocar, pra brocar uma terra, e deixou os burro, não foi. Ele chegou lá e disse: 'Você porque num foi pro meu motor, meu motor tá lá no prego.' 'Porque eu aqui, eu aqui ganho muito mais dinheiro'. Ele disse: 'você ganhava', pá, matou-lhe na hora.*³⁹³

As duas narrativas acima, embora apresentem peculiaridades, revelam um ponto comum: a morte do cambiteiro estava relacionada a uma dívida para com seu patrão. Em ambas as versões, a dívida aparece como legitimidade para a atitude do empregador. Ora, poderíamos pensar que esta era uma situação muito particular que envolvesse apenas os protagonistas desta história. Ledo engano. Neste caso, acho pertinentes algumas indagações: o que as dívidas, as situações de empréstimos, significavam na cultura do mundo do trabalho agavicultor? O que elas representavam para os patrões e para os trabalhadores? Estes empréstimos eram denominados por ambos os segmentos sociais de “adiantamentos”, que consistiam no pagamento antecipado da força de trabalho. Desta forma, os trabalhadores recebiam uma parte dos seus salários semanais antes de realizar seu trabalho. Este costume vigorava deste a introdução das máquinas fixas, quando ainda simbolizava um gesto de confiança dos proprietários para com os seus moradores e agregados, com quem tinham relações paternalistas. A partir dos anos 50, com a introdução das máquinas móveis e o recrutamento de um número maior de trabalhadores, oriundos dos sítios vizinhos e até mesmo de outras regiões, os sistemas de adiantamentos foram mantidos, porém, com um outro sentido.

Os trabalhadores não estavam mais dispostos a abdicar deste recebimento antecipado. Neste contexto, ele expressava uma vitória deste segmento, como disse o sr. Jorge Chavier: “só trabalhava adiantado, às vezes recebiam e num ia nem lá. Tinha cabra que comprova trabalhador de outro motor, se o cabra era bom puxador, se eles quisessem outro cabra

³⁹² Manoel Roque da Silva, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

³⁹³ Odon Cirilo Nunes, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

pagava a dívida deles e levava eles embora".³⁹⁴ Os patrões, por sua vez, usavam estes financiamentos como uma estratégia para assegurar a presença dos trabalhadores no motor de agave. Neste competitivo mercado da compra da força do trabalho, os patrões, e, sobretudo os viradores, se apressavam para formar suas equipes e contratar aqueles trabalhadores que eram considerados os melhores em suas posições. Estes recebiam os referidos adiantamentos e passavam a depender daqueles que haviam investido neles. Se quisessem romper este acordo, deveriam resgatar sua conta, e, para isso, recorriam a outros empregadores, recomeçando o ciclo do endividamento.

Desta forma, os trabalhadores estavam continuamente devendo aos seus patrões, aos quais ficavam mais presos, como observou Lúcia Couto: "*o fato de 'receber dinheiro adiantado' pelo trabalho da semana, trabalho ainda não realizado, funciona de maneira a comprometer o trabalhador de tal modo, que este se obrigue a trabalhar não importa em que condições*".³⁹⁵ Nesta perspectiva, os adiantamentos buscavam introjetar nos trabalhadores a consciência de que eles deveriam trabalhar para arcar com um compromisso duplo: a dívida que os sujeitava, e o trabalho.

Os patrões sentiam-se à vontade para cobrar dos trabalhadores aquilo que eles lhes deviam. Assim, o absenteísmo significava não apenas uma falta que paralisava o trabalho de toda a equipe, mas também a recusa do trabalhador em resgatar o seu débito, tal como combinado. Diante desta situação, isto é, o não comparecimento do trabalhador ao desfibramento, os patrões credores sentiam-se no direito de obrigar os inadimplentes a pagá-los. Desta forma, foi por negar-se a trabalhar, para resgatar uma conta, que o cambiteiro Miguel Targino foi punido.

Certamente, violências como esta que resultara na morte de um trabalhador, eram raras, visto que, semanalmente, muitos trabalhadores não iam para o serviço mesmo tendo recebido o dinheiro dos patrões, e não eram assassinados. Todavia, mostram os mecanismos de controle criados ou adaptados pelo patronato para institucionalizar uma nova racionalidade no semi-árido paraibano.

Estas e outras histórias relatando punições violentas para os trabalhadores infratores circulavam na área em estudo. Algumas, narrando castigos físicos realizados por grandes produtores das regiões próximas, como contou o sr. Odon Nunes:

³⁹⁴ Jorge Chavier, entrevistado em Barra de Santa Rosa, em julho de 1995.

³⁹⁵ Lúcia de F. A. Couto. **A saúde na fala dos trabalhadores do desfibramento do sisal**. Um estudo de caso. Paraíba. op. cit. p. 47.

*Z. R., grande produtor de agave de Pocinhos, ia buscar o cabra preso, amarrado no gigante de camioneta. José de Moisés apanhou muito, ele era um puxador e tomador de cana. Tem um lugar lá em Pocinhos cheio de ossada, que Z. R. matou.*³⁹⁶

A descrição destas cenas, onde os trabalhadores apareciam sendo executados ou escorraçados e arrastados estrada a fora, retornando ao território dos seus patrões, lugar de onde queriam fugir e também espaço onde haviam realizado o seu delito, configurava a força e superioridade dos patrões, de um lado, e, do outro, a fragilidade dos infratores, que por bem ou por mal, pagavam pelos seus percalços, ensinando, portanto, que “o crime não compensa”, isto é: a fuga, o absenteísmo, o calote que os trabalhadores do agave aplicavam nos seus patrões eram práticas que poderiam lhes custar muito caro. Assim, entendendo a circulação oral destes episódios como prática astuciosa de disciplinas que visavam intimidar e controlar os trabalhadores. Desta forma, para enquadrá-los não bastava apenas o olhar crítico e reprovador dos colegas, ou mesmo as cobranças e punições físicas dos viradores ou dos patrões, pois estas técnicas combinavam-se a diversos mecanismos de controle, como conselhos dos colegas, recomendações diárias e histórias que publicizavam a humilhação e a dor dos trabalhadores, tudo articulado em torno do mesmo objetivo, transformar homens “indisciplinados” em trabalhadores dóceis e rentáveis, compatíveis com a racionalidade capitalista.

3.4 Donos de Motor: “Patrões Empregados”

Nos anos 60, tornou-se mais freqüente a figura do dono do motor, este segmento era composto por homens economicamente pobres, que possuíam apenas a propriedade das máquinas. Mas, como entender a expansão da figura do dono do motor, o que significava a ampliação deste grupo social? Primeiro, o período de seu crescimento deu-se, sobretudo, no momento das tensões no campo, envolvendo proprietários de terra e homens sem terra. Existia um clima de hostilidade entre estes segmentos em todo o país, como analisou José de Souza Martins:

É necessário lembrar que a luta pela terra crescera nos anos cinqüenta, com as revoltas camponesas do Sudeste do Paraná, e da região do Porecatú, no mesmo estado e a região de Trombas, em

³⁹⁶ Odon Cirilo Nunes, entrevistado em Cubati, em novembro de 2002.

*Goiás, sem contar a ampla e rápida disseminação das ligas camponesas, sobretudo no Nordeste.*³⁹⁷

Para os grupos agrários, o Nordeste era uma região de risco, devido ao teor do questionamento das ligas camponesas e aos problemas causados pelas longas estiagens, como observaram Maria Yedda Linhares e Francisco C. Teixeira:

*A situação agrária era particularmente explosiva no Nordeste brasileiro, somavam-se a uma estrutura fundiária altamente concentrada questões conjunturais de preços do açúcar e o eterno problema das secas.*³⁹⁸

Entendo que o Nordeste “barril de pólvora” era fruto de toda uma situação de descontentamento, com a maior penetração do capitalismo no campo e o aumento de sujeição dos trabalhadores.

As tensões no campo se intensificaram, sobretudo devido à violência dos proprietários. Na Paraíba, nos municípios de Mari e Sapé, o movimento das ligas foi mais expressivo, resultando na morte de João Pedro Teixeira e no desaparecimento do “Nego Fuba”. Em Pernambuco, por exemplo, os trabalhadores rurais estavam revoltados com a improdutividade dos engenhos e a ociosidade de algumas terras. Este quadro, afirmaram Maria Yedda Linhares e Teixeira: “*Levava a população sem terra, mais de 200 mil localizados pelo próprio governo estadual, a olhar com maior ódio as extensões de terras incultas*”.³⁹⁹

Esta cena, pautada pela insatisfação dos lavradores e das mudanças nas políticas oficiais, visto que Goulart pregava a reforma agrária, juntamente com as crises constantes do preço das fibras de agave no mercado, estimulou muitos grandes proprietários a deixar de ser empregadores da força de trabalho. Assim, livravam-se dos conflitos com os trabalhadores, que eram constantes, nas atividades relacionadas ao desfibramento, em um momento extremamente agitado no campo brasileiro. A estratégia utilizada por vários produtores de agave fora a venda na folha para os donos de motores, como relatou o sr. José Medeiros Dantas:

Os motores às vezes era de terceiro, cê tá entendendo? Não, não gostava não, porque era muito perigoso, aquele povo passava a ser meus empregados. Eu empregava na propriedade esta quantidade de oitenta pessoas, mas com o trabalho de terceiro, cê tá entendendo?

³⁹⁷ José de Souza Martins. **Caminhada no Chão da Noite**: Emancipação Política e Libertação nos Movimentos Sociais no Campo. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 47.

³⁹⁸ Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira. **A Terra Prometida**: uma história da questão agrária brasileira. op. cit. p. 173.

³⁹⁹ Idem. Ibidem. p.174

*Você, o camarada vinha com o motor trazia oito homens e comprava ou pagava por quilo, não existia problema, cê tá entendendo? Não existia porque eu fazia questão, eu achava melhor ganhar menos, sem problema, sem aborrecimento do que ganhar mais sujeito a problema social, assinar documento, carteira. Não tinha nada com aquele trabalhador. Aquele trabalhador não me pertence.*⁴⁰⁰

Desta forma, os trabalhadores do desfibramento passavam a ser um assunto dos donos de motores, assim, os produtores isentavam-se do cumprimento das leis sociais, visto que os trabalhadores não eram mais seus contratados. Graças aos donos de motores, alguns grandes e médios proprietários libertavam-se do “famigerado” Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.914, de 2 de março de 1963). Esta lei previa a extensão da Legislação Social Trabalhista ao campo, instituindo o pagamento do salário mínimo, jornada de trabalho de oito horas e outras conquistas já asseguradas aos trabalhadores urbanos.

Mas, quem eram estes homens que, teoricamente, arcariam com as responsabilidades institucionais sobre os trabalhadores rurais? Esta categoria era formada por antigos pequenos proprietários, ex-moradores e ex-trabalhadores de agave, alguns dos quais tinham roçados nas propriedades dos fazendeiros ou possuíam estreitas faixas de terra.

Conforme Ramilton Costa existiam quatro mecanismos que possibilitavam que este extrato social adquirisse as máquinas desfibradeiras. Primeiro, eles poderiam conseguir capitais para investir na compra destes equipamentos, através de financiamentos obtidos com os proprietários ou intermediários, que recebiam o montante do empréstimo, posteriormente, com o dinheiro obtido da venda do agave desfibrado. Para este autor, esta era uma estratégia que permitia, tanto aos proprietários da terra como aos intermediários, dispor de um fornecedor de fibras, em condições mais favoráveis, como ele disse: “

*Esta é uma das formas de controle utilizada pelo proprietário para ter a sua disposição um motor sempre que quiser, e pelo intermediário, para conseguir um fornecedor de fibras. Nos dois casos o dono do motor perde, de certa forma, seu poder de barganha frente a esses dois agentes.*⁴⁰¹

Uma segunda forma de ter a propriedade destas máquinas era conseguir o dinheiro para comprá-las, por meio do trabalho no roçado ou no motor. Este foi o caso de sr. Geraldo da Silva, que comprou o seu primeiro motor a prestação, como ele disse: “*O primeiro que eu*

⁴⁰⁰ José de Medeiros Dantas, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

⁴⁰¹ Ramilton M. Costa. A Capa Verde: Transformações Econômicas e Representações Ideológicas dos Trabalhadores do Sisal. op.cit. p. 113.

*comprei foi usado, a prestação, pagando uma micharia de dinheiro, mas, quando chegava o mês de eu pagar era um sacrifício”.*⁴⁰²

Terceiro, era possível comprar estes equipamentos vendendo outros bens, como terras, cabeças de gado ou a produção de uma boa safra. E, por fim, algumas pessoas migravam para outros estados, como a Bahia ou o Rio Grande do Norte e até mesmo para o Sul do país, onde ficavam, “*só voltando com o capital suficiente para conseguir um negócio próprio: o motor*”, como observou Ramilton Costa.⁴⁰³ Compreendo que a posse destas máquinas representava para muitos trabalhadores rurais uma possibilidade de ascensão social, assim, vendiam o que possuíam, seus pedaços de terra, uma boa safra, ou ainda iam trabalhar fora para juntar dinheiro e comprar os equipamentos. Em regra geral não possuíam campos de agave, compravam aos produtores, que poderiam ser grandes ou médios proprietários, e também aos pequenos que não possuíam as desfibradeiras mecânicas. Os contratos com estes eram verbais e o pagamento era feito semanalmente com base na produção de fibras, como disse o sr. Geraldo: “*pagava por quilo, todos por quilo*”. “*Eu levava o motor e os trabalhadores, o agave era do proprietário, ele fazia por quilo, compreende...*”.⁴⁰⁴

Os donos dos motores recorriam aos comerciantes deste ramo para custear as despesas referentes ao desfibramento: como aquisição do combustível, óleo diesel, remuneração dos trabalhadores, a manutenção das máquinas, entre outros, como contou o sr. Geraldo:

*Eu vi muitos trabalhadores, dono de motor, aperrado, porque não produzia, não se importava, os trabalhadores fazia o que queria, então não tirava a produção aí os homens esquentava a cabeça ficavam devendo aos patrões, comprador de agave e muitos, muitos donos de motor pequeno, ficavam devendo ao comprador de agave produzia e queria o dinheiro, o comprador arrumava o dinheiro adiantado ao dono do motor, aí ele não produzia. Muitos deles, muitos deles, baixava de uma vez, nem virava o motor mais. O comprador do agave tomava até o motor. O que a gente ganhava só dava pra eles.*⁴⁰⁵

Este depoimento mostra a precária situação econômica deste segmento social que dependia profundamente dos comerciantes ou de grandes proprietários que os financiavam, e

⁴⁰² Geraldo da Silva, entrevistado em Cuité, em setembro de 2003.

⁴⁰³ Ramilton M. Costa. **O Capa Verde**: Transformações Econômicas e Representações Ideológicas dos Trabalhadores do Sisal. op.cit. p. 114.

⁴⁰⁴ Geraldo A. da Silva, morador do município de Cuité, casado. Iniciou suas atividades no agave, ainda nas máquinas manuais, coletando agave em terras alheias, onde morava com sua família. Posteriormente comprou uma máquina móvel e passou a fazer parte da categoria dono do motor, freqüente nos anos de 1960. Conversei com este entrevistado em julho de 1995, novembro de 2002 e setembro de 2003. As palavras acima transcritas foram colhidas no penúltimo momento da nossa conversa.

⁴⁰⁵ Geraldo da Silva, entrevistado em Cuité, em novembro de 2002.

lhes exigiam satisfações. Esta subordinação era tanta, que os donos de motores viam aqueles atores sociais como seus patrões, como literalmente fora denominado pelo depoente. Por um lado, eles se percebiam como empregados, embora tivessem a posse das máquinas, visto que os intermediários eram para eles seus empregadores, pois lhes emprestavam dinheiro, pressionavam-nos pela produção e também se apropriavam do seu trabalho, como desabafou o informante: “*o que a gente ganhava só dava pra eles*”. Por outro lado, homens como sr. Geraldo, que possuíam apenas a propriedade formal dos instrumentos desfibradores, agiam como patrões, controlando os trabalhadores para que estes produzissem, como lembrou este narrador, ao falar da rotina dos donos de motores e das cobranças destes para com os trabalhadores:

Entonce o dono do motor, o empregado do motor é quem chamava, aí ele dormia mais pouco. O empregado do motor pode num trabalhar, mas se ele quiser dar conta da produção, ele ganha muito pouco, mas é obrigado ele chamar os puxadores pra pegar naquela hora, porque se ele num se importar, os trabalhadores fazem do jeito que quiser, produção num tira não. No tempo que eu virava motor, eu vi muito, muito dono de motor aperriado, porque não produzia. Não se importava, os trabalhadores fazia o que queria.

Desta forma, os proprietários das máquinas, para serem bem-sucedidos, deveriam se identificar ideologicamente com os grandes e médios produtores e adotar comportamentos semelhantes a estes, assim, para evitarem danos para si, eles vigiavam os trabalhadores e agiam também de forma repressiva.

3.5 O Cotidiano dos Trabalhadores no Motor de Agave

Os trabalhadores, em regra geral, trabalhavam entre 10 e 12 horas, como lembrou o sr. Agenor:

...Tinha vez que era dez hora, era doze, até quatorze hora se trabalhava no correr do dia o normal era oito hora, quer dizer, que no negócio de fibra num tinha dessas coisas. Mas, pra gente, que trabalha em motor de agave num tem isso. Tanto faz trabalhar de dia como de noite. Aquilo ali é uma coisa só. É muito sofrimento.⁴⁰⁶

Nesta fala, o sr. Agenor destaca um ponto fundamental no cotidiano dos trabalhadores de agave: a ausência de horários preestabelecidos e uma jornada tão exaustiva que extrapolava os horários convencionais de trabalho, “*no negócio das fibras não tinha dessas coisas*”,

⁴⁰⁶ Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

portanto, não havia limites, pois era realizado tanto de dia como de noite. Desta forma, os trabalhadores passavam boa parte dos dias nos lugares onde ocorria o desfibramento, até as refeições eram feitas nestes locais. Para isto, eles improvisavam fogareiros e, individualmente, compravam pequenas porções, como relatou o narrador acima mencionado: “*cada um compra o seu. Ninguém podia dar. Se um desse o outro ia ficar sem comer cada um trazia uma coisinha*”.⁴⁰⁷ Os alimentos que traziam de suas casas: farinha, feijão, café, açúcar, rapadura e charque, eram suficientes para o consumo de uma semana e ficavam armazenados em locais cobertos próximos às máquinas, onde também havia situado um reservatório com água para o consumo humano.

Quando ainda trabalhavam nos alpendres implantados nas sedes das fazendas, se alimentavam melhor do que quando passaram a trabalhar nos agaviais, pois, antes, ficavam em um local fixo, e, às vezes, eram visitados por parentes que lhes levavam café, batata-doce, e também, por padeiros e açougueiros, que lhes vendiam carnes e pães frescos. As regalias do pão e da carne verde foram suspensas com a chegada das máquinas, que eram introduzidas no interior dos agaviais, dificultando o acesso aos parentes dos trabalhadores e aos vendedores de alimentos.

De qualquer forma, os trabalhadores de motor, tanto nas máquinas fixas como nos equipamentos ambulantes, se tornaram também cozinheiros de seus alimentos. O preparo dos alimentos se iniciava logo cedo, pois, segundo os relatos dos trabalhadores, antes de começarem suas jornadas diárias, faziam o café e já começavam o cozimento do feijão com jabá. Entre dez e onze horas, os trabalhadores almoçavam o feijão cozido com a carne de charque, acompanhado de farinha e rapadura. Alguns lembraram que, geralmente, o feijão não era bem cozido e ficava salgado ou insosso, como relatou o sr. Gaxite: “*Aí nos botava um feijão na panela, aí, quando almoçava, era um comer veio, cru, insosso, era mesmo que o caba nem comer, porque num adiantava comer insosso*”.⁴⁰⁸

Outros reclamavam das acomodações, a exemplo do sr. Zuza:

*O almoço era feijão com carne de charque, ou carne de gado, uma rapadura, qualquer coisa dentro. Era bom. Eu só num gostava muito de comer em motor de agave sabe o que é? Que eu não nunca gostei de comer assim, sentado pelo chão e lá tinha que ser assim, sentado pelo chão.*⁴⁰⁹

⁴⁰⁷ Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

⁴⁰⁸ Severino Pereira da Silva, entrevistado em Cubati, em novembro de 2002.

⁴⁰⁹ José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

Desde então, os trabalhadores foram ficando privados de se sentar à mesa para, em companhia dos seus parentes, comerem seus alimentos. Faziam suas refeições agachados pelo chão, encostados às máquinas, próximos aos cavucos ou, ainda, embaixo de árvores, como o imbuzeiro, que lhes servia de sombra, para que eles degustassem este cardápio invariável. Após o almoço, os trabalhadores não tinham direito de repousar, pois estavam sob a vigilância dos viradores, e também preocupados com a produção, como afirmou o sr. Agenor:

*Tinha muito pouquinho. Às vez, só quando almoçava. Com medo pra dar a produção. Agora depois de ver a produção feita de 2.000 mil pra lá, aí sempre abrandava mais. Mas enquanto a produção num tava feita. Porque, às vezes, o patrão dizia eu quero 2.000 mil quilo de cada motor, pronto. Ali podia se arrebentar, mas era pra 2.000 mil, porque se num tirasse ia tirar no do sábo, mas tinha que tirar os 2.000 mil.*⁴¹⁰

Media-se o descanso dos trabalhadores, durante as suas jornadas diárias, pela duração do tempo necessário para o cozimento da água do café. Assim, o intervalo para as refeições era mínimo, tão curto que os trabalhadores quase não tinham tempo para mastigar seus alimentos, como definiu o sr. Severino: “*Tinha hora não, era engolindo e virando, era*”.⁴¹¹ Após o almoço, os trabalhadores retornavam aos seus postos, interrompendo seus serviços apenas para saborear, apressadamente, os chamados “cafés-de-dedo”, isto é: sem o acompanhamento de outros alimentos. Finalmente, eles paravam a jornada diária no final do dia.

Todavia, após a introdução das máquinas móveis, muitas vezes, o cair da tarde era o prenúncio de uma longa noite de serão. A labuta, para homens como o sr. Severino, o sr. Zuza e muitos outros, poderia prolongar-se noite a fora, sobretudo para os puxadores e os bagaceiros, visto que as demais tarefas eram realizadas exclusivamente durante o dia. Os trabalhadores do serão trabalhavam em locais precariamente iluminados. A iluminação ficava a seu critério: eles então transformavam latas de óleo de motor vazias em lamparinas, retirando a tampa e enchendo a lata com pedaços de pano embebidos de gás que, soprados pelos ventos, produziam grandes labaredas, como mencionou o sr. Agenor:

Eles botam umas luz, uns candeeiro de gás, num sabe? Eles enchem uma lata de mulambo. É como uma lamparina. Eles tiram a boca duma lata, dessas de óleo, desses litros de óleo. Tiram a boca, bota um arame. Enchem de molambo. Enchem de gás. Aí enche de pano. Agora dana gás. Encaica bem encaicado aquele pano lá dentro do

⁴¹⁰ Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

⁴¹¹ Severino Batista de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

*litro, aí bota gás. Aí depois de pegar ali num tinha gente pra apagar, não, aí é que é que dá labareda, quando o vento bate.*⁴¹²

Geralmente, os trabalhadores penduravam a lamparina próxima aos motores; além da luz, havia muita fumaça atingindo sobretudo os puxadores. Cito, mais uma vez, o sr. Agenor: “*Era meio rim, que o caba amanhecia com os olhos tudo preto de fumaça. Mas era o jeito*”.⁴¹³

Nas noites de serões, a alimentação também era por conta dos trabalhadores, caso jantassem nos motores. O cardápio era quase sempre o mesmo do almoço. Sobre a dieta e as condições do trabalho noturno dos trabalhadores, o jornalista Célio Furtado disse:

*Gente simples que na maioria das vezes virava a noite sob a luz frágil de um candeeiro. Vez ou outra paravam porque a boca da máquina entalava, ou simplesmente para se servirem de uma refeição pobre, geralmente caldo de feijão requentado com rapadura e farinha de mandioca.*⁴¹⁴

Acerca do trabalho extra, o sr. Zuza disse:

*Muito assim, a gente trabalhava à noite, também, fazia serão pra poder dá uma produção melhor. Todo mundo queria uma produção boa. Porque aquilo são 8 pessoa que trabalhava ali. Todos os 8 tem interesse de no sábo ter mais um dinheirinho. Aí tem que dá uma produção. A noite, assim na boca da noite ou de madrugada. É cansativo demais. E muito rim de fazer também. É um dos serviços mais rim. O roçado é melhor.*⁴¹⁵

O sr. Severino também falou sobre as jornadas intermináveis no desfibramento:

*O caba pegava de 12 hora, 1 da madrugada, virava o motor, trabalhava até 9 hora, 9 hora, parava e ia almoçar, aimoçava, cabava de aimoçar, voltava pra trás, virava, de novo, até 1 da tarde, 1 da tarde parava, pra tomar o café, tomava o café e virava até 5 horas. Nos puxava o dia todim, pegava de madrugada, puxava até 11 hora, 11 hora almoçava, virava de novo, puxava até 5 hora, aí jantava, aí virava de novo, virava ate 10 hora da noite, aí o caba ia dormir.*⁴¹⁶

Existiam dois horários de serões, um que se iniciava de madrugada indo até o amanhecer e outro, realizado à noite. Nas falas deste narrador e de outros trabalhadores, os

⁴¹² Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

⁴¹³ Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003. Na região estudada a palavra “encaica” tem um significado semelhante a apertar, socar.

⁴¹⁴ Célio Furtado. “O ciclo do ouro verde”. In **A Paraíba nos 500 anos do Brasil**. v. 2. João Pessoa: A União Editora, 2000. p. 112.

⁴¹⁵ José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em setembro de 2005.

⁴¹⁶ Severino Batista de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

serões apareciam como uma rotina praticada diária e noturnamente. Não resta dúvida que as jornadas extras aconteciam regular e semanalmente, pelo menos desde a implantação da meta mínima de produção. Não acredito que os serões ocorressem todas as noites ou todas as madrugadas, todavia, como as jornadas extras mudavam drasticamente a rotina dos trabalhadores, eles a viam como uma prática constante, de todos os seus dias ou de todas as suas noites. Penso que esta leitura estava vinculada ao significado que atribuíam ao trabalho no agave: infundável, inacabável, pois, quanto mais trabalhavam, mais trabalhos tinham para realizar, como lamentava D.Maria:

É mais, é mais cansativo do que o do roçado, a gente vai devagar, mais faz a vontade da gente. A gente diz assim eu vou trabalhar pra acabar, eu tinha que acabar essa ponta de mato hoje, e o roçado quando a gente vai alimpando aqui, cê começa alimpando aqui hoje, quando é amanhã você diz: ha onde eu já vou, pia onde eu ja tô e o outro, a fibra já não é assim, quando a gente tira uma camada, falta outra maior.⁴¹⁷

Assim, enquanto D.Maria estendia uma camada de fibra, já havia “*outra maior*” a sua espera. Desta forma, ela e os demais trabalhadores do desfibramento “nunca podiam parar”.

Com a instauração das novas formas de trabalho, e, sobretudo, com a introdução das máquinas itinerantes, os trabalhadores foram cada vez mais impedidos da convivência com suas famílias. No final dos anos de 1940, na época dos equipamentos fixos, os trabalhadores deixaram de fazer as refeições com as suas famílias, todavia ainda dormiam nas suas casas. No final da década seguinte, muitos trabalhadores não retornavam diariamente para suas casas. Devido aos riscos que as atividades no motor de agave representavam, algumas mulheres, sobretudo as esposas dos puxadores, relataram que passaram a viver assustadas, temendo que seus maridos fossem acidentados, principalmente, na “boca da máquina”. A exemplo de D.Mariana Alves dos Santos, cujo marido era o puxador Zuza, já mencionado. Ela conta que, ao anoitecer, ficava ansiosa sem saber notícias dele: “*quando Zuza tava po motor, eu achava rim. Às vezes ele trabalhava até tarde da noite, e eu ficava em casa com as meninas, ficava preocupada pensando que podia acontecer qualquer coisa com ele*”.⁴¹⁸ Penso que tais sentimentos se tornaram mais comuns quando os trabalhadores se afastaram das suas casas, pois, caso ocorresse qualquer acidente, os parentes não sabiam de imediato.

⁴¹⁷ D.Maria do Carmo Dantas, entrevistada em Pedra Lavrada, em setembro de 2003.

⁴¹⁸ D.Mariana Alves dos Santos, 78 anos, casada com o sr. Zuza, com quem teve duas filhas. D.Mariana esteve presente durante todas as seções de entrevistas com seu marido. Assim, ela sempre intervinha na conversa, opinando e puxando pela memória dele, fazendo-o lembrar de certos fatos passados. Entrevistada em Cubati, em novembro de 2002.

A mobilidade maior dos trabalhadores passou a ocorrer no final dos anos 50 e na década seguinte, por dois motivos. Alguns produtores donos de terras passaram a comprar as folhas de agave dos proprietários que não se envolviam com o desfibramento do agave, e também de outros sítios vizinhos, como disse o sr. Odon Nunes:

*Botei lá em cima na serra, na propriedade de sr. Elídio, foi nos anos 60. Eu me lembro que deu uma chuva forte, derrubou barraco, derrubou todo, foi aquela chuva de 1960. Eu descia pra dormir na casa grande e os trabalhadores dormiam nas barraca.*⁴¹⁹

Além disso, na década de 60, se tornou mais numerosa a categoria de donos de motor, composta por homens que não tinham terras, que eram ambulantes. O aumento da compra de agave na folha denunciava, também, a itinerância dos trabalhadores de agave. Pois, tanto os proprietários de terra e de máquinas, como os donos de motores, ao se deslocarem para os campos de agave mais distantes, já iam acompanhados de toda a equipe, que só retornava a suas casas nos finais de semana, visto que, na área em estudo, não existiam meios de transportes disponíveis para irem para o trabalho e voltarem todos os dias a suas casas. Além do mais, este ir-e-vir dos trabalhadores inviabilizaria os serões constantes, e, ao mesmo tempo, a manutenção destes sujeitos no local de trabalho. Assim, era uma forma de melhor controlá-los.

Alguns trabalhadores falaram sobre as suas dormidas fora de casa, a exemplo do sr. Gaxite:

*Nós dormia no campo. A dormida da gente era debaixo de um imbuzeiro. Quando nós pegava um campo que tinha um armazém aí nós falava cum o dono, ele dava. Quando era um campo que nem tinha nada era debaixo do imbuzeiro.*⁴²⁰

Nestas dormidas nos agaviais, os trabalhadores ficavam basicamente ao relento, desprotegidos.

Em suma, os trabalhadores dormiam em barracas, armazéns ou embaixo de árvores. Quando faziam o serão à noite, alguns descansavam um pouco antes de reiniciar o serviço e, debaixo das latadas, onde estavam às máquinas, esticavam seus corpos, outros armavam redes nas árvores próximas. O puxador Severino relembra as suas longas noites na “boca da máquina” com seu parceiro “caboquim”, que não resistia a fadiga e adormecia profundamente, até ser interrompido pelos gritos de “acorda, acorda”, do sr. Severino, como este conta:

⁴¹⁹ Odon Cirilo Nunes, entrevistado em João Pessoa, em julho de 2005.

⁴²⁰ Severino Pereira da Silva, entrevistado em Cubati, em novembro de 2002.

*Caboquim pegava no sono, dormia mais que cavalo, aí eu danava-lhe o grito, que já tinha feito o fogo, o café, 11 hora, dava com ele no grito, nós virava de novo. Bagaceiro correu uns 5 bagaceiro. Eu me deitava no pé do motor mais Caboquim aí eu morava em Cabeça da Vaca, e puxava agave em Cachoeira do Saco, Lagoa de Picuí, todo canto puxando agave no mundo, aí nós chegava, forrava uma lona, pegava a rede, fazia um cabeceiro da rede, cobria com a coberta aí perto do motor, num dormia meia hora, não quando me faltava paciência eu chamava Caboquim, o café já tava feito, Caboquim também já tava ia chamar Vintura, vá chamar Vintura, eu disse, vá você eu num vou chamar Vintura, não Caboquim que ia chamar Vintura aí Vintura chegava, brabo virado no diabo...
Era eu chamava, o motor que eu tirava eu chamava todo mundo...
Quando eu chamava saia tudo doido atrás d'eu na carreira.⁴²¹*

Seu depoimento mostra a inadaptabilidade de muitos trabalhadores, que não agüentavam o ritmo puxado do “motor de agave”, a exemplo dos bagaceiros, “que corriam do motor”, negando-se a aceitar esta árdua rotina. Pois, no motor, o sr. Severino e seus parceiros não tinham mais tempo para mastigar, como mencionei anteriormente, e, também não tinham mais paciência para dormir, nem mesmo no campo de agave, pois comer e dormir simbolizavam o ócio, o oposto da produção, por isto deveriam ser reprimidos por meio de uma reeducação persistente de um trabalho de introjeção de novos valores, expressos, sobretudo, pela norma da produção. Para o sr. Severino, o tempo tornou-se intrinsecamente ligado à produção: os seus gestos eram determinados pelo ganho pela produção. Por esta razão os trabalhadores iam sendo conduzidos para economizar o tempo inútil, eliminando, ou minimizando, práticas como a mastigação e o descanso.

Neste serviço, os próprios trabalhadores instituíam os seus horários de trabalho, interessados sempre em ganhar mais. Por isto, o sr. Severino estava sempre atento ao relógio, como ele disse. Todavia, embora este narrador e os demais trabalhadores decidissem sobre os horários dos serões, ele não tinha mais autonomia em relação ao seu tempo de trabalho, pois no motor estavam subordinados ao tempo da produção que os levava a produzir cada vez mais. Era a necessidade de produzir que pesava, reinventando o tempo do descanso, alterando os minutos para as refeições, e também estabelecendo os tamanhos dos serões.

⁴²¹ Severino Batista de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

3.6 Os Mutilados do Agave

Na carreira dos trabalhadores do motor, os acidentes ocorriam diariamente, como disse o sr. Geraldo:

A foia do agave num comia as mãos da pessoa? Comia, comia, a gente trabalhava no agave, quando era de tarde, que laigava o serviço, tinha deles que quando dipendurava a mão assim, caia sangue nos cinco dedo da mão.⁴²²

Com base nesta fala e de outros entrevistados, percebo que, no desfibramento das fibras, não havia escapatória: o acidente que, comumente, deveria ser uma exceção, transformou-se em regra, desta forma deixou de ser visto como acidente. Para os patrões, fossem eles proprietários ou donos de motores, como o depoente, estes imprevistos eram percebidos como algo inerente ao trabalho no agave. Neste quadro, os acidentes não eram compreendidos como resultantes da falta de vestimentas, – a exemplo de luvas, botas, aventais entre outros artefatos que fossem capazes de evitar o contato direto do corpo dos trabalhadores com substâncias corrosivas, típicas da planta e, sobretudo, não eram pensados como uma resposta à pressão exercida pelos empregadores sobre os trabalhadores, que deveriam desempenhar suas atividades rapidamente, portanto, expondo-se a um risco maior. Este imaginário que naturalizava os acidentes fora também introjetado pelos trabalhadores, como disse o sr. José João, ao lembrar as lesões que sofria na puxada: “*aí depois controlou calejou a mão, doía, me maltratava*”. Neste sentido, as feridas foram sendo normalizadas, como também relatou o sr. Sales, que também exerceu a função de puxador:

Depois, era mais pouco, eu não ligava, mais saía unheiro, as mãos estouravam e ficava grossa. De manhã quando eu ia pegar no serviço eu dizia; ‘eita será que eu aguento, aí quando puxava 30 quilos, as mãos esquentava e diminuía a dor.⁴²³

Trabalhadores, como o sr. José João e o sr. Sales, ao longo da sua labuta, internalizaram a dor passando a vê-la como algo inerente a suas funções. Na sua concepção, a solução seria aproximar-se mais do que os incomodava, exercitando o seu ofício até controlar, isto é, banalizar, calejar, vencer a dor. Provavelmente, ouviram isto dos seus patrões e ensinavam suas receitas aos seus colegas iniciantes. Todavia, conforme Lúcia Couto, este

⁴²² Geraldo A. da Silva, entrevistado em Cuité, em setembro de 2003.

⁴²³ Sales Roque da Silva, 56 anos morava com seus pais em um pequeno terreno no município de Pedra Lavrada e, com aproximadamente 13 anos, foi trabalhar no motor de agave fixo como cortador, depois se tornou puxador, posteriormente, exerceu a função de gerente do motor. Entrevistado em Cubati, em julho de 1995.

processo de adaptabilidade dos trabalhadores “*reflete a subordinação do corpo às condições de trabalho*”.⁴²⁴ Penso que, além deste motivo, os trabalhadores viviam em um mundo extremamente machista, onde o sofrimento masculino deveria ser abafado e desestimulado. Esta cultura machista os desafiava a superar a dor, dominar o medo e enfrentar o cotidiano árduo do motor de agave, o que, provavelmente, contribuía para sua produtividade e, ao mesmo tempo, tecia os fios da resistência, como discutirei adiante.

Além deste aspecto, existia outro importante fator: a remuneração dos trabalhadores. Como lembrou o sr. Geraldo:

*Corta tudim, mas ninguém ia atrás disso não, que era ganhando o dinheiro, que dava a feira deles, quem trabalhava, cortava, ou cambitava, ou puxava, ou tirava bagaço, tudo isso acaba com as mão, só com a cabeça do dedo, botava sangue, muito sangue...*⁴²⁵

Ou seja, a sua necessidade de sobrevivência sobrepunha-se ao seu sofrimento físico. O dinheiro funcionava como um bálsamo para aliviar as feridas dos trabalhadores, ajudando-os a suportar os espinhos do agave. Mas por que ganhar dinheiro era tão importante para os homens que, até pouco tempo antes, moravam em uma economia pouco monetarizada? Certamente, o dinheiro já estava presente em suas ambições, mas provavelmente tornou-se mais relevante tê-lo com a expansão dos agaviais iniciada nos anos 50, pois, como disse anteriormente, as áreas outrora plantadas como lavouras comestíveis estavam sendo ocupadas com o agave, como registrou o cordelista Benedito Antônio de Matos:

*Dizia Dr. Mingal falando com seu morador,
planta somente agave
arranje trabalhador
falta alguma coisa
pode mandar o portador.*⁴²⁶

Conforme este poema, os roçados estavam sendo destinados ao agave. Neste caso, os moradores, inevitavelmente, teriam que comprar mais produtos na feira, tornando-se consumidores, portanto, precisando de mais dinheiro. Acredito que a dinamização do comércio local, promovida pela monetarização, criava novas necessidades nos trabalhadores. Ademais, havia carestia registrada em todo o país e provavelmente agravada nas áreas

⁴²⁴ Lúcia de F. A. Couto. **A Saúde na fala dos Trabalhadores do Desfibramento de Sisal**. Um estudo de caso Paraíba. op. cit. p. 17.

⁴²⁵ Geraldo da Silva, entrevistado em Cuité, em novembro de 2002.

⁴²⁶ Benedito Antônio de Matos. **A queda do Agave**. p. 2.

agaveiras, devido à redução dos alimentos. Este aspecto impressionara dois jornalistas quando visitaram, nos anos 60, o município de Nova Floresta, área estudada:

A vida é caríssima, até lembra Londrina, no Paraná. Ali o sisal fez também suas vítimas: os trabalhadores do campo não ganham o suficiente para viver com o mínimo de dignidade. São páreas, no sentido amplo da palavra. Por toda parte, só se vê sisal. Não há água potável, não há um pé de frutas. Banana é como em Carolina, no Maranhão: nem para remédio.

...A febre dos produtores é criminosa: eles só plantam sisal, esquecendo-se de que a monocultura poderá, igualmente, causar um desastre de conseqüências trágicas. Tudo por causa da ganância, da ambição, que lhes apaga da lembrança a idéia de providenciar plantação de sobrevivência, como o milho, o feijão e a mandioca.⁴²⁷

Existiam ainda outros tipos de acidentes considerados mais graves, podendo resultar na cegueira dos trabalhadores, que acometia os cortadores, caso os espinhos das folhas de agave atingissem seus olhos. Os puxadores também corriam sérios riscos, notadamente provocados pelas guilhotinas das máquinas, que poderiam decepar as mãos e os dedos destes profissionais. Este foi o caso de sr. Gaxite, por exemplo, que perdera uma das mãos. Como a maioria dos puxadores, o sr. Gaxite trabalhava sob forte pressão. Nos últimos dias da semana, mais cansados e impacientes para se livrar do seu infortúnio e repousarem um pouco, como disse este entrevistado: “...ir pra casa, pra sarar os calos das mãos, pra nos pegar de novo”.⁴²⁸ No dia do acidente, não foi diferente: este velho puxador, para completar a produção, tentava, juntamente com seu parceiro, concluir a produção mínima, já na quinta-feira à tarde.

E eu lá ia contente. Tudo lá pronto. E eu e meu parceiro compadre meu de bagaceira. Ai eu sei que ele disse: ‘menino, quanto falta?’ faltava 200 quilos para 2.000 quilos . Ai ele disse: ‘pronto eu vou botar 180 e tu bota, bota 40 que faz 200’. Ai vamo simhora pra casa. Eu e meu parceiro quando ele botou os 80 quilos. Ai disse: ‘Gaxite vamo parar pra gente tomar um café’. Eu disse: ‘vamo.’⁴²⁹

Todavia, este puxador, para sua infelicidade, estava atento ao relógio, aos números da produção, às recomendações de seu patrão e, também, ansioso para acabar o seu martírio diário e retornar a sua casa, por isto resistiu aos apelos do seu colega e continuou a sua labuta, como ele disse:

⁴²⁷ José Leal e Rafael Mororó. **A Civilização Dourada**. op.cit. pp. 27 e 28.

⁴²⁸ Severino Pereira da Silva, entrevistado em Cubati, em novembro de 2002.

⁴²⁹ Severino Pereira da Silva, entrevistado em Cubati, em novembro de 2002.

Aí eu olhei pro relógio. Era uma e meia, uma e meia, quando eu disse: ‘não, vamo parar não’. Aí ele foi tomar e eu fiquei. Eu peguei uma folha, sopapo minha mão, né. Aí arranquei o braço bem com força. Aí eu senti aquela pancada por traz . ‘Torasse a mão’. Não torei a mão não, rapaz. Tô ligado, eu olhei assim, tava a luva. Não torei minha mão não. Não torei...⁴³⁰

Apesar da resistência de sr. Gaxite, a sua mão havia sido decepada. Então, ele foi conduzido para o posto médico de Cubati. Na ocasião, foi atendido por um técnico em farmácia que lhe aplicara uma injeção. De acordo com as investigações, este procedimento era freqüente, com os trabalhadores feridos, visto que cortes, espetamentos nos braços e nas pernas, inflamações nas pontas dos dedos, alergias, entre outros, não eram motivos de preocupações para os patrões, ou para que os trabalhadores fossem encaminhados à assistência médica. Assim, eram inicialmente assistidos por técnicos ou donos de farmácias das cidades mais próximas ao local onde havia ocorrido o acidente. E, em algumas situações, consideradas muito graves, os trabalhadores eram enviados para centros maiores como Campina Grande, onde eram atendidos em hospitais públicos.

Este foi o caso do sr. Gaxite, que se submeteu a uma cirurgia em um hospital conveniado ao Instituto Nacional da Previdência Social – INPS. Como os demais acidentados, este puxador recebeu uma precária assistência do seu patrão, a quem cabia fornecer o transporte do trabalhador até o hospital e lhe pagar os medicamentos. Além disto, os acidentados recebiam uma quantia semanal até se reestabelecerem, era uma espécie de indenização, como disse o sr. Agenor:

Tinha dono de motor que era muito bom. Às vez sustentava três, quatro, cinco mês, enquanto ele tava doente. Dava a feira. Porque, também, era mais obrigado. O caba cortava uma mão, aí o dono do motor tinha por obrigação sustentar ele três, 4 mês, enquanto ele sarasse aquela mão que pudesse pegar um serviço qualquer.⁴³¹

A partir da sua fala, vejo que os trabalhadores percebiam “as precárias indenizações” como um direito e, ao mesmo tempo, um dever do patrão que, durante certo período, fornecia a feira aos acidentados. Entretanto, os acordos entre trabalhadores e patrões não se

⁴³⁰ Na ocasião, o sr. Gaxite disse que não lembrava o ano em que o acidente aconteceu. Todavia, sua fala revela algumas pistas que remetem à década de 1960, ou data posterior a esta. Primeiro o sr. Gaxite já buscava atingir a meta mínima de produção de 2.000 a 2.500 quilos de fibras verdes que, conforme os entrevistados, só fora institucionalizado no distrito de Cubati no final de 1950. Segundo, o patrão dele era um “dono do motor” e não um proprietário, mais uma vez no município onde ele trabalhava esta categoria só surgiu nos anos 60. Mesmo considerando a possibilidade do sr. Gaxite ter sido acidentado, depois do período estudado, que vai até 1966, não acredito que os procedimentos com a assistência, formas de indenização, entre outros, tenham sofrido grandes alterações. Entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

⁴³¹ Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

desenrolavam na esfera jurídica, ou seja, eram resolvidos extra-oficialmente, muitas vezes, no âmbito da casa grande ou, ainda, na casa do morador, território do patrão, não quebrando a lógica do estreitamento das relações paternalistas, o que ficou patente na fala do sr. Agenor, que, por um lado, definira “a indenização” como obrigação mas, por outro lado, compreende as condições em que é estabelecido o direito do trabalhador, como resultado da benevolência dos empregadores: “*tinha dono do motor que era bom*”. Desse modo, os “acordos” eram comumente verbais, baseando-se em suas antigas tradições de lutas; o diálogo, o palavreado exacerbado, as acusações de ambas as partes quando, muitas vezes, outros produtores respeitados na região por terem terras e prestígio, intervinham buscando mediar a questão, provavelmente supondo que, em outra ocasião, eles próprios poderiam estar vivendo uma situação semelhante com um dos seus trabalhadores. Porém, acredito que “o consenso trabalhador / patrão” tinha como base a ausência de acordos formais, forjando a matéria-prima para questionamentos mais amplos. Uma matéria-prima extraída dos conflitos, das negociações, do exercício da discussão, do receio dos trabalhadores em se tornarem mutilados. Em alguns casos, a assistência prestada aos acidentados ainda era mais precária, notadamente quando os seus empregadores eram os donos de motores, homens que possuíam apenas as máquinas, não possuindo propriedades, como observou Ramilton Costa:

*No caso do pequeno dono de motor é que a assistência do trabalhador torna-se mais difícil devido à precária situação econômica do empregador, estando ele próprio sujeito a acidentarse, já que geralmente também trabalha no desfibramento.*⁴³²

Os dados coletados mostram que, nestes casos, os próprios acidentados não se sentiam no direito de buscar “suas indenizações”. Em certa ocasião, um trabalhador acidentado disse, em entrevista a Ramilton Costa, que abdicara de sua indenização porque o seu patrão “*também era um coitado*”.⁴³³ Percebo que os “acordos” eram mesclados por outras questões, o fato de já ter sido um trabalhador de motor e, muitas vezes, o dono do motor ser, ele próprio, um trabalhador do motor vivendo, portanto, experiências semelhantes: como acordar cedo todas as madrugadas, os serões à noite, o afastamento da vida nos roçados, enfim, o fato de estarem ambos basicamente no mesmo lugar social, criava uma comunidade, um sentimento de compartilhamento entre estes homens tão parecidos, desencorajando os acidentados a

⁴³² Ramilton Marinho Costa. **O Capa Verde**: Transformações Econômicas e Interesses de Classes no Carimataú. op. cit. p. 136 e 137.

⁴³³ Apud Ramilton Costa. **O Capa Verde**: Transformação Econômica e Interesses de Classes no Curimataú Paraibano. p.137. Conforme este autor, o seu entrevistado R.F. era cortador e um dia, para substituir um dos puxadores que havia faltado, aventurou-se no ofício da puxada o que resultou na perda de uma das suas mãos.

cobrar sua precária indenização de um homem que não tinha recursos materiais, que também era um “coitado” igual à vítima.⁴³⁴

Esta situação fora também vivenciada pelo sr. Gaxite, anteriormente citado, que, ao retornar do hospital, vendeu o único bem que possuía, sua bicicleta, e passou durante a sua convalescença a receber ajuda do prefeito, como ele narrou:

*Toinho caboco que era o prefeito disse: ‘Negão como tá’ eu digo: rapaz num tô bom não que eu perdi minha mão todinha, ainda tem só o cotoco aqui e um dedo ‘o que é que tá faltando,’ eu digo, eu tinha muita vergonha, né, nada. Ele me deu 500 mil reis e me deu duzentos ou era 400. ‘Ai bota uma meota pro nego aqui,’ aí botaram. Aí chegou um menino. Damião, que era dono de motor também, só foi tirar o chapéu da cabeça, so botando nota de 10 em 10 encheu.*⁴³⁵

Posteriormente, o sr. Gaxite foi trabalhar no cambito, mas não acompanhou o ritmo e foi dispensado. Também disse que, por algum tempo, um senhor dono de uma mercearia lhe dava a feira semanal. A mendicância provocada pelos acidentes no desfibramento marcou o imaginário dos trabalhadores, sobretudo na serra do Cuité, como flagrou Ramilton Costa, em conversa com um gerente do motor: “No caso de acidente a gente arruma uma moleta e uma baciinha e vai pra uma esquina dessas, né”.⁴³⁶

Assim, foi a partir das suas “mutilações diárias”, que os trabalhadores rurais leram o dinheiro ganho no agave como um bálsamo para aliviar suas feridas, pois este trabalho foi se transformando em uma das poucas alternativas dos lavradores, uma alternativa que representava dor e, ao mesmo tempo, dinheiro: o seu sustento. Sobre isto, o sr. Nego Belo disse: “quando tinha o agave, não fartava o ganho pro povo. Ele era danado mais vai fazer muita farta no mundo”.⁴³⁷ Sua fala aponta para o significado do trabalho no agave: dor e dinheiro, uma dor provocada não só pelo sofrimento físico da labuta do desfibramento mas, também, pela desorganização da cultura dos trabalhadores.

⁴³⁴ Sobre as representações identitárias, ver por exemplo Stuart Hall. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

⁴³⁵ Severino Pereira da Silva, entrevistado em Cubati, em novembro de 2002.

⁴³⁶ Citado por Ramilton Costa. **O Capa Verde**: Transformação Econômica e Interesses de Classes no Curimatau Paraibano. op.cit. p. 36.

⁴³⁷ Francisco Roque da Silva. Entrevista coletada em 1995, no município de Pedra Lavrada apud Mariângela de Vasconcelos Nunes. **Maldição e Bênção**: Algumas Histórias do Sisal na Paraíba (1930-1953). op. cit. p. 86.

3.7 Uma Cultura da Esperteza: Histórias de Ócios, Táticas e Astúcias no Ofício do Agave

Os trabalhadores do agave estavam sendo habitados por seus vigias: seus corpos teriam que caminhar na “ordem” e a “ordem” passeava dentro deles. Mas, como sobreviver a esse mundo do trabalho, tão disciplinar? Como suportar as dores provocadas por seus espinhos?

Com base nas investigações, acredito que os trabalhadores do agave criaram táticas para escapar à dominação, táticas estas que denominei de “cultura da esperteza”, isto é: um conjunto de prática por eles desenvolvido, para sobreviverem à nova cultura do trabalho que lhes era imposta, rompendo com os seus costumes. Estas astúcias se apresentavam de várias formas: as faltas das segundas-feiras, as doenças de tudo “quanto era tipo”, as trapaças na hora das pesagens das fibras verdes, os expedientes mais curtos no último dia do trabalho semanal, além de um universo criado pelos poetas de cordéis, as histórias narradas pelos “contadores de histórias”, as histórias que diabolizavam o agave, que falavam da sobrevivência do homem pobre, sofrido e sem-terra numa sociedade de letrados e senhores de terras.

3.7.1 “O dia de São Gaxite” e outras astúcias

Para alguns moradores do município de Cubati, as segundas-feiras ficaram conhecidas como o dia de “São Gaxite”, numa alusão ao irreverente puxador Gaxite, pois, neste dia, este puxador não gostava de trabalhar. Mesmo antes de iniciar sua carreira no motor de agave, o astucioso Gaxite já estava inscrito no imaginário local como um espertalhão que tentava sempre levar a melhor. Esta sua arte inspirou o seu curioso apelido, visto que, na região, Gaxite é um bicho, um cachorro do mato, lépido e fagueiro, que tem como rotina a trapaça. Este animal, “na calada da noite”, invadia os roçados e, sem deixar vestígios, sugava o sumo dos frutos como melancia, de forma quase imperceptível, largando-os no roçado. Na hora de coletá-los os agricultores ficavam decepcionados, sentindo-se enganados ao perceber que as melancias, embora aparentemente intactas, estavam perfuradas e em processo de putrefação.

Todavia, o sr. Gaxite, apesar de reconhecer suas travessuras e que não trabalhava nas segundas-feiras, afirmou que não foi o autor de tal batismo. Relata que criou o dia de São Gaxite na Bahia, com o objetivo deliberado de instituir um feriado coletivo para os

trabalhadores de agave: “Foi eu mesmo batizei prá ninguém trabalhar neste dia”.⁴³⁸ Todavia, segundo ele, este batismo teria se restringido apenas ao estado da Bahia:

*Esse negócio foi o seguinte, eu trabalhava na Bahia, mais o meu padim, aí nos tumava uma cana grande. Aí na segunda-feira, trabalhava na Bahia, num sabe? Aí na segunda-feira ninguém trabalhava, porque não aguentava não, bebo. Aí eu tomei uma cana no domingo, uma cana grande, aí eu e meu padim amanheci no dia bebo. Eu digo padim eu vou dar um dia santo hoje na Bahia, eu digo eu vou dar o de Gaxite, dia Santo de ‘São Gaxite’. Aí dei o dia santo aí quando nós chegemo no motor, aí disse: hoje é dia santo de São Gaxite, e ninguém trabalha. Tudo besta, aí ninguém num virou o motor. O dia santo, lá na Bahia. Quem deu foi eu.*⁴³⁹

Segundo este entrevistado, foi fácil fazer os baianos acreditar que deveriam todas as segundas-feiras, render homenagens ao “Santo Gaxite”, visto que na Bahia as “pessoas eram bestas”, isto porque elas não o conheciam pelo seu apelido. Assim, ele instituiu, entre os trabalhadores do motor, um costume dos trabalhadores de agave caririseiros, como ele disse: “Aí fumo todo mundo pro motor. No motor lá já tava fibreiro, amarrador, cortador tudo lá menino, hoje ninguém trabalha. – Por que? Porque hoje é dia de São Gaxite e ninguém trabalha na minha terra ninguém trabalha.”

Segundo ele, o que o impediu de batizar o feriado das segundas com o seu nome, no município de Cubati, foi porque, na sua terra natal, todos sabiam que Gaxite era um homem e não um santo. De forma cômica, ele conta tal proeza:

*Tentei não. São Gaxite quem é esse santo aqui? Gaxite era eu. Eu num sou santo. É que na Bahia dia santo lá. Aqui não porque todo mundo conhece eu. Ai lá num conhece, num tem o dia Santo de São Gaxite, sabe. É porque aqui todo mundo me conhece, aí lá ninguém conhece o caba.*⁴⁴⁰

Segundo alguns produtores, o batismo das segundas-feiras chamadas de santo, “São Gaxite”, partiu de alguns patrões que acusaram o puxador Gaxite de estimular o ócio nas ditas segundas-feiras, como relatou o sr. Odon Nunes: “‘São Gaxite’ era a cana que os cabas do motor tomavam e não iam trabalhar nas segundas-feiras, aí João Jerônimo e Deusdete diziam que eram o dia de ‘São Gaxite’ ”.⁴⁴¹ Nesta fala, o entrevistado revela o sentido que os proprietários atribuíram às faltas dos trabalhadores nas segundas-feiras, vinculando-as à

⁴³⁸ Severino Pereira da Silva, entrevistado em Cubati, em novembro de 2002.

⁴³⁹ Severino Pereira da Silva, entrevistado em Cubati, em novembro de 2002.

⁴⁴⁰ Severino Pereira da Silva, entrevistado em Cubati, em novembro de 2002.

⁴⁴¹ Odon Cirilo Nunes, entrevistado em Cubati, em julho de 2003.

irresponsabilidade e às bebedeiras, pois, com a mecanização da cultura agavieira, a prática de beber, bem como outras atividades de lazer, a exemplo dos bailes, passaram a ser compreendidas pelos patrões como desordens e os trabalhadores que bebiam ou participavam de bailes eram vistos como desordeiros, preguiçosos. Desde então, a prática da bebida alcoólica pelos trabalhadores tornou-se um empecilho ao processo de modernização agrícola, no imaginário dos que construíram e disseminaram uma imagem destes trabalhadores, ao mesmo tempo que tentavam incrustar-lhes uma nova ética de trabalho.

Todavia, se o ócio das segundas-feiras fora criado pelo sr. Gaxite, na Bahia, ou fora, como dizem os patrões, estabelecido por este trabalhador em Cubati, torna-se irrelevante, porque a pesquisa mostrou que, independente do lugar em que as “segundas-feiras santas” tenham sido instituídas, os expedientes no motor de agave, neste dia, eram irregulares. Os próprios trabalhadores falaram sobre o hábito implantado por eles, como disse o sr. José João: “*Eu mesmo fiz isto. É eu ia pra rua tomar cana, aí atrasava, aí quando chegava nós tirava o dobro. Nas segunda-feira nunca gostei de virar não, ia dormir, ia dormir, quando era tarde vinha pro motor*”.⁴⁴²

O sr. Zuza também contou sobre as faltas das segundas-feiras no desfibramento mecânico do agave:

*Porque eles nunca gostaram, era danado na segunda num virar. Ninguém sabe, porque, se ia farrar no domingo, amanhecia enfadado da ressaca. Aí nunca, era difícil virar uma segunda-feira. Difícil. Quer dizer, uns dizia que ia cuidar do roçado, porque era a folga que tinha. E outros ficavam malandrando mesmo, e num ia nem no roçado, nem ia pro motor.*⁴⁴³

Nestes dias, as mulheres fibreiras usavam seu tempo para realizar as atividades domésticas, como contou D.Maria:

*Vinha pra casa lavar um pano, lavar um prato ou ajeitar uma coisa, fazer uma costura, fazer um remendo, aquele que tivesse com mais necessidade a gente tinha que vir cuidar. Se tivesse dono de casa, já sabia o dono de casa é o roçado, agora nós mulher, a gente ajuda tanto dentro de casa, no que for, a num ser uma apanha de algodão, que apanha de algodão é serviço de mulher...*⁴⁴⁴

A partir destes relatos, entendo que homens, como o sr. José João, faltavam ao trabalho porque achavam mais importante ficar cuidando dos seus roçados, cavar cacimba,

⁴⁴² Manoel Roque da Silva, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

⁴⁴³ José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

⁴⁴⁴ Maria do Carmo Dantas, entrevistada em Pedra Lavrada, em setembro de 2003.

construir cercas ou, simplesmente, investir no ócio, como este depoente que preferia dormir ao invés de assumir seu posto de puxador, no local onde trabalhava.

Assim, compreendo estas faltas dos trabalhadores do motor de agave como um lugar de resistência e de recriação do tempo e diferentes concepções de trabalho. Trabalhar, para eles, era prover sua subsistência, garantir seu abastecimento de água, assegurar que seus roçados não fossem invadidos pelos animais e organizar seus afazeres nas suas próprias casas. Portanto, a disciplinarização coexistia com a “antidisciplina”. O desejo de livrar-se dos horários impostos, a vontade de trabalhar em paz, sem receber ordens, vigiar e ser vigiado. Era possível escapar à dominação, fugir, provisoriamente, das relações disciplinadoras. Neste caso, os trabalhadores reinventaram algumas regras, recusando o cronograma semanal de cinco dias completos. Eles até trabalhavam nas segundas-feiras, ou no primeiro dia semanal de trabalho, porém, muitos trabalhadores chegavam atrasados, portanto, o expediente começava mais tarde, os horários eram irregulares.

Estas práticas me remetem a Michel de Certeau, notadamente quando este historiador afirma que a criatividade humana sobrepõe-se ao autoritarismo ditado pelos sistemas tecnocráticos. Neste sentido, as pessoas comuns desenvolvem, no seu cotidiano, armadilhas para se desvencilhar do excesso de normas impostas pelas redes institucionais. Os consumidores das normas, das leis, da linguagem, enfim, da cultura, transgridem-nas, ao se apropriarem, melhor dizendo, se reapropriarem deste conjunto.

Portanto, Certeau rompe com a dicotomia consumo/produção, na medida em que concebe os consumidores como produtores: “*A uma produção racionalizada, expansionista, além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção qualificada de consumo...*”⁴⁴⁵ Em outras palavras, o consumo é uma reinvenção da produção.

Nesta perspectiva, todo consumidor é um produtor por excelência e é também transgressor, pois a prática do consumo nunca se dá de forma passiva. E, nesta não-passividade, esconde-se uma concepção política. Desta forma, “aqueles que sempre levam a pior” não são vistos como vítimas, mas como sujeitos sociais capazes de empreender respostas à suas experiências cotidianas e culturais. Assim, o agir coletivo e contestador dos trabalhadores rurais era fruto de sua criatividade.⁴⁴⁶

⁴⁴⁵ Michel de Certeau. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de Fazer. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994. p. 39.

⁴⁴⁶ Na visão de teóricos como Certeau, as práticas de consumo implicam um ato de reapropriação, de reconstrução cultural, uma espécie de re-fabricação daquilo que já foi produzido e imposto. Desta forma, ao manejar o preestabelecido, os consumidores culturais aplicaram-lhes outros fins, diferentes daqueles fixados pela funcionalidade do sistema. Sobre o processo de criação dos consumidores, ver Michel de Certeau. op.cit.

Algumas das respostas elaboradas por estes atores sociais eram extremamente astuciosas. Alguns trabalhadores afirmaram que não compareciam aos motores, no primeiro dia semanal, ou se atrasavam para o seu serviço, porque sabiam que um dos seus colegas não iria trabalhar. Esta era a tática que muitos faltosos da segunda-feira usavam, como narrou o sr. Gaxite:

Na segunda-feira ninguém trabalhava não, eu num ia, porque o dono do motor e outro meu párea que era primo meu chegava bebo no motor. Ia buscar o comer veio, a feira com meia légua quando chegava já era de noite.⁴⁴⁷

Nesta narrativa, o sr. Gaxite apresenta dois motivos para justificar as faltas ou os atrasos nas segundas-feiras. Primeiro, alguns trabalhadores estavam ressacados e, previsivelmente, faltariam ao trabalho, de nada adiantando a sua presença no motor de agave. Segundo, a ausência de alguns colegas ocorria porque eles, nestes dias, providenciavam a compra dos seus mantimentos semanais. Certamente, a realização desta tarefa exatamente nas segundas era uma desculpa, visto que os trabalhadores de Cubati recebiam seus salários nos sábados quando também compravam seus alimentos.

Não acredito, também, que os trabalhadores do agave, embora tenham passado a consumir mais álcool do que quando trabalhavam na agricultura, estivessem ressacados a ponto de não poderem trabalhar no primeiro dia de trabalho semanal. Caso contrário existiria na região estudada um alto índice de pessoas acometidas por doenças hepáticas e de alcoólatras, entretanto, os próprios trabalhadores negaram ter amigos ou colegas alcoólatras ou que apresentassem problemas de saúde atribuídos ao uso do álcool. Ao que parece, na área estudada, e no período analisado, os distúrbios provocados por esta droga atingiram basicamente o funcionamento das máquinas mecânicas, que ficavam paralisadas ou tinham o seu funcionamento retardado no primeiro dia de trabalho semanal. Portanto, entendo esta prática dos trabalhadores em não assumir as suas faltas, deixando o motor no “prego”, como costumavam dizer tanto eles quanto os patrões, como uma tática. Desta forma, eles faltavam porque sabiam que um dos seus parceiros estaria ausente.

Nestas falas enunciadas no presente, dizem alguns agricultores que, no passado, sempre aconselhavam os colegas, como relatou o sr. Gaxite:

Chegava bebo, bebia hoje, amanhã amanhecia de ressaca. Tava de ressaca, aí num virava, vamo virar, home, nós é pai de família. Nós, na terça-feira nós virava, tirava a produção para 2.500, 2.000 mil. Na

⁴⁴⁷ Severino Pereira da Silva, entrevistado em Cubati, em novembro de 2002.

*segunda feira quando eles nem bebia do sabó pronto. Ai na segunda feira nós virava. Tirava duzentos quilo, era dois mil, dois e quinhentos.*⁴⁴⁸

É curioso ouvir do audacioso Gaxite tal disparate, ou seja, que ele insistia com os colegas, “pais de família”, para não se atrasarem nas segundas-feiras. Pois ele mesmo, anteriormente, disse que só não criara o “Dia de São Gaxite” na Paraíba porque todos sabiam que Gaxite era um homem e não um santo. Mas, o que levava este puxador a recuar e assumir o discurso da responsabilidade? Entendo que, entre os trabalhadores, existia uma espécie de cumplicidade sigilosa que denunciava a introjeção de uma nova moral. Mesmo se recusando a aceitá-la os trabalhadores sentiam a necessidade de explicar suas ausências, o que significava que esta moral os regulava. Então, ao elegerem os colegas como culpados, apaziguavam suas consciências, pois não poderiam se sentir responsáveis pela falta dos companheiros. Ainda mais: desse modo, explicavam-se diante dos patrões enquanto, de forma ambivalente, eram transgressores, infringindo as normas: não se submetendo às imposições da produção racionalizada. E, assim, iam estabelecendo alguns códigos para a prática do ócio, da cumplicidade e da trapaça.

Embora tais práticas subversivas tenham existido desde a introdução da mecanização do agave e, com ela, a disciplinarização imposta pelos patrões, penso que a insubordinação se tornara mais freqüente a partir dos anos 60. Acerca desta temática, o sr. Gentil Palmeira disse: “...não era esta divergência era direito, o trabalhador desmantelou-se a partir de 60”.⁴⁴⁹ A expressão “desmantelou-se” foi usada pelo entrevistado para designar as subversões dos trabalhadores, ou seja, atrasos, doenças, faltas, entre outras práticas que desorganizavam a produção e eram vistas pelos produtores como irresponsabilidade dos trabalhadores, que passariam a ser percebidos e qualificados como “homens desmantelados”, “homens desonestos”, enfim, “homens que não tinham uma palavra só”. Os trabalhadores, ao se opor ao novo cotidiano, foram inscritos, no imaginário local, pelos patrões, como “beberrões”, “preguiçosos” e “desordeiros”.

Estes homens, portanto, eram homens desmantelados. Posto isto, acho importante esclarecer algumas questões: o que significava o desmantelo dos trabalhadores? A partir dos anos de 1960, eles estavam se tornando mais resistentes às imposições dos patrões. Desta forma, uso o termo resistência para designar a recusa dos trabalhadores em colaborar passivamente com o mundo da produção, acionando, conseqüentemente, práticas que

⁴⁴⁸ Severino Pereira da Silva, entrevistado em Cubati, em novembro de 2002.

⁴⁴⁹ Sr. Gentil Venâncio Palmeira, entrevistado em Cuité, em julho de 1995.

provocavam resultados indesejáveis para os patrões. Portanto, vejo resistência não apenas como um amplo confronto deliberado, mas também como pequenos gestos de insubordinação, para usar uma expressão do historiador Peter Burke, “*táticas de Guerrilhas e não guerra declarada – porém, ainda assim resistência*”.⁴⁵⁰

Neste caso, este conceito subentende uma gama variada de ações contínuas à disciplina imposta. Esta oposição, muitas vezes, era murmurada para escapar à vigilância. Sobre este silêncio contestador, Marilena Chauí disse: “*o silêncio, o implícito, o invisível são, freqüentemente, mais importantes do que o manifesto*”.⁴⁵¹ Desta forma, gestos aparentemente despropositados que, por exemplo, invadem o mundo de produção, como as operações tartarugas, a produção de peças com defeitos, e especificamente no caso dos trabalhadores do agave, as faltas ou atrasos, os pequenos roubos, as doenças repentinas, delatavam uma forma de reação às exigências racionalizadoras. Assim, a disciplina no trabalho com o agave se inscrevia num quadro de lutas, inspirado nas astúcias dos trabalhadores rurais, pois estes desencadeavam uma sucessão de truques para sabotar as estratégias dos patrões.

Conforme a filósofa Marilena Chauí, estes movimentos de sabotagem à cultura oficial são perpassados pela ambigüidade, isto porque eles são enredados por elementos de resistência, entrelaçados à conformação, que desenham um grande tapete, palco dos embates. A presença de componentes conflitantes, que combinam elementos opostos, foram destacados pela autora que, ao invés de rotulá-los como dicotômicos ou entendê-los como um desvio obscuro, os percebeu como um jogo de intercâmbios, quebrando, portanto, a idéia da bipolaridade ou rigidez entre a submissão e a resistência, pois estas se completam. Ao referir-se à circularidade entre a cultura oficial e a cultura subalterna, a autora apreendeu a ambigüidade presente nestas relações, por isto diz:

*Talvez seja mais interessante considerá-lo ambíguo, tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar. Ambigüidade que o determina radicalmente como lógica prática que se desenvolve sob a dominação.*⁴⁵²

Mas, o que teria acontecido nos anos de 1960, para promover o “desmantelamento dos trabalhadores”? Nesta década, generalizou-se a instituição da produção mínima de 2.000 quilos. Certamente, para alcançar esta meta os trabalhadores tiveram que aumentar o ritmo, a

⁴⁵⁰ Peter Burke. **História e Teoria Social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 124.

⁴⁵¹ Marilena Chauí. **Conformismo e Resistência**: aspecto da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 33

⁴⁵² Idem. *Ibidem*. p. 124.

intensidade e a monotonia do trabalho, ultrapassando tudo que, até então, já lhes havia sido imposto. Penso que este componente, apenas, não basta para explicar a contestação dos trabalhadores. As investigações mostraram que três outros aspectos teriam também contribuído para a composição de um trabalhador mais resistente. Primeiro, a mobilidade das máquinas itinerantes: estas se moviam não apenas no interior das propriedades dos produtores, mas também eram instaladas em outras terras, que não pertenciam aos seus patrões. Trabalhar fora dos domínios da propriedade quebrava a centralidade da casa grande e toda uma lógica de estreitamento de manutenção do poder; de repente, o patrão não era mais o dono da terra onde ele trabalhava: agora o patrão tinha que “alugar” a terra de outros, ou seja, comprar o agave na folha a outros sujeitos históricos, que eram estranhos aos trabalhadores. Será que o seu patrão não era tão forte como ele havia pensado? Visto que a idéia de patrão que os trabalhadores rurais tinham estava associada ao domínio da terra, onde eles moravam e trabalhavam. A ruptura com esta noção, portanto, inspirava os questionamentos e as sublevações entre os trabalhadores, que se sentiam mais encorajados para contestar as ordens dos patrões.

Segundo: a expansão das máquinas mecânicas aumentou a demanda da mão-de-obra, estimulando, cada vez mais, os proprietários a contratar trabalhadores que não eram seus moradores, portanto que não apresentavam o mesmo grau de “lealdade” dos seus agregados. Eram “homens sem senhores” que se sentiam mais livres para desafiar os seus patrões, para mudar de um motor para outro, enfim, reelaborar e desrespeitar a disciplina no trabalho do agave.⁴⁵³

Terceiro: houve no período, o aumento numérico dos donos de motores, homens economicamente pobres, que se esforçavam para formar suas equipes de trabalhadores, como disse o sr. Geraldo:

Aí saia procurando trabalhador pra trabalhar no motor, quem tinha recurso e possui morador, virava o motor com o morador mesmo. Os trabalhador mesmo, num precisava arrumar gente de fora, só com o

⁴⁵³ Ainda nos anos 60, fora criado o já mencionado Estatuto do Trabalhador Rural, desencorajando os senhores de terras a manter relação de moradia com os seus agregados, pois temiam que os seus trabalhadores rurais fossem beneficiados com o salário mensal e o 13º, carteira assinada, entre outras conquistas pertinentes à classe trabalhadora. Sobre o tema, Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos T. da Silva escreveram: “*Os que temiam os encargos trabalhistas que recairiam sobre o uso da mão-de-obra rural – e que em algumas regiões, como vimos acima, já mostravam sua presença – procuraram expulsar seus trabalhadores, queimar suas casas, destruir suas roças e mandá-los para fora de suas terras*”. Cf Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira. **A terra prometida**: uma história da questão Agrária no Brasil. op. cit. p. 177. Acredito que esta Lei que regulamentava a mão-de-obra rural não provocara, sobretudo nos primeiros anos de sua criação, grandes mudanças na área analisada. Desta forma, penso que, até 1966, data de fecho do período aqui estudado, muitos proprietários ainda conservavam suas antigas relações com seus trabalhadores rurais.

*morador virava dois, três motor. E quem não tinha morador, era o povo que tinha motor e num tinha morador, então ia arrumar trabalhador, arrumava aqui na cidade.*⁴⁵⁴

O depoimento mostra a composição diferenciada dos trabalhadores empregados pelos grandes e médios produtores e pelos donos de motores. Pois os dois primeiros grupos conseguiam parte dos seus trabalhadores nas suas propriedades, enquanto o segundo buscava-os nas cidades próximas, contratando homens “mais livres”, que não moravam nas terras de terceiros e, ao mesmo tempo, apresentavam uma origem social basicamente semelhante à de seus patrões e donos de motores. Estes não moravam em casas grandes, não possuíam carros, não mantinham seus filhos estudando em cidades maiores, jamais disputavam cargos públicos nos quadros políticos. Este sentimento de identidade, partilhado por homens que viviam experiências sociais e culturais parecidas, contribuía para a despolitização reivindicativa dos trabalhadores, que se sentiam mais inibidos para exigir seus direitos, como indenização, sobretudo, em caso de acidentes. Esta cumplicidade entre patrões e empregados beneficiava também estes últimos, que se sentiam mais à vontade diante de um homem que havia sido seu parceiro, com o qual, muitas vezes, brincavam e, juntos, trapaceavam seus antigos patrões. Ademais, este novo empregador não desfrutava do mesmo respeito dos patrões de outrora, portanto, a sua presença não era tão ameaçadora, uma vez que os trabalhadores não lhes deviam “favores”, nunca haviam morado em suas terras, afinal o dono do motor era um homem “sem status”, sem poder econômico, sem-terra, enfim, um homem que, como os demais trabalhadores, mal tinha recursos para se manter.

Neste cenário, forjado sobretudo a partir dos anos de 1960, é importante destacar o trânsito dos trabalhadores de um motor para outro, ou seja, das máquinas dos donos de motores para as desfibradeiras dos grandes e médios proprietários, que igualmente já estavam recrutando outros trabalhadores, com quem não tinham vínculo de moradia. A rotatividade dos trabalhadores estimulava a circularidade de idéias e a troca de experiências entre “homens livres”, isto é, “homens sem senhores”, e moradores, tornando o ambiente do motor de agave um “centro de irreverência”, para usar uma expressão do historiador Christopher Hill, ao descrever como a mobilidade de uma determinada população inglesa, no século XVII, influenciava nas suas idéias, promovendo ou despertando, nestes homens, o desejo de encontrar “*um novo senhor dentro de si mesmo*”.⁴⁵⁵

⁴⁵⁴ Sr. Geraldo da Silva, entrevistado em Cuité, em setembro de 2003.

⁴⁵⁵ Christopher Hill. **O Mundo de Ponta-Cabeça**: Idéias Radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 61.

Além das “famosas ressacas” do primeiro dia de trabalho semanal, os trabalhadores forjaram um arsenal de outros pretextos para escapar à disciplina do motor. Uma das “artes de defesa” destes sujeitos históricos eram as doenças. De acordo com os entrevistados os trabalhadores freqüentemente “amanheciam doentes”. Sobre o assunto o sr. Severino, que, além de puxador, também exerceu o cargo de virador, relata:

*Amanhecia, hoje eu tô doente, com dor de cabeça, eu dizia num tem nada não, rapaz, isso no corte de agave, no bagaço miora. Era eu dizia: vamo pro motor que miora, quando nun dava pra eles ir pro motor, arrumava outro, botava na vaga do outro e quando miorar eu era assim.*⁴⁵⁶

D.Maria também lembrou que, muito rotineiramente, suas crianças, quando trabalhavam no agave, adoeciam como ela disse: “*tem dia que elas dizia, eu tô com dor de cabeça, eu tô com o dente doendo, sem tá, eu via que num tava mesmo, não bota a preguiça pra uma banda e vamo ajudar, é pra fazer sério...*”⁴⁵⁷

Continuando o relato sobre as doenças dos trabalhadores, o sr. Agenor narra:

*Acontecia demais. Aí eu ia saber porque eles num vinha, às vez era porque tava doente, uma coisa, num tinha por quem mandar dizer. Eu só era pegar a bicicleta e fazer carreira pra casa dele. Chegava lá era doente, uma coisa. Ah tá tudo bem fica frio. Adoecia toda qualidade de doença, de febre, de frio, de dor-de-cabeça, o diabo vez enquanto adoecia um, aí eu ia, ajeitava vinha me embora, botava outro e pronto.*⁴⁵⁸

Entendo estas “doenças de tudo quanto era tipo”, de adultos e crianças, como táticas usadas pelos trabalhadores para se “virarem” no jogo criado e determinado pelos patrões fortes e centralizadores. As doenças, por exemplo, do ponto de vista dos patrões, eram uma justificativa mais sensata, visto que se tratava de uma ocorrência que independia da vontade dos trabalhadores e que, supostamente, os fazia vítimas e demandava repouso para se recuperarem. Uma explicação menos desafiadora, mas ainda uma resistência que era tecida em um território silencioso, pois, como provar uma dor de cabeça, ou dor de dente em uma sociedade onde, predominantemente, os trabalhadores se curavam com rezas e chás? Como elaborar um diagnóstico contrário a um trabalhador que se dizia doente? Certamente, muitos patrões não acreditavam nas desculpas dos seus empregados, porém, não tinham como desmenti-los, o jeito era pressioná-los através de ironias, como fazia o sr. Severino, que

⁴⁵⁶ Severino de Oliveira Batista, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

⁴⁵⁷ Maria do Carmo Dantas, entrevistada em Pedra Lavrada, em setembro de 2003.

⁴⁵⁸ Sr. Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

prescrevia o corte, o bagaço, a puxada como remédio para “sara os males” que acometiam os trabalhadores. Ou se retirar, como fazia o sr. Agenor, provavelmente depois de um bate-boca e alguns ultimatios. Desta forma, os trabalhadores iam sutil e sub-repticiamente, reinventando as normas do motor de agave.

Neste contexto, inscreviam-se os furtos realizados pelos bagaceiros, que geralmente pesavam as fibras verdes. A pesagem das fibras ocorria em instrumentos extremamente precários, nas balanças descritas no 1º capítulo. Os pesos poderiam facilmente ser alterados, como afirmou o sr. Zuza:

*É porque era muito fácil de roubar. Fácil demais porque, aí, era um arame, num sei quantas, vamo 12, 20 ou 30 roelazinha de borracha. Quando pesava uma balança lá, puxava uma pra baixo. Toda vez que pesasse uma balança, é tirando da máquina e botando na balança. A fibra verde que a gente puxa. Ele em vez de puxá uma, puxava duas. É muito fácil de roubar.*⁴⁵⁹

Assim, as pesadas das fibras verdes eram formas dos bagaceiros trapacearem seus padrões, atingindo aquilo que eles mais prezavam: a produção em nome da qual extraíam o máximo de energia dos trabalhadores.

Conforme o relato, os bagaceiros, responsáveis pelas pesadas das fibras verdes, poderiam sabotar os pesos, aumentando-os, bastava que estes sujeitos fossem rápidos e discretos e executassem o furto em um momento em que não estivessem sendo policiados. Esta prática era menos complicada nas máquinas dos grandes e médios produtores, que eram inspecionadas pelos viradores/gerentes, que tinham como função fiscalizar todos os motores do patrão, sempre se deslocando de um motor para outro, observando o corte nos agaviais, enfim, olhando mais atentamente toda a área de produção, portanto distanciando-se, em muitos momentos, das balanças e das pesagens das fibras, que ocorria continuamente, na medida em que as folhas iam sendo desfibradas. Ao passo que os donos de motores, que possuíam apenas uma máquina, eles próprios vigiavam o serviço e, muitas vezes, ocupavam uma outra função. Neste caso, eles estavam mais próximos das balanças e dos bagaceiros, evitando as fraudes, ou ainda mantinham parentes empregados no seu empreendimento, a exemplo do sr. Zuza, que só percebera as trapaças de um colega porque estava de olho na balança, pois o motor pertencia ao seu irmão, como ele contou: “o motor era do meu irmão, eu aqui puxando e contando também”. Nesta situação, este narrador era mais do que um mero

⁴⁵⁹ José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

puxador, pois falava do lugar de certo poder, na medida em que buscava defender os interesses do seu irmão, o dono do motor.

Mesmo que o furto mencionado tenha sido interdito, acredito que casos, como este, aconteceram inúmeras vezes e vejo-os como uma astúcia dos trabalhadores, que se beneficiavam duplamente: primeiro, sabotar a quantidade de fibras desfibradas, aumentando-a, era uma maneira de alterar para mais a produção, aproximando os trabalhadores da cota mínima e, conseqüentemente, diminuindo o tempo de permanência no serviço, pois sabiam que só seriam dispensados das suas atividades quando atingissem a meta de produção: 2.000 quilos de fibras verdes. O sr. Gaxite esclarece: *“trabalhava até meio dia, tirar a produção e vinha embora. Era 2.000 quilos, 2.500, parava porque era muito cansativo.”*⁴⁶⁰ Estes números significavam a liberdade dos trabalhadores, uma liberdade que os resgatava temporariamente do cativo, simbolizados pelo seu trabalho no desfibramento. Segundo, esta esperteza permitia um pequeno reajuste no salário dos trabalhadores, já que todos ganhavam por produção. Por esta razão, penso que os bagaceiros sentiam-se tentados a promover aumentos coletivos.

Os trabalhadores comumente repousavam aos domingos e nos dias em que ocorriam as feiras locais que, em alguns municípios como Cubati e Pedra Lavrada, eram realizadas aos sábados e, em outras, a exemplo de Cuité, aconteciam nas segundas-feiras, enquanto os últimos dias úteis da semana eram as sextas-feiras e os sábados, respectivamente. Nestas tardes das sextas e sábados, os trabalhadores também praticavam outras astúcias, em relação aos horários de trabalho, pois o largavam no meio das tardes, por volta de 15 horas, tempo suficiente para atingir a produção mínima. Esta prática tornou-se comum com a introdução das máquinas desfibradeiras, pois, até a implantação destas, os trabalhadores rurais costumavam trabalhar, durante todo o expediente, em seus roçados ou até mesmo no “trabalho alugado”. Entretanto, no trabalho do motor, largavam seus postos antes do final da tarde, como declarou o sr. Zuza: *“três horas da tarde quando produção fechava a conta. Todo mundo ficar nas suas casas. Quem tinha o roçado ia pro roçado, ia pro roçado no sábado, ajeitar alguma coisa. Alimpar um mato, ou prantar, era”*.⁴⁶¹

O abandono dos postos de trabalho, no último dia útil da semana, também mostrava resistência dos trabalhadores a rotina da mecanização. Interessados em se livrar das cobranças dos patrões e dos viradores, logo que “a produção fechava”, os trabalhadores abandonavam o motor e iam cuidar dos seus roçados, limpar mato, enfim, fazer algo que os agradava. Esta

⁴⁶⁰ Severino Pereira da Silva, entrevistado em Cubati, em novembro de 2002.

⁴⁶¹ José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

subversão dos trabalhadores fora estabelecida a partir de uma regra imposta pelos próprios patrões, a cota mínima. Ao obtê-la, mesmo que estivessem na metade do expediente da tarde, os trabalhadores se recusavam a continuar trabalhando e, conseqüentemente, produzindo mais, o que lhes proporcionaria um melhor salário semanal.

Desta forma, estes atores sociais ironizaram os horários vigentes, culturalmente estabelecidos e também adotados pelos patrões, e os redefiniram à revelia destes. Estas táticas iam sendo criadas e organizadas a partir de condições muito particulares, das oportunidades que os trabalhadores encontravam ou forjavam dentro do próprio sistema de dominação. Assim, as redes do poder, ao tentarem laçar os mais fracos, isto é, os trabalhadores rurais, deixavam sempre escapar uma malha onde esses teciam as micro-resistências. Nesta perspectiva, cabia a eles aproveitar as ocasiões. Sobre as possibilidades dos mais fracos, observou Certeau: *“Tem que utilizar vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário”*.⁴⁶²

Era destas astúcias, do drible nos campos dos senhores, que os trabalhadores do agave extraíam a matéria-prima para um agir contestador, e “invisível”, que entrecruzava confrontos e disciplinas. Assim, o cotidiano relacional entre os proprietários e os trabalhadores do agave era permeado por conflitos, pois, de um lado, estavam os primeiros buscando construir estratégias para minimizar o desperdício do tempo; do outro, os trabalhadores, tentando escapar à vigilância, notadamente no que diz respeito aos seus horários de serviços. Alguns destes conflitos eram resolvidos por meio da violência, praticada e alardeada pelos patrões, tal o caso do cambiteiro José Targino, já mencionado neste trabalho. Todavia, existiam as querelas “invisíveis”, que faziam parte da rotina entre empregadores e empregados, os quais tinham relações de dependências recíprocas.

Os patrões precisavam dos serviços dos trabalhadores para colocar em funcionamento o processo de desfibramento, por isto eram obrigados a recuar e aceitar, a contragosto, algumas “conquistas” do mundo do trabalho, a exemplo das reinvenções do cronograma de trabalho. Neste sentido, os empregadores acabaram acatando tais ressignificações, como disse o virador Agenor:

Porque tem muitos motor que se aviceia, só querer pegar adepois do almoço, num-sei-o quê. Mais comigo, não. Comigo tinha que pegar de 6 hora, na segunda-feira, porque quando era na sexta-feira, a produção digamos, 2.000 quilo, 2.500, pronto. Quando era meio dia sortava, pra vão tomar banho, tá bom dano a produção agora sem dar a produção, ia pro sábo, aí eles já sabia disso, digamos assim,

⁴⁶² Michel Certeau. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de Fazer. op. cit. p. 101.

*tirava 2.000 quilo, aí eu dizia: pronto já pode ir pra casa, já fizeram a semana, podem ir embora, às vez numa sexta feira meio-dia, aí eles aproveitava a sexta, aproveitava o sábado, o domingo, tinham muitos que lucrava, mas tinha muitos que ia é bater bola, jogar, tomar banho, pescar, num se importava com nada na vida, não, é muito irresponsável o povo de motor de agave.*⁴⁶³

A fala deste virador expressa a rigidez da disciplina no motor de agave “*comigo tinha que pegar de 6 horas, na segunda-feira*”, mas também revela a flexibilidade deste modelo. O sr. Agenor, por exemplo, exigia a presença dos trabalhadores, porém, nas tardes das sextas-feiras, dispensava-os mais cedo, não tentando extrair deles mais trabalho. Certamente, esta era uma estratégia que estimulava a obediência dos trabalhadores, que se esforçavam para atingir esta meta rapidamente, evitando o desperdício do tempo e assegurando a produção de forma menos conflitante. Assim, por exemplo, viradores como o sr. Agenor não mandavam e anulavam trabalhadores como a fibreira Maria ou o irreverente Gaxite, entre tantos outros. Estes sujeitos atuavam em uma relação de troca. Desta forma, os patrões eram obrigados a ceder para obter obediência de seus “subalternos” que, por sua vez, ao perceberem este jogo, tentavam tirar proveito dentro das possibilidades existentes.

Assim sendo, as relações de poder eram constituídas de forma “mais ou menos negociada”, e não imposta em sua totalidade pelos proprietários. Logo, patrões, viradores e trabalhadores de motor viviam suas experiências em um jogo contraditório, em um âmbito de luta política que, em muito, ultrapassava o lugar do instituído. Compreendo que “este não-instituído”, oficialmente, fruto das práticas transgressoras, negava ou rejeitava parcialmente o exercício de um poder totalitário. A experiência de sr. Gaxite, no motor onde ele trabalhava, dimensiona a vitória silenciosa dos trabalhadores:

*Faltava era. Muita gente, também. As vez tinha caba, tinha um roçado na segunda-feira, o dono do motor liberava para ele ir pro roçado limpar mato. Quem tinha roçado ia pro roçado, o dono do motor liberava.*⁴⁶⁴

Os trabalhadores, sobretudo, durante as estações chuvosas, não abriam mão de cuidar de seus roçados, por isso, combinavam entre si. Uma espécie de “falta coletiva”, como disse o sr. Zuza: “*Choveu hoje todo mundo é pra plantar a gente combinava, amanhã a gente vai pro roçado; você vai, eu vou, cê vai pronto, ia prantar todo mundo que tinha roçado ia*

⁴⁶³ Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003. Sobre a concepção de lucro dos trabalhadores rurais, ver Capítulo I.

⁴⁶⁴ Severino Pereira da Silva, entrevistado em Cubati, em novembro de 2002.

prantar”.⁴⁶⁵ Esta adesão unânime dos trabalhadores induzia a que os viradores e donos de motores negociassem este ponto: o roçado, pois, caso chovesse, os lavradores o priorizaria em relação a suas outras atividades. Neste caso, os empregadores preferiam respeitar tal norma, instituída por homens como o narrador, a se indispor com os trabalhadores rurais que, por sua parte, acatavam algumas imposições dos patrões, como disse o sr. Zuza: “...*porque a gente ia com um interessinho qualquer, Ai tinha que ir bem ou cansativo*”.⁴⁶⁶ Pois precisavam trabalhar para sobreviver e o trabalho no agave lhes proporcionava um salário semanal que lhes era fundamental.

A disciplina no motor de agave, portanto, não era totalitária, pois trabalhadores e patrões avançavam e recuavam, mútua e constantemente. O sociólogo Nestor Garcia Canclini, ao estudar as relações de poder, percebeu tal dinâmica:

*Claro que as relações não costumam ser igualitárias, mas é evidente que o poder e a construção de acontecimentos são resultados de um tecido complexo e descentralizado de tradições reformuladas e intercâmbios modernos, de múltiplos agentes que se combinam.*⁴⁶⁷

Acredito que tal questionamento, acerca do lugar do poder nas manifestações culturais, seria válido também no processo de interação entre os grupos sociais. Partindo deste encaminhamento, os subalternos são capazes de iniciativas. Nesta perspectiva, o exercício do poder é uma via de mão dupla. A sua eficácia mora no movimento que mescla trocas, obrigações, afetividades e necessidades, como mencionou Garcia Canclini; ao referir-se às relações do poder, ele pensa em um processo cotidiano que não existe apenas nos momentos de confrontos explícitos, mas estes se conflituam permanentemente e são mais ou menos negociados:

*Porque todas estas relações se entrelaçam umas com as outras, cada uma consegue uma eficácia que sozinha nunca alcançaria. Mas, não se trata simplesmente de que ao supor umas formas de dominação sobre os outros, elas se potenciem. O que lhes dá sua eficácia é a obliquidade que se estabeleceu na trama.*⁴⁶⁸

Dona Maria, por exemplo, falou sobre sua relação com o virador do motor onde ela trabalhava, desde o final de 1940:

⁴⁶⁵ José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em outubro de 2002.

⁴⁶⁶ José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

⁴⁶⁷ Nestor Garcia Canclini. **Culturas Híbridas**: Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1988. p. 262.

⁴⁶⁸ Idem. Ibidem. p. 346.

*O encarregado o sr. Zé Tibúrcio, era ele que virava o motor que a gente trabalhava, no fim veio outro motor, e eu tomei conta de duas fibras agora só que ele era bruto e abusado, agora que ele era bom pra gente. Ele era um homem muito bruto, mas pra nós ele tomava assim muito, num sei se o que eu tive foi respeito por ele e ele tinha com a gente também, ele tornou-se bom, já morreu ele num é mais vivo, mas hoje eu digo assim era uma pessoa, era bruto, mas, porque tem bruto que é muito ignorante, quando eu dizia assim seu Zé, eu tenho que tirar um dia pra eu lavar a roupa em casa, a roupa tá suja, 'D.Maria, a senhora trabalha numa sexta-feira, olha, amanhã a senhora lava sua roupa porque é sábado, vai pro rio junto com as meninas, quando for no domingo, a senhora vira fibra, na segunda nós tira.*⁴⁶⁹

D.Maria inicia sua narrativa, destacando um aspecto fundamental: a ambigüidade dos viradores ou encarregados dos motores, bons e maus ao mesmo tempo. Penso que a presença diária destes atores sociais nos motores de agave e o seu controle sobre os trabalhadores criavam um misto de medo e respeito em torno das suas figuras, afinal, eles podiam demitir, empregar, punir, humilhar, mas também podiam recompensar os trabalhadores, ou seja, fazer “pequenas concessões”, a exemplo do sr. José Tibúrcio que, nos sábados, liberava sua fibreira. Provavelmente, o fato de ser mal humorado e bruto intimidava os trabalhadores a se aproximarem dele, “incomodando-o” frequentemente com pedidos de dispensas que poriam em risco a produção. Todavia, ele mostrava-se “compreensivo” em certas situações, notadamente quando os trabalhadores expunham suas necessidades e mostravam-se decididos, tal como D.Maria: “*eu tenho que tirar um dia*”, entendo que este termo, embora dito de uma forma respeitosa e em tom amistoso, era muito mais um comunicado, do que uma consulta ou um pedido, cuja resposta acatava a resolução da trabalhadora, ao mesmo tempo demarcava o lugar de poder do virador, que lembrava as obrigações da fibreira no domingo.

Sujeitos como D.Maria e o sr. Zé Tibúrcio atuavam em um campo de forças pautado pelas relações de troca. Desta forma, os patrões ou os seus representantes eram obrigados a ceder, por isso alguns destes investiam estrategicamente nas relações de afetividade para, assim, obterem obediência dos seus subalternos, como fazia o sr. Agenor:

Tratava, uns tratava bem, porque eu chaleirava eles demais, brincava com eles, fazia tudo possível, porque a gente já sabe que motor de agave, quando diz assim, vai virar o motor de agave, já vai virar uma coisa que só tá esperando problema, porque é o povo todim irresponsável, mas era difícil ter uma pessoa pra ser conformada no motor de agave, só trabalha despeitado, só trabalha, muitos só

⁴⁶⁹ D.Maria do Carmo Dantas, entrevistada em Pedra Lavrada, em setembro de 2003.

*trabalha com raiva, é querendo parar, querendo largar fora de hora, querendo fazer bobagem, para ter uma defesa pra poder num vim, é muito aperriado.*⁴⁷⁰

Para evitar maiores contestações e docilizar os trabalhadores, descritos comumente como insubordinados, o sr. Agenor também os premiava, ofertando-lhes, diariamente, rapaduras. Por esta razão, este administrador fora apelidado pelos trabalhadores de “abeinha”, isto é, abelhinha, como ele se orgulha em dizer:

*Todo dia levava um grajau de rapadura, lá pra o meio do campo, chegava lá fora, com um lençol um pano, quebrava aquela rapadura pr’aqueles pobre comer. Porque eu tinha pena dos pobres morrendo de fome, aí eu tinha pena, levava botava. Até de abeinha quando eu custava, aí eles diziam: ‘ai, meu Deus cadê minha abeinha que num chega’. Aí porque aquilo só quer o costume, o caba se botar o costume, pronto.*⁴⁷¹

Esta forma de agradar os trabalhadores, ofertando-lhes pedaços de rapadura, expressa também o receio deste virador em relação à contestação daqueles sujeitos com raiva, “com fome”. Era preciso, portanto, docilizar um pouco a vida destes homens “impacientes”, “irresponsáveis”, querendo “fazer bobagens” “largar o motor fora de hora” e, desta forma, paralisar toda a produção. Mais do que saborear um taco de rapadura, este era um momento de refestelo dos trabalhadores, que, provisoriamente, se afastavam da “boca da máquina”, dos olhares, das cobranças e, por um brevíssimo tempo, descansavam esfriando suas cabeças e suas idéias, notadamente, aquelas que os faziam pensar em parar, sobretudo, nas horas mais difíceis, em que estavam vivendo suas agonias, na puxada, no bagaço, no corte, no cambito, na fibra, enfim, no trabalho do motor.

Neste sentido, o poder negociado era um poder recíproco, que circulava de forma assimétrica entre trabalhadores e patrões. Estes poderes exercidos por estes grupos sociais se interpenetravam e se definiam pelo movimento de oposição que um segmento exercia sobre o outro. Os acordos ou concessões não anulavam os conflitos, ao contrário, pois os trabalhadores, ao perceberem este jogo, tentavam tirar proveito, como observou o sr. Zuza:

É mais porque ali é uma produção pra muitos. É pro dono do motor e pr’aqueles oito trabalhando. É muito mais. Agricultura não, porque agricultura só é você, só tem uma pessoa que tá responsável por aquilo ali. E já o motor não, você é um trabalhador do motor, é responsável por tudo aquilo ali. Porque se ele quiser deixar tudinho

⁴⁷⁰ Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

⁴⁷¹ Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

*no prego enrascado, ele deixa. 'É eu num vou' ele dizia: 'eu quero ver quem nessa semana come. Tem caba que fazia isto. Porque no motor tem isso, naquele tempo. Hoje, não. Porque hoje, eles tão funcionando com quatro pessoas, com cinco. Mas naquele tempo só funcionava com oito pessoa, o motor de agave. Na hora que um num fosse o motor tava no prego.'*⁴⁷²

Esta fala indica que, em muitos casos, os trabalhadores do agave, criativamente, se apropriavam da responsabilidade a eles atribuída, devido à interdependência das tarefas, reescrevendo-a, usando-a em seu favor para se impor, para dizer não, tentando ganhar no jogo estabelecido pelo adversário. E o faziam, porque sabiam que sua presença era fundamental para o funcionamento do motor de agave, uma vez que apenas uma ausência, a falta de um só trabalhador, paralisaria o serviço no desfibramento. Eles extraíram esta noção de compromisso, de trabalho em equipe, da cultura oficial e a viraram do avesso, recriando-a. Esta perspectiva desconstrói a suposição de passividade, baseada na idéia da mera recepção dos artefatos culturais, e aponta para um campo onde se destacam as respostas elaboradas pelas pessoas comuns, que interpretam ativamente a cultura oficial adaptando-a a sua lógica.

Vejo que os trabalhadores adotaram a cooperação do trabalho no motor de agave taticamente, conferindo-lhes duas outras funcionalidades diferentes da noção proposta pelos padrões: primeiro, usando-a como justificativas para suas ausências, pois diziam que não chegavam na hora certa no desfibramento por saber que um ou outro parceiro não estaria presente. Assim, transformaram a interdependência do trabalho em equipe em um espetacular alibi; segundo, usavam este sistema de trabalho para barganhar, ameaçar, inverter momentaneamente as cartas do jogo: “*eles num trabalham sem eu*”, como relatou o sr. Zuza. Esta era uma forma de elevar as suas atividades sejam quais fossem. Diferentemente dos seus padrões, que subestimavam o trabalho de vários trabalhadores, a exemplo dos cortadores, cambiteiros e fibreiros, apenas valorizando a função dos puxadores. Todavia, independentemente de ocuparem ou não esta posição, os trabalhadores valorizavam seus postos, sentindo-se prestigiados ao perceber o valor da sua presença, do seu trabalho no desfibramento.

Entendo que o conhecimento da sua importância na cadeia produtiva permitia aos trabalhadores um melhor posicionamento dentro do jogo do poder, pois o motor não podia parar. Neste sentido, os viradores compreendiam a força dos trabalhadores e tentavam agir habilmente, isto é, politicamente, para evitar a perda dos trabalhadores transgressores, o que os favorecia dentro do contexto em que eles estavam, como relatou D.Maria, ao lembrar que

⁴⁷² José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

os administradores, mesmo aborrecidos, buscavam superar a raiva, sendo razoáveis com os faltosos:

Num diziam nada, porque, se for brigar, perde o trabalhador, eles diziam: ‘num sou obrigado a trabalhar, eu vou me embora’, mas eles num acham bom não, eles querem que cheguem tudo, na hora certa, a segunda-feira, ainda que nada aconteça, mas, na segunda feira de 6 hora, chegue tudo, aquilo é um serviço que eles têm que pegar, sai de madrugada, 5 hora, 4 hora que é pra produção ter aumentando.⁴⁷³

Conforme o relato de D.Maria, os trabalhadores usavam as conseqüências das suas faltas, ou seja, o que estas poderiam acarretar no mundo da produção, para negociar seus atrasos, apaziguar suas situações diante dos seus patrões ou gerentes, pois, mesmo não achando bom, estes relevavam alguns “desvios” ou pelos menos atenuavam suas palavras, seu tom agressivo e tentavam ser mais razoáveis. Caso contrário, poderiam perder o trabalhador, o que prenunciava deixar o motor parado. Muitos trabalhadores usaram este artifício: o pretexto de ir embora para se livrar dos sermões, da humilhação, da degradação moral, perante os colegas.

3.7.2 As profecias do fim do mundo e o “capa verde”

A sociedade nordestina, notadamente a do semi-árido, sempre foi extremamente religiosa. Regra geral, praticante de um catolicismo específico que apresentava condições peculiares, como observou a socióloga Maria Izaura Pereira de Queiroz: “*Ora, a maior parte dos elementos religiosos trazidos para o Brasil fazia parte, já em Portugal, da religião popular, pois o campônio português, ao emigrar, trazia consigo suas crenças*”⁴⁷⁴

Assim, parte das expressões culturais dos nordestinos era inspirada e representada no campo religioso, como as profecias sobre as secas, baseadas no calendário lunar medieval e as premonições apocalípticas, notadamente a do Juízo Final, que circularam amplamente no interior do Nordeste, e comumente eram imputadas ao Padre Cícero e Frei Damião, fato que dava mais credibilidade às premonições e influenciava, sobretudo, as populações de baixa renda.

O temor da vinda do Anticristo já fazia parte da literatura e da crença dos povos antigos, a exemplo dos judeus, e fora posteriormente difundido por toda a Cristandade.

⁴⁷³ Maria do Carmo Dantas, entrevistada em Pedra Lavrada, em setembro de 2003.

⁴⁷⁴ Maria Izaura Pereira de Queiroz. **O Campesinato Brasileiro**. Ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis-RJ: Vozes, 1973. p. 77.

Conforme o historiador Jean Delumeau, nos séculos XVI e XVII, as idéias messiânicas invadiram Portugal, sendo aceitas até por padres jesuítas. No Brasil, as concepções milenaristas circularam amplamente no século XIX, notadamente, entre aqueles mais sedentos de justiça e carentes materialmente, aqueles que precisavam crer em “rios de leite e montanhas de cuscuz”. Por isto, não raro, tais movimentos adquiriram dimensões materialistas.⁴⁷⁵

Entretanto, estas esperas escatológicas nem sempre estiveram associadas à felicidade. Elas eram angustiantes e, ainda, prodigiosamente astuciosas, visto que eram reelaboradas, dentro de contextos diversos. Segundo Jean Delumeau eram inspiradas nas escrituras bíblicas:

*...uma outra leitura dos textos relativos às últimas seqüências da história dos homens conduzia ao temor do Juízo Final. Inúmeras passagens das escrituras anunciam com efeito essa hora terrível, encontrando-se a principal em São Mateus...*⁴⁷⁶

Em todo o mundo as passagens do evangelho de São Mateus influenciavam as profecias relativas ao Fim do Mundo. No Brasil, e especialmente no Nordeste, os narradores destes vaticínios evocavam “profetas” inquestionáveis, que eram vistos pelos agricultores como sendo intermediários entre a Providência Divina e os homens.

Desta forma, o poeta narrador incorporava o próprio mensageiro do Santo Padre. O cordelista, por exemplo, criava na comunidade um espaço de autoridade para os vaticínios. Ao mesmo tempo em que detinha o conhecimento das letras, era também relator da “verdade”, como destacou Durval Muniz Jr.: “O poeta é visto pela comunidade, quase sempre, como alguém que possui um dom, de natureza quase divina, e que consegue dizer mais enfeitado, o que ele viu e ouviu”.⁴⁷⁷ Por esta razão, os cordelistas eram pessoas dignas de grande credibilidade. Tal aspecto foi enfatizado por Marlyse Mayer: “Os sertanejos sabem pelo rádio ou por ouvir dizer os acontecimentos importantes. Mas só acreditam quando sai no folheto”.⁴⁷⁸ A literatura de cordel, sobretudo em sociedades como a dos Cariris Velhos, marcada pela oralidade, era extremamente acessível, na medida em que era facilmente compreendida e memorizada, devido às estratégias do poeta, que buscava conquistar seu público, recontando histórias do agrado deste, como disse a historiadora Maria Ângela de Faria Grillo:

⁴⁷⁵ Cf Jean Delumeau. **A História do Medo no Ocidente 1300-1800**: Uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁴⁷⁶ Idem. *ibidem*. p. 209.

⁴⁷⁷ Durval de Albuquerque Júnior. **Falas de Astúcia e de Angústia**: A seca no Imaginário Nordestino de Problema à solução (1877-1922) op.cit. p. 89.

⁴⁷⁸ Marlyse Mayer. **Autores de Cordel**: Seleção de Textos e Estudos Críticos. São Paulo: Abril, 1980. p. 90.

*Os folhetos tornam públicos acontecimentos sensacionais, traduzem as notícias da imprensa da capital para a linguagem do habitante do sertão, e as interpretam como o público gostaria de ouvi-las mudando-as muitas vezes e dando-lhes novas funções e significados.*⁴⁷⁹

Muitos dos entrevistados mais antigos dos Cariris Velhos recordaram que, nos anos 1930, circularam, nos cordéis e nas vozes dos trabalhadores rurais, duas premonições assustadoras, as quais eles atribuíram a Padre Cícero e a Frei Damião: “A do carimbo da besta fera” e a do “capa verde”. Sobre o “carimbo da besta fera”, o cordelista Enock José de Maria, no cordel, disse o seguinte:

*E no ano de setenta
já vai descambando a era
anjos do anti-Cristo
aparecerão de vera
propagando as suas leis
seiscentos e sessenta e seis o sinal da besta fera.*⁴⁸⁰

Sobre a profecia da “besta fera” e do “capa verde”, o sr. Zuza relatou o seguinte:

*Agora o carimbo da besta fera eles tinham mais medo. Era tudo assombrado, eu não sei o que é o Padre Cícero falava: haverá de vir o capa verde e o carimbo da besta fera. Era tanta coisa que no fim o capa verde tornou-se a ser o agave, não foi? E o povo na época não sabia o que significava o capa verde nem o carimbo da besta fera. Era tudo assombrado. No fim achava que o capa verde era o agave.*⁴⁸¹

Penso que, no passado, notadamente quando muitos entrevistados como o sr. Zuza eram jovens ou crianças, ambas as histórias, a do capa verde e a do carimbo da besta fera, eram assustadoras. Entretanto, o que tornara esta última mais aterrorizante era o seu mistério, indecifrável até os dias de hoje: “*eu não sei o que é*”, assim o seu desvelamento resistiu aos saberes dos homens, pois ele permanece oculto, portanto, inacessível à razão humana. Ao passo que o “capa verde” foi desocultado pelos trabalhadores rurais, ressignificando o enigma e o suspense em torno dele. Certamente, os dois vaticínios geravam controvérsias entre os lavradores, o que pode ser flagrado na narrativa do sr. Zuza:

Sei lá como era mais. Tinha que vim esse capa verde. Era o povo com isso assombrava com essa conversa. Achando que era coisa do outro

⁴⁷⁹ Maria Ângela de Faria Grillo. A literatura de Cordel na Sala de aula. In. Martha Abreu e Rachel Soihet (Orgs). **Ensino de História: Conceitos, Temáticas e Metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 118.

⁴⁸⁰ Enock José de Maria de Maria. **A voz do Padre Cícero**. p. 5.

⁴⁸¹ José Alves dos Santos. Entrevistado em Cubati, em novembro de 2002.

mundo. Mas que era a história. No fim terminou, sendo o agave, num foi? Era.

O povo tinha aquele medo. O povo tinha aquele medo. Mas, ficava esperando nunca viram nada.

*Eles pensava assim, era uma praga de gafanhoto. Que sempre gafanhoto é esverdeado. É o povo naquele tempo, tudo que vinha na cabeça, eles pensava em coisa assim, diferente.*⁴⁸²

Inicialmente, é interessante perceber que o sr. Zuza tratava as pessoas que acreditavam na profecia do capa verde como o “povo”, ou ainda, usava a terceira pessoa do plural: “eles”, portanto, isentando-se de qualquer participação. Entendo este distanciamento do narrador, em relação às pessoas que tinham medo ou ficavam assustadas, balizado por dois fatores: primeiro este narrador e muitos outros se sentiam acanhados para assumir um receio, do passado, que no presente revelou-se banal, pois o capa verde se tornou a história do agave. Segundo, este e grande parte dos entrevistados eram muito jovens, senão crianças, quando ouviram as primeiras histórias do “capa verde”. Por isto, ecoavam sempre, na memória dos homens e das mulheres dos Cariris Velhos, as palavras dos seus pais ou pessoas mais velhas, referindo-se a este mistério. O sr. Geraldo, como tantos outros, expressou nas suas lembranças o testemunho materno da sua avó: “*Eu ouvia dizer que vinha um capa verde dando dinheiro ao povo, minha vó dizia*”.⁴⁸³

Em Cubati, alguns narradores disseram que os padres também alardeavam tais idéias, como ressaltou o sr. José M. Dantas, mencionado anteriormente:

*Mais, anteriormente, um padre que teve aqui também, quando eu era menino pequeno, meus pais diziam que ele pregava isto: ‘Que o povo da região havia de se alimentar com o fruto do capa verde e o povo ia comer pedra’.*⁴⁸⁴

Este depoimento mostra que a Igreja Católica, representada pelos clérigos locais, alimentava parte do conteúdo presente na profecia, notadamente, aquele que preconizava a fome. E que o tema do “capa verde” era discutido pelos lavradores, comumente os pais ou avós dos entrevistados e chamava atenção das crianças, provavelmente as maiores. Eram elaboradas hipóteses quase sempre nefastas, como os agouros, que lhes seriam imprecados e recairiam sobre suas vidas, causando-lhes desgraças, pois o capa verde era uma representação do maldito, ou seja, do diabo, do Satanás, como relatou D.Mariana: “*Não porque o pessoal*

⁴⁸² José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

⁴⁸³ Geraldo da Silva, entrevistado em Cuité, em julho de 1995.

⁴⁸⁴ José Medeiros Dantas. Entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

pensava, assim, que o capa verde era o satanás. Muita gente pensava nisso. Ave Maria".⁴⁸⁵

Embora a fala de D.Mariana ressalte os temores alheios, ela também revela seu próprio medo, simbolizado na expressão "*Ave Maria*", denunciando, portanto, o escrúpulo em falar sobre um tema proibido, inaudito, que de tão aterrorizador, deveria ser ocultado, pois tratava-se da personificação do diabo no capa verde, como observou José de Souza Martins: "*o 'capa verde' na verdade é um personagem que tem os atributos da 'besta fera', é um personagem que personifica a 'besta fera', personifica o 666*".⁴⁸⁶

Conforme alguns cordéis analisados nesta pesquisa, a profecia do "capa verde" surgiu no início dos anos 30 do século XX, quando o Padre Cícero, na matriz do Juazeiro, teria publicizado suas previsões para o século em curso, a exemplo das versões que aparecem nos cordéis compostos por Enock José de Maria: "A voz do Padre Cícero", por José Costa Leite, cujo título é: "Os sinais do Fim do Mundo e as três Pedras de Carvão" e "Palavras de Frei Damião sobre a Era de 60", sendo este de autoria de Francisco Sales Arede.

Nos cordéis, o "capa verde" é representado como o diabo que, muitas vezes, antecedia o fim do mundo, como disse o cordelista José E. Maria:

*São os anjos do diabo, que chegam no fim da era
fazendo tanto milagre
que todo mundo os venera
saciando fome e sede
são iguais ao capa verde e correios da besta fera.*⁴⁸⁷

Assim, a lenda do "capa verde" tinha antecedido a chegada do agave, o que pode ser percebido na fala de alguns lavradores, a exemplo do sr. Nego Belo: "*Naquelas era de 30, que ninguém sabia o que era agave o padre Cícero, dizia assim: 'de 60 em diante vai surgir um capa verde com espeto na ponta'. Mas ninguém sabia que era o agave*".⁴⁸⁸

O sr. Manoel Amaro também falou sobre a profecia do "capa verde":

O Pe. Cícero em 30 disse na Matriz, disse assim: 'Tenham cuidado meus filhos, de 60 prá diante é bom tempo por pouco tempo. Vocês tomem cuidado que vai aparecer um tal Capa Verde, com um espinho na ponta, e com esse vocês vão se manter'

⁴⁸⁵ D.Mariana Alves dos Santos, conversa gravada em Cubati, setembro de 2003. Embora D.Mariana não tenha sido entrevistada por mim, ela acompanhou e participou das entrevistas que realizei com o seu marido, o sr. José Alves dos Santos, já mencionando.

⁴⁸⁶ José de Souza Martins. "**Os Camponeses e a Política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político". op. cit. p.134. Conforme este sociólogo, a profecia do "capa verde" também circulou na região de Xambioá, no início dos anos 70. Nesta representação, o capa verde "*tira a terra, expulsa, escraviza e assim por diante*". José de Souza Martins, idem. ibidem.

⁴⁸⁷ Enock José de Maria Maria. **A voz do Padre Cícero**. p. 2.

⁴⁸⁸ Francisco Roque da Silva, entrevistado no município de Pedra Lavrada, em julho de 1995.

*E o povo naquele intervalo de Capa Verde pensava que aquilo era o satanás.*⁴⁸⁹

A partir destes e de outros relatos, suponho que a ligação entre o “capa verde” e o agave tenha sido uma criação dos trabalhadores agavieiros, pois eles conheciam as histórias do “capa verde” e, baseando-se nas suas vivências com a planta e sob a influência da religiosidade popular, construíram uma imagem daquela planta, associando-a às profecias que circulavam sobre o “capa verde”. O testemunho do sr. Severino Belo da Silva expressa esta experiência que os lavradores tiveram e o significado que atribuíram às suas práticas, jogando com os temas da sua cultura, sendo esta perpassada pela religiosidade: “*Antes do agave ninguém sabia o que era capa verde, mas quando pegou a comer as unhas da gente, o povo veio a notar e disse: ‘esta é a besta fera que a profecia fala’*”.⁴⁹⁰ Os relatos evidenciam a metaforização de agave no capa verde. Mas por que o agave, e não outro objeto qualquer, incorporava o “capa verde”? Existiam algumas semelhanças, como recordou o sr. Zuza:

Porque quando o agave chegou, pronto aí, o povo foi dizendo: ‘Pronto, é o Capa verde, que Padre Ciço falava é o agave’.
Porque é verde, só é porque o agave é verde. Capa Verde.
Era o povo tinha medo, mas quando veio o agave, eles se esqueceram.
Dessa parte aí. Jogaram em cima do agave. Eles esqueceram do Satanás, da Besta Fera, tudo. Eles deixaram pra lá, num sabe? Aí depois, jogaram pra lá, aí o povo acharam que era o agave e ficou no agave, mesmo, pronto. Porque a outra coisa num chegou.
*Mas que pode ter sido o prano do padre ter sido o agave mesmo. Cobriu mundo, porque cobriu, na época, num foi? Cobriu o mundo todim. Então, pareceu como se fosse o agave mesmo. Aí o povo se esquecero de Besta Fera, esquecero de tudo.*⁴⁹¹

O sr. Zuza inicia sua narrativa ressaltando as semelhanças entre o agave e o capa verde, mostrando que ambos partilhavam a mesma cor, buscando, assim, justificar a relação estabelecida entre os mesmos. Todavia, não era apenas uma questão cromática, pois, se assim fosse, o aveloz, vegetal que apresenta uma tonalidade verde escura e que fora introduzido, na área estudada, basicamente no mesmo período do agave, poderia também ter sido lido como o “capa verde” e associado à profecia que já circulava entre os lavradores, a exemplo do cordel de Enock José Maria, cujos versos foram recolhidos por mim no município de Cubati:

No ano sessenta e sete é grande a perseguição

⁴⁸⁹ Manoel Amaro, apud, Ramilton M. Costa. **O Capa Verde**: Transformações Econômicas e Representações Ideológicas dos Trabalhadores do Sisal. op. cit. p. 41.

⁴⁹⁰ Severino Belo da Silva, entrevistado em Pedra Lavrada, em julho de 1995.

⁴⁹¹ José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

*sairá o capa verde
pregando um grande sermão
oferecendo um tezouro
dando um rozário de ouro
por um da religião.*⁴⁹²

Voltando ao depoimento do sr. Zuza, o que me interessa especialmente é o ponto em que ele se refere ao medo que as pessoas sentiam do “maldito”, o que, segundo ele, teria sido esvaziado para fazer eco a suas palavras, “esquecendo” que o capa verde simbolizava a besta fera. Entretanto, não acredito que os trabalhadores rurais tenham apagado das suas memórias os temores do Satanás, ou as histórias do “capa verde”. Entendo que estes atores sociais reelaboraram seus sentimentos, à medida que lidavam, diariamente, com a planta, “naturalizando-a”, revisitando a profecia, caso contrário teria sido mais difícil o recrutamento dos trabalhadores para este trabalho. Ademais, os pequenos proprietários, a exemplo do sr. Zuza, não teriam espontaneamente semeado em suas terras uma planta satânica.

A adesão dos lavradores tornou-se mais fácil por duas razões: primeiro, o agave representava o seu sustento material e a sua esperança de riqueza. Segundo, a reinterpretação da profecia, por um lado, preservava inabalada a fé no Padre Cícero, visto que ele não falhara nas suas premonições, “*mas que pode ter sido o prano do padre ter sido o agave mesmo*”. Assim, não rejeitava o presságio e o absorvia, atribuindo-lhe um sentido menos catastrófico, certamente ambíguo, pois, por outro lado, podiam astutamente pensar que o diabo não lhes traria coisa boas como a sua própria sobrevivência. Todavia, esta releitura não eximia o agave do seu estigma, uma vez que a planta, nas vozes dos trabalhadores, não fora exumada dos seus vestígios blasfêmicos. Este aspecto pode ser percebido nas palavras do sr. Agenor, que também falou sobre os pontos comuns da profecia e do “capa verde”:

É o capa verde. E eles num dizem que fura os olhos do caba? É o espim dele. Eles num diz que come as mão? É quando tá trabalhando, que as mão fica em sangue. Quer dizer, quem fez esse projeto foi certim como formou o projeto. Agora, não é nada de assombro. Aí com o tempo a situação, porque ele sabia que ia ser o agave. Porque isso foi história antes do agave. Num existia agave. Então, eles inventou isso. Eles inventaro esse livro. Essa ciência, eu num sei, tudo deles. Que era um capa verde, que ia andar no mundo, furando os olhos e comendo as mãos. Justamente é o que ele fez. Porque, quantos num têm cego de agave? Quantos num já têm cegado? Quando baixa a cabeça, é mesmo na cara e cegar. Aí eles estudaro muito bem isso, porque é a história da capa verde vem ser isso. Agora só pra fazer medo e que inventou isso, que é pro povo ficar mesmo com medo,

⁴⁹² Enock José de Maria. **A voz do padre Cícero**. p. 4.

*pensando que era uma coisa, que ia aparecer. Tudo acontecia, mas é uma coisa simples. Era pra aparecer mesmo.*⁴⁹³

Fora a partir de suas experiências no trabalho do agave que o sr. Agenor e outros lavradores reelaboraram a lenda do capa-verde, deslocando-a do espaço sobrenatural para o território da materialidade, à medida que a lida do agave os atingia diretamente por meio de uma “engenharia agrícola” que eles desconheciam, que assustava pela violência, o trabalho exacerbado e as marcas que deixavam em seus corpos: furando-os, “comendo seus dedos” e cegando-os, tal como dizia o vaticínio imputado ao Padre Cícero, mais uma vez na poesia de Enock José Maria:

*No ano setenta e dois
o anti-Cristo aparece
com todos seus mensageiros
castigando a quem merece
cada um com uma cunha
arrancando olho e unha
de quem a Deus não conhece.*⁴⁹⁴

Neste sentido, a experiência dos trabalhadores no desfibramento era um ponto fundamental, estando articulada ao campo da religiosidade, de onde os lavradores capturavam os signos para reelaborar a profecia. Desta forma, compartilho com o conceito de experiência oferecido pelo historiador E.P.Thompson: “*Como resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento*”.⁴⁹⁵

Com relação à narrativa do sr. Agenor, noto que, embora tratasse com naturalidade a chegada do agave, negando seu caráter sobrenatural, ele percebia a introdução desta planta como uma provação, de um “destino do qual os homens não podiam fugir”. “*Era pra aparecer mesmo*”, como se fizesse parte do “curso natural da história”, uma meta que não era estabelecida pelos mortais, mas que não acontecia à revelia de Deus, como revelou este mesmo narrador: “*...De qualquer maneira, se num fosse com os poderes de Deus não havia o agave...*”⁴⁹⁶

Na fala anterior deste entrevistado, acho interessante ressaltar um mote que, segundo os lavradores, era importante para o reconhecimento do “capa-verde”, as perfurações que este provocava nos humanos. Ora, os próprios lavradores, antes do agave, estavam habituados a

⁴⁹³ Agenor Cassimiro, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

⁴⁹⁴ Enock José de Maria. **A voz do padre Cícero**. p. 6.

⁴⁹⁵ E.P. Thompson. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. op. cit. 1981. p. 15.

⁴⁹⁶ Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

trabalhar com o caroá, que apresentava pequenos espinhos nas bordas das folhas e certamente espetava, casualmente, os trabalhadores. Todavia, o processo de metaforização do agave no “capa-verde” ocorrera em um contexto peculiar, que não estava balizado apenas por analogias no que diz respeito à cor e às feridas, estando pautado na proletarização dos trabalhadores e todo um conjunto de transformações ditadas pela racionalidade capitalista, que estabelecia outras regras mais rígidas, em relação aos horários, exigindo mais trabalho, reduzindo os seus roçados e o próprio tempo para o trato com as lavouras. Neste cenário, viam o agave como o responsável por parte das desgraças que os acometiam.

O agave sequer fora lido como uma agricultura. Cito aqui um trecho de entrevista com o sr. Agenor, que é bastante significativo neste aspecto. Eu lhe indaguei: “O agave é uma agricultura?”. A resposta foi a seguinte:

Não. É agricultura do agave. Mas, é uma agricultura separada da agricultura de lavoura, de alimento da gente. Agricultura do agave acolá, oh, coisa grande. Mas é uma palavra quase sem lógica, porque agricultura que a gente fala é a agricultura do roçado. E por isso, quando a pessoa, hoje em dia, vai se aposentar, é logo. Se num for agricultor, é ruim de se aposentar. Agora arrumar três testemunhas que era agricultor, num tem problema. Mas, se num for, pra se aposentar, é ruim demais. Que agricultura tá acima de tudo.⁴⁹⁷

Continuei insistindo: “Pro senhor, o agave não é agricultura. Então, o agave é o quê?” Pensativo, ele disse:

Eu num sei nem lhe informar o que é, porque é uma coisa que só quem pranta é o dono, os proprietário. Então, eles só fala assim, que têm uma grande lavra de algodão, que têm produção de agave. Num fala porque, na realidade, num é agave agricultura. Agricultura é essa que o agricultor trabalha e lucra: feijão, milho, fava, essas coisas assim. Mas negócio de agave num tem nada com agricultura, não.⁴⁹⁸

Na sua compreensão, o agave não podia ser uma agricultura. Não devemos esquecer que lavradores, como este narrador, definiram agricultura como um “esporte”, “um lazer”, uma invenção de Deus, que lhes provia o sustento. Ao passo que viram o trabalho no agave, literalmente, como uma penitência, cuja exploração era um monopólio do dono da terra. Esta perspectiva ia de encontro a toda a sua concepção de agricultura, lançando o agave num território egoísta, extremamente mundianizada, quando os homens, notadamente os

⁴⁹⁷ Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

⁴⁹⁸ Agenor Cassimiro de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

proprietários, delatavam sua ambição em toda a sua plenitude, ao se apropriar do único fruto que o agave ofertava: o dinheiro, um fruto que era negado aos trabalhadores rurais, como relembrou D.Maria:

*Não, o dono da terra, não, o dono da terra tinha recurso, tinha muito agave, botava muito motor dentro, pra virar. Quando nada, no primeiro ano que a gente tirou esse agave aí, que o home ficava, que o home tava, que o home começou a virar, era muito motor e tinha muito agave, e num era bom pra nós, não, era bom pro dono do campo, que tava pagando em dinheiro.*⁴⁹⁹

Na perspectiva dos lavradores, este apego à riqueza material despertava o que existia de mais vil e cruel nos seres humanos, quem sabe descristianizando-os, como pregava a poesia composta por Cipriano Barauna:

*O agave dá dinheiro
mas dinheiro não se come
só milho farinha e fava
é quem mata nossa fome
quem negar esta verdade
de cristão não tem o nome.*⁵⁰⁰

Certamente estes versos relacionavam-se diretamente com as leituras que os trabalhadores faziam do mundo a sua volta, redefinindo as imagens dos seus patrões, outrora seus “protetores”, agora sob a influência do agave ou “capa-verde”, homens sem Deus, “vampiros” que os exploravam brutalmente e reduziam as áreas das plantações, ameaçando as suas lavouras de subsistência. Esta era uma forma muito peculiar dos lavradores denunciarem o avanço da monocultura sobre a cultura alimentar e a extinção de direitos considerados por eles sagrados, como as suas casas, os roçados, entre outros. Alguns agricultores lembraram pequenos fragmentos da profecia, que se referiam ao fim das relações de moradia, entre outras perdas, a exemplo do que disse o sr. Severino Belo: “*Muita sala pouco fala muito torno pouco chapéu muito pasto pouco rastro*”⁵⁰¹

Posteriormente, o narrador explicou o simbolismo contido em suas palavras, que indicava a contestação da profecia. O vaticínio denunciava a redução da presença humana na região, metaforizada na ausência das vozes e nas casas vazias, à espera de chapéus para guardar. E, por fim, o abandono da criação de animais que não mais desenhariam a terra com suas pegadas. Todo este processo teria sido estimulado pela expansão dos agaviais, que

⁴⁹⁹ Maria do Carmo Dantas, entrevistada em Pedra Lavrada, em setembro de 2003.

⁵⁰⁰ Cipriano Barauna. A profecia do agave de capa verde. Predita pelo Padre Cícero, na era de 1918. p. 3.

⁵⁰¹ Severino Belo da Silva, entrevistado em Pedra Lavrada, em julho de 1995.

expulsou os moradores de suas moradas e os animais dos campos, a serem usados na plantação do agave. Para homens como o sr. Severino Belo, a lenda se tornou real: “*A profecia e o que a gente tá vendo hoje: as casas tudo abandonada, o gado acabou-se*”, sentenciou o narrador.⁵⁰²

O agave, além de roubar os roçados dos lavradores, agia como um sedutor ardiloso atraindo os pequenos proprietários, que abandonavam a roça para plantá-lo, como poetizava o cordelista Antônio Teixeira Filho:

*Eu conheço um homem pobre
que fez grande plantação
encheu toda sua terra
desse plantio do cão
está vendo ele baixar
não tem aonde plantar
dezoito pés de feijão.*⁵⁰³

Neste caso, o agave os iludira, levando-os a miséria, pois os lavradores haviam plantado os sonhos e ilusões e colhido desgraça. Desta forma, o agave os enganara, tal como o “capa verde”, que aparecia dissimulado de amigo e companheiro, disfarçado de conselheiro dos mortais e escondendo a sua maldade, como disse o cordelista Francisco Sales Arede:

*Um homem alto e barbudo e vermelho
não escutem nada dele
e podem tocar-lhe o relho
porque é o capa verde batendo de porta em porta
A muito ele tece para iludir os devotos
Toda vantagem oferece.*⁵⁰⁴

Entretanto, a diminuição dos roçados causava grandes transtornos aos pequenos agricultores, forçando-os, inclusive, a se relacionar mais com a economia do mercado, isto é, a comprar feijão, farinha e milho nas feiras, a preços considerados por eles altíssimos, como observou o poeta Manuel Serafim:

*A agave é o capa verde
a profecia num mente
veio como uma semente lastreando de baixo a serra
veio prá nos fazer guerra
fracou a produção
deu um preço no feijão
e faltou farinha na terra.*⁵⁰⁵

⁵⁰² Severino Belo da Silva, entrevistado em Pedra Lavrada, em julho de 1995.

⁵⁰³ Antônio Teixeira Filho. **A queda do agave e choro dos agavistas**. p.6.

⁵⁰⁴ Francisco Sales Arede. **A palavra de Frei Damião sobre a era de 1960**. p. 6.

Embora os ganhos no agave fossem mais elevados, o dinheiro proveniente desta atividade geralmente “sumia”, “evaporando-se”, visto que mal dava para os lavradores adquirirem os alimentos que antes produziam, como disse o sr. Severino:

*É muito mió no roçado do que no motor. Eu puxei agave porque eu criei minha família toda no motor de agave, e tá bom demais, e hoje tô vivo ainda. Achava mió (no roçado) porque eu tava produzindo porque ficava pra frente, o futuro pra frente, era quando cresce ficava pra frente, e no motor de agave, o caba pegava naquele dinheiro, e com poucos dias, num tinha bastante, num tinha mais nada, só dava pra semana, pra comer, ganhava trinta, quarenta mil reis, por semana, só dava pra comer mesmo, só dava pra comer.*⁵⁰⁶

Homens como o sr. Severino não estavam habituados a ser consumidor, a dependerem dos produtos na feira. Este exercício os incomodava: além de serem mal remunerados, pois seus salários não acompanhavam as flutuações do mercado, alteravam também a sua noção de segurança. Para os lavradores comprar milho e feijão na feira representava “quase uma coisa do outro mundo”. O sr. Zuza, de forma indignada, falou sobre esta prática que estava se tornando freqüente nos Cariris Velhos: “*Olhe eu nunca vi falar de comprar milho ou feijão. É mesma coisa você ter uma casa ou pagar aluguel. É meor pagar aluguel ou ter uma casa. A mesma coisa agricultura*”.⁵⁰⁷

Esta fala mostra como homens, da geração do sr. Zuza, nascidos sob o signo de uma economia predominantemente familiar e, fundamentalmente, de subsistência, foram emaranhados pelas teias do mercado e obrigados a lidar com a monetarização, vendo-a como um signo de negação, visto que os lavradores se sentiam extorquidos por terem que comprar nas feiras os produtos que estavam acostumados a produzir.

Outras semelhanças entre o agave e o capá verde também foram percebidas pelos cariririseiros, pois, para eles, ambos espalhavam a orgia e a corrupção na terra, semeando a inveja, o egoísmo e a discórdia entre os homens, como advertiu José Costa Leite:

*De hoje em diante veremos peste, fome, seca e guerra
um grita, outro salta, outro chora
um se lastima outro berra
vê-se orgia e corrupção
e o capá verde em ação e a besta fera na terra.*⁵⁰⁸

⁵⁰⁵ Manuel Serafim Apud. Altimar Alencar Pimentel. “A Civilização Dourada”. In. Jornal A UNIÃO, 3ª feira, 24 maio, 1966. p.

⁵⁰⁶ Severino Batista de Oliveira, entrevistado em Cubati, em setembro de 2003.

⁵⁰⁷ José Alves dos Santos, entrevistado em Cubati, em novembro de 2002.

⁵⁰⁸ José Costa Leite. **Os sinais do Fim do Mundo e as Três Pedras de Carvão**. p. 4.

O agave tornava os homens mais competitivos e indisciplinados, promovendo a desordem, levando-os ao vício e às farras, a exemplo do que disse o sr. Odon Nunes ao referir-se ao comportamento dos trabalhadores no auge do agave: “*Eles dançavam e bebiam com quem tava com a molésta*”, isto é: como se estivessem possuídos, diabolizados.⁵⁰⁹

Embora a fala mencionada acima remonte a um imaginário criado pelos produtores sobre os trabalhadores, associando-os à irresponsabilidade e à vadiagem, penso que estas impressões ultrapassavam as fronteiras sociais, sendo captadas e ressignificadas pelas camadas populares, que decodificavam as novas práticas promovidas pelo dinheiro ganho na agricultura como um símbolo da corrupção, tal qual apresenta o cordel de Cipriano Barauna:

*Todo dinheiro de Agave
gastavam nos cabarés
samba, teatro e cinemas,
cachaças, jogos, cafés
banhos de praia, perfume
roupas, pulseiras e anéis.
Deus não suporta mais
a maldita corrupção
já é os planos divino
a queda da ambição
vamos ver se a profecia
se fala verdade ou não.*⁵¹⁰

O consumo era algo extremamente novo para os lavradores e por si só já representava uma alteração brusca nas suas vidas, notadamente porque se tratava da aquisição de produtos fúteis: jogos, bebidas e jóias, entre outros, que desviavam os homens da retidão das leis de Deus para a vida mundana, levando-os a trocar os emblemas da fé, como o rosário, pelas marcas do dinheiro, expressas no trancelim, como relatou o sr. Geraldo da Silva, ao relembrar as palavras de sua avó: “*meu filho, no final das eras vai sair um capa verde dando dinheiro ao povo e trocando o rosário por trancelim. Eu criança sabia lá o que era um capa verde dando dinheiro ao povo*”⁵¹¹

A diabolização do agave mostrava todo o transtorno dos trabalhadores diante das mudanças que afetavam as suas vidas, as suas concepções de mundo, e o desejo de prender-se aos seus costumes, aos seus códigos, numa reação deliberada à monetarização desencadeada pela agavicultura. Assim, esta também era uma forma de sabotar a história, de construir armadilhas diante do novo e do inesperado, do que ameaçava suas tradições.

⁵⁰⁹ Odon Cirilo Nunes, entrevistado em Cubati, em julho de 1995.

⁵¹⁰ Cipriano Barauna. “**A queda do Agave e a vinda da agricultura**”. p. 4.

⁵¹¹ Geraldo da Silva, entrevistado em Cubati, em julho de 1995.

Observo que as falas e os folhetos sobre o agave apresentavam um teor crítico traduzido em uma linguagem religiosa que expressavam como lembrou a historiadora Maria Ângela de Faria Grillo: “os significados simbólicos, partilhados entre sujeitos sociais de um mesmo espaço geográfico e um mesmo tempo histórico”.⁵¹²

Segundo os cordéis, antes do fim do mundo, ocorreria um “acerto de contas”, atingindo indiscriminadamente todos os segmentos sociais, como ressaltou José Costa Leite:

*No ano sessenta e seis
será pior
sofrerão fracos e fortes, pequeno, médio e maior
tudo sofre e não se espante
é quando a roda grande passa dentro da menor.*⁵¹³

Isto era mais do que o nivelamento entre os poderosos e os “fracos”, pois aqueles pagariam por seus percalços ao se tornarem tão pobres quanto os pobres, posicionando-se dentro da roda menor. Alteravam-se as regras do jogo, os vencedores seriam derrotados, pagando pelas injustiças cometidas contra os desafortunados.

Desta forma, todos seriam penitenciados. A respeito disto, é bom ouvir o sr. Nego Belo:

*Os proprietários faziam muito dinheiro, tinha cabra que enricou.
Mas, com licença da palavra, parece que o dinheiro do agave é amaldiçoado porque, minha fia, tinha proprietário que vendia e o dinheiro desaparecia.*

Assim, o acerto de contas aconteceria em um espaço mágico, com a presença decisiva de santos, padres e intervenção das forças sobrenaturais, que realizavam um milagre, fazendo com o que o dinheiro do agave “sumisse”. Isto seria uma maldição que acometeria os mais ricos, punindo-os, tornando-os pobres. Certeau, ao discutir a cultura dos grupos subalternos no Brasil, relatou os efeitos destes contos populares para simular e dissimular situações conflituosas:

*Uma formalidade das práticas cotidianas vem à tona nestas histórias, que invertem freqüentemente as relações de força e, como as histórias de milagres garantem ao oprimido a vitória num espaço maravilhoso, utópico.*⁵¹⁴

⁵¹² Maria Ângela de Farias Grillo. “A Literatura na sala de aula”. In: Martha de Abreu e Rachel Soihet. **Ensino de História**: Conceitos temáticos e metodologia. op.cit. p. 117.

⁵¹³ José Costa Leite. Os sinais do Fim do Mundo e as Três Pedras de Carvão. p. 7.

⁵¹⁴ Michel de Certeau. **A invenção do Cotidiano**: 1 Artes de Fazer. op. cit. p. 85.

Noto a partir dos relatos colhidos no campo, que os trabalhadores envolvidos com o agave, ao demonizarem-no, decodificaram-no a partir de registros que iam de encontro àqueles enunciados pelos representantes do Estado ou mesmo pelas elites agrárias. Os agrônomos transferiram toda confiança e esperança para o agave, elegendo-o como “redentor” das áreas secas. Nesta perspectiva, ele era o progresso e a civilização. Todavia, os lavradores construíram outra leitura quando o reconheceram como anti-Cristo, como um sinal do fim dos tempos. Portanto, conferiram novos significados à planta, atribuindo-lhe finalidades totalmente diferentes daquelas designadas pelo saber científico. Os trabalhadores rurais, extraíndo elementos da sua própria tradição cultural, demonizaram o agave para explicitar todo o mal-estar em relação às mudanças pelas quais o campo passava; pois, como sujeitos da sua história, os caririseiros transformavam o seu próprio mundo, modificando em parte o que lhes era imposto. Neste sentido, ressalto as palavras da historiadora Martha Abreu:

*Como agentes de sua própria história e cultura, homens e mulheres das camadas pobres criam, partilham, apropriam-se e redefinem os significados de valores, hábitos, atitudes, músicas, danças e festas de qualquer origem nacional, regional ou social.*⁵¹⁵

⁵¹⁵ Martha Abreu. Cultura popular: um conceito e várias histórias. In: Martha Abreu e Rachel Sohiet. (Orgs). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia.** op. cit. p. 95.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Será que o agave era mesmo o “capa verde” de que a profecia falava? O agave teria sido o plano do padre? Como pensava o sr. Zuza ao elaborar sua leitura sobre o capa verde e, ao mesmo tempo, criar uma mobilidade diante de uma tradição de profecia e de crença nos desígnios divinos, fazendo, assim, seus próprios lances, enquanto buscava justificar suas práticas em aderir a uma lavoura que lhe proporcionava um melhor sustento. Mas, o que estava por trás do agave? Ele era mesmo amaldiçoado, por isto o dinheiro gerado na agavicultura desaparecia, como confidenciou o sr. Nego Belo? O agave, com seus espinhos, representava “o destino” dos trabalhadores rurais caririseiros? Afinal, o agave poderia lhes trazer coisas boas ou ele significava o caos, o fim da humanidade: a corrupção, a bebedeira, a vida de bar em bar? Enfim, o que o agave simbolizava?

Estas, certamente, eram algumas questões que povoaram o imaginário dos protagonistas desta história, nos anos 40, 50 e 60, do século passado. A introdução do agave, em larga escala, na região estudada, era fruto de uma “engenharia agrícola”, planejada e racionalizada. Seus objetivos principais eram o deslocamento dos agaviais do Brejo para os Cariris Velhos, orientando a primeira região para a lavoura de subsistência; e a criação, na segunda, de um mercado de trabalho ininterrupto, durante basicamente todo o ano. Buscava-se, desta forma, minimizar os efeitos do êxodo rural, no momento em que era promovida a industrialização da região Sudeste.

A agavicultura provocara profundas mudanças no cotidiano dos lavradores, gerando-lhes inquietações, desorganizando seus padrões culturais e impondo um novo processo de trabalho, que deles exigia se especializar em funções e se submeter a um rígido controle disciplinar, à execução de ordens, ao trabalho em equipe. Estes itens limitavam a autonomia dos trabalhadores, os quais reagiram contra o poder disciplinador do trabalho mecanizado, resistindo nas suas práticas cotidianas e demonizando o agave, como mais uma forma de rejeitá-lo, de negá-lo.

Constatei ainda na pesquisa de campo, que para os homens do saber, os políticos e os proprietários, o agave fora projetado como um messias, um salvador, capaz de redimir os chapadões desérticos dos Cariris Velhos. Para os lavradores, por sua vez, a planta simbolizava o reverso destas imagens, era o “capa verde”, o diabo: aquele que vinha das profundezas, arrancando os olhos e as unhas do povo, amarrando com as suas embiras “o destino” dos caririseiros a uma sorte infernal.

Notei que, na Paraíba, os significados do trabalho com o agave foram bastante distintos para os demais segmentos sociais, e mesmo entre eles, fato revelado nas falas, nas visões dos agrônomos, dos políticos, dos produtores e dos trabalhadores rurais. Ademais, estes personagens da história a leram baseando-se em informações, em culturas e em visões de mundo diferentes. A ciência entendia a planta inspirada nos arcabouços teóricos da agronomia e da botânica; no discurso político, o agave representava uma possibilidade economicamente viável; os produtores o perceberam como a salvação econômica; os lavradores o significavam como um castigo, uma maldição.

Os usos e as práticas conferidos à planta partiram de percepções diversas, de universos culturais diferentes daqueles que com ela lidavam. As leituras que os atores sociais construíram, independente de suas experiências frustrantes ou positivas, estavam encrustadas em um contexto cultural. Assim, homens e mulheres letrados e iletrados inventaram seus medos e suas esperanças dentro de um quadro sócio-histórico-cultural, entrecruzando experiências e tradições, sendo a própria experiência compreendida a partir das representações culturais.

Compreendo que os diversos significados imputados ao trabalho no agave eram políticos e conflitantes. Embora as versões apresentadas pelos discursos oficiais e dos trabalhadores rurais sobre a planta fossem bastante diferentes, elas coexistiam, entrecruzando-se em um balé híbrido, mostrando que a cultura é um resultado de trocas entre o oral e o escrito, o passado e o presente, e entre os diversos grupos sociais que, juntos, teceram um imenso tapete conflitivo tingido pelas cores do poder e da resistência.

Esta convivência constituía um conjunto de experiências que levaram os lavradores a redefinir o mundo a sua volta, a criar novas maneiras de pensar, de se relacionar, publicizando, de forma mais nítida, as divergências entre o mundo do trabalho e o mundo da produção. Para se ter uma idéia do significado destas experiências humanas, no município de Cuité, em 1968, fora criado o primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região, e outros germinaram nas décadas seguintes. Ainda que este tema não tenha sido analisado nesta pesquisa, penso que, para a formação de tais entidades da classe trabalhadora, muito contribuíram as experiências dos trabalhadores do motor de agave; o “bate boca” com os patrões, com os viradores; o rebaixamento dos lavradores a categoria de “candangos”, isto é: homens sem-terra, sem roçados e sem “patrões fortes”. Enfim, pessoas que, por suas diferenças em relação aos demais trabalhadores rurais, foram discriminados, dando origem ao um novo segmento social composto por homens “bandoleiros”, que viviam de motor em

motor, considerados irreverentes, desonestos e desleais, e não homens de uma palavra só, como haviam sido os seus antepassados.

Assim, ia sendo rompido o imaginário rural pautado na concepção da honestidade, da lealdade e da disposição para o trabalho do homem do campo. No imaginário popular, os trabalhadores do campo incorporavam qualidades míticas, sendo a força e a honestidade suas maiores riquezas, como foi ressaltado pelo poeta Manoel Camilo dos Santos, no cordel:

*Sertão terra de homens fortes
honestos e conceituados
corajosos e sérios
onde têm sido criados
os melhores cantadores
e poetas inspirados.⁵¹⁶*

Porém, os trabalhadores de motor “não tinham palavras”, eles “voltavam sempre atrás”, deixavam o “motor no prego” quando não iam lá, comprometiam-se em se apresentar no primeiro dia semanal de trabalho no desfibramento, mas não “gostavam” de trabalhar neste dia. Faziam promessas aos patrões, e não as cumpriam. Tais marcas faziam brotar outros recortes identitários para a construção de uma nova identidade social no campo paraibano. Este tema, como tantos outros, merece novos estudos.

Talvez, apontando caminhos por mim não palmilhados, se torne mais fácil pôr um ponto final nesta aventura, pois sei que, como contadora de histórias, preciso fazê-lo, mesmo que momentaneamente.

Certamente, ao recontar e emendar os pendões de agaves, pedaços de histórias de vidas, costurando-os, cingindo-os, eu não tenha conseguido desvelar o que existia para além do céu, descortinando as nuvens, rasgando o firmamento como uma colonizadora / investigadora, como sonhei quando criança. Mas, inspirada pela arte, à afetividade e uma determinada noção de “ciência”, portadora de muitas “verdades”, interpretei e contei uma certa história de mulheres de fibra, como Maria do Carmo Dantas, e grandes homens de fé, como Sebastião Simplício dos Santos, artesãos extraordinários que me ensinaram a acreditar que, em algum lugar, Deus morava.

⁵¹⁶ Manoel Camilo dos Santos apud Durval Muniz de Albuquerque Junior, **Falas de Astúcia e de Angústia: A seca no Imaginário Nordestino, de Problema a Solução. 1877-1922**, op.cit. p. 129.

V *CORPUS* DOCUMENTAL

5.1 FONTES IMPRESSAS

5.1.1 ANAIS

- Anais do Seminário para Desenvolvimento do Nordeste. In. Serviço Social da Indústria. Vol. 2. Rio de Janeiro, 1959.

5.1.2 CONVENÇÕES

- I Convenção Nacional do Agave. João Pessoa, 1953.
- V Convenção Regional do Sisal. Salvador, 1978.

5.1.3 JORNAIS

- Jornal A IMPRENSA. João Pessoa, 1940-1942 e 1946-1963.
- Jornal A UNIÃO. João Pessoa, 1937-1975.
- Jornal O MUNICÍPIO. Guarabira, 1938-1939.
- Jornal O SÉCULO. Areia, 1946-1948.

5.1.4 RELATÓRIOS

- “Agave na Paraíba e o Algodão Moco no Nordeste”, outubro, 1951.
- Relatório: Ruy Carneiro, Interventor Federal. Atividades do governo da Paraíba em 1942. Relatório ao Ilmº Sr. Presidente da República. João Pessoa: Imprensa Oficial.
- Relatório preliminar do Desenvolvimento Integrado do Município de Cuité-PB. Projeto Rondon IX (Serviço Federal de Habilitação e Urbanismo Ministério do Interior.
- Relatório Sisal (problemas econômicos), vol.1. Banco do Nordeste do Brasil, Ceará, 1957.
- Relatório Sisal. (problema técnico), Vol.2. Banco do Nordeste do Brasil, 1959.

5.1.5 REVISTAS

- Boletim de Publicidade Agrícola. João Pessoa, 1935-1937.
- Paraíba Agrícola. João Pessoa, 1922-1957.
- Revista Brasileira de Geografia – IBGE, Rio de Janeiro.

5.1.6 SINOPSE DO BRASIL E DA PARAÍBA

- Recenseamento Geral do Brasil (01 de setembro de 1940) – Censo Demográfico: Populacional e Habitação. Censo Econômico: Agrícola e Industrial, Comércio de Serviços. Rio de Janeiro.
- Recenseamento Agrícola de 1960 – Série Regional. Vol. II Tomo V.
- Recenseamento: Brasil – Séries Estatísticas: Retrospectivas. Rio de Janeiro, 1970, Agrícola.

5.2. FONTES ORAIS

5.2.1 ENTREVISTAS

ALMEIDA, Jorge Chavier de. Entrevista. Barra de Santa Rosa-PB: julho, 1995.

COSTA, Benedito Faustino da. Entrevista. Cuité-PB: julho de 1995.

DANTAS, José Medeiros. Entrevista. Cubati-PB: setembro de 2003.

DANTAS, Maria do Carmo. Entrevista. Pedra Lavrada-PB: setembro de 2003.

DANTAS, Sales Roque. Entrevista. Cubati-PB: julho de 1995.

MARQUES, José. Entrevista. Cuité-PB: julho de 1995.

NUNES, Odon Cirílo. Entrevista. Cubati-PB: julho de 1995, novembro de 2002, e fevereiro de 2005.

OLIVEIRA, Agenor Cassimiro. Cubati-PB: setembro de 2003.

OLIVEIRA, Severino Batista. Cubati-PB: setembro de 2003.

PALMEIRA, Gentil Venâncio. Entrevista. Cuité-PB: julho de 1995.

SANTOS, José Alves dos. Entrevista. Cubati-PB: novembro de 2002 e setembro de 2003.

SANTOS, Jacinto Pereira dos. Entrevista. João Pessoa-PB: fevereiro de 2005.

SANTOS, Mariana Alves dos. Cubati-PB: novembro de 2002.

SANTOS, Manoel Soledade dos. Entrevista. Cuité-PB: julho de 1995.

SANTOS, Sebastião Simplicio dos. Entrevista. João Pessoa-PB: fevereiro de 2005.

SILVA, Francisco Roque da. Entrevista. Pedra Lavrada-PB: julho, 1995 e setembro de 2003.

SILVA, Geraldo da. Entrevista. Cuité-PB: julho de 1995 e novembro de 2002.

SILVA, Manoel Roque da. Entrevista. Cubati-PB: setembro de 2003.

SILVA, Severino Roque. Entrevistado em Pedra Lavrada-PB: julho de 1995.

SILVA, Severino Pereira da. Entrevista. Cubati-PB: novembro de 2002.

SOUSA, Severino Félix. Entrevista. Cuité-PB: julho de 1995.

5.2.2 LITERATURA DE CORDEL

AREDE, Francisco Sales. **Palavras de Frei Damião sobre a Era de 1960.**

BARAUNA, Cipriano. **A Profecia do Agave ou Capa Verde**, predita pelo Padre Cícero na Era de 1918.

_____. **A profecia do Agave e as 3 Datas do Mundo se Acabar.**

_____. **A Queda do Agave e a vinda da Agricultura.**

CAVALCANTE, Rodolfo Coelho. **A vida do sertanejo.**

LEITE, José Costa. **Os sinais do fim do mundo e As três pedras de carvão.**

MARIA, Enock José de. **A voz do Padre Cícero.**

MATOS, Benedito Antônio. **A queda do agave.**

PALMEIRA, Francisco. **Quero ver comer agave feito farofa ou pirão.**

RIBEIRO, Laelson. **O Apocalipse do Nordeste.**

SANTOS, Manoel Camilo. **A vida do sertanejo.**

SERAFIM, Manoel. **A verdadeira profecia do agave e sua embolada.**

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha e Rachel Soihet (Orgs). **Ensino de História: Conceitos, Temáticas e Metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

AYALA, Maria Ignez Novais. **No Arranco do grito** (Aspectos da cantoria Nordestina). São Paulo: Ática, 1988.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. “A Fome Retira o Juízo – Secas e Conflitos Sociais”. I. **Grão**. Campina Grande: Ano I, nº 4, set./out., 1985.

_____. **Falas de Astúcia e de angústia. A Seca no Imaginário Nordestino: de Problema à Solução (1977-1922)**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Universidade de Campinas – UNICAMP, Campinas - São Paulo, 1987.

_____. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. São Paulo: Cortez, 1999.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. 2ª ed. João Pessoa: Ed. Universidade Federal da Paraíba/UFPB, 1978.

_____. **Brejo de Areia**, Memórias de um Município. João Pessoa: Ed. Universidade Federal da Paraíba/UFPB, 1980.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus Problemas**. João Pessoa: Parayba Imprensa Oficial, 1923.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Nordeste a Reforma Agrária ainda é Necessária?** Recife: Guararapes, 1981.

_____. **A Terra e o Homem do Nordeste: Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1986.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BAHBA, K., Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailonitch. **A Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: O Contexto de François Rabelais**. São Paulo: HUCITEC/UNB, 1987.

BARBOSA, Oris. **Seca de 32**. Rio de Janeiro: Anderson, 1935.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República 1930 a 1960**. São Paulo: Alfa Ômega, 1985.

BEDÁRIDA, François. Tempo presente e presença da História. In. AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta Morais. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp.219/229.

BENEVIDES, Cezar. **Camponeses em Marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. Ensaio sobre Literatura e História da Cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985 (Obras escolhidas) V.1.

BERNADES, Teresinha. **Memória em Branco e Negro**: olhares sobre São Paulo. São Paulo: UNESP, 1998.

BLONDEL, Jean. **As Condições de Vida Política no Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1957.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembranças de Velhos. São Paulo: EDUSP, 1987.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os Deuses do Povo**: um Estudo sobre a Religião Popular. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. (Org.). **As Faces da Memória**. Campinas: UNICAMP, 1993.

BRANDÃO, Juvito de Sousa. **Dicionário Mítico e Etimológico da Mitologia Grega**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991, Vol. I.

BURITY, Joanildo A. (Org.). **Cultura e Identidade**. Perspectiva Interdisciplinares. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia**: A Escola de Annales, 1929-1989. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia de Letras, 1989.

_____. **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **História e Teoria Social**. São Paulo: UNESP, 2002.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. "A questão Agrária". In. Boris Fausto (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano; Sociedade e Política (1930-1964). Tomo III. São Paulo: Difel, 1977.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**. São Paulo: EdUSP, 1998.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a Formação Econômica Regional do Brasil**. Campinas-SP: UNICAMP, 2002.

CARNEIRO, Joaquim Osterne. **Uma Visão Histórica das Secas do Nordeste**. João Pessoa: A UNIÃO, 2001.

CARONE, Edgar. **A Primeira República (1889-1930): Texto e Contexto**. São Paulo: Difel, 1969.

_____. **A República Velha**, Instituições e Classes. São Paulo: Difel, 1970.

_____. **A República Nova (1930-1937)**. São Paulo: Difel, 1972.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **O Nordeste e o Regime Autoritário**: Discurso e Prática de Planejamento Regional. São Paulo: Hucitec/SUDENE, 1987.

CASCUDO, Luís Câmara da. **Literatura Oral no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

CAVALCANTE, Mariana Holanda. **Igreja Católica entre Males e Esperanças**. Brasil e Colômbia (1947-1964). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de Fazer. Petrópolis-TJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**, entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro. Betrand, 1982.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência** – Aspectos da Cultura Popular. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COELHO, Cleodon. **Guarabira através dos Tempos**. Editora Livraria Nordeste, 1958.

COHN, Amélia. **Crise Regional e Planejamento**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

COSTA, Cléria Botelho da. “Uma História Sonhada”. In. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, Vol. 17, nº 34, 1997.

COSTA, Cléria Botelho & MAGALHÃES, Nancy Alessio. **Contar História, fazer História**, Cultura e Memória. Brasília: Paralelo 15, 2001.

COSTA Ramilton Marinho. **Perfil Geo-Econômico dos Municípios do AMPUC**. Cuité. AMPUC/SUDENE, 1985 (mimeografado).

_____. **O Capa Verde**: Transformações Econômicas e Representações Ideológicas dos Trabalhadores do Sisal. Dissertação apresentada ao Mestrado de Sociologia Rural da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Campina Grande, 1989.

COUTO, Lúcia de Fátima A. **A Saúde na Fala dos Trabalhadores do Desfibramento do Sisal**. Um Estudo de Caso. Paraíba. Dissertação apresentada ao Mestrado de Sociologia Rural da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Campina Grande, 1989.

CUNHA, Auri Donato da Costa. **Terra para quem nela vive e trabalha**: Relações de Gênero na Organização do Trabalho Familiar. Camponês. Dissertação apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa, 1993.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: A Campanha de Canudos**. 35ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

DALCASTAENÉ, Regina. **O Espaço da Dor**. Brasília: UNB, 1996.

DANTAS, Leila Cruz. **Complexo Agroindustrial do Sisal: Da Integração à Desestruturação Integrada – o caso da BRASCORDA S/A na Microrregião do Curumataú Paraibano**. Dissertação apresentada ao Mestrado de Economia Rural da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Campina Grande, 1994.

DARNTON, Robert. **O Grande Massacre de Gatos e outros Episódios da História Cultural Francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DAVIS, Natalie Zemon. **Cultura do Povo Sociedade e Cultura no Início da França Moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DELUMEAU, Jean. **A História do Medo no Ocidente – 1300-1800 uma Cidade Sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DOSSE, François. **A História em Migalhas: dos Annales à Nova História**. São Paulo: Ensaio, 1994.

DOWBOR Ladislau. **A Formação do Capitalismo Dependente no Brasil**. Lisboa: Prelo, 1977.

DUQUE, Guimarães. **Solo e Água no Polígono das Secas**. Fortaleza: DNOCS, 1949.

EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudanças**. São Paulo: Paz e Terra/ Unicamp, 1977.

FAUSTO, Boris. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano; Sociedade e Política (1930-1964), Tomo III, V. 3 São Paulo: Difel, 1977.

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. **Comércio e Subordinação: A Associação Comercial da Paraíba no Processo Histórico (1889-1930)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, Militância e Memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da Indústria da Seca: O Caso da Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universidade Federal da Paraíba. 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: O Nascimento de Prisões**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **A Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FRANCO Jr., Hilário. **Cocanha: A História de um País Imaginário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FURTADO, Célio. O Ciclo do Ouro Verde. In. **A Paraíba nos 500 anos do Brasil**. Vol. 2, A UNIÃO Editora, 2000.

FURTADO, Celso. **A Operação Nordeste**. Rio de Janeiro: Ministério de Educação/Instituto Superior de Estudos Brasileiros. 1959,

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GINBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: O Cotidiano e as Idéias de um Moleiro Perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia de Letras, 1993.

GOMBRICH, E.H. **Para uma História Cultural**. Rio de Janeiro: Gradiva, 1994.

GRILLO, Maria Ângela de Faria. A Literatura de Cordel na Sala de Aula. In. Abreu, Martha e Soihet, Rachel (Orgs.). **Ensino de História: Conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramisc**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à Formação Econômica do Nordeste** (Da Articulação Comercial à Integração Produtiva). Recife: Fundaj, Editora Massangene, 1989.

GUERRA, Paulo de Brito. **A Civilização da Seca: O Nordeste uma História mal Contada**. Fortaleza: DNOCS, 1992.

GURJÃO, Eliete Queiroz de. **Morte e Vida das Oligarquias na Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1989.

HAGUTTE, André. A Nordestinidade Vista do Ceará. In. **Raízes**. Campina Grande: Ano XVII, nº 10, dez. 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

HILL, Christopher. **O Mundo de Ponta-Cabeça: Idéias Radicais Durante a Revolução Inglesa de 1664**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBSBAWN, Eric J. **Mundos do Trabalho: Novos Estudos sobre História Operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOBSBAWN, Eric e TERCENCER, Ranger. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HOFFNAGEL, Morah. O Trabalho Livre Marginalização e Manifestação Políticas: Os Pobres na Sociedade Paraibana.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martino Fonties, 1992.

JANNOTI, Maria de Lourdes. **O Coronelismo: Uma Política de Compromissos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

JENKIS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.

JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Paraíba**. Brasília: Thesaurus, 1997.

LEAL, José & MORORÓ Rafael. **A Civilização Dourada**. Guanabara: Pongetti, 1968.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

_____. **A História Nova**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: Um Estudo do Caso das Oligarquias de Base Familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA, Francisco Carlos. **História Política do Abastecimento 1918-1974**. Brasília: BINAGRI, 1981.

_____. **A Terra prometida: Uma História da Questão Agrária Brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LINHARES, Maria Yedda. (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

LUETLZBURG, Philipp Von. **Estudo Botânico do Nordeste**. Rio de Janeiro: IOCS, V. II.

_____. Ligeira Contribuição para o Conhecimento das Oiticas. In **Boletim de Inspeção Federal de Obras Contra as Secas**, N. 5, abril e junho, 1936.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**. Estudos sobre as Contradições da Sociedade Agrária Brasileira. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **Expropriação & Violência: A questão política no campo**. São Paulo: HUCITEC, 1982.

_____. **O Cativo da Terra**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

_____. **Caminhando no Chão da Noite** Emancipação Política e Libertação nos Movimentos Sociais no Campo. São Paulo: HUCITEC, 1989.

_____. **O Poder do Atraso**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil: As Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARIANO NETO, Belarmino. **Ecologia e Imaginário**: Memória, Cultura, Natureza e Submundialização. João Pessoa: CT.UFPB, 2001.

MARIZ, Celso. **Evolução Econômica da Paraíba**: João Pessoa: A UNIÃO, 1939.

MARX, Karl e ENGELS, Frederich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: HUCITEC, 1984, p.17.

MEDINA, Júlio César. **O Sisal**. Secretaria Agrícola / Diretoria da Publicidade Agrícola, (sem data).

MELO, Mário Lacerda de. **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba**. XVIII Congresso Internacional de Geografia, Rio de Janeiro.

_____. **Os Agrestes Estudos dos Espaços Nordestinos do Sistema Gado-Policultura de Uso de Recursos**. Recife: SUDENE, 1980.

MELO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENEZES, Joedna Reis de. **A Indústria do Atraso ou o Atraso da Indústria?** O Discurso de Industrialização no Nordeste (1950-1970). Dissertação UFPE, Recife: 199

MOITA, Lopes, LUIZ PAULO. **Identidades Fragmentados**: A Construção Discursiva de Raça, Gênero e Sexualidade em Sala de Aula. Campinas-SP: Mercado Aberto, 2002.

MONTEIRO, Agostinho. **Sisal Riqueza Nordestina**. Bahia. Confederação Nacional do Comércio, 1960.

MONTENEGRO, Antônio Torres de. **A Casa Amarela**: Memórias, Lutas e Sonhos. Inojoso, 1988.

_____. **História Oral e Memória**: A Cultura Revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.

MOREIRA, Emília; e TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1977.

_____. “Evolução do processo de produção no espaço paraibano”. In **Cadernos do NDINR**, João Pessoa, nº 23, 1990.

_____. “Transformações do espaço paraibano e conflitos de terra”. João Pessoa: 1992, (Mimeografado).

NORA, Piere. “Entre Memória e História: A problemática dos lugares”. In. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos de Pós Graduação em História da PUC. São Paulo-Brasil, 1981.

NUNES, Mariângela Vasconcelos. **A Cultura Sisaleira Paraibana nos anos 40** – Estado Acumulação e Miséria. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História Social e Econômica do Nordeste. Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa, 1992.

_____. **Maldição e Bênção: Algumas Histórias do Sisal na Paraíba (1930-1953).** Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. – UNB, Brasília, 1996.

OASHI, Maria da Conceição Guimarães. **O Sisal como Fonte alternativa de Matéria Prima para Álcool.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Engenharia de Produção da Universidade Federal da Paraíba - UFPB João Pessoa, 1983.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no Campo.** São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, NORDESTE.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PALLARES, Burke, Maria Lúcia. **As Muitas Faces da História.** Nove entrevistas. São Paulo: UNESP, 2000.

PANDOLFI, Maria Lia C. de A. O Trabalhador Sertanejo e a “Sujeição”. In. **Cadernos de Estudos Sociais.** Recife: Vol.3, nº 1, jun.jul. 1987. pp 123/133.

PARMAN, Elbio Troccoli. **O Surgimento da Economia Sisaleira na Paraíba: Dos Primórdios à Virada de 1938 e ao Início do Boom.** Texto para discussão nº 79, João Pessoa: Abr. 1994.

PERROT, Michele. **Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINTO, Maria Novais. Contribuição ao Estudo da Influência da Lavoura Especulativa no Estado da Bahia. In. **Revista Brasileira de Geografia,** Ano 311, nº 3, 1969.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1973.

PRIORE, Mary Del. **O Livro de Ouro da História do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Ouro, 2001.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Campesinato Brasileiro.** Ensaios sobre a Civilização e Grupos Rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. **O Campesinato no Brasil e no Mundo.** São Paulo: USP, 1975.

RAGO, Margareth e MOREIRA, Eduardo F.P. **O Que é Taylorismo.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

REJON, José Gabriel Berdugo. **Oro Verde y la Civilizacion Dorada Câmbios produtivos y Transformacions en Productores de Sisal de México y Brasil(el).** Tese apresentada ao Curso de Antropologia da Universidade de Brasília-UNB, 1996.

ROMERO, Orlando. O Equilíbrio da Produção Agrícola: In. **Paraíba Agrícola**, ano 30, outubro, 1952.

SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho Moraes. **Poder e Intervenção Estatal, (Paraíba - 1930-1940)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

SANTIAGO, Luiz. **Serra do Cuité**: Suas Histórias, seus Progressos, suas Possibilidades. João Pessoa: A Imprensa, 1936.

SARAIVA, Ivony Lídia Monteiro. **Cooperativa do Sisal**: Sociedade Anônima. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado de Economia Rural da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, 1981.

SERRA, Antônio de Moura e SILVA, Silvio Ferreira. **Cultura do Sisal**. Rio de Janeiro, Ministério de Agricultura – Serviço de Informação Agrícola, 1952, p.30 e 31.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A Luta pela Terra**: Experiência e Memória. São Paulo: UNESP, 2004.

SILVA, José Graziano da. **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**, São Paulo: Hucitec, 1980.

SILVA, Marlene Maria da. **Sertão-Norte**. Área do Sistema Gado-Algodão. Recife: SUDENE, 1982.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O que é, afinal, estudos culturais**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. **Documentos de Identidade**: uma Introdução às Teorias do Currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O Regionalismo Nordeste**: Existência e Consciência da Desigualdade Regional. São Paulo: Moderna, 1984.

SOBRINHO, Reinaldo Oliveira. **Esboço de Monografia do Município de Areia**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1953.

SOUZA, Martha Lúcia de. **A Produção do Sisal na Paraíba**: Município de Cuité (um estudo de caso). Dissertação, apresentada ao Curso de Mestrado de Economia Rural da Universidade Federal da Paraíba- UFPB, Campina Grande, 1987.

SOUZA, Fábio Gutemberg. Falas da Seca: Silêncio da Liberdade. In. **Raízes**. Campina Grande: Ano XVII, nº 10, dezembro de 1994.

TEIXEIRA, Francisco Carlos. A Modernização Autoritária: do golpe militar à redemocratização (1964-1984). In. LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

THOMPSON Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Edward Palmer. **Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar / Paz e Terra, 1981.

_____. **Senhores e Caçadores: A Origem da Lei Negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Vol. I, 1987.

VARELA, Francisco. **A questão Agrária Nacional e Assentamentos Rurais na Paraíba**. João Pessoa: Idéia, 2002.

VELHO, Otávio Guilherme, **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. São Paulo: Difel, 1976.

VIANA, Marly de Almeida Gomes. Economia Agrária e Técnicas: Município de Campina Grande de (1840-1905). In. **Grão**. Ano I, nº3, jul/ago. 1985.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na História e na Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WHITE, Hayden, **Meta História: A Imaginação Histórica do Século XIV**. São Paulo: USP, 1992.

XAVIER, Lauro Pires. **O Futuro da Agave na Paraíba**. João Pessoa: 1955 (mimeografado).

_____. **O Futuro da Agave na Paraíba** (com vistas A Federação das Industrias do Estado da Paraíba) Comunicados da FAREPA. João Pessoa, 1955 (mimeografado).

_____. **O Futuro da Agave na Paraíba**. João Pessoa: 1958 (mimeografado).

_____. **Agavieiros Caluniados**. João Pessoa (mimeografado, sem data).

_____. **Sobre a Cultura do Agave na Paraíba**. João Pessoa (mimeografado, sem data).

GLOSSÁRIO

Adjuntório – auxílio, ajuda no trabalho do roçado.

Aliciador – homem que aliciava os lavradores do Nordeste para trabalharem em outras regiões do país.

Argolinhas – disputas envolvendo cavaleiros que, com o uso de um bastão, tentam retirar uma argola presa a uma barra de madeira.

Arupembas – espécie de peneiras de palha usadas para separar os grãos das palhas, entre outras atividades.

Bagaceiro – homem que recolhia o bagaço das folhas de agave que, durante o desfibramento, caíam em uma caixa abaixo das máquinas desfibradeiras.

Bangüezeiro – senhor dono de bangüê, engenho.

Barrica / bordaliza – reservatório de flandres, revestido de cimento, que era usado para a lavagem das fibras verdes.

Bisaco – bolsa usada pelos lavradores para depositar as plumas de algodão.

Bulbilhos – pequenas plantas que crescem nos pendões após a queda das flôres do agave.

Cambiteiro – homem que transportava as folhas do agave para os locais onde ocorria o desfibramento.

Catimbozeira – mulher que faz feitiço ou realiza ritos considerados diferentes daqueles praticados pela Igreja Católica.

Cavuco – caixa onde ia sendo depositado o bagaço das folhas de agave, enquanto eram desfibradas.

Conga – espécie de aluguel pago ao proprietário pelo uso da casa de farinha.

Cortador – homem que cortava as folhas de agave.

Cassaco – trabalhador rural que se alistava nos serviços promovidos pelo DNOCS.

Estaleiro / secador – cerca construída com arames lisos, onde eram estendidas as fibras de agave.

Fibreiro / fibreira – homem e mulher que estendiam as fibras de agave sob o sol.

Motor – nome usado pelos trabalhadores e produtores de agave para designar as máquinas desfibradeiras.

Murrão – espécie de tocha de fogo, feita com o cardeiro seco.

Paiol – pequeno monte de grãos (milho, feijão, fava, etc.).

Pendões – grandes hastes que nascem no centro dos pés de agave.

Prego – expressão usada para se referir à paralisação do motor, ocasionada pela falta de um ou mais trabalhadores, ou, ainda, provocada pela quebra da máquina.

Puxador – homem que desfibrava as folhas de agave introduzindo-a nas máquinas desfibradeiras.

Silos – depósitos de zircos onde eram guardados grãos como milho, feijão e fava.

Virador – espécie de gerente ou administrador do motor de agave.